

manual
de processos-chave

lar de infância e juventude

- Processo **01** Acolhimento
- Processo **02** Avaliação Diagnóstica
- Processo **03** Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI)
- Processo **04** Organização e Gestão das Actividades — Projecto Educativo
- Processo **05** Cuidados Especiais
- Processo **06** Nutrição e Alimentação
- Anexo

1. ENQUADRAMENTO DA RESPOSTA SOCIAL LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

O acolhimento de crianças e jovens constitui uma medida de protecção contra maus-tratos, negligência e/ou incapacidade educativa dos seus progenitores ou substitutos que impedem a criação de condições básicas para o desenvolvimento adequado dessas crianças/jovens.

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE PERIGO

De uma forma sumária podemos dizer que crianças/jovens em situação de perigo são aqueles que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, estão sujeitos a elevadas probabilidades de vir a sofrer de privações que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva (Martins de Sá, 2000).

Neste grupo, encontram-se crianças ou jovens que sofrem limitações e privações em diferentes áreas fundamentais para o seu desenvolvimento (por exemplo, situações de comprometimento em relação à vinculação entre a mãe e o filho, à organização familiar, aos cuidados básicos de saúde, de nutrição e de estimulação física e social).

As variáveis de natureza familiar correspondem, habitualmente, a comportamentos parentais inadequados ou violentos, designados por maus-tratos.

O LAR COMO MEDIDA DE PROTECÇÃO

O acolhimento em Lar de Infância e Juventude constitui uma das medidas de protecção e de salvaguarda dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens que, no seu meio natural de vida, estão expostos a condições adversas para o seu desenvolvimento.

A maioria destas crianças/jovens leva consigo, aquando da chegada ao Lar, percursos de vida marcados pelo sofrimento e por relações afectivas pouco ou nada gratificantes.

Frequentemente foram, num ou mais momentos das suas vidas, sujeitas a múltiplas mudanças registadas ao nível do seu agregado familiar, da sua residência, escola, comunidade e grupo de pares.

É habitual que as crianças e jovens em situação de acolhimento se descrevam como pessoas infelizes, por vezes com ideias suicidas, isoladas e em piores condições que as crianças ou jovens que vivem nas suas próprias casas.

Até há bem pouco tempo, os lares, na maior parte dos casos por falta de pessoal técnico especializado e porque os seus objectivos se prendiam, fundamentalmente com a necessidade de proteger as crianças e jovens, não atendiam às necessidades educativas e de socialização destas crianças/jovens, bem como ao cuidado a ter com o seu equilíbrio emocional. Muitas daquelas crianças e jovens, vulneráveis e fragilizadas, não encontravam nos lares as condições afectivas, relacionais e instrumentais, que lhes possibilitassem o apaziguamento interior e a elaboração adequada do afastamento e, muitas vezes, da perda da família. Na literatura, há aspectos intrinsecamente ligados à situação de acolhimento em instituições referidos como responsáveis por consequências negativas para o desenvolvimento e a saúde mental da criança ou do jovem acolhido.

Entre eles podemos citar:

- O sentimento de punição que a criança/jovem vive, habitualmente, quando retirada à família;
- A desresponsabilização crescente da família que, em muitos casos, conduz ao desinteresse e a um maior afastamento da criança/jovem na sequência da percepção da sua incapacidade educativa, o que leva a criança/jovem a reforçar o sentimento de “mal amada”;
- A estigmatização e discriminação sociais (desenvolvidas pela sociedade através de imagens ancoradas em estereótipos e em preconceitos) relativamente à criança/jovem acolhido;
- As próprias crianças/jovens têm tendência a desenvolver processos de auto-discriminação negativa quando se comparam com outras que vivem em contextos naturais de vida;
- As crianças/jovens acolhidas são oriundas de meios sociais desfavorecidos, embora os maus-tratos sejam transversais a todos os grupos sociais, as crianças/jovens de famílias mais abastadas não são acolhidos. Este facto, conduz inevitavelmente a uma auto-desvalorização e auto-discriminação negativas por parte das crianças/jovens acolhidos.

Outra questão a ter em conta é o facto daquelas instituições, habitualmente fechadas sobre si próprias, se tornarem vulneráveis à perpetuação de mecanismos e lógicas de auto-justificação, resistindo à mudança, à adaptação, às características das crianças/jovens que recebe, às alterações da sociedade actual e pouco sensíveis à necessidade de mudar as regras e a intervenção afim de melhor cumprirem a missão que lhes está confiada.

Evitar a violência dos que entram na instituição será possível se as crianças e os jovens, em vez de regras rígidas e alheias à sua cultura, problemas e necessidades, encontrarem um contexto onde existe respeito pela sua individualidade e projectos desafiadores para as suas capacidades e características.

A necessidade de mudança: construir Lares reparadores, securizantes educativos e formativos.

O tipo de ajuda e de cuidados específicos prestados pelos técnicos da instituição são um importante factor para minimizar a percepção negativa destas crianças/jovens.

Atento à necessidade de qualificar as estruturas residenciais e melhor proteger as crianças e jovens oriundas de famílias sem capacidade para o fazer, o governo promulgou, em 1999, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), onde preconiza que o Lar constitui uma das modalidades de acolhimento institucional e que se destina a crianças ou jovens, cujas circunstâncias aconselham um acolhimento de duração superior a 6 meses.

Para promover a qualificação desta resposta social foi consignado que o Lar deve assumir estruturas de vida semelhantes à estrutura familiar por forma a permitir uma intervenção personalizada e conducente ao desenvolvimento físico, intelectual e moral equilibrados, bem como à inserção das crianças e jovens na comunidade (art. 2.º do Dec. - Lei n.º 2/86, de 2 de Janeiro).

Para tal, o Lar deve funcionar em regime aberto e ser organizado em unidades com um número de elementos que favoreça a relação afectiva de tipo familiar e uma vida diária personalizada e individualizada. Por outro lado, o Lar deve constituir-se como um instrumento fundamental de acesso à educação, à cultura, à autonomia e ao espírito crítico dos jovens que lá permaneçam; deve, ainda, fornecer modelos de interacção social e de comunicação susceptíveis de alterar, nas crianças e jovens, os padrões anti-sociais que caracterizam, muitas vezes, o seu funcionamento.

No que respeita aos direitos da criança e do jovem em acolhimento, a Lei n.º 147/99 (art. 58.º) afirma a necessidade de:

- Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afectiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de protecção. É importante ter presente que, independentemente da fase de acolhimento que a criança/jovem está a viver, a lei prevê o direito às visitas;
- Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em actividades culturais, desportivas e recreativas;
- Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal, adequados à sua idade e situação;
- Receber dinheiro de bolso;
- Garantir inviolabilidade de correspondência;
- Impossibilitar a transferência de instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse;
- Contactar, com garantia de confidencialidade, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.

É, ainda, referido no mesmo artigo que estes direitos constam necessariamente do regulamento interno das instituições de acolhimento.

TORNAR O AMBIENTE ACOLHEDOR E A INTERVENÇÃO ADEQUADA

Em contexto institucional, as crianças e jovens devem ser cuidadas da forma mais natural e próxima possível de um contexto de vida normal e, simultaneamente, devem ser prestados cuidados direccionados para as necessidades específicas individuais que cada um manifesta (Smith, 2005; Ward, 2006).

Em primeiro lugar, é importante que a intervenção praticada seja profissionalizada e oficialmente regulamentada por teorias e pesquisas e nunca fruto de uma prática assente no improvisado e no voluntarismo de cada um. Todavia, ter-se-á de ter o cuidado de não se realizar uma prática profissional estandardizada para todas as situações. É necessário uma atenção individualizada, específica e criativa, que consiga responder a necessidades pontuais (Ward, 2006).

Independentemente do estilo educativo, é essencial que as crianças/jovens entendam que são tratadas como crianças/jovens normais e comuns, tais como qualquer outra criança ou jovem, isto é, que os adultos tenham expectativas normais em relação a ela. Este tipo de envolvimento educativo contribui para que a criança/jovem se integre socialmente, pois o facto desta perceber similaridade entre ela própria e as outras crianças/jovens facilita esse mesmo processo (Ward, 2006).

A abordagem de enfoque numa prática, em contexto institucional, que visa oferecer uma “vida normal” às crianças e jovens, requer um planeamento das rotinas diárias de forma a possibilitar vivências idênticas às vividas no seio das suas famílias [(por exemplo, alimentarem-se de comida caseira, sentarem-se à mesa em pequenos grupos (contrariar o conceito de refeitório), partilhar refeições descontraídas e informais, etc.) (Smith, 2005; Ward, 2006).

Devem ser criadas condições para que as crianças e os jovens acolhidos tenham a possibilidade de ter o mesmo tipo de experiências de lazer, sociais e culturais que qualquer outra criança ou jovem (Ward, 2006):

- Interação e relações de amizade com colegas da escola e vizinhos;
- Festa de aniversário na instituição com todos os adultos e crianças/jovens que façam parte da mesma, assim como, familiares, colegas de escola, vizinhos, etc. (i.e. todas as pessoas significativas para a vida de uma criança ou jovem);
- Etc..

Os técnicos devem procurar criar um ambiente sem simulações exageradas ou excessivas e compreender que o padrão relacional a que as crianças e os jovens estavam habituados vai, provavelmente, entrar em choque com a natureza do relacionamento proposto pela instituição.

O período de transição e de integração nem sempre é fácil. É necessário que os técnicos estejam tecnicamente preparados e sejam capazes de, em conjunto, delinear estratégias para cada caso, de modo a que as crianças/jovens não tirem partido das contradições habitualmente existentes entre os adultos.

Bibliografia recomendada:

Lei nº 147/99 de 9 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Alarcão, M. (2002). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.

Alberto, I. M. M. (2004). *Maltrato e trauma na infância*. Coimbra: Almedina.

Canha (2002). A criança vítima de violência. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes Crianças* (Vol. 2). Coimbra: Quarteto.

Smith, M, Forrest, B., Garland, P. & Hunter L. (2005). *Secure in the knowledge: Perspectives on practice in secure accommodation*.

Magalhães, T. (2003). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto.

Martins, P. C. (2002). *Maus-tratos a crianças – O perfil de um problema*. Braga: Universidade do Minho: Centro de Estudos da Criança.

Martins de Sá, A. G. P. (2000). *Crianças em risco em famílias de acolhimento: Como se percebem e avaliam*. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.

Silva, M., H., D. & al. (2004). Crianças e Jovens em risco - Da investigação à intervenção. Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Almedina.

Ward, A. (2006). Models of “ordinary” and “special” daily living: matching residential care to the mental-health needs of looked after children. *Child and family social work* (11). P. 336-346.

2. ENQUADRAMENTO DO MANUAL DE PROCESSOS

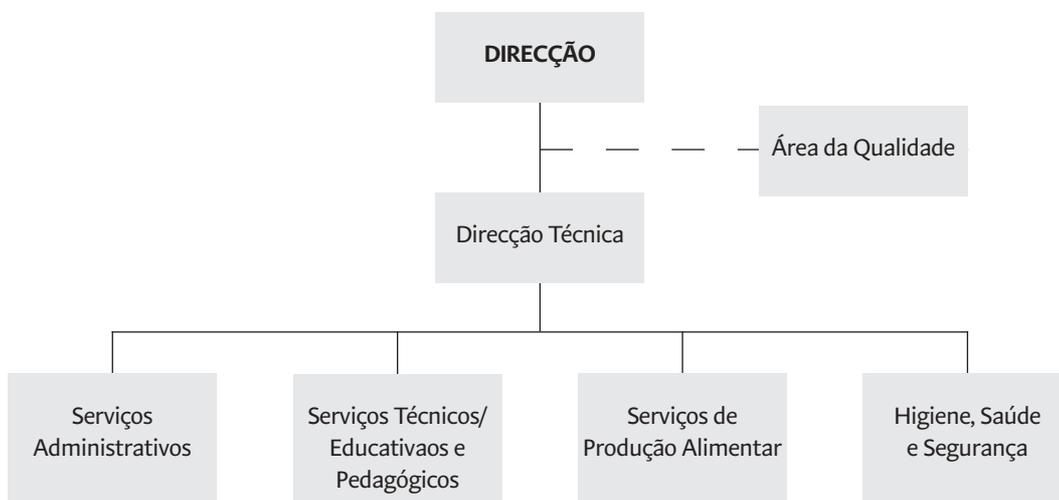
A gestão da qualidade é, actualmente, um elemento-chave de qualquer organização, quer no sector privado quer no sector público, envolvendo todas os colaboradores da organização, independentemente do nível hierárquico em que se encontrem.

Num cenário de crescente competitividade global, rápida inovação tecnológica, alteração de processos e constantes mudanças nos panoramas económico e social, as organizações tendem actualmente a procurar a implementação de sistemas de gestão da qualidade, tendo como objectivo principal a melhoria permanente da qualidade do serviço prestado e da sustentabilidade da própria organização.

Um sistema de gestão da qualidade permite criar o enquadramento certo para a melhoria contínua, de modo a aumentar a probabilidade de conseguir a satisfação dos clientes e das outras partes interessas, transmitindo ainda confiança à organização e aos seus clientes da sua capacidade para fornecer produtos que cumpram de forma consistente os respectivos requisitos.

Tendo por base as diferentes tipologias das entidades e organizações que prestam o serviço de Lar de Infância e Juventude, independentemente do número de clientes e da natureza da actividade, considera-se ao nível do modelo organizacional a existência dos seguintes serviços:

- Administrativos;
- Actividades técnicas/educativas e pedagógicas;
- Produção alimentar;
- Higiene, Saúde e Segurança.



O Quadro de Pessoal deve integrar colaboradores que possuam formação necessária e adequada à realização das funções que desempenham no conjunto dos serviços prestados, de forma a assegurar a qualidade dos mesmos.

O número de colaboradores a integrar depende da dimensão do estabelecimento, número e tipo de serviços oferecidos, tendo em atenção as orientações técnicas específicas para esta Resposta Social.

Para que uma organização funcione de forma eficaz, necessita de identificar e gerir numerosas actividades de forma interligada.

Neste contexto, sendo o âmbito de intervenção o sector da acção social, na área da população mais velha e em concreto a resposta Lar de Infância e Juventude, o presente Manual pretende apresentar alguns elementos para a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com o estabelecido no Critério 4 – Processos, do Modelo de Avaliação da Qualidade.

Para desenvolvimento deste Modelo, foram identificados seis processos-chave de prestação de serviço, independentemente da sua natureza e dimensão:

1. Acolhimento;
2. Avaliação Diagnóstica;
3. Plano Sócio-Educativo Individual;
4. Organização e Gestão das Actividades – Projecto Educativo;
5. Cuidados Especiais;
6. Nutrição e Alimentação.

Para cada um destes processos-chave foram definidos:

- **Objectivo, campo de aplicação, fluxograma das actividades/modo operativo, indicadores, dados de entrada e saída e responsabilidades.**
- **Instruções de trabalho** que descrevem as actividades associadas a cada processo baseadas num conjunto de boas práticas que se pretendem facilitadoras para a implementação dos respectivos processos.
- **Impressos** com o duplo objectivo de serem por vezes instrumentos de trabalho e registos das acções realizadas.

Compete à entidade prestadora do serviço, adoptar/adequar o conjunto de sugestões aqui apresentadas à missão e objectivos da organização que gere, para que possa implementar um Sistema de Gestão da Qualidade, não invalidando que esta desenvolva o seu próprio suporte documental recorrendo a outras soluções:

- Identificação de outros processos-chave que considerem mais adequados ao seu funcionamento, para além dos definidos no Modelo de Avaliação da Qualidade;
- Outras instruções de trabalho para melhor operacionalização dos seus processos;
- Elaboração de outros impressos mais adequados à realidade da Resposta Social.

Independentemente das soluções adoptadas, o objectivo final de melhorar os serviços desta Resposta Social deve estar presente na definição do Sistema de Gestão da Qualidade a implementar.

LEGENDA DO PONTO 4 — MODO OPERATÓRIO

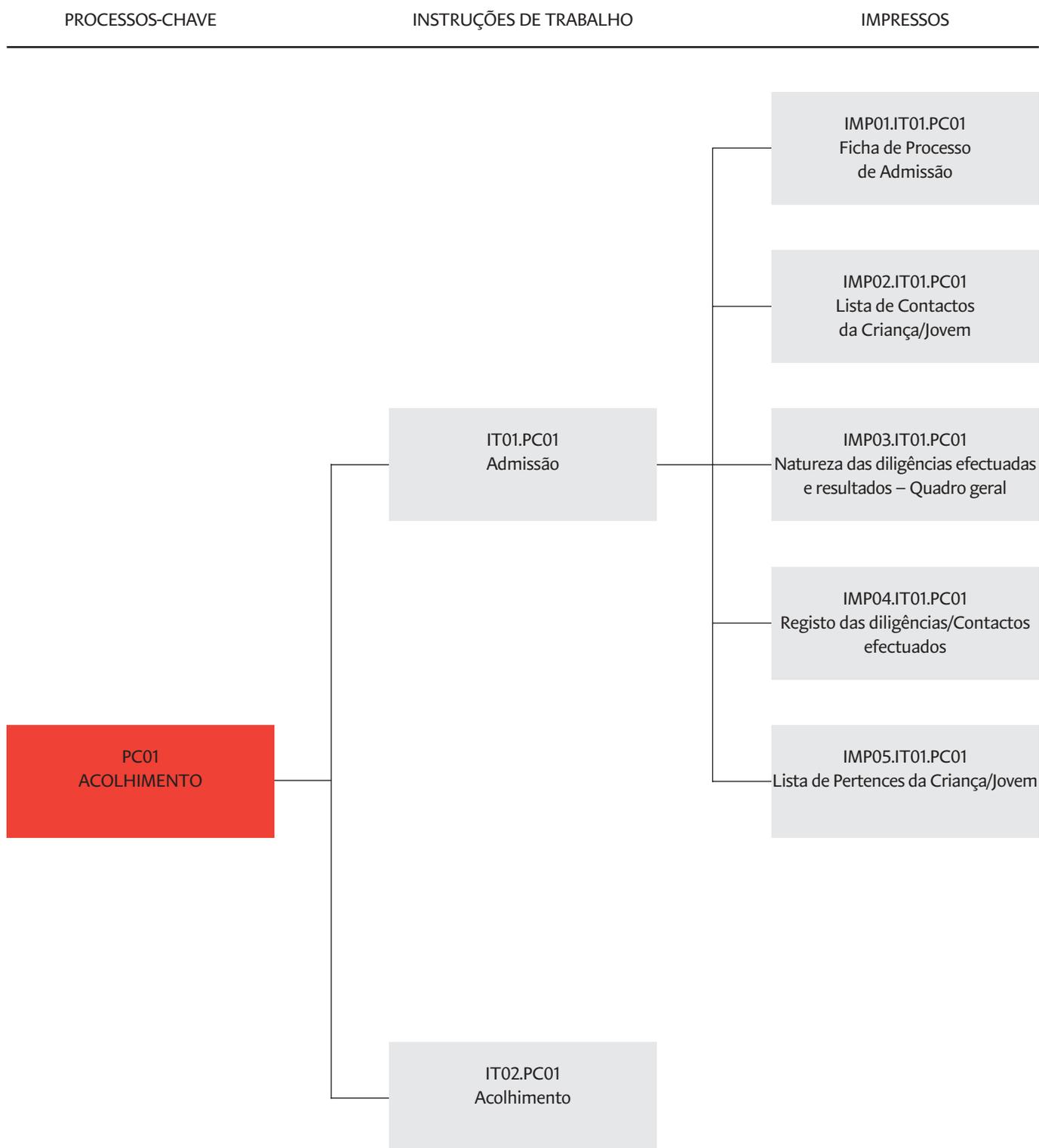
- R – Responsável pela execução da actividade
P – Participante na actividade
I – Destinatário do output

Criança/Jovem (Utilizador final que usufrui dos serviços prestados pela Resposta Social)	C/J
Significativos (Familiares, responsáveis pelo cliente, tutores, entre outros)	S
Instituição (Resposta Social, onde o cliente está integrado)	O
Direcção da Instituição	DI
Director técnico (Técnico com curso superior na área das Ciências Sociais e com competências pessoais e técnicas adequadas ao exercício da função)	DT
Equipa técnica (Técnicos qualificados: Psicólogo, Assistente Social, Educador Social, etc.)	ET
Equipa educativa (Educadores ou Técnicos com formação específica, superior ou não)	EE
Equipa de apoio (Profissionais de Apoio: Cozinheiro, Ajudante de cozinha, Empregados Auxiliares, Motorista, Administrativos e outros considerados necessários)	EA
Parceiros (Outras organizações que estabeleçam parcerias com a Resposta Social)	P

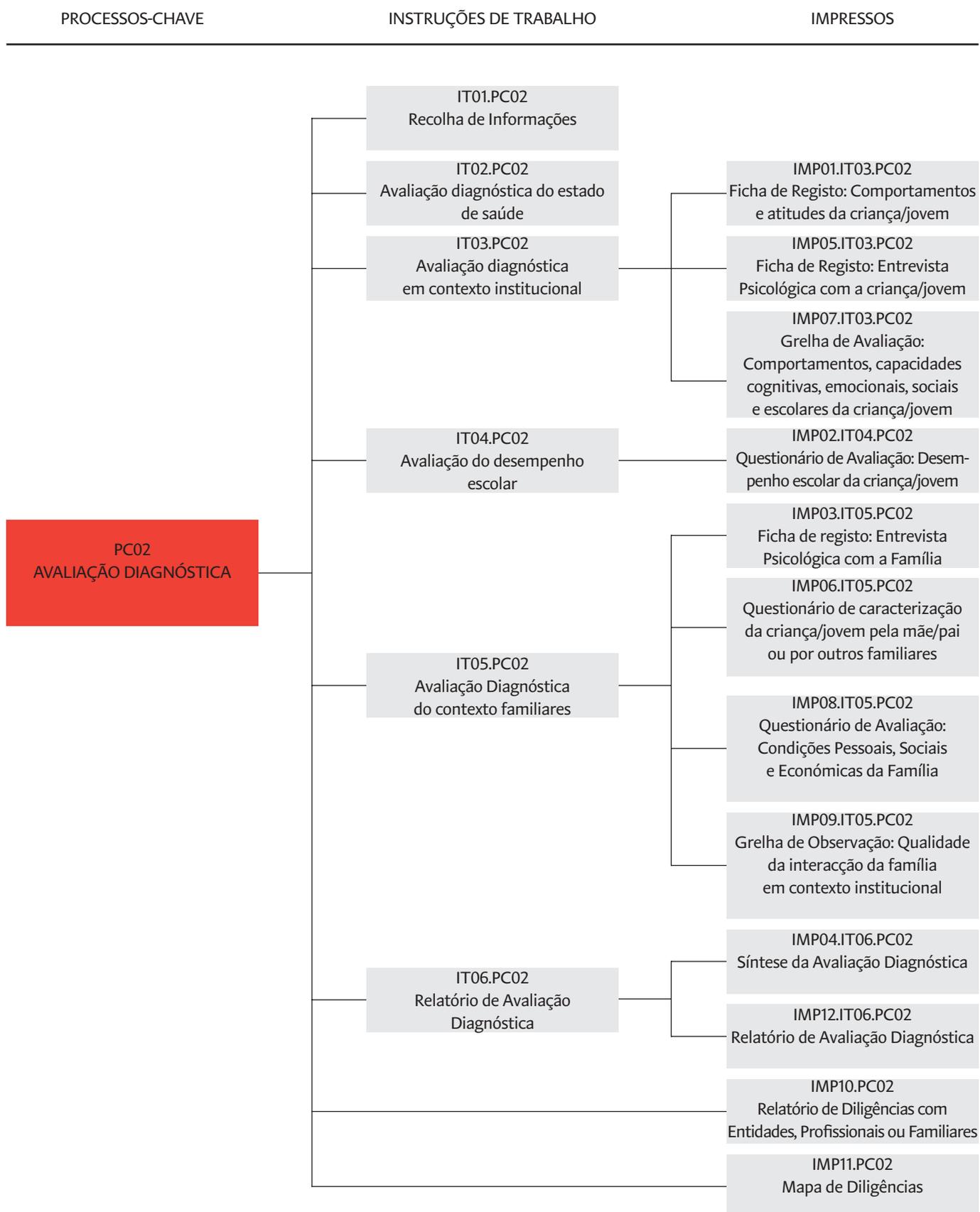
Criança/Jovem	C/J
Significativos	S
Instituição	I
Direcção da Instituição	DI
Director técnico	DT
Equipa técnica	ET
Equipa educativa	EE
Equipa de apoio	EA
Parceiros	P

Cada organização, deverá definir o responsável por cada actividade do processo, devendo constar esta identificação nos regulamentos da instituição.

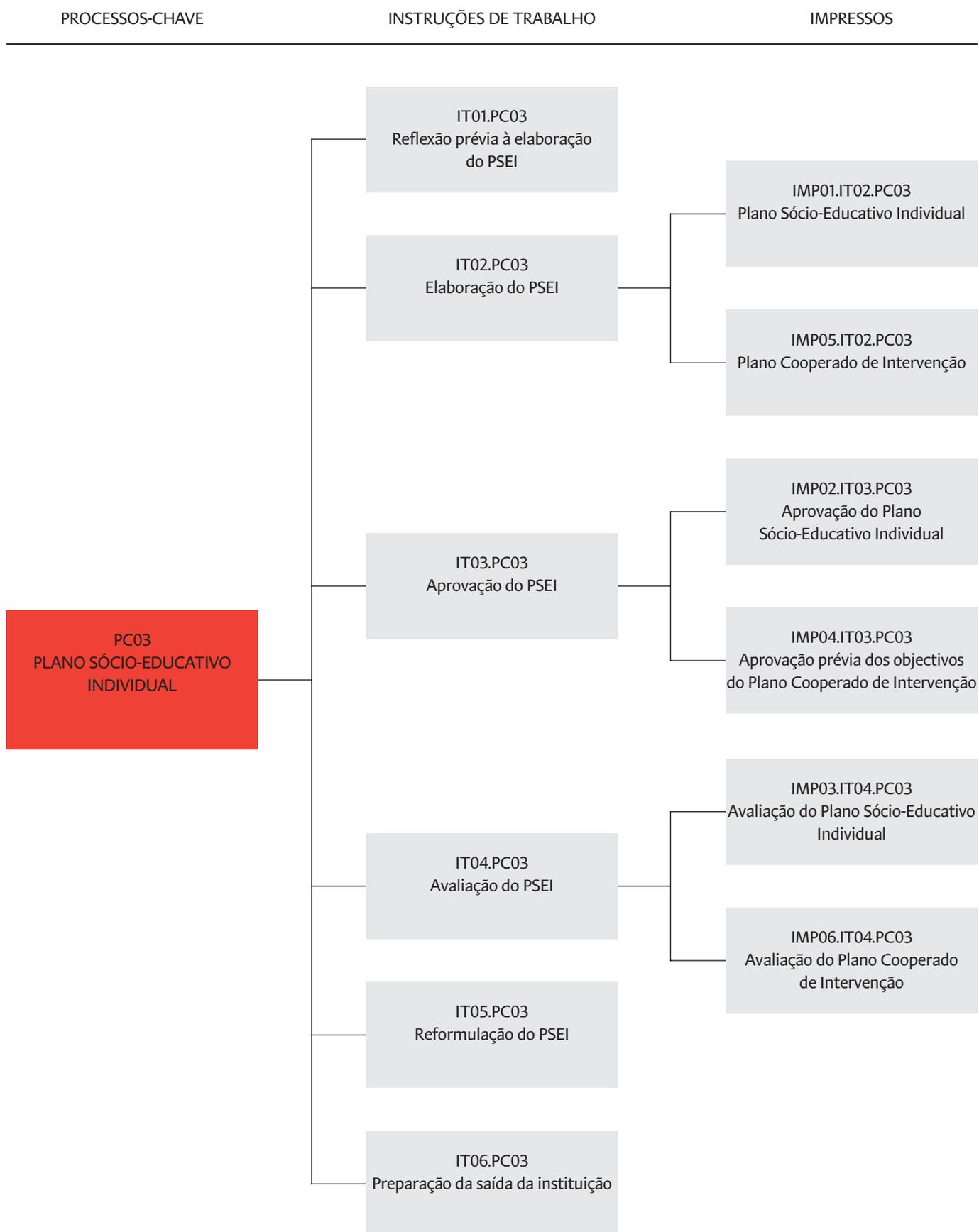
APRESENTAÇÃO GLOBAL DA DOCUMENTAÇÃO



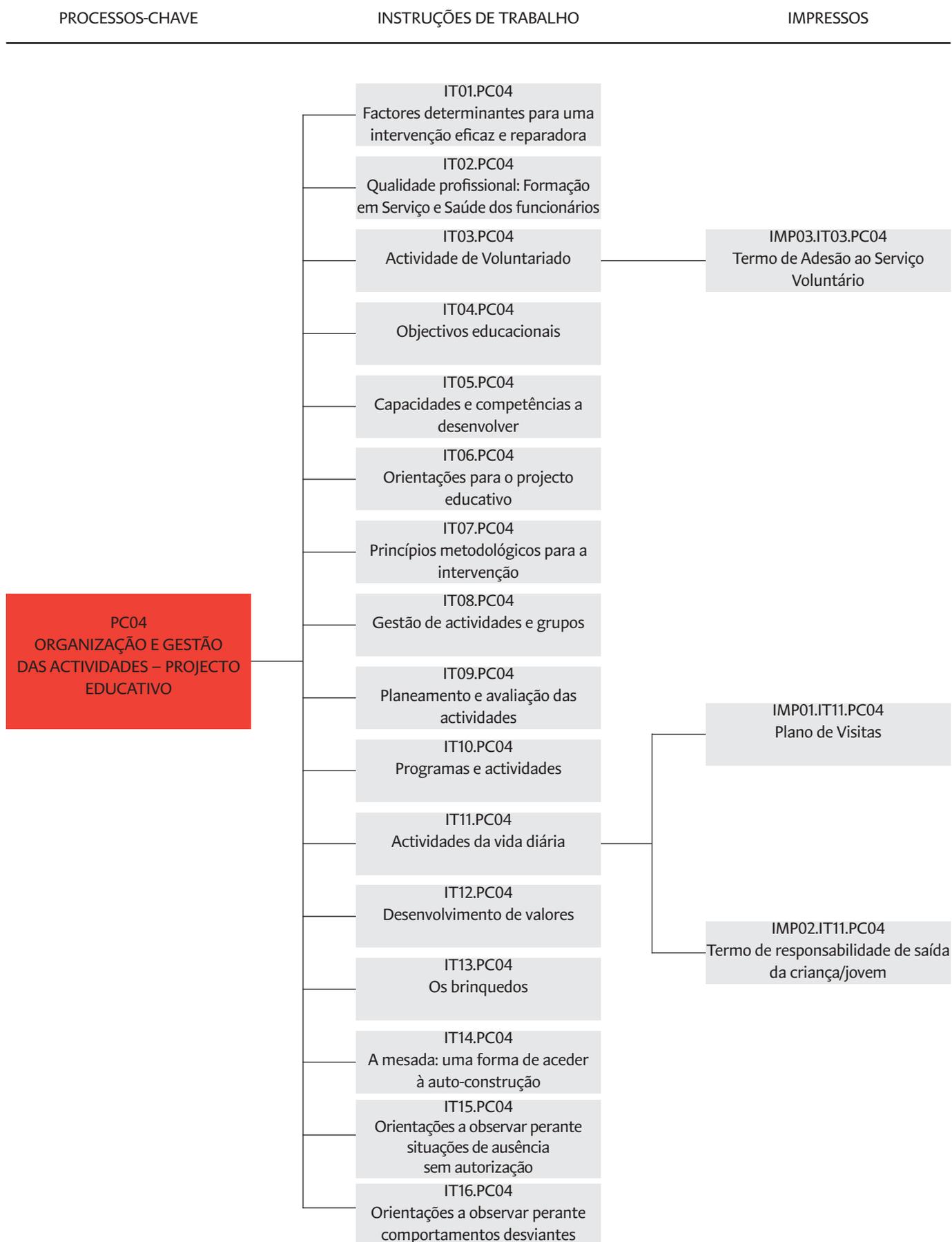
APRESENTAÇÃO GLOBAL DA DOCUMENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO GLOBAL DA DOCUMENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO GLOBAL DA DOCUMENTAÇÃO

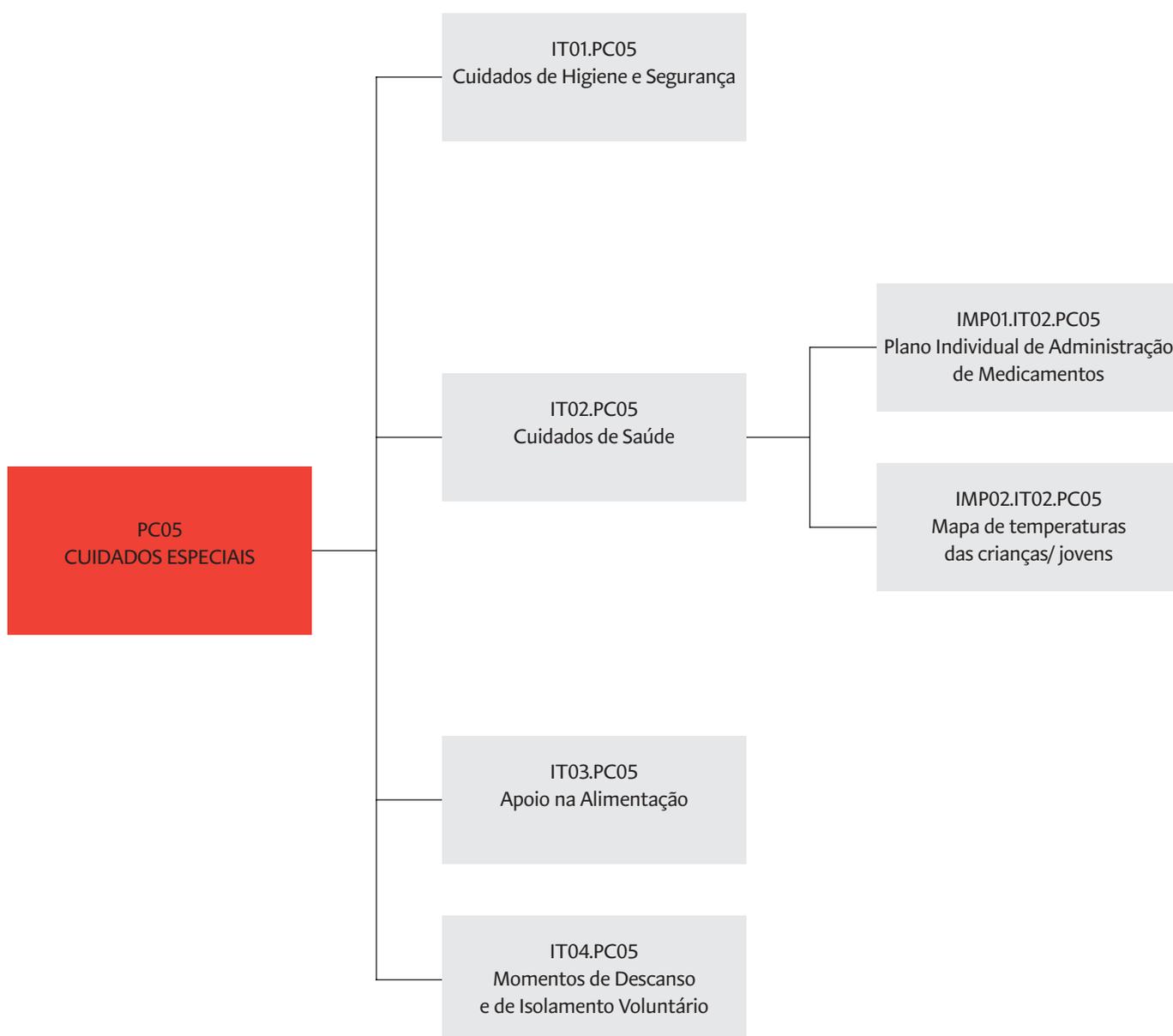


APRESENTAÇÃO GLOBAL DA DOCUMENTAÇÃO

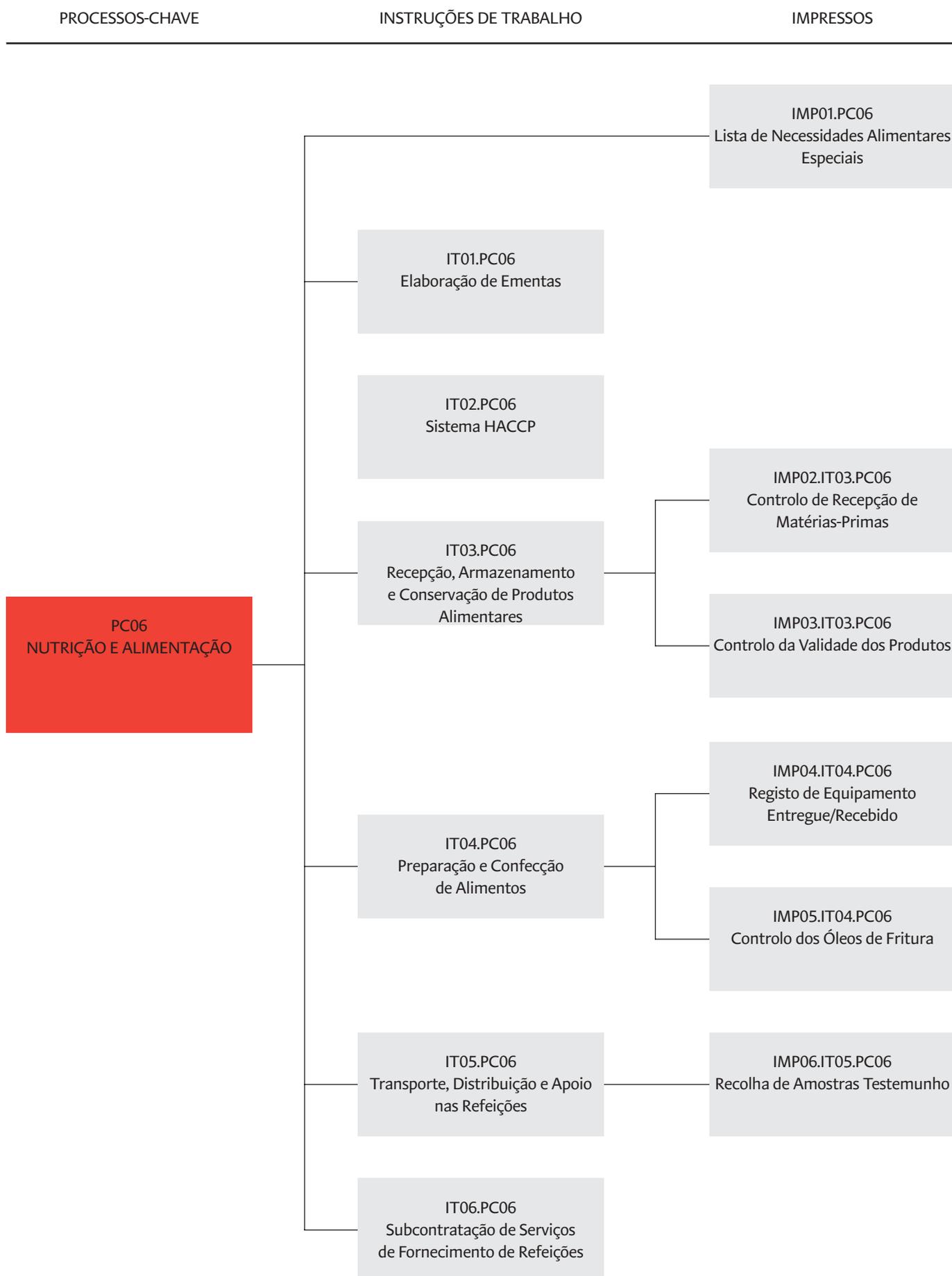
PROCESSOS-CHAVE

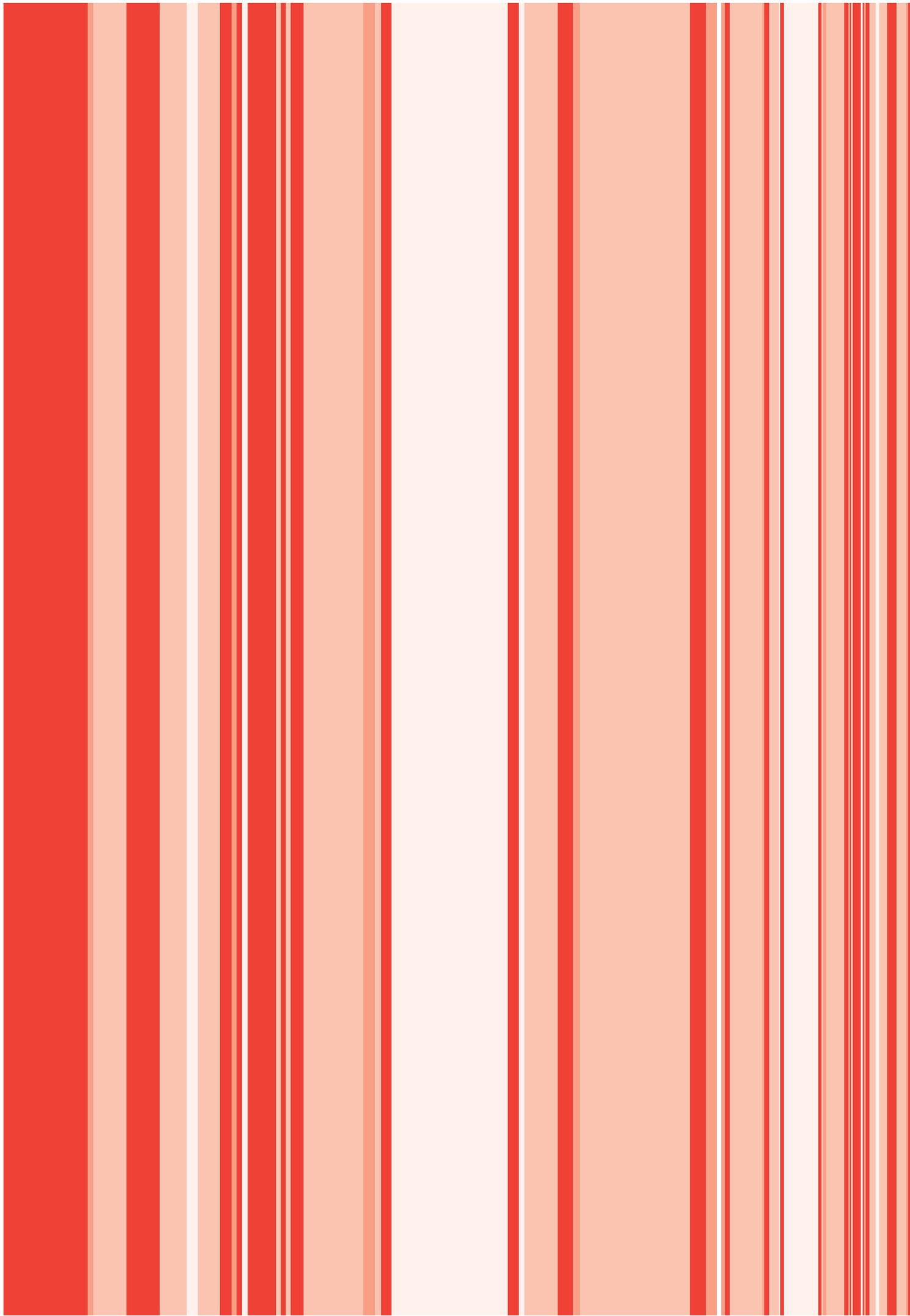
INSTRUÇÕES DE TRABALHO

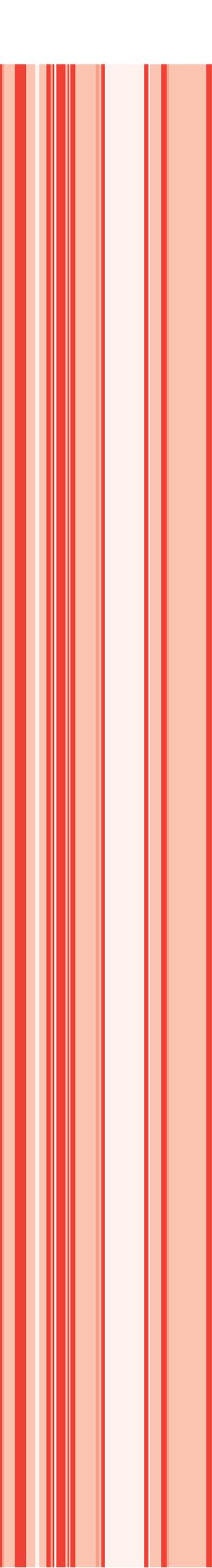
IMPRESSOS



APRESENTAÇÃO GLOBAL DA DOCUMENTAÇÃO







PC01
Acolhimento

PC01 Acolhimento

1. OBJECTIVO

Estabelecer orientações gerais e específicas para a preparação, organização e gestão do acolhimento das crianças/jovens no Lar de Infância e Juventude a quem foi aplicada uma medida de promoção e protecção de acolhimento institucional.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

A satisfação e concretização do processo de acolhimento envolvem toda a comunidade do Lar, designadamente a direcção, os técnicos, a equipa de apoio e as crianças e jovens que dele façam parte.

3. INDICADORES DO PROCESSO

Os indicadores do processo de acolhimento relacionam-se com a capacidade de cumprimento, por parte da equipa técnica e a equipa de apoio, dos requisitos prévios ao acolhimento físico da criança/jovem, assim como a garantia do acolhimento inicial assegurado nas primeiras 24 horas no Lar e, ainda, a abertura e início dos registos no Processo Individual (PI).

4. MODO OPERATÓRIO

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
<p>Contacto com a instituição</p> <p>Pedido de entrada de uma nova criança/jovem</p>	<pre> graph TD INICIO([INÍCIO]) --> PEDIDO[PEDIDO DE ENTRADA DE UMA NOVA CRIANÇA/JOVEM] PEDIDO --> DEC1{INSTITUIÇÃO TEM PROTOCOLO PARA GESTÃO CENTRALIZADA DE VAGAS?} DEC1 -- NÃO --> ANALISA[INSTITUIÇÃO ANALISA PEDIDO] DEC1 -- SIM --> ISS[ISS, IP (C DIST) ANALISA E INFORMA A INSTITUIÇÃO SOBRE A ADMISSÃO] ISS --> DEC2{CRIANÇA/JOVEM ADMITIDO?} DEC2 -- NÃO --> RAZAO[INFORMAÇÃO À ENTIDADE DA RAZÃO DA NÃO ADMISSÃO] DEC2 -- SIM --> PROCESSO[PROCESSO DE ADMISSÃO] ANALISA --> ACO[ACOLHIMENTO] PROCESSO --> ELAB[ELABORAÇÃO DO PI] ELAB --> ACO ACO --> FIM([FIM]) RAZAO --> ACO </pre>	<p>Avaliação do pedido de internamento</p>	DT	ET	C/J	<p>O Lar recebe o pedido de internamento da criança/jovem a quem foi aplicada uma medida de promoção e protecção de acolhimento institucional.</p>
<p>Critérios de Admissão</p>		<p>Decisão da Admissão</p>	DT	ET	CP CJ + T + SS	<p>Quando, por alguma razão, não é possível efectuar-se a admissão de uma determinada criança/jovem, a Direcção do Lar ou do Centro Distrital do ISS, IP no caso da instituição ter protocolo para a gestão centralizada de vagas, terá que enviar por escrito, (Ver IMP01.IT01.PC01 Ficha de Processo de Admissão) à entidade que solicitou o acolhimento, a resposta encontrada e a razão da não admissão. Ver ITP01 Admissão</p>
<p>Informação sobre a criança/jovem proveniente de entidades externas</p> <p>Decisão de admissão</p>		<p>Registo de Admissão</p> <p>Comunicação externa da decisão de admissão</p>	DT	ET + EE + EA	C/J	<p>A partir do momento em que se toma conhecimento da admissão de uma nova criança/jovem, procede-se à organização de todos os preparativos necessários à integração da mesma instituição. Ver IT01.PC01 Admissão</p>
<p>Dados e informações disponíveis sobre as características da criança/jovem</p>		<p>Abertura e organização do PI</p>	DT	ET + EE + EA	C/J	<p>Simultaneamente, procede-se à elaboração e organização do PI. Nele incluem-se todas as informações relativas à criança/jovem, assim como todos os documentos e instrumentos referentes ao trabalho desenvolvido em parceria com as outras entidades e a família e ao trabalho desenvolvido em contexto institucional com a criança/jovem, conforme previsto na IT01.PC01 Admissão.</p>
<p>Decisão de admissão</p> <p>Registo de admissão</p> <p>Abertura do Processo Individual (PI)</p>		<p>Nomeação do Gestor de Caso</p> <p>Conhecimento do Regulamento Interno</p> <p>Conhecimento da instituição: equipamento, recursos materiais e humanos</p>	DT	GC + ET + EE	C/J	<p>Diz respeito ao momento da recepção da criança ou jovem no Lar, ou seja, ao seu primeiro contacto com as pessoas e instalações da instituição. Neste momento é, igualmente, designado, o Gestor de Caso, identificado e organizado o espaço da criança/jovem e procede-se à familiarização desta com os espaços colectivos, os pares, os adultos, o funcionamento do CAT e as regras. Ver IT02.PC01 Acolhimento</p>

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrada	Origem
<ul style="list-style-type: none"> • Novo pedido de admissão • Informações disponíveis sobre a criança/jovem e a sua família 	<ul style="list-style-type: none"> • Tribunais • Comissões de Protecção de Crianças e Jovens • Centros Distritais do ISS, IP • Equipas de acolhimento de emergência • Santa Casa da Misericórdia de Lisboa • Forças de Segurança • Outras entidades com competência em matéria de Infância e Juventude
<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de admissão e priorização das crianças/jovens • Legislação e normativos aplicáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade
<ul style="list-style-type: none"> • Visão, Missão e Valores da Instituição • Capacidade do Lar de Infância e Juventude • Regulamentos Internos • Critérios para hierarquização e aprovação dos candidatos • Lista de Candidatos 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição • Centros Distritais do ISS, IP
Saída	Destino
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades e expectativas dos clientes e/ou significativos satisfeitas 	<ul style="list-style-type: none"> • Candidato e Significativos
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento da legislação e normativos vigentes • Candidato aprovado • Gestor de caso designado • Dossier de Processo Individual organizado • Lista de Candidatos 	<ul style="list-style-type: none"> • Responsável pelo processo de admissão
	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento para outra Instituição (quando aplicável)
Documentos de Referência	
Instruções de trabalho	Impressos
IT01.PC01 – Admissão	IMP01.IT01.PC01 – Ficha de Processo de Admissão IMP02.IT01.PC01 – Lista de Contactos da criança/jovem IMP03.IT01.PC01 – Natureza das diligências efectuadas e resultados – Quadro geral IMP04.IT01.PC01 – Registo de Diligências/contactos efectuados IMP05.IT01.PC01 – Lista de Pertences da criança/jovem
IT02.PC01 – Acolhimento	
Indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> • % de clientes admissíveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de clientes admissíveis/ número de pedidos de admissão X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % total de acolhimentos iniciais nas primeiras 24 horas da criança/jovem no Lar 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de acolhimentos iniciais nas primeiras 24 horas/ número total de acolhimentos X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de reclamações relativas ao processo de hierarquização e aprovação dos candidatos 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reclamações relativas ao processo de hierarquização e aprovação/ número total de reclamações X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de serviços procurados para os quais a instituição não tem oferta 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de clientes encaminhados para a comunidade/ número total de clientes que contactaram a instituição X 100
Gestor do processo	
Director(a) Técnico(a)	

IT01.PC01 Instrução de Trabalho — Admissão

1. POPULAÇÃO A ADMITIR

O Lar destina-se a crianças e a jovens, de ambos os sexos, a quem foi aplicada uma medida de promoção e protecção de acolhimento institucional.

2. ENTIDADES QUE SOLICITAM O ACOLHIMENTO

O pedido de acolhimento pode ser efectuado por:

- Tribunais;
- Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ);
- Entidades com competência em matéria de infância e juventude, e sempre que se verifique a necessidade de um acolhimento com carácter de urgência.

O procedimento de urgência, consignado na actual legislação em vigor, pressupõe que exista perigo actual ou iminente para a vida ou integridade física da criança/jovem e haja oposição dos detentores do poder paternal ou de quem tenha a guarda de facto.

No entanto, o recurso a este procedimento não é legítimo sempre que outros direitos que não sejam os da sua própria vida ou integridade física da criança/jovem estejam ameaçados.

Nestas situações, as entidades que assumiram a tomada de medidas adequadas, para protecção imediata da criança/jovem, devem solicitar de imediato a intervenção do tribunal ou das entidades policiais.

IT01.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ADMISSÃO

3. CRITÉRIOS A OBSERVAR NA ADMISSÃO

A admissão em Lar constitui uma intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança/jovem em perigo.

Acontece, segundo a legislação actual, quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou o seu desenvolvimento ou, ainda, quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança/jovem, não havendo oposição dos responsáveis pela criança/jovem de modo adequado a removê-lo.

A criança/jovem está em perigo quando, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria.
- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou foi vítima de abusos sexuais.
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal.
- É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento.
- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional.
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A admissão deve ser orientada pelos seguintes critérios:

- Deve dar-se preferência a clientes que residam no mesmo distrito do Lar, para que os contactos com os seus familiares sejam facilitados, se mantenham e reforcem os laços afectivos e a vinculação anteriormente estabelecida. Há, no entanto, situações em que a distância da zona de residência é aconselhável, designadamente nos casos em que o meio envolvente propicia e agrava a situação de perigo em que a criança/jovem se encontra (p.e proximidade com o agressor violento, as crianças/jovens que integram correios de droga ou uma rede de prostituição). A decisão deverá sempre ter em conta o superior interesse da criança/jovem.
- Devem ter-se em conta as fratrias para que não se separem os irmãos e se possa, durante o tempo de acolhimento, reforçar os laços existentes entre eles.
- Deve respeitar-se o direito de audição e de participação, quer das crianças/jovens a quem se aplica a medida de acolhimento quer dos pais ou dos seus representantes legais/pessoa que tenha a guarda de facto, nas decisões sobre o acolhimento institucional.

IT01.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ADMISSÃO**4. SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

Antes da chegada da criança/jovem, a instituição deve solicitar aos serviços que identificaram a situação de risco e procederam à aplicação da medida de acolhimento, todas as informações disponíveis relativas às características de vida da criança/jovem e da sua família.

Quando da chegada da criança/jovem, deve solicitar-se aos responsáveis pelo acompanhamento da entrega da criança/jovem no Lar que esta seja acompanhada pelos seus documentos pessoais, designadamente:

- A cédula pessoal;
- Cartão de utente;
- O boletim de vacinas;
- Relatórios e informações obtidas por outros parceiros sociais que conheçam a situação da criança/jovem e da família.

Caso a criança/jovem não possua documento de identidade, tal não pode constituir factor de exclusão, cabendo à instituição a agilização no sentido de obter os documentos necessários.

5. TOMADA DE DECISÃO SOBRE A ADMISSÃO

A decisão sobre a admissão é da competência da direcção do Lar em articulação com a equipa técnica e deve ser comunicada ao Centro Distrital, podendo este procedimento vir a ser alterado com vista a uma melhor eficácia na gestão das vagas em cada distrito.

Com a tomada de decisão sobre a admissão é realizado um registo interno do pedido, onde se inclui as seguintes informações:

- Identificação da criança/jovem;
- Data do pedido de admissão;
- Entidade solicitante;
- Motivo do pedido de acolhimento;
- Decisão de admissão;
- Data da decisão.

Quando, por alguma razão, não é possível efectuar-se a admissão de uma determinada criança/jovem, a direcção do Lar ou Centro Distrital do ISS, I.P., no caso da instituição ter protocolo para gestão centralizada de vagas, terá de enviar, por escrito, à entidade que solicitou o acolhimento, a resposta encontrada e a razão da não admissão. (Ver IMP01.IT01.PC01 Ficha de processo de admissão)

IT01.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ADMISSÃO**6. ANÁLISE PRÉVIA DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS – PREPARAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA PARA O ACOLHIMENTO**

Após ter sido dado o parecer favorável à admissão, antes da chegada da criança/jovem à instituição, a equipa técnica deve analisar os dados e as informações disponíveis sobre as características da criança/jovem e da família, para que, desta forma, se possa flexibilizar os procedimentos estabelecidos.

O acolhimento de emergência inviabiliza a preparação prévia da equipa técnica assim como os procedimentos que a seguir se sugerem. Neste caso, a equipa deverá ter um plano de acolhimento de emergência, e cumprir os procedimentos referidos nas 24 horas posteriores à entrada da criança/jovem na instituição.

7. ABERTURA DE PROCESSO INDIVIDUAL (PI)

As informações chegadas à instituição são motivo para a abertura do PI, após a decisão sobre a entrada da criança/jovem.

É fornecido, neste manual, um índice dos separadores para a organização do PI, onde se encontram inscritos os impressos a serem distribuídos por cada um (Anexo a esta Instrução de Trabalho).

A abertura e organização do PI devem contemplar os seguintes itens na lombada: indicação do nome da criança/jovem e do número do processo (para facilitar a consulta poderá ser o número interno do processo). O número interno do processo é habitualmente definido pelo número de entrada da criança/jovem no Lar e pelo ano da sua entrada (por exemplo, 562/2006 ou 562/06).

O PI deve conter e organizar-se com os seguintes elementos:

Na capa:

- Nome da Instituição
- Nome da Criança/Jovem
- Número do Processo na Instituição
- Número do Processo de Promoção e Protecção

No interior:

- Ficha do processo de admissão (que será sempre preenchida, independentemente da decisão de admissão ter sido desfavorável). – *IMP01.IT01.PC01*
- Lista de pertences da criança/jovem – *IMP05.IT01.PC01*
- Documento sinalizador do pedido de admissão

IT01.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ADMISSÃO

- Lista de contactos da criança/jovem (contactos de instituições, profissionais, familiares e pessoas significativas) – *IMP02.IT01.PC01*
- Avaliação diagnóstica
- Natureza das diligências / contactos efectuados – *IMP03.IT01.PC01*
- Registos de diligências/contactos efectuados – *IMP04.IT01.PC01*
- Correspondência oficial
- Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI)
- Plano Cooperado de Intervenção (PCI)

7.1. Actualização do PI

A actualização do PI é um procedimento constante ao longo de todo o acolhimento. A partir do momento em que se nomeia um técnico como Gestor de Caso, será ele o responsável pela actualização do PI.

8. PREPARAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS RESIDENTES

Conhecidas algumas das características da criança/jovem que se vai acolher, deve escolher-se o grupo onde ela será inserida, falar com todos os seus elementos e prepará-los para a recepção do novo elemento. As crianças/jovens devem ser incentivadas a preparar um pequeno “espectáculo”, um “sketch”, um presente, para dar as boas vindas à criança/jovem.

Nota: Os grupos não devem exceder as seis ou oito crianças/jovens; devem ser heterogéneos em relação às idades e, em cada quarto deverá haver um jovem ou uma criança mais velha que se responsabilize pelos mais novos.

IT01.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ADMISSÃO

ANEXO – ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO INDIVIDUAL

Na Capa:

- Designação do Lar de Infância e Juventude
- Nome
- Nº de Processo Interno
- Nº de Processo de Promoção e Protecção

Índice:

1.º Separador:

- Ficha do processo de admissão
- Lista de pertences da criança/jovem

2.º Separador:

- Documento sinalizador do pedido de admissão

3.º Separador:

- Lista de contactos da criança/jovem (contactos de instituições, familiares e pessoas significativas)

4.º Separador:

- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica de saúde
- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica psicológica
- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica escolar
- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica familiar

5.º Separador:

- Mapa de contactos: natureza e resultados
- Registos de contactos efectuados

6.º Separador:

- Correspondência oficial com o Tribunal
- Correspondência oficial com a CPCJ, ECJ (Equipas de Crianças e Jovens da Acção Social) ou outras equipas locais
- Correspondência oficial com a Família
- Correspondência oficial com outras Entidades

7.º Separador:

- Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI)

8.º Separador:

- Plano Cooperado de Intervenção (PCI)

IT02.PC01

Instrução de Trabalho — Acolhimento

O acolhimento é um momento decisivo, já que a experiência positiva ou negativa vivenciada durante este período vai influenciar, de forma importante, a integração da criança/jovem. Assim sendo, a equipa técnica deve estar atenta a todos os sinais que possam surgir, interpretá-los e resolver, no imediato, situações que contribuam para reforçar o sofrimento da criança/jovem, respeitando sempre os tempos e a fragilidade emocional da mesma.

No caso de se verificar uma transferência de um CAT para o Lar, é desejável que ambas as instituições preparem a mudança e dêem a conhecer com tempo as instalações do Lar.

Caso se verifique, ao longo do acolhimento, qualquer ocorrência que ponha em causa a medida de acolhimento (por exemplo fuga, inadaptação grave), a equipa técnica deverá informar a CPCJ, o Tribunal e as Forças de Segurança e propor as medidas que considerar mais adequadas.

1. RECEPÇÃO DA NOVA CRIANÇA/JOVEM

A criança/jovem a ser acolhida deve ser acompanhada pelo técnico que efectuou o pedido de admissão e, sempre que possível, por alguém com quem tenha mantido uma relação privilegiada, para que lhe seja proporcionada uma chegada ao novo contexto o mais securizante possível.

A apresentação do Lar deve ser efectuada por um elemento da equipa técnica ou da equipa educativa respeitando sempre o ritmo, o estado emocional da criança/jovem e, ainda, as questões que são

IT02.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACOLHIMENTO

colocadas por esta. É apresentado o local onde passará a dormir e os espaços que lhe serão destinados para guardar os seus bens pessoais (*IMP05.IT01.PC01 – Lista de pertences da criança/jovem*).

A qualidade da recepção, assim como o programa de acolhimento inicial (apresentado no ponto 3), é crucial para a tranquilidade, segurança e confiança futura da criança/jovem no novo espaço, nos adultos e nas restantes crianças e jovens da instituição.

2. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INICIAL

O programa de acolhimento inicial, a realizar-se durante a primeira semana após a chegada da criança/jovem ao Lar, deverá orientar-se para:

- 2.1 Designação do gestor de caso;
- 2.2 Identificação e organização do espaço da criança/jovem;
- 2.3 Familiarização com os espaços colectivos do Lar;
- 2.4 Familiarização com os pares do Lar;
- 2.5 Familiarização com os adultos do Lar, bem como com os seus espaços de trabalho e suas funções;
- 2.6 Conhecimento das regras e modo de funcionamento do Lar pelas crianças/jovens e pelas suas famílias.

2.1. Designação do gestor de caso

A designação do gestor de caso é da responsabilidade do director técnico da instituição, que perante as características e condição da criança/jovem e dos técnicos que integram a equipa, escolherá aquele que tiver um perfil mais adequado.

O gestor de caso deverá ser um elemento da equipa técnica: assistente social, educador, educador social ou psicólogo.

Embora a escolha do gestor de caso exija o cuidado devido, pela enorme importância que este desempenha na qualidade de integração da criança/jovem, a sua designação deverá ocorrer durante o primeiro dia de acolhimento da mesma.

O gestor de caso, em estreita ligação com o técnico que acolheu a criança/jovem, é responsável:

- Pela actualização, gestão e organização do processo individual de cada criança/jovem onde constará a toda a informação externa e interna à instituição referente à situação da criança/jovem e da sua família (apresentado seguidamente no ponto 3);
- Pela potencialização do trabalho cooperativo entre si e o tutor social da criança/jovem, no sentido de proporcionar a aproximação e a criação de laços afectivos entre esta e os

IT02.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACOLHIMENTO

- restantes técnicos e colaboradores da instituição;
- Pela identificação dos comportamentos significativos, das facilidades e obstáculos à integração institucional e à inclusão no grupo;
 - Pelo acompanhamento do programa de acolhimento inicial (contudo, todos os técnicos do Lar terão o dever de apoiar e facilitar todo esse processo);
 - Pelo acompanhamento da intervenção.

O gestor de caso pode ou não ser responsável pela operacionalização dos planos de intervenção (apresentados no *PC03 - Plano Sócio-educativo Individual*).

Em suma, pretende-se que o gestor de caso esteja atento para que sejam criadas condições facilitadoras da adaptação e familiarização da criança/jovem à instituição, bem como para a sua educação e formação pessoal e social.

2.2. Identificação e organização do espaço da criança/jovem

Nesta etapa, é necessário que o gestor de caso proceda, juntamente com a criança/jovem e com o seu tutor social, à identificação dos espaços que vai utilizar. Essa identificação passa por etiquetar, com o seu nome, as prateleiras e gavetas destinadas à arrumação da sua roupa e dos seus objectos pessoais.

A identificação e a organização do espaço da criança/jovem é de grande importância, já que ao vir para o Lar, deixando o seu contexto familiar, perdeu, em parte, os seus referenciais e com eles o sentimento de identificação ao espaço, onde tinha as suas raízes, os seus objectos preferidos, os jogos e as boas e más recordações.

É, assim, importante conferir à criança/jovem recém-chegado a maior segurança possível e o sentimento de individualidade e de controlo sobre as suas coisas.

2.3. Familiarização com os espaços colectivos do Lar

O gestor de caso deverá fazer a apresentação de todos os espaços colectivos da instituição que serão, também eles, usufruídos pela criança/jovem no seu dia-a-dia.

2.4. Familiarização com os pares do Lar

A familiarização com as restantes crianças e jovens do Lar deverá ser potencializada pelo tutor social, em articulação com todo o restante grupo. Será com esse fim, que estes realizam a apresentação da actividade que prepararam para a nova criança/jovem (um pequeno “espectáculo”, um “sketch”, um presente, etc.).

IT02.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACOLHIMENTO

O gestor de caso deverá igualmente preparar, em colaboração com o psicólogo da instituição, algumas actividades e jogos de apresentação e de quebra-gelo no grupo.

2.5. Familiarização com os adultos do Lar, bem como com os seus espaços de trabalho e as suas funções

Enquanto se mostram os espaços do Lar destinados ao trabalho da equipa técnica e de apoio, o gestor de caso, deverá ir apresentando os vários elementos que a integram.

Cada um dos técnicos deverá ter o cuidado de explicar à criança/jovem, mediante a sua idade, qual a sua função e em que é que lhe poderá ser útil durante o seu acolhimento no Lar.

Dever-se-á providenciar o espaço necessário para que a criança/jovem coloque as suas dúvidas e questões e que obtenha resposta a todas elas, tanto no momento da sua apresentação como posteriormente.

2.6. Conhecimento das regras e modo de funcionamento do Lar pelas crianças/jovens e pelas suas famílias

É importante que, desde o início, a criança/jovem se aperceba do planeamento e gestão das rotinas diárias para que rapidamente se aproprie das regras do funcionamento da casa.

O conhecimento das rotinas para além de facilitarem a integração, permite à criança/jovem organizar a sua angústia e ansiedade, elaborar o sentimento de perda, diminuir o sofrimento e aumentar a probabilidade de se sentir mais tranquila e confiante.

As rotinas deverão estar organizadas de acordo com os horários, sendo estes efectuados em três turnos correspondentes ao período da manhã, da tarde e da noite.

A explicitação das regras e do modo de funcionamento da casa encontra-se inscrita:

- No regulamento interno;
- Na brochura de apresentação destinada especificamente às crianças/jovens e suas famílias.

Regulamento Interno

A necessidade da existência de normas reguladoras das relações entre os elementos do Lar e a instituição; o papel que esta deverá assumir face à comunidade, aos clientes, às famílias, aos técnicos e restantes profissionais; a definição das estruturas dos órgãos de administração, de gestão da instituição e respectivas estruturas de orientação educativa, constituem o Regulamento Interno (RI) do Lar.

IT02.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACOLHIMENTO

Neste instrumento, devem estar inscritos os direitos e deveres das crianças/jovens, das famílias, da direcção e dos elementos da equipa técnica, educativa e de apoio.

A elaboração do RI deve ser feito em conjunto pelos diversos elementos da instituição, sendo que a sua coordenação deve ser assumida pelo director.

No RI devem constar, de forma clara, explícita e detalhada, as orientações necessárias que regulam a vida e o funcionamento do Lar. Este documento deverá conter os seguintes itens:

- Identificação da instituição, (origem, fundadores, história, localização, caracterização em termos de clientes e de pessoal, princípios orientadores da convivência de toda a comunidade, com vista à concretização do respectivo projecto educativo);
- Objecto e âmbito da aplicação
- Estrutura organizacional
 - Estrutura de administração e gestão
 - Competências
- Intervenientes, responsabilidades e gestão do processo educativo
 - Intervenção da Equipa Técnica
 - Intervenção da Equipa Educativa
 - Intervenção da Equipa de Apoio
 - Intervenção da Família
 - Intervenção da Escola
 - Intervenção de Voluntários
 - Intervenção da Comunidade - Parcerias
- Organização do espaço
 - Instalações e equipamentos
 - Espaço de alojamento (manutenção, decoração, higiene e segurança);
 - Espaço destinado à Equipa Técnica
 - Espaço destinado à Equipa Educativa
 - Espaço destinado à Equipa de Apoio
- Acolhimento, integração e preparação da saída
- Avaliação diagnóstica
- Planeamento, gestão e avaliação das actividades interiores e exteriores
 - Actividades domésticas e de rotina
 - Actividades de natureza escolar
 - Actividades formativas para a cidadania, civismo e solidariedade
 - Actividades culturais, lúdicas e recreativas
 - Plano Sócio-Educativo Individual
- Direitos e deveres dos membros da comunidade do Lar
 - Direitos e deveres das Crianças e Jovens

IT02.PC01 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACOLHIMENTO

- Direitos e deveres da Família
- Direitos e deveres da Equipa Técnica
- Direitos e deveres da Equipa Educativa
- Direitos e deveres da Equipa de Apoio
- Intervenção com a Família
- Contactos com Tribunais, CPCJ e Equipas de Acção Social
- Instrumentos de registo
- Informações e cuidados de saúde
- Urgências
- Cuidados pessoais
- Alimentação e nutrição
- Visitas e contactos
- Empresas e associações patrocinadoras
- Donativos e ajudas

Nota: o Regulamento Interno deverá ter sempre em consideração e, desta forma, integrar todas as orientações e normas emanadas pelo tribunal. O RI não se pode sobrepor às disposições legais em vigor, p.e. prever a possibilidade de expulsão da criança/jovem ou a limitação de visitas no período de acolhimento.

Brochura de apresentação

A brochura de apresentação tem como objectivo explicar às crianças e jovens e às suas famílias a forma de funcionamento e a filosofia do Lar:

- Rotinas das crianças/jovens;
- Actividades desenvolvidas;
- Princípios e regras de funcionamento;
- Direitos e deveres das crianças/jovens e das suas famílias.

As brochuras devem ser personalizadas por cada Lar para que o seu conteúdo se aproxime o mais possível da realidade vivida no seu contexto.

Nesse sentido, poder-se-á ilustrar as brochuras com fotografias da instituição e/ou desenhos elaborados pelas crianças e jovens acolhidos¹.

A brochura deve, ainda, conter as principais rotinas, actividades, princípios e regras de funcionamento, direitos e deveres das crianças/jovens e das suas famílias que sejam consideradas as mais importantes para o Lar.

Apresenta-se em anexo o documento orientador de uma brochura de apresentação a título de exemplo.

1. **IMPORTANTE:** Para assegurar a segurança e a privacidade de todas as criança/jovem e suas famílias é importante que estes não sejam identificados nas brochuras, não sendo, por isso, aconselhável incluir os seus nomes e/ou fotografias.

Anexo Brochura de apresentação do Lar – Aspecto exterior (a título de exemplo)



Brochura de apresentação do Lar – Aspecto interior (a título de exemplo)

...Uma Casa onde moram outros meninos e meninas e onde também vais morar durante algum tempo.

A Casa também é tua!

ROTINAS

- ☞ De manhã acordamos e arranjamo-nos.
- ☞ Depois de tomar o pequeno-almoço, vamos para a escola aprender coisas novas e brincar.
- ☞ Quando regressamos da escola fazemos os trabalhos de casa e brincamos.
- ☞ Comemos juntos na sala de refeições, onde também convivemos e conversamos.
- ☞ À noite dormimos para ganhar energias para um novo dia.

ACTIVIDADES

Temos tempo para:

- ☞ Estudar e aprender
- ☞ Passar momentos com a família e amigos
- ☞ Fazer passeios e ter férias juntos
- ☞ Visitar museus, exposições, ir ao cinema, etc.
- ☞ Praticar desporto
- ☞ Participar em convívios com outras crianças e jovens de outras instituições e associações
- ☞ Convidar a família e amigos para a nossa festa de aniversário, festa de Carnaval, festa de Natal, etc.

PRINCÍPIOS E REGRAS DE FUNCIONAMENTO

- ☞ As crianças/jovens e os adultos da Casa são como uma família.
- ☞ Somos amigos uns dos outros.
- ☞ Todos partilhamos.
- ☞ Temos que respeitar o espaço e as coisas de cada um.
- ☞ Temos que cuidar e estimar a Casa e tudo que nela se encontra.
- ☞ Todos temos responsabilidades e que ajudar nas tarefas.

Direitos das Crianças/Jovens	Deveres das Crianças/Jovens
☞ Pedir e ter ajuda sempre que precisar.	☞ Respeitar as regras de funcionamento.
☞ Manter contacto e receber visitas da família.	☞ Respeitar as outras crianças/jovens e os adultos.
☞ Ter um quarto com outros meninos/as.	☞ Ajudar os outros quando precisarem.
☞ Ter o seu espaço e pertences.	☞ Cumprir horários e objectivos.
☞ Aprender coisas novas e ir à escola.	
☞ Brincar.	
☞ Ser feliz.	

Direitos das Famílias	Deveres das Famílias
☞ Ser esclarecida em todas as suas questões.	☞ Respeitar as regras de funcionamento.
☞ Ser respeitada e não julgada.	☞ Respeitar as crianças/jovens e os adultos.
☞ Conhecer o Regulamento Interno da Instituição.	☞ Colaborar com a Equipa da Instituição.
☞ Estar a par do Plano Sócio-educativo Individual delineado para a criança/jovem.	☞ Cumprir horários, objectivos e responsabilidades.
☞ Receber apoio para desenvolver competências parentais.	☞ Oferecer condições para o bem-estar da criança/jovem.

Ficha de Processo de Admissão

Identificação do Estabelecimento

IMP01.IT01.PC01 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 2

Identificação da criança/jovem

Nome completo	Data Nasc.	Nacionalidade	Naturalidade
---------------	------------	---------------	--------------

Identificação dos pais ou representantes legais

Nome completo - Mãe	Tel. Residência	Tel. Móvel	Tel. Emprego
---------------------	-----------------	------------	--------------

Morada	N.º/Andar	Código Postal	Localidade
--------	-----------	---------------	------------

Nome completo - Pai	Tel. Residência	Tel. Móvel	Tel. Emprego
---------------------	-----------------	------------	--------------

Morada	N.º/Andar	Código Postal	Localidade
--------	-----------	---------------	------------

Nome completo - Representante Legal	Tel. Residência	Tel. Móvel	Tel. Emprego
-------------------------------------	-----------------	------------	--------------

Morada	N.º/Andar	Código Postal	Localidade
--------	-----------	---------------	------------

Identificação do processo interno

N.º de Processo Interno:

N.º de Processo de Promoção e Protecção:

Tribunal:

CPCJ:

Pedido de admissão

Data do pedido:

Entidade responsável pelo pedido:

Data de chegada do pedido à instituição:

IMP01.IT01.PC01 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 2

Processo de decisão

Resultado da Decisão: Admissão Não Admissão

Data da Decisão:

Observações:

Em caso de decisão favorável à admissão,

Data provável para o acolhimento:

Gestor de Caso:

Controlo de Documentos Recebidos

- Cédula pessoal / bilhete de identidade
- Visto / autorização de residência
- Cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde
- Boletim de vacinas
- Relatórios e informações obtidas por outros parceiros sociais que conheçam a situação da criança/jovem e da família
- Outros documentos

O Técnico

Data

Lista de Contactos da Criança/Jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT01.PC01 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Identificação da criança/jovem

Nome completo

N.º Processo Interno

N.º de Processo de Promoção e Protecção:

N.º de Processo Tutelar Educativo:

N.º de Processo Judicial:

Tribunal:

CPCJ:

Contactos

Contacto de: Familiares Entidades e Pessoas Responsáveis

Familiares ou Pessoas Significativas

Nome	Grau Parentesco	Morada	Telefone

Instituições, Entidades ou Profissionais

Designação	Morada	Telefone

O Técnico

Data

Natureza das diligências efectuadas e resultados – Quadro Geral

Identificação do Estabelecimento

IMP03.IT01.PC01 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Data	Acção Realizada	Objectivos	Intervenientes	Avaliação

Identificação da criança/jovem

Nome completo

N.º Processo Interno

N.º de Processo de Promoção e Protecção:

N.º de Processo Tutelar Educativo

N.º de Processo Judicial

Tribunal

CPCJ

Tipo de diligência/contacto efectuado

- Outras Entidades ou Profissionais
- CPCJ, ECJ ou outras equipas locais
- Tribunal
- Família
- Escola

Data de Contacto	Técnico/Entidade/Familiar Contactado	Motivo	Técnico do Lar

Lista de Pertences da Criança/Jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP05.IT01.PC01 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Pertences que acompanhavam a criança/jovem no momento do acolhimento

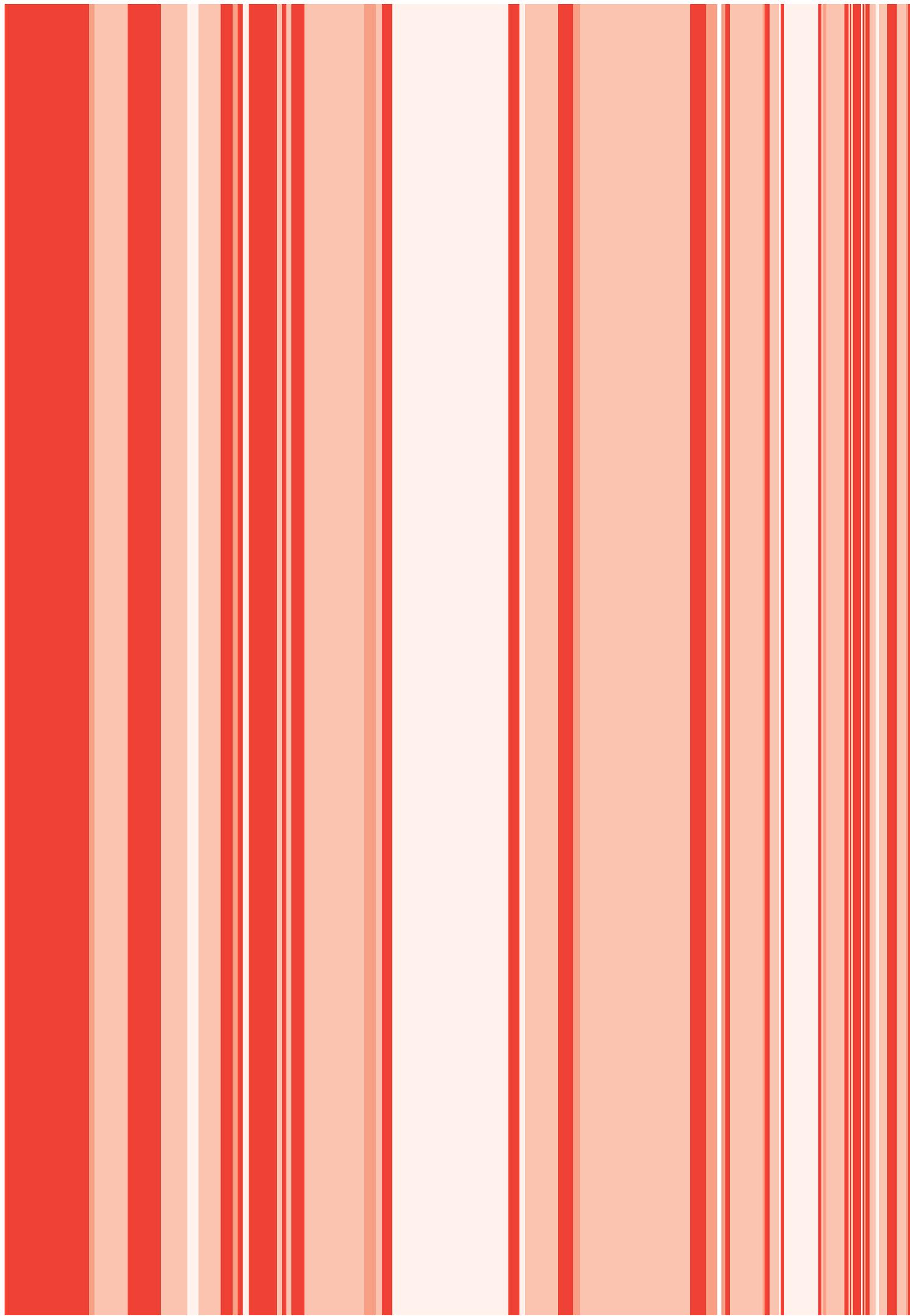
Descrição	Quantidade	Observações	Técnico

Pertences adquiridos após o acolhimento

Descrição	Quantidade	Observações	Técnico	Meio de aquisição	Data de aquisição

O Técnico

Data



PC02
Avaliação Diagnóstica

PC02

Avaliação Diagnóstica

1. OBJECTIVO

Estabelecer directrizes gerais para a elaboração da avaliação diagnóstica (AD) e fornecer um conjunto de informações que permitam à equipa técnica do Lar, conhecer e descrever a criança/jovem, as áreas fortes e fracas do seu desenvolvimento, as suas capacidades de resolução de situações problemáticas, as suas características de personalidade e os seus comportamentos sociais aprendidos e que habitualmente caracterizam o seu padrão de interacção social com os pares e com os adultos que integram o seu contexto de vida. Um segundo objectivo prende-se com a necessidade de conhecer a família, compreender as suas dificuldades e as características da relação que estabelece com a criança/jovem e promover com os recursos internos ou externos à instituição as condições necessários que tornem possível o regresso da criança/jovem ao seio familiar.

O AD é, a todos os títulos, o instrumento fundamental para a definição ou redefinição do projecto de vida, para o que vai contribuir os resultados alcançados pela intervenção sócio-educativa cujas bases de orientação estão no PC03 Plano Sócio-Educativo Individual.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se à equipa técnica e a todos os colaboradores responsáveis pelas actividades desenvolvidas na instituição. Na impossibilidade de se dispor de uma equipa multidisciplinar, a AD de algumas áreas, poderá ter de ser realizada por especialistas, externos à instituição.

3. INDICADORES DO PROCESSO

São ferramentas essenciais para medir o desempenho dos Processos. A monitorização do processo será realizada através do controlo dos indicadores de avaliação, definidos no Modo Operatório.

4. MODO OPERATÓRIO

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
Processo individual IMP05.IT03.PC02	INÍCIO ↓ RECOLHA DE INFORMAÇÕES	Informações recolhidas - tratadas Registo no processo das informações no separador específico	DT	GC + ET + EA + EE	C/J	A recolha de informações deve ser realizada após o momento da entrada. Devem ser contactados todos os serviços intervenientes até ao momento. Prazo para a recolha das informações: 1 mês após o acolhimento. Ver IT01.PC02 Recolha de Informações
Processo individual	↓ AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ESTADO DE SAÚDE	Relatório Médico Registo no processo individual	DT	GC + ET + EA + EE	C/J	É essencial efectuar uma avaliação médica da criança logo nos primeiros dias e obter informações respeitantes ao seu estado de saúde. IT02.PC02 Avaliação Diagnóstica do estado de saúde
Processo individual com Relatório Médico	↓ AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL	IMP01.IT03.PC02 preenchido IMP09.IT05.PC02 preenchido Actualização do processo individual	DT	GC + ET + EA + EE	C/J	a) Adaptação à Casa A avaliação da recepção e dos primeiros momentos de integração da criança/jovem no Lar permite a análise do seu estado e da sua condição no momento da chegada. Ver IT03.PC02 Avaliação Diagnóstica em contexto institucional
			DT	GC + ET + EA + EE	C/J	b) Entrevista psicológica com a criança/jovem Este procedimento permite fazer o levantamento dos fenómenos comportamentais significativos, de lhes atribuir um sentido tornando-os a situá-los na dinâmica, na história da criança ou do jovem no contexto de observação. Ver IT03.PC02 Avaliação Diagnóstica em contexto institucional
			DT	GC + ET + EA + EE	C/J	c) Rotinas diárias Os diferentes contextos de vida proporcionados pela instituição (alimentação, higiene pessoal, estudo, actividades lúdicas, tarefas domésticas) permitem observar e registar os comportamentos e as dinâmicas eleitas pelas crianças e pelos jovens. Ver IT03.PC02 Avaliação Diagnóstica em contexto institucional
IMP01.IT01.PC02 preenchido Processo Individual IMP04.IT06.PC02	↓ AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR	IMP04.IT06.PC02 preenchido Actualização do processo individual	DT	GC + ET + EE	C/J	Numa reunião com o director de turma ou com o professor titular da turma onde a criança/jovem se encontra integrada procede-se à avaliação das suas competências escolares, pessoais e sociais nesse contexto Ver IT04.PC02 Avaliação de desempenho escolar
IMP04.IT06.PC02 preenchido Processo Individual IMP06.IT05.PC02 IMP07.IT03.PC02 IMP08.IT05.PC02	↓ AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR	Actualização do processo individual	DT	GC + ET + S	C/J	A equipa técnica do Lar terá que solicitar a comparência da família para realizar uma avaliação mais pormenorizada das suas condições físicas, culturais económicas e psicológicas, bem como das suas necessidades e recursos. IT05.PC02 Avaliação Diagnóstica em contexto familiar
Processo individual actualizado Relatório de Avaliação Diagnóstica preenchido	↓ RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA ↓ FIM	Relatório de Avaliação Diagnóstica	DT	GC + ET	C/J	Uma vez realizada a AD, torna-se indispensável sintetizar as informações recolhidas para uma elaboração mais ágil do relatório (IMP12.IT06.PC02 Relatório de Avaliação Diagnóstica). O relatório deverá ser suficientemente conciso e elucidativo para que ele próprio se constitua num instrumento fundamental à elaboração do Plano Sócio-Educativo Individual. Ver IT06.PC02 Relatório de Avaliação Diagnóstica

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrada	Origem
<ul style="list-style-type: none"> Resultados das informações recebidas de outros serviços e entidades Outras informações (saúde, escola, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> Instituições de Justiça Serviços Locais de Acção Social Família CPCJ Hospitais/Centros de Saúde Outras entidades
Saída	Destino
<ul style="list-style-type: none"> Avaliação Diagnóstica das diferentes áreas (saúde, psicológica, pessoal e social, escolar e familiar) Relatório final e compreensivo da Avaliação Diagnóstica 	<ul style="list-style-type: none"> Equipa técnica do Lar Equipa educativa do Lar
Documentos de Referência	
Instruções de trabalho	Impressos
IT01.PC02 Recolha de Informação	
IT02.PC02 Avaliação Diagnóstica do estado de saúde	
IT03.PC02 Avaliação diagnóstica em contexto institucional	IMP01.IT03.PC02 - Ficha de registo: Comportamentos e atitudes da criança/jovem IMP05.IT03.PC02 - Ficha de Registo: Entrevista psicológica com a criança/jovem IMP07.IT03.PC02 - Grelha de Avaliação: Comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares da criança/jovem
IT04.PC02 Avaliação do desempenho escolar	IMP02.IT04.PC02 - Questionário avaliação: Desempenho escolar da criança/jovem
IT05.PC02 Avaliação diagnóstica em contexto familiar	IMP03.IT05.PC02 - Ficha de registo: Entrevista psicológica com a família IMP06.IT05.PC02 - Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares IMP08.IT05.PC02 - Questionário de avaliação: Condições pessoais, sociais e económicas da família IMP09.IT05.PC02 - Grelha de observação: Qualidade da interacção da família em contexto institucional
IT06.PC02 Relatório da Avaliação diagnóstica	IMP04.IT06.PC02 - Síntese da Avaliação Diagnóstica IMP12.IT06.PC02 - Relatório de Avaliação Diagnóstica IMP10.PC02 - Relatório de diligências com entidades, profissionais ou familiares IMP11.PC02 - Mapa de diligências
Indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> % de execução das avaliações Tempo médio para a realização da Avaliação Diagnóstica 	<ul style="list-style-type: none"> Número de avaliações diagnósticas realizadas/número de crianças/jovens do Lar X 100 Média da soma das diferenças entre a data de início da avaliação diagnóstica e data final da avaliação diagnóstica
Gestor do processo	
Director(a) Técnico(a)	

IT01.PC02 Instrução de Trabalho — Recolha de Informações

Prazo para a recolha das informações: 1 mês após o acolhimento

A recolha de informações deve ser iniciada imediatamente após a criança/jovem dar entrada na instituição. Para além das informações fornecidas pelos técnicos que acompanham a criança/jovem nesse momento, é importante proceder a uma recolha de dados mais pormenorizada da situação em que a criança/jovem se encontrava, da sua história pessoal, bem como a da sua família.

O levantamento da informação deve ser realizado multidisciplinarmente, privilegiando-se não só a informação já disponibilizada por outros serviços, mas toda a informação que a família seja capaz de disponibilizar. Nesta fase, as entidades solicitadoras (isto é, aquelas que identificaram a situação de risco/perigo) desempenham um importante papel para o estudo e conhecimento da criança/jovem e do seu contexto. Entre estas entidades podemos encontrar as seguintes:

- Tribunais de Família e Menores;
- Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais;
- Serviços Locais de Acção Social;
- Comissões de Protecção de Crianças e Jovens;
- Hospitais/Centros de Saúde;
- Escolas;
- Outras entidades.

Os impressos de trabalho utilizados para as diligências serão apresentados na *IT05.PC02 – Avaliação diagnóstica do contexto familiar*.

IT02.PC02 Instrução de Trabalho — Avaliação Diagnóstica do Estado de Saúde

Prazo para a realização da avaliação diagnóstica: 1 mês após o acolhimento

O diagnóstico da área da saúde física deverá constituir uma das primeiras diligências a realizar pelo Lar. Com efeito, às crianças/jovens sujeitas a negligência e maus-tratos são muitas vezes diagnosticadas doenças graves, generalizadas e que por ausência de sintomas se foram arrastando no tempo. Entre as doenças observáveis, descrevem-se doenças infecciosas (tuberculose, parasitas intestinais, infecções de pele, hepatite B e C e sífilis congénita) como resultado das degradantes condições a que as crianças/jovens estavam sujeitas. Para além destas, há a referir doenças cardíacas congénitas, anomalias crâneo-faciais, bem como problemas de visão e audição, raquitismo, anemia, como também alterações do sistema nervoso central.

Os cuidados atempados a ter com as crianças/jovens recém-chegados são decisivos, quer para o seu próprio bem-estar, quer para o bem-estar de todos que residem e trabalham na instituição.

Para que a intervenção nesta área seja a mais consistente e adaptada às características das crianças/jovens, dever-se-á realizar uma avaliação global do seu estado de saúde, pelo que deverá efectuar-se uma consulta no Centro de Saúde da área de residência do Lar.

Indicadores para a avaliação da saúde física infantil

Quaisquer dos sintomas que abaixo se referem devem ser comunicados ao médico e por ele confirmados. Só o especialista pode confirmar ou infirmar a presença de uma doença.

**IT02.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
DO ESTADO DE SAÚDE**

As doenças de maior incidência na etapa infantil classificam-se em:

1. Doenças infecciosas;
2. Doenças do aparelho digestivo;
3. Doenças do aparelho respiratório;
4. Alergias.

1. Doenças infecciosas:

- 1.1. Varicela;
- 1.2. Tosse convulsa;
- 1.3. Rubéola;
- 1.4. Meningite;
- 1.5. Hepatite.

1.1. Varicela

Muito contagiosa.

Causada por um vírus que normalmente aparece entre os dois e os seis anos.

Contagia-se de modo directo.

Sintomas típicos:

- Febre pouco elevada;
- Manchas vermelhas na pele;
- Erupção cutânea.

1.2. Tosse convulsa

Afecta fundamentalmente crianças de muito pouca idade.

Contagia-se através da tosse.

É muito contagiosa e o período de incubação dura entre sete e 14 dias.

Os sintomas passam por três etapas:

1ª Etapa: lacrimação, tosse leve, espirros e febre;

2ª Etapa: tosse espasmódica e brusca, com vômitos;

3ª Etapa: convalescença de duas semanas em que diminuem os sintomas, embora a tosse possa persistir vários meses.

IT02.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ESTADO DE SAÚDE

1.3. Rubéola

Doença de origem vírica.

Sintomas típicos:

- Febre;
- Catarro;
- Inflamação dos gânglios linfáticos, cervical posterior;
- Erupção leve que se inicia no rosto e estende-se posteriormente ao resto do corpo.

1.4. Meningite

Consiste na inflamação das meninges e pode ser causada por vírus ou por bactérias.

Transmite-se por contágio directo através da secreção do nariz e da garganta.

Sintomas típicos vinculados às vias respiratórias:

- Cefaleias;
- Febre;
- Vômitos;
- Contracções musculares;
- Convulsões;
- Confusão, delírio ou coma.

1.5. Hepatite

Desenvolve-se pela inflamação do fígado.

É provocada por um vírus que se encontra principalmente nas fezes e na urina.

O contágio directo é por contacto com as fezes e urina.

O contágio indirecto é feito por intermédio de água e de alimentos contaminados.

Sintomas típicos:

- Febre;
- Cansaço;
- Dores;
- Incómodos digestivos;
- Icterícia.

**IT02.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
DO ESTADO DE SAÚDE**

2. Doenças do Aparelho Digestivo:

- 2.1. Diarreia;
- 2.2. Obstipação;
- 2.3. Gastroenterite;
- 2.4. Gastrite.

2.1. Diarreia

Pode provocar desidratação.

É fundamental manter o equilíbrio hídrico do corpo.

2.2. Obstipação

Depende quase sempre de transtornos do intestino grosso.

A obstipação crónica pode depender de lesões do intestino ou de outro órgão.

Contudo, na maioria dos casos, existe sem lesões orgânicas devido a uma alimentação desequilibrada, retenção de voluntária, abuso de laxantes e clisteres, vida sedentária, etc.

O tratamento depende, em grande parte, de um regime dietético adequado.

2.3. Gastroenterite

Inflamação da mucosa gástrica e intestinal devido a transgressões dietéticas.

Como sintomas surgem vômitos, mal-estar geral, diarreia, entre outros.

Trata-se de um processo normalmente benigno e agudo, que costuma ceder ao restringir a dieta.

2.4. Gastrite

Trata-se de uma inflamação da mucosa do estômago.

Entre as suas causas estão as transgressões dietéticas quantitativas ou qualitativas, os tóxicos como o álcool ou o tabaco, as toxinas de bactérias causadoras de uma infecção e o uso continuado de certos medicamentos como a aspirina, os esteróides, etc.

O tratamento consiste em eliminar a possível afecção causal e instaurar um regime dietético e medicação sintomática.

**IT02.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
DO ESTADO DE SAÚDE**

3. Doenças do Aparelho Respiratório:

- 3.1. Constipação e gripe;
- 3.2. Bronquite;
- 3.3. Amigdalite e faringite;
- 3.4. Otite;
- 3.5. Pneumonia.

3.1. Constipação e gripe

Causados por infecção virulenta.

É importante ensinar a criança a assoar-se bem.

Vigí-la para ver se surge tosse violenta, dor de ouvidos ou secreção nasal muito espessa.

3.2. Bronquite

Inflamação das vias respiratórias baixas que surge por contacto com outras pessoas que sofrem dela.

Os sintomas são rinorreia, tosse, febre e leve silvo ao respirar.

3.3. Amigdalite e faringite

Inflamações ao nível das amígdalas e da faringe, que podem ser causadas por um vírus ou uma bactéria.

Provoca tosse, incómodos de garganta, febre e mal-estar geral.

3.4. Otite

É uma infecção do ouvido que costuma tramitar com febre, podendo chegar até ao ponto de o ouvido supurar, podendo dar a sensação de tapado e dorido.

Pode afectar o ouvido médio ou o externo.

3.5. Pneumonia

Inflamação do tecido pulmonar com tosse e febre.

Em muitos casos é necessária a hospitalização.

Bibliografia recomendada:

Gross, E. L. (2005). Conheça os seus filhos – Testes dos 4 aos 6 anos. São Paulo: Paulus Editora.

IT03.PC02 Instrução de Trabalho — Avaliação Diagnóstica em Contexto Institucional

Prazo para a realização da avaliação diagnóstica: 1,5 meses após o acolhimento

1. ADAPTAÇÃO À CASA

O acolhimento inicial da criança/jovem deve ser cuidadosamente preparado, acompanhado e assistido. Durante este processo realiza-se uma avaliação do seu comportamento e da sua capacidade de adaptação e integração no Lar.

Instrumento

É importante que se efectue uma observação cuidada e que se realize um levantamento e registo dos resultados da mesma. Para esse efeito poder-se-á utilizar a Ficha de Registo: comportamentos e atitudes da criança/jovem em fase de acolhimento (IMP01.IT03.PC02).

2. ENTREVISTA PSICOLÓGICA COM A CRIANÇA/JOVEM

A primeira etapa do processo respeita à avaliação do funcionamento psicológico na relação da criança/jovem com ela própria, com os outros, pares ou adultos, e com os objectos de aprendizagem.

Na avaliação psicológica de crianças/jovens em risco, é importante que o psicólogo estime as consequências para o seu desenvolvimento de um contexto carente a vários níveis e de uma relação sujeita a práticas educativas inadequadas. As crianças/jovens acolhidas em instituições são, no geral, crianças/jovens cujo processo de socialização foi realizado com muitos incidentes e em que o padrão de interacção com os adultos foi desenvolvido num registo estável de

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

impaciência, rejeição, agressividade e intolerância. Adquirem, muitas vezes, níveis insuficientes de desenvolvimento cognitivo pela reduzida estimulação cognitiva e social e pelo desequilíbrio da relação afectiva a que foram sujeitas ao longo do seu crescimento. É, então, natural que algumas destas crianças/jovens apresentem dificuldades ao nível do seu equilíbrio psicológico, das suas aprendizagens escolares, da sua integração social, entre outras.

Como metodologias para a avaliação psicológica da criança/jovem são indicadas:

- A observação dos seus comportamentos e estados emocionais nos diversos contextos de vida, dentro e fora do Lar;
- A entrevista psicológica com a criança/jovem.

Na entrevista psicológica recorrem-se a várias técnicas para a sua avaliação:

- Jogo simbólico;
- Desenho;
- Encenação psicodramática.

Adiante proceder-se-á à apresentação das diferentes metodologias.

2.1. Técnica a observar na entrevista psicológica com a criança/jovem

A condução de uma entrevista com uma criança/jovem é particularmente difícil e exige uma longa experiência e prática, assim como um conhecimento aprofundado do normal e patológico.

Por outro lado, é essencial entender que a patologia só pode ser compreendida em relação ao próprio desenvolvimento da criança/jovem em questão. Em cada caso existe um crescimento com características próprias e o desenvolvimento é influenciado por factores intrínsecos e extrínsecos a cada criança/jovem, como é o caso dos factores neurobiológicos, psicoafectivos e sociais.

É necessário distinguir as patologias:

- Dos comportamentos reactivos a situações novas e geradoras de ansiedade;
- Das tensões e conflitos normais ligados ao desenvolvimento e a cada faixa etária;
- Dos pequenos atrasos e fixações no desenvolvimento (que na maior parte das vezes não colocam em questão o “problema do normal”);
- Dos momentos de crise na vida de uma família com consequências importantes nos comportamentos da criança/jovem.

Todas estas situações poderão, contudo, evoluir, passando a ser consideradas do domínio da patologia se, a tempo, não forem assistidas e superadas.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

A patologia surge quando os instrumentos habituais do ser humano ficam comprometidos ao ponto de impossibilitarem a adaptação do sujeito à vida normal. Isto é, quando a sua condição lhe impede de atingir os níveis básicos do seu desenvolvimento, de garantir um nível mínimo de autonomia, de alcançar um estado de bem-estar, ou de não ser capaz de se integrar e se relacionar em meio social, como ser social que é.

Como já foi anteriormente referido, a entrevista com a criança/jovem exige, para além da troca verbal (com palavras simples, acessíveis ao seu nível etário e muitas vezes repetidas) a introdução de objectos mediadores (como o jogo, o desenho ou a encenação psicodramática).

Quanto mais nova for a criança, maior será a necessidade de se utilizarem objectos intermediários.

A entrevista psicológica com a criança/jovem visa a compreensão da mesma:

- Em situação interactiva real com um outro que não é seu conhecido;
- Em situações imaginárias através de cenários lúdicos.

Um dos cuidados a ter prende-se com a necessidade de não deixar a criança/jovem sem resposta, perante uma pergunta que faça. Deve responder-se (de acordo com as suas características) e esperar pela sua reacção.

Por outro lado, não se deve ser intrusivo ou persistente em assuntos que não sejam confortáveis para a criança/jovem. A melhor forma de o conseguir é utilizar a escuta activa, evitar pôr-lhe questões e reformular as suas expressões.

2.2. Jogo simbólico

A metodologia mais utilizada e mais eficaz na avaliação psicológica da criança, não com os jovens, é o jogo simbólico.

Por meio da brincadeira, o psicólogo tem a oportunidade de interagir com a criança e avaliar as diferentes componentes psicológicas que interferem directamente no tipo de brincadeira, na linguagem utilizada e nas situações que a criança recria ludicamente.

Sendo o jogo um excelente veículo para o estabelecimento de comunicação, a criança encontra, neste tipo de contexto, uma condição segura, discreta e catalizadora para exprimir, na maior parte das vezes de forma inconsciente, a sua carga afectiva, os seus sentimentos, representações, receios, medos, desejos, tipos de relacionamentos e interacções que conhece, o seu lugar no

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

contexto familiar e social e, até mesmo, acontecimentos passados e expectativas futuras. Tudo isto se torna possível porque o jogo é capaz de recriar situações e experiências que são vividas pela criança na realidade.

Mais importante ainda, o jogo permite compreender, de uma forma contextualizada por meio da brincadeira, o modo como a criança experiencia e tem interiorizadas as suas vivências.

2.3. Desenho

O desenho infantil é considerado uma expressão do modo como a criança apreende e entende o mundo.

A análise do desenho permite o estudo de vários aspectos, como por exemplo:

- A fase do desenvolvimento
- Competências na área da motricidade fina
- Desempenho intelectual na situação
- Noção do espaço
- Capacidade de percepção visual
- Capacidade expressiva
- Elementos psicopatológicos
- Outros.

Os desenhos fornecem informações importantes para a compreensão do mundo psicológico infantil. Além dos aspectos manifestos, existem características nos estilos dos desenhos e conteúdos que são significativos dos sentimentos e atitudes, sobretudo das crianças, pois não reúnem as mesmas capacidades comunicativas que habitualmente os jovens já poderão ter adquirido. Estas características podem ser expressas inconscientemente pela criança ao desenhar, por exemplo, o grupo familiar.

A sua interpretação é um desafio para o psicólogo, que acredita que a estrutura superficial é apenas a cobertura de uma realidade que está por detrás. Há que ter atenção que um desenho não pode ser interpretado de forma directa, pois não há uma correspondência objectiva entre o que a criança desenha e um significado preciso. O sujeito representa, individualmente, a realidade em contacto directo com a sua subjectividade, sendo por isso essencial que se conheça a história de vida da criança.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL****2.4. Encenação psicodramática**

A encenação psicodramática ou psicodrama refere-se a uma metodologia dinâmica que envolve actores, representação de papéis e, por vezes, objectos e brinquedos (sobretudo com crianças mais novas). O papel dramatizado é a forma de funcionamento que a criança/jovem assume perante uma situação específica, na qual outras pessoas ou objectos se encontram envolvidos.

O psicodrama proporciona:

- Que a criança/jovem se coloque e compreenda o ponto de vista do outro, enquanto representa um papel que não é o seu;
- O desenvolvimento da identidade para o surgimento do eu, pela diferenciação entre o eu e os outros e entre o real e o irreal;
- O trabalho sobre a dimensão fisiológica e corporal da criança/jovens (papéis psicossomáticos) e sobre a dimensão psicológica (papéis psicodramáticos);
- A reflexão e caracterização da posição da criança/jovem dentro do grupo de encenação e do grupo social a que pertence;
- A organização articulada de papéis dentro de um grupo;
- Que a criança/jovem atinja os seus objectivos como pessoa (plano individual) e como parte integrante de uma colectividade (plano colectivo);
- A fusão entre elementos pessoais, sociais e culturais.

Instrumentos

A realização da entrevista psicológica com a criança/jovem precede o conhecimento da sua história e situação e a definição de objectivos precisos.

Numa entrevista com uma criança/jovem, recomendam-se os seguintes materiais e instrumentos:

- 1) Caixa lúdica para a realização de jogos e brincadeiras simbólicas (destinado a criança dos quatro aos doze anos);
- 2) Ficha de registo: Entrevista psicológica com a criança/jovem (IMP05.IT03.PC02).

A **caixa lúdica** deve ter as seguintes características:

- O conteúdo deve ser simples e básico;
- Os brinquedos devem estar adequados à faixa etária da criança;
- Os objectos e materiais oferecidos à criança não devem estar sujeitos a qualquer tipo de organização para permitir à criança que o faça.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Objectos a incluir na caixa lúdica:

- Papel, lápis de cor, canetas de feltro, tinta e pincéis;
- Plasticinas (de várias cores);
- Tesoura infantil (não cortante);
- Família de bonecos;
- Família de animais (para as crianças mais pequenas);
- Conjunto de utensílios de cozinha (constituído por um prato, uma colher, uma chávena e um tacho, etc.);
- Material de construção (como cubos, cilindros, paralelepípedos, lego, etc.);
- Carros de bombeiros;
- Carros de polícia;
- Ambulâncias;
- Pistola;
- 2 ou 3 fantoches, (jogos psicodramáticos);
- 2 ou 3 carrinhos;
- 6 a 8 animais, entre os domésticos e os selvagens (cão, gato, leão, elefante, etc.).
- Roupas alusivas (saias, calças, camisas, gorros, fraldas de pano, batas de jardins de infância, batas brancas, aventais, etc.);
- Acessórios (bijutaria, óculos, bengalas, instrumentos médicos, material de carpintaria, utensílios de cozinha, chuchas, etc.).

3. ROTINAS DIÁRIAS

A observação e a avaliação da criança/jovem no seu contexto natural, isto é, no seu dia-a-dia, é a metodologia aconselhável para completar a AD. É nas suas rotinas diárias que se terá a oportunidade de melhor conhecer a criança/jovem e compreender o seu funcionamento. Qualquer comportamento ou emoção tem sentido de análise quando contextualizado.

É importante que os técnicos e demais colaboradores estejam atentos às reacções, aos comentários ou a qualquer outro tipo de manifestação da criança/jovem.

Deste modo, será possível recolher informações diagnósticas de quase todas as áreas pretendidas:

- Emocional;
- Pessoal;
- Social;
- Cognitiva;
- Escolar.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Por meio de uma observação atenta e cuidada é importante compreender a forma como a criança/jovem lida e se comporta em interação social:

- Com outras crianças/jovens;
- Com os técnicos e colaboradores do Lar;
- Com a família nuclear em situação de visita.

Relativamente às competências sociais, interessa identificar os comportamentos adequados e inadequados no plano intra e interpessoal, para que seja possível a elaboração de um plano de intervenção. Para tal, deve-se avaliar detalhadamente os:

- Comportamentos pró-sociais (capacidade de auto-controlo, de cooperação e de asserção/afirmação);
- Comportamentos anti-sociais (problemas exteriorizados, problemas interiorizados e problemas de instabilidade).

É igualmente importante verificar como a criança/jovem se manifesta e gere os diferentes contextos, designadamente situações:

- Novas (locais e/ou pessoas estranhas);
- Em grupo;
- De frustração;
- De jogo e brincadeira livres;
- De realização dos trabalhos escolares;
- De realização de tarefas da vida diária;
- De isolamento;
- De actividades da vida diária e rotinas (refeições, cuidados de higiene, vestuário e sono).

Em síntese, as competências pessoais dizem respeito às características pessoais que influenciam a relação que a criança/jovem tem consigo mesma, como por exemplo:

- O auto-conhecimento (como o conhecimento das suas próprias áreas de interesse e das coisas de que não gosta);
- A capacidade de identificar sentimentos em si;
- A auto-estima e auto-percepção (a forma como se vê a si própria);
- A autonomia.

As competências sociais referem-se a um constructo multidimensional que inclui factores sociais/interpessoais, cognitivos e emocionais (Lemos & Meneses, 2002), designadamente as competências

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

internas que intervêm na interacção com outras pessoas (adultos ou crianças/jovens), tais como a capacidade de:

- Se colocar no lugar do outro;
- Resolver conflitos;
- Identificar e respeitar os sentimentos dos outros;
- Comunicar (saber ouvir e dialogar);
- Ser assertivo¹.

Instrumento

Para a avaliação das competências enunciadas, poder-se-á efectuar o seu registo numa Grelha de Avaliação: comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares da criança/jovem (IMP07.IT03.PC02).

4. INDICADORES PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

4.1. Escala de desenvolvimento infantil normal

A noção da realidade relativamente às condições necessárias e às características do processo de desenvolvimento, orienta a intervenção e acção educativa de todos os técnicos que exercem a sua prática de forma mais ou menos directa com crianças e jovens e/ou as suas famílias.

A escala de desenvolvimento infantil normal deve ser tomada como um guião de consulta do desenvolvimento normal médio infantil, isto é, uma referência às características de desenvolvimento da maioria das crianças/jovens.

Todavia, é importante ter em consideração que o processo de desenvolvimento humano é individual, não havendo dois indivíduos cujos indicadores de desenvolvimento sejam iguais ou próximos (considerando a mesma idade, a mesma cultura e as mesmas oportunidades de estimulação). Trata-se de um processo complexo, que sofre a influência de variáveis internas e externas à criança/jovem.

É perfeitamente normal e esperado que se registem variações ao nível do desenvolvimento de cada criança/jovem e, ainda, que existam variações no desenvolvimento das suas várias áreas (por exemplo, uma criança com idade cronológica de quatro anos pode registar um desenvolvimento psicológico de três anos e um desenvolvimento motor de cinco anos).

1. Assertividade prende-se com a capacidade de se lutar pelos próprios direitos e expressar pensamentos, sentimentos e crenças de forma directa, honesta e apropriada, de tal modo que os direitos das outras pessoas sejam igualmente respeitados e preservados.

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

A população de crianças/jovens com que se trabalha poderá apresentar níveis de desenvolvimento inferiores à sua idade cronológica devido a possíveis carências e restrições a que foram anteriormente sujeitas.

Neste contexto, a instituição é responsável pela avaliação do desenvolvimento das crianças/jovens acolhidos, de modo a planear uma intervenção que altere os comportamentos manifestos e compense as carências identificadas.

Idade	Competências Adquiridas
Recém-nascido	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO O bebé começa a “compreender” assim que nasce. 1º dia: escuta e está vigilante. 3º dia: reage quando lhe falam e o seu olhar é fixo. 9º dia: o olhar reage aos sons. 14º dia: “reconhece” a mãe ao longe. 18º dia: produz sons e orienta a cabeça na sua direcção, se os ouve. 24º dia: possui já um vocabulário de sons e contrai a boca quando a mãe fala.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Certas posições são típicas dos recém-nascidos: preferem virar a cabeça para determinado lado, quer estejam deitados de costas ou de barriga para baixo e encolhem os membros junto ao corpo.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Mantém as mãos bem fechadas a maior parte do tempo, devido ao reflexo de preensão. Agarra com força um dedo. Quando é perturbado por um ruído súbito ou um movimento violento, abre muito as mãos em consequência do reflexo de Moro.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Quer ouvir, olhar e dar resposta aos estímulos do exterior. Mexe a cabeça, mexe o corpo, faz movimentos com a boca e põe a língua de fora.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE (Do recém-nascido às 36 semanas) O bebé exibirá uma personalidade própria a partir do momento em que nasce e poderá observar-se isso nas suas actividades básicas. Pode chorar raramente mas também pode exigir atenção, mostrar que está com fome, cansado ou aborrecido através do choro e ser activo e determinado. Ao ser alimentado pode pegar no peito ou no biberão, mamar bem e ficar satisfeito. Ou pode ter dificuldade em lhes pegar, mamar apenas um minuto, ficar irritado, chorar, gritar e deixar o adulto preocupado. Pode tolerar bem a fome, parecer paciente e estar quieto enquanto come, ou pode ser impaciente e bolçar muito depois de comer. Pode dormir a maior parte do dia e raramente ficar agitado. Ou, por outro lado, pode estar acordado durante horas, deixar de dormir de dia muito cedo e exigir companhia e brincadeira, recusando-se a ficar sozinho ainda com poucas semanas de vida. Pode ser sociável: gostar de companhia, mimos, brinquedos e pessoas, ou não ser. Poderá parecer que rejeita quase tudo.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA FALA/LINGUAGEM (Do recém-nascido às 8 semanas) Nas primeiras fases de aprendizagem da fala o bebé escuta e tenta imitar sons. Reage a sons humanos agudos desde o momento em que nasce. Observa e tenta imitar gestos e expressões. Os olhos, por vezes, movem-se subitamente em direcção a um som e o olhar fica fixo. Analisa um rosto que fala quando situado a uma distância de 20 ou 25 cm. Apercebe-se da comunicação de sentido duplo e tenta conversar com sons, gestos e linguagem corporal. Faz sons para iniciar a comunicação, para provocar uma resposta e também para responder a propostas. A partir das duas semanas participa numa “conversa”. Por volta das seis semanas reconhece a voz da mãe e às oito responde-lhe.</p>

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

Idade	Competências Adquiridas
4 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Compreende a mecânica da conversação e abre e fecha a boca a imitar a fala. Adequa o seu comportamento ao som da voz da mãe (ou substituta). Acalma-se se ela lhe fala suavemente e fica aflito se a ouve falar alto ou bruscamente.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR O bebé tem ainda pouca força nos músculos do pescoço: a cabeça cai se não estiver apoiada. Deitado de barriga para baixo, consegue levantar o queixo da cama durante uns segundos. Se o segurar sentado poderá sustentar a cabeça por um momento.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO O reflexo de preensão está a atenuar-se, mas ainda mantém as mãos fechadas.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Volta a cabeça para a voz do adulto e sorri para a receber. Exprime prazer, sorrindo e agitando braços e pernas.</p>
6 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Sorri levemente para a mãe (ou substituta) e inclina a cabeça quando esta lhe fala. Faz pequenos sons com a garganta quando falam com ele.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Consegue levantar a cara a um ângulo de 45° da cama, deixa cair muito menos a cabeça quando o puxam para se sentar e mantém-na alinhada com o corpo durante uns minutos se o deitam de barriga para baixo. Joelhos e ancas estão mais fortes e não tão flectidos como antes</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO O reflexo de preensão já quase desapareceu. Tem as mãos abertas a maior parte do tempo.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Volta a cabeça para a voz do adulto e sorri para a receber. Exprime prazer, sorrindo e agitando braços e pernas.</p>
8 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Sorri prontamente e com frequência. Mostra interesse no que o rodeia, olhando na direcção de sons e movimentos, e fixa os objectos como se os quisesse” agarrar com os olhos”.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Consegue segurar a cabeça, quer esteja ao alto, sentado ou deitado de barriga para baixo, mas não por muito tempo. Se o puserem em decúbito ventral, é capaz de manter a cabeça alinhada com o corpo</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO As mãos do bebé começam a estar cada vez mais relaxadas e, por isso, abertas. Começa a tomar consciência delas.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
8 semanas (cont.)	<p>DESENVOLVIMENTO DA FALA/LINGUAGEM (Das 8 às 24 semanas) Uma ou duas semanas depois de sorrir, pode começar a vocalizar sons simples como “é”, “á”, “u”, “ó”. Cerca de um mês mais tarde poderão surgir as consoantes, geralmente “m”, “p” e “b” quando está aborrecido e “j” e “q” se está satisfeito. As 12 semanas guincha com prazer e nas semanas seguintes tenta “manter uma conversa” com frases de imitação formadas de sons como “gagá”, “agu”, “ag”. Pelas 16 semanas possui uma linguagem de sons que incluem risadas ou grandes guinchos de satisfação, sopra entre os dentes e faz bolinhas de saliva. Por volta das 24 semanas acrescenta “cá”, “dá” e “má” ao seu vocabulário. Tudo isto são sinais de que começa a perceber o que lhe dizem. Começa a falar, isto é, brinca com os sons, repetindo-os e escutando-os.</p>
12 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Começa a tomar consciência do seu próprio corpo e olha e mexe os dedos quando lhe apetece. Reage a uma conversa com uma variedade de acenos, sorrisos, movimentos da boca, barulhos, guinchos e outras expressões de prazer. Faz também movimentos com o corpo que revelam a sua excitação.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Em decúbito ventral já consegue manter permanentemente a cabeça levantada e, se o sentarem ou levantarem, só raramente a deixa cair</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO O reflexo de preensão desapareceu. Geralmente tem as mãos abertas e observa-as. Segura o guizo se lho colocam na mão e poderá até conservá-lo durante uns minutos. Parece querer agarrar as coisas.</p>
16 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO A sua curiosidade é óbvia. Interessa-se por tudo o que é novo: brinquedos, sons, lugares, pessoas e sensações. Reconhece também objectos e sítios familiares e compreende a rotina quotidiana. Entusiasma-se quando vê o seio ou o biberão e começa a revelar algum sentido de humor. Gosta de estar numa posição que lhe permita ver o que se passa à sua volta.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Gosta de estar sentado a olhar em volta, mas necessita de apoio. A cabeça cai momentaneamente quando o puxa para o sentar. Consegue manter a cabeça, embora ainda vacile quando se mexe de repente. Deitado, é capaz de olhá-la de frente</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Descobriu que tem dedos dos pés e consegue meter a mão na boca. Leva tudo à boca. Tentará chegar a objectos grandes com ambas as mãos e agarrará coisas com o lado do dedo mindinho da palma da mão. Agarra tudo o que estiver ao seu alcance. Adora amachucar papel.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Olha e sorri para quem fala ou brinca com ele. Conhece os membros da família mais chegada ou outras pessoas significativas. Não gosta de ficar muito tempo sozinho com um brinquedo</p>

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

Idade	Competências Adquiridas
20 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO O bebé adora brincar, o que inclui chapinhar no banho. Revela desenvolvimento da capacidade de concentração, pois passa mais tempo a examinar os objectos. Ri-se para si próprio ao espelho, volta a cabeça na direcção dos sons e começa a mexer braços e pernas para chamar a atenção. Faz festinhas ao biberão.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Já controla perfeitamente a cabeça. Mesmo ao ser puxado para se sentar ou quando se balouça, ela mantém-se firme.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Começa a controlar as mãos e os pés: mexe-os simultaneamente, põe o pé no joelho oposto, apoia a planta do pé no colchão. Agita um guizo, mas não consegue ainda apanhá-lo. Entretém-se a puxar a roupa para a cara.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Revela, timidez ao virar a cara e o corpo, mas sorri para as pessoas conhecidas. Comunica de quatro formas: choro, sons, expressões faciais e gestos. Será capaz de distinguir entre uma voz amistosa ou zangada e reage de modo diferente a um sorriso ou a uma censura.</p>
24 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Faz ruídos e outras vocalizações para chamar a atenção, fica excitado quando vê alguém aproximar-se e começa a levantar os braços à espera que peguem nele ao colo. Fala, sorri e encosta a boca à sua imagem ao espelho. Começa a mostrar timidez perante estranhos, pode demonstrar medo. Manifesta preferência por determinados alimentos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Os músculos do bebé já são suficientemente fortes para poder apoiar muito do seu peso nos antebraços. Senta-se com as mãos para a frente, para se apoiar. Estende as mãos a pedir colo e consegue aguentar-se sentado sem apoio durante alguns minutos</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Os movimentos do bebé estão mais precisos e já é capaz de transferir um objecto de uma mão para outra. Se tem alguma coisa na mão, larga-a para pegar noutra. Consegue segurar no biberão e agarrar objectos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Procura captar a atenção de forma mais visível e agressiva. Responde com gestos tipo socos, pancadinhas e palmadas. Poderá explorar a sua cara como forma de dizer “Olá” ou mostrar interesse. É possível que agora tenha medo de estranhos e se mostre possessivo, pendurando-se ou agarrando-se a quem tem mais confiança.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
24 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO DA FALA/LINGUAGEM (De 24 semanas a 1 ano) Às 28 semanas surgem sílabas nítidas: “bá!”, “dá!”, “cá!” Os gritos do bebé compreendem uma grande variedade de sons agudos e graves e por vezes nasalados. Já começou a brincar com os lábios e a língua e pode produzir sons para atrair a sua atenção: um guincho ou tosse. Às 32 semanas combina claramente as sílabas: “bá bá” e “dá-dá”. Começará então a acrescentar gradualmente os sons “t” e “d”, até que finalmente, pelas 36 a 40 semanas imitará verdadeiros sons da fala. Com 40 semanas poderá usar uma palavra com significado, pelas 48 semanas fá-lo-á certamente.</p> <p>A compreensão, precursora essencial da fala, tem vindo a aumentar rapidamente e, com 40 semanas, a maior parte dos bebés percebe “Não”. Poderá também obedecer a várias ordens simples, como as que utiliza ao representar canções e poesias infantis, a brincar ao “Sape gato” e a dizer “adeus”. É também possível que saiba imitar vozes de animais, como “mu”, “cuá-cuá”, “miau” e “au-au”.</p>
28 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Começa a querer conversar e pronuncia já muitos sons reconhecíveis. Reconhece o seu nome, estende os braços a pedir colo e mostra-se independente, manifestando vontade de comer sozinho. Começa a imitar coisas simples e espera a sua repetição.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Em decúbito ventral, suporta o peso numa das mãos, senta-se sem apoio, levanta a cabeça espontaneamente quando deitado de costas, e aguenta o seu próprio peso, com os joelhos e as ancas direitos, se o segurarem.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Consegue agarrar um objecto com mais precisão e tenta alcançá-lo com os dedos. Transfere com facilidade um objecto de uma mão para outra, conserva um na mão quando tenta alcançar outro, bate na mesa com os brinquedos e faz progressos a comer com a colher. Sabe comer coisas simples à mão, por exemplo uma bolacha.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Das 28 às 36 semanas) Olha, tenta chegar e toca noutro bebé. Querera participar em brincadeiras como o “Sape gato” e o “Bicho mau”. Procura fazer-se entender, tosse, geme, grita, guincha, dá estalinhos com a língua e faz bolas de saliva em simultâneo com expressões faciais e outros gestos próprios de quem conversa</p>
32 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Começa a perceber o significado das palavras e sabe o que significa “NÃO”. Manifesta sinais de determinação ao tentar, por exemplo, chegar a brinquedos que estão fora do seu alcance. Interessa-se vivamente por jogos e concentra-se profundamente nos brinquedos. Já procura objectos que caíem e que ficam fora do seu campo de visão.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR É possível que tente deslocar-se, estica-se para procurar chegar a um brinquedo. Poderá balouçar o corpo para a frente e para trás. As ancas e os joelhos estão mais fortes e ele sente prazer em suportar o seu próprio peso se o põem de pé. Seguro pelos braços dá uns pulinhos</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Gosta de fazer barulho com os brinquedos. Aperfeiçoou os movimentos de modo que já consegue rasgar papel. Segura firmemente um objecto nas mãos.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
36 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Reconhece jogos e rimas familiares. Ri nos momentos certos e é capaz de antecipar movimentos. Volta-se quando o chamam, estende as mãos para lhas lavarem, mas vira a cara quando vê a toalha.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Consegue apoiar todo o seu peso nas pernas mas, para isso, precisa de se agarrar. É capaz de estar sentado durante dez minutos, inclinar-se para diante e para os lados e manter-se equilibrado. Poderá rolar ou tentar gatinhar. Tem muita dificuldade em se sentar a partir da posição de pé.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Os movimentos estão mais precisos e já tem menos tendência a levar tudo à boca. Começa a apontar com o indicador, inclina-se para diante, para apanhar coisas pequenas sem dificuldade, e põe dois cubos juntos, como se os comparasse um com o outro. Poderá ser capaz de pegar em coisas tão pequenas como uma ervilha com a ajuda do polegar ou, pelo menos, tentar.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE (Das 36 semanas aos 18 meses) Revela mais distintamente a sua personalidade própria, mostrando-se sisudo, sensível, independente, sociável, irritável, desobediente, determinado, capaz de se concentrar, curioso, impaciente, etc. Ao completar um ano, mostrará quão determinado e independente é, ao atravessar uma fase de negativismo, tornando-se impaciente, irritável, irascível, provocador, desobediente e pouco afectuoso. Pelos 15 meses, porém, surgirá uma nova fase em que se mostra atencioso e prestável, evidenciando um grande desejo de agradar. Esforçar-se-á por obter a aprovação do adulto e ficará desolado se não a conseguir.</p>
40 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Habitua-se à rotina: a dizer adeus, ou a levantar o pé para se calçar, por exemplo. Sabe o que é uma boneca ou um ursinho e faz-lhes festinhas. Procura brinquedos escondidos, ou por pessoas familiares se lhe perguntar: “Onde está o pai?”</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Já se consegue deslocar um pouco para diante, apoiado nas mãos e nos joelhos. É capaz de se levantar e gosta de mudar de posição, ora sentado, ora deitado. Os músculos laterais do tronco estão mais fortes, o que lhe permite começar a rodar para os lados quando está sentado.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO É capaz de apanhar coisas pequenas juntando o polegar e o indicador, o que representa uma grande conquista. Vai buscar objectos com o indicador e consegue largá-los deliberadamente. Já quase consegue fazer torres com dois cubos e investiga activamente brinquedos que produzem barulho, ocupando-se deles, como o badalo de um sino.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Das 37 semanas ao 1 ano) Sabe o seu próprio nome e o significado de “Não”. Tem sentido de humor e adora rir. Demonstra o seu afecto encostando a cara. Conhece alguns rituais sociais como dizer adeus e beijar. Fica zangado se lhe tiram um brinquedo.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
44 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO A criança consegue dizer uma palavra compreensível. É capaz de mostrar coisas num livro, mas não se concentra durante muito tempo. Passa a vida a atirar coisas ao chão, a procurá-las e a pedir que lhas dêem. Começa a perceber conceitos como “dentro” e “fora”, “aqui” e “ali”.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Absolutamente capaz de se deslocar, desde que sentado, rasteja também para todo o lado. Quando está de pé, levanta por vezes um pé.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Consegue largar objectos sem dificuldade e pode passar longos períodos a pôr e a tirar coisas de recipientes. Entregar-lhe-á qualquer coisa se estender a mão a pedir-lha e gosta de jogos de bater palmas.</p>
48 semanas	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Revela imenso interesse em livros e nos objectos representados nas suas páginas e gosta que lhe chamem a atenção para eles. Repete o seu próprio nome. Gosta de brincadeiras e fará tudo para provocar uma gargalhada, tal como repetir habilidades que a tenham feito rir. Abana a cabeça para dizer “Não”.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Desloca-se de lado, agarrado aos móveis. Anda de frente se lhe agarrarem ambas as mãos. Quando está sentado é capaz de se voltar para apanhar um objecto, sem perder o equilíbrio.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Já é capaz de atirar coisas deliberadamente. Deixou de levar tudo à boca. Também tenta agarrar dois cubos com a mesma mão.</p>
1 ano	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Sabe muito bem dar beijos e demonstra um repertório de emoções cada vez maior. Já pega numa boneca, estende-a e entrega-a. Diz duas ou três palavras com significado e poderá identificar um objecto num livro e apontá-lo. Começa a compreender perguntas simples.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Anda, se lhe der apenas uma das mãos. Quando gatinha, apoia-se nas mãos e nos pés, tal como fazem os ursos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Cada vez mais, come sem ajuda e deita menos comida por fora. Consegue rodar a mão para levar a colher à boca. Gosta de arremessar coisas, é capaz de fazer riscos com um lápis e consegue segurar dois cubos com uma mão. Já aprendeu bem a largar objectos e sabe fazer uma torre com dois cubos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Dos 12 aos 15 meses) Aprecia reuniões sociais e acompanha as conversas fazendo barulho nos intervalos. Sabe dizer uma ou duas palavras com significado, pedir coisas, indicar agradecimento, e inibir-se-á de fazer qualquer coisa quando ouve a palavra “Não”. Tenta colaborar em actividades. Dá a mão para se sentir seguro.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
1 ano (cont.)	<p>DESENVOLVIMENTO DA FALA (Dos 12 aos 18 meses) Poderá dizer 2 ou 3 palavras com significado mas, mesmo antes de as dizer, reconhece alguns objectos simples que lhe apontem. Algumas aprende-as de trás para diante: poderá, por exemplo, começar por dizer “ta” para batata, depois “tata” e, finalmente “batata”. Outras, poderá começar a dizê-las pelo princípio, por exemplo “á” para “água”. Por volta dos 15 meses iniciará gradualmente uma linguagem própria, constituída por séries dos seus próprios sons ininteligíveis, mas com ênfases, inflexões, expressão, acções e, ocasionalmente, uma palavra autêntica. Isto corresponde, afinal, a toadas de treino para ligar palavras autênticas entre si. Poderá repetir uma frase curta que lhe ouve dizer muitas vezes em circunstâncias apropriadas. Aos 18 meses deverá apontar muitos objectos reais ou em livros e ser capaz de usar cerca de 10 palavras com significado.</p> <p>CONTROLO DA URINA Urina involuntariamente e não tem qualquer espécie de controlo sobre os esfíncteres. A seguir às refeições é habitual a fralda ficar molhada. Aos 13 meses se o sentar no bacio a seguir às refeições poderá ser bem sucedida. No entanto, ele ainda está longe de ser capaz de controlar a urina.</p>
15 meses	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Identifica partes do corpo e alguns objectos num livro. Reproduz sons de animais e tenta despir-se, se lhe pedirem. Vai buscar coisas simples. Adquire conceitos gerais (por exemplo “gato”, isto é, sabe que o desenho de um gato, um gato de brinquedo e um gato verdadeiro são tudo gatos).</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Já se aguenta de pé e é até capaz de dar o seu primeiro passo sem apoio. Ajoelha-se e baixa-se para se sentar sem apoio. Aguenta-se de pé, sobe as escadas de gatas e anda. Os passos são ainda altos, inseguros e de comprimento e direcção irregular.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Consegue pegar e segurar numa chávena, beber dela e pousá-la sem entornar grande coisa. Sabe comer com a colher e levá-la à boca sem deixar cair nada. É capaz de construir uma torre com três cubos, tenta folhear um livro e vestir algumas peças de roupa sem ajuda.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Está a ficar mais prestável, tanto para desempenhar tarefas como para se vestir e despir. Demonstrará afecto pelos membros da família, animais de estimação e bonecas. Revela um interesse crescente pelos adultos e procura imitá-los. Gosta de reuniões sociais. Brinca junto a, mas não com, outra criança.</p> <p>CONTROLO DA URINA Começa a aperceber-se quando sente necessidade de esvaziar a bexiga e poderá chamar a sua atenção com um som ou apontando para a fralda. Mas não consegue esperar.</p> <p>CONTROLO DAS FEZES (Dos 15 aos 18 meses) Evacua depois de comer devido ao reflexo gastrocólico. Ainda não está apto a usar o bacio, mas poderá tentar que ele evacue a seguir às refeições.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
18 meses	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Reconhece alguns objectos numa página e aponta-os se lhe disser os seus nomes. Poderá tentar realizar algumas tarefas e procurará imitar as suas acções. Consegue corresponder a um pedido que exija compreensão e memória: “Vai buscar o teu ursinho e dá-mo”.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Sobe escadas sem ajuda, pondo ambos os pés em cada degrau, embora precise de se amparar. Caminha com mais segurança e já levanta menos os pés. Corre, recua e raramente cai.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Entre uma série de movimentos mais precisos, consegue virar duas ou três páginas de um livro de uma vez e tem grande atracção por fechos de correr e outras coisas semelhantes. É capaz de se alimentar sem qualquer ajuda, conseguindo usar uma chávena sem entornar. Também gosta de pintar com os dedos e de fazer rabiscos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Dos 18 meses aos 2 anos) Poderá recorrer a expedientes para chamar a atenção, como: agarrar o adulto pelo braço, bater-lhe e, muitas vezes, recusar-se-á a obedecer. Manifesta muito menos conflitos e mais cooperação na sua relação com outras crianças. Poderá abdicar do seu egoísmo para satisfazer um companheiro de brincadeira.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE (Dos 18 meses aos 2 anos) Poderá querer ajudar os outros e fazer tudo sem ajuda, ou poderá querer que façam tudo por ele. Poderá ser imprudente ou cuidadoso, imaginativo ou com os pés bem assentes na terra, aceitar bem as críticas ou ficar desfeito em lágrimas. Poderá ser um dirigente nato ou um seguidor.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA FALA/LINGUAGEM (Dos 18 meses aos 2 anos) A fala da criança torna-se agora mais complexa e elaborada. Poderá ter um vocabulário de 30 palavras e começar a fazer perguntas simples como “Onde está?” e dá respostas de uma ou duas palavras “Ali”. Utiliza muitas combinações de duas palavras. Começam a aparecer os possessivos (“meu”) e negativas (“não sabe”). Ao mesmo tempo vai aprendendo o ritmo de conversa, esperando e falando na sua vez. Colabora cada vez melhor na comunicação e usa a língua em diferentes situações: para conseguir qualquer coisa, para falar acerca de qualquer coisa, para se relacionar com os outros. O seu discurso, porém, poderá ser pouco claro devido à fraca coordenação muscular. Dirá coisas como “biforico” em vez de “frigorífico”, ou “finhanho” em vez de “fiambre”.</p> <p>CONTROLO DA URINA A bexiga e o sistema nervoso estão agora suficientemente desenvolvidos para permitirem que ele a avise com mais antecedência, mas só consegue esperar um momento. Poderá ganhar apenas mais uns segundos por dia.</p> <p>CONTROLO DAS FEZES (Dos 18 meses aos 2 anos) Sente-se feliz e descontraído, sentado ou a brincar com o bacio.</p>

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

Idade	Competências Adquiridas
21 meses	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Pede comida, bebida, ou brinquedos e para ir ao bacio. Consegue executar várias ordens simples e começa a perceber outras mais complicadas: “Vai buscar o teu pente à casa de banho, por favor”. Poderá agarrar o adulto pelo braço ou usar outros gestos para lhe chamar a atenção.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Apanha objectos do chão sem cair. Recua com facilidade. Sobe escadas pondo ambos os pés em cada degrau, mas já não precisa de se amparar. Consegue parar subitamente e dobrar esquinas. Já está mais à vontade em jogos como o futebol.</p> <p>CONTROLO DA URINA Por esta altura poderá estar a atravessar uma fase em que urina com maior frequência e, assim, poderá ocorrer um maior número de acidentes.</p>
2 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO O vocabulário da criança aumenta rapidamente no que diz respeito a nomes e objectos. Descreve as propriedades de objectos familiares e identifica-os. Obedece a ordens complexas e encontra uma coisa com que brincou anteriormente. Fala sem parar e, às vezes, faz perguntas.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Começa a ter ritmo e gosta de fazer movimentos relacionados com a dança. Consegue correr mas, nesse caso, não é capaz de abrandar e dobrar esquinas. Põe-se de cócoras sem dificuldade.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Folheia um livro página a página e sabe calçar meias, sapatos e luvas. Consegue rodar a maçaneta para abrir uma porta, desatarraxar, tampas de frascos, descer e subir fechos de correr e controla melhor o lápis. E capaz de construir uma torre de quatro cubos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Dos dois anos aos dois anos e meio) É provável que tenha dificuldade em partilhar com os outros e demonstre sentimentos de rivalidade. Tenta impor a sua vontade. Quer ser independente mas também procura a aprovação dos adultos. Poderá reagir à autoridade com acessos de mau génio que deverão ser ignorados.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE (Dos dois aos três anos) A personalidade revelou-se claramente. É um indivíduo único e um membro da família com uma crescente noção de si próprio. Tudo o que faz é um teste para avaliar competências, capacidades e aptidões. Define-se a si próprio através daquilo que consegue fazer e da competência com que o faz, em termos de desempenho físico, comunicação, destreza manual, raciocínio e habilidade. O sucesso é agora fundamental para ele no que diz respeito ao domínio de competências, à rotina diária e à sua autonomia.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
2 anos (cont.)	<p>DESENVOLVIMENTO DA FALA/LINGUAGEM (Dos dois aos três anos) Sabe 200 ou 300 palavras e é capaz de se entregar a longos monólogos. Utiliza a linguagem com segurança e mostra curiosidade por palavras novas. Começa a escutar quando argumentam com ela. Interessa-se por mais coisas e durante mais tempo. Registam-se progressos na fluência do discurso embora pronuncie mal certas palavras, substitua letras incorrectamente e a pronúncia cerceada seja comum. Começa a desenvolver rituais de linguagem: ouvir a mesma história vezes sem conta. Gosta de histórias complicadas e de ouvir conversas de adultos. É capaz de saltar de um assunto para outro na mesma frase. Inicia o uso da palavra “e” para ligar ideias. Apreende o sentido de pronomes como “eu”, “me” e “te” e usa-os correctamente. Surgem palavras relacionadas com tempo, à medida que percebe os conceitos de passado, presente e futuro.</p> <p>CONTROLO DA URINA Sente-se muito orgulhoso de ser capaz de ir ao bacio sem ajuda. Poderá exigir que o deixem sozinho quando lá está.</p> <p>CONTROLO DAS FEZES A criança deseja ardentemente largar as fraldas e ser independente. O bacio deverá ser utilizado conforme a vontade da criança.</p>
2 ½ anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Começa a acrescentar pormenores a conceitos latos, como um cavalo tem cauda comprida. Sabe 1 ou 2 canções. Conhece cores, números e é capaz de contar até três. Sabe dizer o seu nome. Começa a perguntar “Porquê?” e diz “Não”, “Não quero” e “Não sei”.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Consegue saltar com os dois pés ao mesmo tempo e andar em bicos de pés. Caminha com segurança bastante para poder transportar um objecto frágil e, sentado, é capaz de pegar num irmão mais novo ao colo.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Consegue enfiar contas e apertar um botão desde que a casa seja larga. Poderá ser capaz de vestir e despir calças, cuecas, camisolas e, eventualmente, uma camisa. Os seus desenhos são mais representativos e consegue construir uma torre com oito cubos.</p> <p>CONTROLO DA URINA Está tão seguro de si que pede para não usar fralda durante o dia e consegue manter-se seco a maior parte do tempo. Poderá não precisar de fralda durante a noite se os pais o puserem a urinar antes de se irem deitar. De um modo geral isso não perturba o descanso da criança.</p> <p>CONTROLO DAS FEZES (Dos dois anos e meio aos três anos) Consegue controlar e reter as fezes de modo a ter tempo de ir à casa de banho sem acidentes.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
3 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Faz perguntas sem parar: “O quê?”, “Onde?”, “Como?”, “Porquê?”. Sabe contar até dez e fazer construções complexas com cubos. Consegue vestir a boneca e gosta de brincar à “vida real”. Tem boa memória e refere-se ao passado. Sabe de que sexo é.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Está muito mais ágil. Sobe as escadas com um pé em cada degrau e é capaz de saltar do último. Equilibra-se num só pé por um segundo. Ao andar, balança os braços como um adulto. e sabe andar de triciclo.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Desenha uma imagem reconhecível. Aperta e desaperta botões sem ajuda, por isso pode vestir-se e despir-se totalmente, se quiser. Consegue construir uma torre com nove cubos. Começa também a tentar usar a tesoura, o que representa um enorme avanço na coordenação cérebro muscular e na destreza manual.</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL Tornou-se mais independente dos pais e mais dado em relação às outras crianças. É possível que o altruísmo comece a desabrochar e poderão surgir amizades sólidas com outros adultos e crianças. Dá sinais de ter pena quando alguém sofre e será mais generoso.</p> <p>CONTROLO DA URINA Poderá não precisar de fralda durante a noite, caso urine antes de se deitar. De um modo geral isso não perturba o descanso da criança.</p>
4 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Tem uma imaginação viva e em fluir contínuo. Continua na idade dos “como” e dos “porquê”. Pergunta tudo e interessa-se por tudo. Às vezes faz perguntas sem aparente sentido. Capta todas as coisas através da observação, mas esta não é educada nem concentrada, antes pelo contrário, é activa e transbordante. Como não interioriza as regras de socialização da conduta, não as aceita. Nesta idade a criança é egocêntrica: tenta que gire tudo à sua volta. Para o conseguir, chama continuamente a atenção dos outros sobre si própria. É lenta em aprender a aceitar as críticas. É inconsistente nas suas actividades, devido à sua grande energia e expansividade. Não delibera antes de agir nem organiza as suas conversas. Actua e fala sem pensar. É pródiga e superficial na sua actividade mental e na conversação. Trata-se de um período de inquietação constante que pode parecer uma regressão. Tem medo do escuro e dos ruídos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR Tornou-se muito activo e deverá ter boa coordenação motora. Leva o dia a correr, brinca ao pé-coxinho, corre, sobe e desce as escadas rapidamente, com um pé em cada degrau. Consegue até transportar um copo de água sem entornar nada.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
4 anos (cont.)	<p>DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO OLHO-MÃO Copia muito bem um círculo se lhe mostrar como se faz. Consegue também copiar duas rectas a cruzarem-se na perpendicular, embora imperfeitamente. Faz grandes progressos em tarefas de precisão, por exemplo pôr bem a mesa, lavar a cara e as mãos, fazer a cama e arrumar a roupa.</p> <p>DESENVOLVIMENTO DA FALA/LINGUAGEM (Dos 3 aos 4 anos) Revela capacidade de expressão e confiança na utilização da linguagem. Simultaneamente torna-se mais fluente e ousado. Gosta muito de palavras novas e treina a sua utilização. Apercebe-se de que consegue exercer algum domínio através da linguagem, por isso começa a usar as palavras como ordens (“Dá-me”), com efeito persuasor (“Empresta-me, se faz favor”), ou manifestando cooperação (“Vou tentar”). Inicia a utilização de tempos e modos verbais mais complexos (“Se me desses um gelado”) e compreende o conceito de probabilidade e possibilidade (“Talvez vá a casa da avó”, “É capaz de chover”, “Pode ser que eu te dê um gelado”). O conceito de gramática desenvolve-se rapidamente, isto é, se alguma coisa aconteceu no passado, acrescenta a qualquer verbo a terminação dos verbos regulares (“Eu não dizi isso”) e engana-se, às vezes, nos plurais (“papeles”) ou nos comparativos (“mais bom”, “mais mau”). Gosta de manter uma conversa com perguntas (“como?”, “porquê?”, “quando”). Usa calão e palavras disparatadas e poderá até inventar palavras novas.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR Não é sensível às coisas inacabadas, por isso não se importa de deixar qualquer actividade por outra mais interessante. Tem o conceito de um, dois e muitos. Capta uma frase inteira, mas é incapaz de analisar as suas palavras. Faz continuamente perguntas sem sentido. A sua grande energia e a própria iniciativa devem ser empregues em jogos livres. Tem pouca habilidade para os trabalhos manuais. Gosta de destruir a obra que empreendeu. Está capacitada para actividades que impliquem ritmo, movimento, etc. Desenha e pinta. Começam os jogos sossegados em cima de uma mesa. As suas criações nascem sem imitação nem predisposição, dá-lhes um sentido final. Reage ante motivações interessantes. Executa trabalhos depois de observar modelos concretos.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
5 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Gosta da rotina porque faz sempre o mesmo. Já é mais deliberativa. Pensa antes de falar. É séria a respeito de si mesma e impressiona-a muito a capacidade de assumir responsabilidades. Encontra-se feliz no seu mundo, porque se sente cómoda consigo mesma e com o ambiente: encontrou o equilíbrio. Grande observadora e imitadora do que observa. Agrada-lhe fazer as coisas à sua maneira, mas também quer agradar ao adulto e fazer as coisas bem. No que respeita à verdade, as histórias fantásticas e os exageros continuam. Começa a distinguir o real do imaginário e às vezes sabe que está enganada. Sonhos e pesadelos invadem muitas vezes o seu sono. Às vezes começa a falar enquanto está a dormir, nomeando algum membro da família. Possui bom humor que se intensifica facilmente perante algo aliciante. Começa a interiorizar o sentido da obediência, mas nela nem tudo é doçura e obediência. Interessa-se por experiências imediatas. É realista. Empreende aquilo que está dentro das suas possibilidades. Moderada, séria, dotada de capacidade de imitação da conduta dos adultos o que a ajudará no seu processo de socialização. Tem medo do escuro e dos ruídos.</p> <p>DESENVOLVIMENTO MOTOR A coordenação motora está bem desenvolvida e é capaz de executar muitos movimentos: andar em linha recta, descer escadas com um pé em cada degrau, saltar à corda usando os pés alternadamente, trepar com segurança e divertir-se com brinquedos e jogos de movimento rápido.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR Maior estabilidade nas aulas. Princípio do ensino formal. Usa a imaginação para pintar, criar, etc. Quando se lhe dão os meios necessários, sabe trabalhar individualmente. Não é comunicativa acerca da sua vida escolar. É capaz de participar em actividades dirigidas: podem-se-lhe explicar actividades simples para que realize. Nas actividades dirigidas incluem-se: a leitura, a escrita e os números (cálculo). Estes últimos relacionados, inicialmente, com os seus jogos e interesses. Maior concentração no seu trabalho. Começa a cooperação entre as crianças. Gosta de explicar o seu próprio trabalho para receber a aprovação dos adultos que estima.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
6 e 7 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO</p> <p>É o centro do seu próprio universo: egocêntrica. Sabe tudo e quer tudo à sua maneira. É dominadora, obstinada e agressiva. Emocionalmente é excitável e desafiadora. Eticamente é pouco apta, devido à sua fase evolutiva, que lhe imprime a tentação de enganar, o que é mais notório no campo dos jogos. Aceita a culpa com mais facilidade em coisas importantes. Anseia o elogio e a aprovação. Reage lenta ou negativamente quanto a uma ordem, mas passado um bocado talvez a ponha em prática espontaneamente, como se se tratasse de ideia sua. Possui dificuldade para decidir, vacila entre duas possibilidades. Gosta de possuir grande número de coisas mas não as cuida. Possui um débil sentido da propriedade alheia, de modo que pega no que vê e deseja, independentemente de quem seja o proprietário. Tem certa irresponsabilidade. Está em plena adaptação a dois mundos: o de sua casa que lhe exige novas responsabilidades e o do colégio com todas as suas estruturas, regras, etc. Começa a ver-se e a conhecer-se a si própria. Afirma as bases para a sua auto-valorização que culminará e amadurecerá nos sete e oito anos. Capta mais coisas do que o que na realidade pode gerir. Toca, mexe e explora todos os materiais. As suas manifestações tensionais ou descargas chegam por vezes a um ponto limite, chegando a perder o controlo. Além destas manifestações limites, dão-se também descargas de energia por outras vias: agitação, roer as unhas, etc. Deseja e precisa de ser a primeira, a mais querida. Agrada-lhe contar histórias exageradas. Dá verdadeiro interesse ao valor do dinheiro, como ganho e recompensa. Tem medo dos ruídos, essencialmente dos elementos da natureza (chuva, trovão) assim como dos seres humanos e fantasmas. Adora elogios e não tolera críticas. Tem uma noção rudimentar do bom e do mau, relaciona-o, ainda, com actividades aprovadas ou desaprovadas pelos pais. É extremamente dominante em relação às coisas que lhe pertencem.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR</p> <p>Gosta do professor e quer agradá-lo. Quer o seu elogio, a sua atenção e ajuda. Instintivamente, identifica-se com tudo o que sucede e está à sua volta, pelo que está capacitada para interiorizar novos conhecimentos e novas experiências pessoais e culturais. A mentalidade comum dos seis anos não está ainda preparada para uma instrução formal da leitura, escrita e aritmética. Só é possível tornar vivos estes capítulos associando-os com experiências vitais. Os seus desenhos espontâneos são mais realistas. Capta o simples e o primitivo da natureza (casa, árvore, etc.). Começa nela o processo de se cultivar. Já não se limita a reproduzir a cultura, mas faz uma nova apreciação de si mesma e reorganiza-se em relação a esta cultura. Deseja seriamente estudar, apesar dos seus altos e baixos.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
6 e 7 anos (cont.)	<p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR (cont.) Dos sete aos nove anos: Quer responsabilidade, especialmente na escola, mas preocupa-se com a ideia de não poder portar-se correctamente. Preocupa-a a ideia de chegar tarde à escola e de não acabar os trabalhos. Deseja acabar uma tarefa já começada, mas não repara na sua capacidade para o fazer. Tem tendência a esperar muito dela própria. É boa ouvinte: está aberta a novos conhecimentos. Precisa duma palavra do professor para começar a mais simples tarefa. Exige com impaciência a atenção e ajuda do professor. Tende a procurar carinho no professor. Tem na escola, o mundo dos seus amigos.</p>
8 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Possui grande vontade de crescer e manifesta interesse pela sua anatomia interna. A sua personalidade é mais expressiva, os seus gestos, são mais seus. Sente-se consciente de si mesma como pessoa, reconhece algumas das diferenças em relação aos outros e expõe-as. Pensa muitas vezes em “si mesma”. Costuma sentir-se centro de qualquer cena e dramatizar-se. Quer que o adulto seja parte do seu mundo, com o que apresenta exigências e quer que se actue de acordo com as formas que ela determina. Procura viver, no entanto, segundo as normas dos demais. Emocionalmente, sente necessidade de pedir perdão. Sente-se mais identificada com a família e necessita dela – porque esta exerce, sobre ela, uma influência preponderante. É sensível aos desacordos e antagonismos entre os membros da família, necessita, por isso, que as relações recíprocas com as outras pessoas se encontrem em equilíbrio.</p>
9 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Muda para melhor. Diminui a tensão e as asperezas anteriores. O seu comportamento é mais acessível e responsável. É activa, tem numerosos interesses, como: trabalho escolar, alcançar êxitos em qualquer tarefa, fazer sempre coisas. Está também atarefada com as suas preocupações. Planeia com pormenor o seu futuro. É muito sensível e afectam-na os problemas, especialmente os que provêm da amizade, preocupando-se às vezes vários dias. Vai afirmando-se na sua personalidade e individualidade, o que torna as crianças diferentes umas das outras. O seu mundo imaginário tem uma enorme importância para si, mais do que o mundo real. É a idade dos tesouros pessoais, das colecções, embora não sejam organizadas. Tem um grande sentido da rectidão e da justiça, e querem que a culpa se distribua equitativamente. Sente inclinação para entrar em conflito com os outros. Procura desculpas para justificar a sua atitude.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
10 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO É a idade do grande equilíbrio na sua evolução, embora sendo um período de transição. Mostra-se feliz, simpática, tranquila, amável, sincera e amiga. Às vezes manifesta ataques de ira, mas encontra sempre um modo de resolver a irritação (são momentos breves e superficiais). O equilíbrio que manifesta, encontra-se livre de tensões. Mostra-se independente e directa. Possui um grande desejo de agradar aos outros. Compreende muito bem o próprio comportamento. Observa-se, nesta fase, uma maior amplitude de gostos e interesses, que se manifestam em tudo (pessoal, familiar e social). Têm grande capacidade de protecção, de crianças mais pequenas, animais, etc.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR A criança possui um grande poder de assimilação, gosta de memorizar, identificar ou reconhecer os factos, fazer classificações, etc., no entanto custa-lhe mais conceptualizar ou generalizar. Tem períodos de atenção curtos e intermitentes, daí que goste mais de falar, contemplar, ler e escutar, do que de trabalhar. Sente pouca inclinação para o trabalho. Pode propor-se para muitas tarefas, mas não persevera em nenhuma. Experimenta grande prazer na actividade física: correr, trepar, saltar. Gosta que a professora faça a programação das suas actividades e lhe recorde imediatamente se deixou algo fora do programa. Pode arranjar desculpas para não ir à escola, se algo lhe corre mal, ou se recebeu alguma reprimenda ou censura. Sente carinho pelos professores. Manifesta períodos de concentração, alternando com outros de jogos esgotantes</p>
11 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO É mais inquieta. Mostra maior actividade e prefere a companhia de outros, recusando a solidão. Gosta de discutir, mas não deixa que discutam com ela. Possui uma maneira de pensar mais concreta e específica. Parece embarcada numa procura activa do “eu” e encontra-o em conflito com o dos outros. Tem um grande sentido de justiça e horror à fraude. Impulsiva, embora lhe falte perspectiva. É super-crítica, tanto em relação a si mesma, como aos outros, mas não sabe aceitar as críticas dos outros.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR Gastam as energias procurando a forma de fugir às tarefas. Agrada-lhe a possibilidade de escolha e, oferecendo-lhe várias coisas para que seja ela mesma a escolher, leva a cabo diligentemente o trabalho. O professor é o factor independente mais importante na vida escolar de uma criança de onze anos. No entanto prefere os professores exigentes e que tenham sentido de humor. Um professor paciente, justo e simpático, não demasiado exigente, compreensivo, capaz de “tornar interessantes as coisas”, inimigo de gritar, são qualidades que atraem uma criança nesta idade. Agradam-lhe muito os desportos e jogos ao ar livre. Os dados que melhor apreende, são os que se ensinam sob a forma de contos, em que uma acção leva inevitavelmente a novas acções.</p>

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

Idade	Competências Adquiridas
12 anos	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO</p> <p>Tem um maior equilíbrio, aceita os outros. Vê-se a si e aos outros com maior objectividade, vagueia entre actividades pueris e outras mais complexas. Possui um maior controlo de si própria. É capaz de controlar os seus temores, com novos rasgos de humor. Tende a mostrar-se extrovertida, exuberante e entusiasta. Vive a primeira etapa da adolescência. Mostra-se menos insistente, mais razoável, mais companheira, mais altruísta. Não gosta que o considerem uma criança, tem um grande desejo de crescer. Denota um grande avanço no seu pensamento conceptual quanto à preocupação pelo valor de termos como justiça, lei, vida, lealdade, delito, etc. Possui um autêntico sentido do que é lógico. O seu rasgo dominante é o entusiasmo expansivo e a capacidade de tomar a iniciativa. É sensível aos sentimentos dos demais a às atenções e interesses das pessoas que a rodeiam. A sua nova visão das coisas inclui uma capacidade de amadurecimento.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR (Até à adolescência)</p> <p>Os 12 anos são de maior objectividade e amadurecimento, perspectivas mais amplas para as coisas. É entusiasta e impaciente, embora às vezes se mostre um tanto amorfa no pensamento e na acção. O seu maior e mais importante problema é o trabalho escolar. É comum a realização do diário íntimo e pessoal. Mostra-se mais reflexiva perante os diferentes problemas e procura solucioná-los sozinha. É muito responsável na organização do seu tempo e no cuidado dos seus próprios objectos.</p>
Pré-adolescência (13 e 14 anos)	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO</p> <p>A pré-adolescência supõe uma mudança profunda na sua pessoa. Revela grande instabilidade, com antinomias como: alegria-tristeza, responsabilidade-inconsciência, timidez-audácia, solidão-afecto, passando de umas a outras com grande facilidade, manifestando em algumas ocasiões reacções imprevisíveis. Precisa de conselhos, mas foge deles. “Quase todos os adolescentes se revoltam contra as proibições da família, mostram-se ansiosos e indecisos, perturbados e com falta de confiança neles próprios, procuram a segurança que lhes dá o grupo de indivíduos da mesma idade, tendem ao snobismo e a excluir os que não são membros do grupo. Anseiam pela aprovação daqueles que são mais velhos do que eles”. A sua conduta mostra-se por vezes agressiva. É pouco efusiva com a família, mas sofre, no entanto, uma intensificação da sua capacidade afectiva. É altruísta e pode comprometer-se em mil objectivos diferentes. Possui um grande desejo de independência, tendendo a separar-se daqueles que exerceram algum domínio sobre ele. Revela-se brusco e rebelde perante toda a limitação e controlo. Tem tendência a mostrar a sua personalidade perante os outros, não porque preze, em demasia, as suas qualidades mas pela imitação de personagens famosas, companheiros ou professores que possuem as qualidades que ela gostaria de ter. Adopta atitudes extravagantes, é excêntrica no vestir. Tudo isto são modos de chamar a atenção, juntamente com formas anti-sociais de conduta. Manifesta falta de inclinação pelo trabalho. Deseja o convívio com os adultos com antagonismo em relação à família, amigos e sociedade em geral. Auto-valoriza-se, sobretudo, perante os mais velhos, igualando-se a eles nas suas capacidades, esperando que estes lhe concedam os privilégios e direitos que eles têm. As impressões, imagens e sentimentos são, muitas vezes, desordenados, dada a quantidade de estímulos diários que recebe.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Idade	Competências Adquiridas
Pré-adolescência (13 e 14 anos) (cont.)	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO (cont.) Esconde os complexos de inferioridade, ignorância e insegurança que às vezes tem com reacções de desembaraço, altivez ou timidez, com o que pretende sobrevalorizar-se perante os seus semelhantes e atrair a sua atenção. É a fase do nascimento da intimidade. Na amizade há uma grande variabilidade: são pouco duradouros os laços que cria, apesar de precisar das amizades.</p>
Adolescência	<p>DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO Vive no seu mundo interior. Para conhecer a própria personalidade, as suas ideias e ideais, compara-se com os outros. Dá impressão de estar apática, devido à necessidade de se concentrar no seu mundo interior. Esta interiorização abarca também as esferas intelectuais, filosóficas e estéticas, enchendo a sua vida com estas teorias. Características deste período: a) Crescente consciência e conhecimento do “eu”. b) Nascimento da independência. c) Adaptação progressiva aos núcleos sociais da família, escola e comunidade em geral. O espírito de independência cresce rapidamente, mas não de forma consistente: imaturo, manifesta-se com brusquidão e agressividade. Exige constantemente independência e liberdade. Reage mal quando questionado sobre os assuntos pessoais, projectos, amigos com quem anda ou a que se imiscua na sua vida privada. É capaz de conservar sentimentos de rancor, vingança e violência, embora de modo esporádico e pouco durador. Manifesta uma grande preocupação por pormenores e gestos que observa na pessoa que imita e idealiza. Interessa-lhe e procura conhecer a própria personalidade, mas é mais observador em relação à dos outros, tanto dentro como fora do núcleo familiar. Aos 16 anos, o adolescente possui uma mente mais segura, porque melhor ordenada e controlada. Manifesta uma maior confiança em si mesmo e uma autonomia mais consistente. Em geral, domina perfeitamente as próprias emoções, possuindo um maior equilíbrio. Valoriza mais os motivos pessoais dos outros, sejam colegas ou adultos, e pensa mais neles, pois apercebe-se de que o segredo da sua própria felicidade se encontra relacionada com a vida dos outros. Sente-se mais livre e independente do que aos 15 anos.</p> <p>ADAPTAÇÃO ESCOLAR Aos 15 anos, em geral, manifesta uma atitude hostil para com a escola, é contra as exigências e normas rígidas. Revolta-se às vezes contra a autoridade, em geral, não individualmente mas em grupo. Entre os 15 e os 16 anos, começa a interessar-se novamente pelo estudo sempre que for interessante e vital para a sua experiência o conteúdo instrutivo, como por exemplo a Religião, as Ciências Sociais, etc. Integra-se na comunidade escolar, participando nas actividades que a escola oferece. Às vezes a vida escolar converte-se em válvula de escape, no meio para diminuir as contrariedades familiares. No âmbito escolar, expõe diferenças individuais, académicas e sociais, relacionadas com a capacidade de liderança, o talento e as atitudes intelectuais.</p>

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Bibliografia recomendada:

Sprinthall, N. A. & Sprinthall, R. C. (1993). *Psicologia Educacional – Uma abordagem desenvolvimentista*. Editora McGraw-Hill.

Sprinthall, N. A. & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do Adolescente – Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Glubenkian.

Stoppard, M. (2002). *Os primeiros anos do seu filho: Como descobrir e desenvolver as potencialidades das crianças*. Livraria Civilização Editora.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

4.2. Indicadores para avaliação das capacidades cognitivas, sociocognitivas e sociais

1. Défice de Atenção (ADD) e Défice da Atenção e Hiperactividade (ADHD)

ADD refere-se às crianças/jovens que manifestam distúrbios vários, em que a distração é o sintoma dominante.

ADHD refere-se às crianças/jovens que para além de manifestarem distúrbios da atenção, são hiperactivas.

1.1. Dificuldade para manter a atenção

Indicadores:

- Dificuldade em concentrar-se numa tarefa
- Dificuldade em ouvir pormenores e em se lembrar das instruções
- Défice na memória de curto-prazo
- Distração fácil por estímulos internos e externos
- Não compreender totalmente a tarefa

1.2. Falta de Organização

Indicadores:

- Não ter consciência das estruturas temporais
- Perder os seus pertences
- Não ter consciência das perdas

1.3. Esforços inconsistentes

Indicadores:

- Não completar os trabalhos
- Má apresentação dos trabalhos
- Mostrar-se incapaz de começar e dar sequência à actividade, por forma a completá-la
- Focar a sua atenção em detalhes sem importância

1.4. Comportamentos disruptivos

Indicadores:

- Falar alto ou gritar de forma inapropriada
- Falar alto, fora da sua vez
- Bater constantemente objectos uns nos outros, enrolar-se na cadeira, anda entre os móveis e mesas da sala

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

1.4.1. Hiperactividade e impulsividade – ADHD

Indicadores:

- Irrequieto
- Coloca-se em situações de perigo
- Sem consciência das consequências das suas acções
- Défice de coordenação
- Falha no relato de experiências passadas

1.4.2. Problemas em esperar, seguir orientações

Indicadores:

- Barulhento
- Comportamentos disruptivos
- Esquecimento de partes fundamentais das aulas
- Esquecimento de realizar os trabalhos de casa
- Necessidade de assistência na gestão da medicação
- Vulnerabilidade
- Falta de consciência das consequências
- Aborrecimento fácil
- Decisões repentinas

1.4.3. Alterações da comunicação e da fala

1.4.3.1. Gaguez

A gaguez caracteriza-se por uma repetição involuntária, silenciosa ou audível, do prolongamento de uma elocução seja de um som, de uma sílaba ou de uma palavra. Esta alteração tem implicações no desenvolvimento da linguagem, na aprendizagem e na interacção social

1.4.3.2. Dificuldades de Articulação

Indicadores:

- Manifesta oposição à realização de tarefas orais
- Lentidão na emissão de respostas verbais
- Não gostar de ler em voz alta
- Manifestação de níveis elevados de ansiedade durante a leitura
- Dificuldade na compreensão da linguagem escrita
- Erros ortográficos, de natureza fonética quando se pede para soletrar
- Dificuldade em fazer a revisão ortográfica dos textos escritos

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

1.4.3.3. Dificuldades de natureza física na articulação de certos sons

Reacções físicas durante o processo de leitura:

- Suar
- Corar
- Movimentos inadequados

1.4.3.4. Auto-estima em grupo

Indicadores:

- Manter-se calado durante a actividade
- Falta de iniciativa para participar
- Falta de interacção com o resto do grupo
- Não pedir ajuda, nem explicações

1.4.3.5. Dispraxia oral

A dispraxia oral é uma dificuldade de coordenação motora da fala que se evidencia na produção e articulação da fala. Esta alteração tem implicações no desenvolvimento da linguagem, na aprendizagem e na interacção social.

1.4.3.5.1. Fala dificilmente compreendida

Indicadores:

- Fala demasiado rápida
- Fala incompreensível
- Fala gutural

1.4.3.5.2. Dificuldades de natureza física na articulação de certos sons

Indicadores:

- Reacções físicas durante o discurso – suar e corar
- Movimentos inapropriados do maxilar quando tenta falar
- Não gosta de ler alto

1.4.3.5.3. Impacto nas aprendizagens

Indicadores:

- Manifestação de frustração por não ser compreendido
- Tendência a não querer realizar tarefas orais
- Dificuldades de compreensão
- Dificuldades na soletração e na ortografia

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.4.3.5.4. Dificuldades na Interação social

Indicadores:

- Dificuldade em formar amizades com os seus pares
- Dificuldade em relacionar-se com diferentes adultos
- Falta de iniciativa para participar
- Baixa auto-estima

1.5. Alterações da comunicação e da fala/dificuldades de processamento da informação

As dificuldades de processamento da informação podem estar associadas simultaneamente à linguagem expressiva e às mensagens recebidas.

Envolvem a recepção de mensagem e a interpretação da informação. Esta alteração tem implicações no desenvolvimento da linguagem, na aprendizagem e na interação social.

1.5.1. Dificuldades de aprendizagem

Indicadores:

- Interpretação literal e superficial da informação
- Focalização em pormenores e não na informação relevante
- Não reconhecimento de detalhes importantes
- Velocidade de processamento de informação lenta quer na leitura, quer na escrita
- Interpretações erradas dos textos
- Lentidão nas respostas a questões verbais

1.5.2. Alterações da Comunicação e da Fala

1.5.2.1. Dificuldades semânticas

As alterações semânticas e da pragmática são alterações da comunicação com impacto na aprendizagem e na interação social

Indicadores:

- Dificuldade em perceber o significado de palavras e frases
- Confusão e irritabilidade face a piadas, sarcasmos e ambiguidades
- Leitura nas entrelinhas
- Dificuldade em dar respostas a questões começadas por “Porquê...?”, “Como...?”, “Quando...?” e “Aonde...?”
- Pensamento em termos concretos e compreensão da linguagem “à letra”
- Grande dificuldade na transferência de conceitos abstractos
- Distração fácil

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

1.5.2.2. Alterações da pragmática

Indicadores:

- Evita o uso de linguagem social (como por exemplo não cumprimentar ou agradecer)
- Agressividade e trato difícil
- Falta de compreensão do efeito que as suas palavras e acções causam no interlocutor
- Frequente contacto ocular e expressão facial inadequados
- Falta de iniciativa para manter uma conversação
- Frustração e irritabilidade face aos outros.

1.5.3. Dificuldades Específicas de Aprendizagem

As Dificuldades Específicas de Aprendizagem incluem, entre outras, dificuldades significativas na leitura, escrita, ortografia ou na manipulação de dígitos e números com dificuldades no processamento da linguagem simbólica (ex dislexia, discalculia, notas musicais). Estas crianças/jovens cansam-se facilmente e facilmente se distraem. Manifestam dificuldades em gerir a organização do tempo e do espaço.

1.5.3.1. Leitura

Indicadores:

- Nível de leitura correspondente a menos dois anos que a sua idade cronológica
- Saltar linhas e perder-se na leitura
- Fraca compreensão do que lê
- Compreensão dependente de gravuras e de comentários
- Lentidão e pouca fluência na leitura
- Vocabulário pobre
- Pontuação desajustada
- Inversão de letras e algarismos
- Saltar ou repetir certas palavras
- Dificuldade em ler alto para os outros

1.5.3.2. Escrita

Indicadores:

- Discrepância entre o nível de linguagem falada e o nível de linguagem escrita
- Dificuldade em realizar tarefas escritas
- Dificuldade em organizar a estrutura de uma tarefa escrita
- Dificuldade em encontrar palavras; o que pode ser consequência de pouco vocabulário

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

- Padrões de ortografia errados e não habituais
- Dificuldade na escrita de textos longos
- Dificuldade em rever o trabalho escrito

1.5.3.3. Disgrafia

1.5.3.3.1. Escrita manual

Indicadores:

- Má coordenação manual com o lápis e a caneta
- Défice de coordenação da visão com o espaço de escrita
- Escrita como tarefa cansativa
- Escrita lenta
- Dificuldade de escrita
- Letra ilegível
- Ansiedade

1.5.3.4. Discalculia

1.5.3.4.1. Aritmética/Matemática

Indicadores:

- Dificuldade no cálculo mental
- Dificuldade em utilizar tabuadas
- Dificuldade na aprendizagem da leitura horária
- Confusão no conhecimento dos símbolos e a leitura descendente de algarismos
- Dificuldade em compreender palavras de uso diário quando empregues em contextos matemáticos
- Dificuldade na orientação espacial
- Dificuldade no conhecimento de figuras geométricas
- Dificuldade na resolução de problemas
- Dificuldade na sequencialização de operações tendentes à resolução de problemas.

1.5.3.5. Memória

As dificuldades de memória incluem memória de curto-prazo, memória de médio e de longo-prazo, problemas na retenção de detalhes importantes e de processos.

1.5.3.5.1. Memória Auditiva

Indicadores:

- Dificuldade em manter a atenção quando a informação é dada verbalmente
- Dificuldade em lembrar e processar informação verbal
- Dificuldade em guardar informação auditiva na memória de curto prazo

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

- Dificuldade em seguir as várias etapas de um debate
- Dificuldade em fixar e seguir instruções verbais complexas

1.5.3.5.2. Memória visual

Indicadores:

- Dificuldade em processar e evocar a informação visual
- Dificuldade na orientação espacial
- Dificuldade em identificar pequenos detalhes visuais
- Dificuldade em utilizar estratégias visuais na escrita
- Dificuldade na detecção de erros ortográficos

1.5.3.6. Dificuldades no processamento da informação

As dificuldades de processamento da informação incluem a habilidade de perceber rapidamente factos e convertê-los em diferentes formas de comunicação. Há, nas crianças com estas dificuldades, um tempo de resposta dilatado na realização destas tarefas.

Indicadores:

- Necessidade de mais tempo para compreender e realizar tarefas
- Necessidade de maior clarificação do que lhes é pedido
- Necessidade de repetição dos assuntos a memorizar
- Défice na compreensão de informações e instruções
- Dificuldade em produzir trabalhos escritos simples.

Bibliografia recomendada:

International Baccalaureat Organization (IBO). (2004). Teaching students with particular special educational and learning needs – a resource for schools. Geneve.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL****4.3. Orientações para a avaliação diagnóstica da saúde mental****4.3.1. Orientações para o diagnóstico de alterações do foro psiquiátrico****a) Depressão**

A sintomatologia depressiva é muito variada e diferente de pessoa para pessoa. De uma maneira geral, a literatura refere apenas três sintomas depressivos básicos, a saber:

1. Sofrimento moral;
2. Inibição global;
3. Estreitamento vivencial.

Compete ao observador e a quem tem a possibilidade de partilhar com as crianças e jovens o seu quotidiano de vida, aperceber-se, de acordo com a personalidade individual, de comportamentos não habituais e que podem expressar-se através dos seguintes sintomas:

Sintomas físicos

- Dores vagas e imprecisas
- Tonturas
- Cólicas
- Falta de ar
- Outras queixas de caracterização clínica complicada

Sintomas psicológicos

- Insegurança
- Ansiedade
- Humor irritável ou rabugento
- Revolta e instabilidade
- Tristeza e abatimento
- Falta de motivação vivencial
- Irritabilidade aumentada, com crises de raiva e explosividade
- Sentimentos exagerados de frustração
- Tendência para responder a acontecimentos com ataques de ira ou culpando os outros
- Diminuição da capacidade de pensar, de se concentrar ou de tomar decisões
- Enfraquecimento da memória
- Distratibilidade
- Produtividade ocupacional diminuída
- Queda abrupta no rendimento escolar
- Lentidão dos processos psíquicos
- Exagerado desinteresse
- Pensamentos recorrentes sobre morte

b) Transtorno Bipolar

Quadro clínico marcado pela ocorrência de um ou mais Episódios Depressivos acompanhados pelo menos por um Episódio Hipomaníaco. Ocasionais episódios de humor e de um funcionamento interpessoal ou ocupacional imprevisível.

Características dos indivíduos com Transtorno bipolar

- Presença (ou história) de um ou mais Episódios Depressivos
- Baixa auto-estima
- Baixa autoconfiança ou sentimentos de inadequação
- Pessimismo, desespero ou ausência de esperança
- Perda generalizada do interesse ou do prazer

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

- Isolamento social
- Fadiga ou cansaço crónicos
- Sentimentos de culpa ou recusa do passado
- Sensação de irritabilidade ou de ira excessiva
- Eficácia geral diminuída
- Problemas de concentração, memória ou de decisão
- Presença (ou história) de pelo menos um episódio hipomaniaco
- Alteração de humor, mais ou menos intensa, semelhante à “Mania” (persistente, elevada ou significativa expressividade)
- Hiperactividade
- Auto-estima inflacionada
- Sofrimento clinicamente significativo ou défice no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo (DSM.IV – PsyWeb.url)

c) Transtorno da Personalidade Borderline

Quadro com um padrão invasivo de instabilidade nos relacionamentos interpessoais, auto-imagem e afectos e acentuada impulsividade, que começa no início da idade adulta e está presente numa variedade de contextos, como indicado por cinco (ou mais) dos seguintes critérios:

Características dos indivíduos com Personalidade Borderline

- Esforços frenéticos para evitar um abandono real ou imaginado.
- Experimentação de intensos temores de abandono e raiva inadequada, mesmo diante de uma separação real de tempo limitado ou quando existem mudanças inevitáveis nos seus planos (podem acreditar que o “abandono” implica que são “maus”)
- Reacções de pânico ou fúria quando alguém que lhes é importante se atrasa apenas alguns minutos ou precisa de cancelar um encontro
- Intolerância à solidão e a uma necessidade de ter outras pessoas consigo
- Esforços frenéticos para evitar o abandono que podem incluir acções impulsivas, tais como comportamentos de auto-mutilação ou mesmo suicidas
- Padrões de relacionamentos interpessoais instáveis e intensos, caracterizados pela alternância entre extremos de idealização e desvalorização
- Podem idealizar potenciais cuidadores ou amantes já num primeiro ou num segundo encontro, exigência de passagem de muito tempo juntos e de compartilhar detalhes extremamente íntimos numa fase inicial de relacionamento. Podendo haver, entretanto, uma rápida passagem da idealização para a desvalorização, por achar que a outra pessoa não se importa o suficiente, não dá o bastante, não está “ali” o suficiente
- Possível sentimento de empatia e carinho por outras pessoas, unicamente com a expectativa de que a outra pessoa “estará lá” para também atender às suas próprias necessidades, quando exigido
- Tendência para mudanças súbitas e dramáticas nas suas opiniões sobre os outros, que podem ser vistos alternadamente como suportes benévolos ou como cruelmente punitivos. Tais mudanças frequentemente reflectem a desilusão com uma pessoa cujas qualidades de devoção foram idealizadas ou cuja rejeição ou abandono são esperados
- Distúrbios de identidade caracterizados por uma auto-imagem ou sentimento de self acentuado e persistentemente instável
- Perturbação da identidade: instabilidade acentuada e resistente da auto-imagem ou do sentimento de self. Mudanças súbitas na auto-imagem. O indivíduo pode exibir súbitas mudanças de opinião e de planos acerca da carreira, identidade sexual, valores e tipos de amigos. Esses indivíduos podem mudar subitamente do papel de uma pessoa suplicante e carente de auxílio para um vingador implacável de maus-tratos passados. Embora geralmente possuam uma auto-imagem de malvados, os indivíduos com este transtorno podem, por vezes, ter o sentimento de não existirem em absoluto

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

- Impulsividade em pelo menos duas áreas potencialmente prejudiciais à própria pessoa (por ex., gastos financeiros, sexo, abuso de substâncias, condução imprudente, comer compulsivamente): Podem jogar, fazer gastos irresponsáveis, comer em excesso, abusar de substâncias, envolver-se em sexo inseguro ou conduzir de forma imprudente. Apresentam, de maneira recorrente, comportamentos, gestos ou ameaças suicidas ou comportamento auto-mutilantes
- Instabilidade afectiva devido a uma acentuada relatividade do humor (por ex., episódios de intensa disforia, irritabilidade ou ansiedade geralmente durando algumas horas e apenas raramente mais de alguns dias)
- Sentimentos crónicos de vazio
- Raiva inadequada e intensa ou dificuldade em controlar a raiva (por ex., demonstrações frequentes de irritação, raiva constante, lutas corporais recorrentes)
- Ideação paranóide transitória (percepção da separação ou rejeição iminente) relacionada ao stress ou severos sintomas dissociativos
- Alterações externas da estrutura podem ocasionar profundas alterações na auto-imagem, afecto, cognição e comportamento
- Alta sensibilidade às circunstâncias ambientais e contextuais

Características e Transtornos Associados

- Possível existência de um padrão de boicote a si mesmo quando uma meta está prestes a ser alcançada (por ex., abandonar a escola antes da formatura, regredir severamente após uma discussão acerca do sucesso da terapia até o momento actual, destruir um bom relacionamento justamente quando está claro que este poderia ser duradouro)
- Desenvolvimento em alguns casos, de sintomas do tipo psicótico (por ex., alucinações, distorções da imagem corporal, ideias de referência e fenómenos hipnagógicos) durante períodos de stress. Os indivíduos com este transtorno podem sentir-se mais seguros com objectos transaccionais (isto é, um animal de estimação ou a posse de um objecto inanimado) do que em relacionamentos interpessoais
- Transtornos do Humor ou Transtornos Relacionados a Substâncias
- Deficiências físicas podem resultar de comportamentos auto-mutilantes ou tentativas fracassadas de suicídio
- Perdas recorrentes de empregos, interrupção dos estudos e casamentos rompidos são comuns
- Abuso físico e sexual, negligência, conflito hostil e perda ou separação parental precoce são mais comuns na história da infância dos indivíduos

d) Personalidade anti-social

A característica essencial do Transtorno da Personalidade Anti-Social envolve um padrão de comportamento repetitivo, persistente e invasivo de desrespeito e violação dos direitos dos outros, que inicia na infância ou começo da adolescência e continua na idade adulta.

Este padrão também é conhecido como psicopatia, sociopatia ou transtorno da personalidade dissocial.

Características dos indivíduos com Personalidade anti-social

- Inconformidade com as normas sociais em relação a comportamentos legais, executando, de forma repetida acções que constituem motivo de detenção
- Propensão para enganar, mentir repetidamente, usar nomes falsos ou ludibriar os outros para obter vantagens pessoais ou prazer

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

- Impulsividade ou fracasso no planeamento do futuro
- Irritabilidade e agressividade, indicadas por repetidas lutas corporais ou agressões físicas
- Marcado desrespeito irresponsável pela segurança própria ou alheia
- Irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou honrar obrigações financeiras
- Inexistência de remorso, indicado por indiferença ou racionalização por ter ferido, maltratado ou roubado outra pessoa

Características e Transtornos Associados

Os indivíduos com Transtorno da Personalidade Anti-Social frequentemente:

- Inexistência de empatia e tendência a ser insensíveis e cínicos e a desprezar os sentimentos, direitos e sofrimentos alheios
- Auto-estima enfatuada e arrogante (por ex., achar que um trabalho comum não está à sua altura, ou não ter uma preocupação realista com seus problemas actuais ou seu futuro) e excessivamente opiniosos, auto-suficientes ou vaidosos
- Encanto superficial e não sincero, bastante volúveis e facilidade com as palavras (por ex., usar termos técnicos ou jargão capazes de impressionar alguém não familiarizado com o assunto)
- Experimentação possível de disforia, incluindo queixas de tensão, incapacidade de tolerar o tédio e humor deprimido
- Possível existência, em associação, de Transtornos de Ansiedade, de Transtornos Depressivos e de Transtornos Relacionados a Substâncias, de Transtornos de Somatização, Jogo Patológico e outros transtornos do controle dos impulsos

e) Cleptomania

A Cleptomania caracteriza-se pelo impulso de furtar e têm consciência de que o acto é errado e sem sentido.

Características dos indivíduos com Cleptomania

- Incapacidade de resistir aos impulsos de furtar objectos que não são necessários para o uso pessoal nem têm valor monetário significativo
- Têm um sentimento aumentado de tensão imediatamente antes da realização do furto
- Sentem prazer, satisfação ou alívio no momento de cometer o furto
- Inexistência de furto para expressar raiva ou vingança, nem ocorrência como resposta a um delírio ou alucinação
- Possível colecção de objectos furtados ou devolução disfarçada
- Furtos não planeados e sem ter em conta as possibilidades de prisão
- Furto não explicado por um Transtorno da Conduta, um Episódio Maníaco ou um Transtorno da Personalidade Anti-Social

f) Transtornos Alimentares

Caracterizam-se por severas perturbações no comportamento alimentar. Podem assumir duas formas diagnósticas: Anorexia Nervosa e Bulimia Nervosa.

Quer a Anorexia Nervosa, quer a Bulimia Nervosa traduzem-se numa perturbação na percepção da forma e do peso corporal.

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**Características dos indivíduos com Anorexia Nervosa

- Recusa em manter o peso corporal num nível igual ou acima do mínimo normal adequado à idade e à altura (por ex., perda de peso levando à manutenção do peso corporal abaixo de 85% do esperado; ou fracasso em ter o ganho de peso esperado durante o período de crescimento, levando a um peso corporal menor que 85% do esperado)
- Medo intenso de ganhar peso ou de se tornar gordo, mesmo estando com peso abaixo do normal
- Perturbação no modo de vivenciar o peso ou a forma do corpo, influência indevida do peso ou da forma do corpo sobre a auto-avaliação, ou negação do baixo peso corporal actual
- Perda de peso em consequência da redução do consumo alimentar total
- Reconhecimento da magreza, mas preocupação com a gordura de certas partes de seu corpo, particularmente abdómen, nádegas e coxas
- Auto-estima dependente, em alto grau, da forma e peso corporais. A perda de peso é vista como uma conquista notável e como um sinal de extraordinária autodisciplina, o ganho de peso é percebido como um inaceitável fracasso do auto-controlo
- Reconhecendo a magreza há negação das sérias implicações de seu estado de desnutrição
- Compulsão Periódica/Purgativo: durante o episódio actual de Anorexia Nervosa, o indivíduo envolve-se regularmente num comportamento de comer compulsivamente ou de purgação (isto é, auto-indução de vômito ou uso indevido de laxantes ou diuréticos)

Características dos indivíduos com Bulimia Nervosa

Episódios recorrentes de compulsão periódica, caracterizada pelos seguintes aspectos:

- Ingestão, em um período limitado de tempo (por ex., dentro de um período de duas horas) de uma quantidade de alimentos definitivamente maior do que a maioria das pessoas consumiria durante um período similar em circunstâncias similares
- Sentimento de falta de controlo sobre o comportamento alimentar durante o episódio (por ex., um sentimento de incapacidade de parar de comer ou de se controlar a qualidade e a quantidade do que está a comer)
- Vômitos por auto-indução
- Mau uso de laxantes, diuréticos ou outros medicamentos
- Jejuns ou exercícios excessivos

Características e Transtornos Associados à Bulimia

- Características obsessivo-compulsivas frequentes, relacionadas ou não com comida
- Preocupação excessiva com alimentos
- Preocupação em comer em público
- Sentimento de inutilidade
- Forte necessidade de controlar o próprio ambiente
- Pensamento inflexível
- Espontaneidade social limitada
- Iniciativa e expressão emocional demasiadamente contidas
- Ataques de hiperfagia, que incluem doces e alimentos com alto teor calórico (gelados ou bolos)
- Vergonha dos seus problemas alimentares, procurando ocultar os seus sintomas
- Compulsões periódicas geralmente ocorridas em segredo
- Ingestão compulsiva de comida até ao desconforto
- Compulsão periódica habitualmente desencadeada por estados de humor disfóricos, stress interpessoal, intensa fome após restrição por dietas

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

g) Transtorno de Asperger

O Transtorno de Asperger manifesta-se por uma alteração severa e persistente na interacção social.

Características dos indivíduos com Transtorno de Asperger

Déficé qualitativo na interacção social, manifestado por pelo menos dois dos seguintes quesitos:

- Déficé acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contacto visual directo, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interacção social
- Fracasso para desenvolver relacionamentos apropriados ao nível de desenvolvimento com seus pares
- Ausência de tentativa espontânea de partilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (por ex., deixar de mostrar, trazer ou apontar objectos de interesse para outras pessoas)
- Falta de reciprocidade social ou emocional
- Desenvolvimento de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e actividades com expressão importante nas áreas social, ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento
- Contraste com o Transtorno Autista, não existindo atrasos clinicamente significativos na linguagem (isto é, palavras isoladas são usadas aos dois anos, frases comunicativas são usadas aos três anos)
- Inexistência de atrasos clinicamente significativos no desenvolvimento cognitivo ou no desenvolvimento de habilidades de auto-ajuda apropriadas à idade e de comportamento adaptativo

h) Autismo

Características dos indivíduos com Autismo

Déficé qualitativo na interacção social, manifestado por pelo menos dois dos seguintes aspectos:

- Déficé acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contacto visual directo, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interacção social
- Fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento
- Inexistência de tentativa espontânea de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (por ex., não mostrar, trazer ou apontar objectos de interesse)
- Falta de reciprocidade social ou emocional

Défices qualitativos na comunicação, manifestados por pelo menos um dos seguintes aspectos:

- Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada (não acompanhado por uma tentativa de compensar através de modos alternativos de comunicação, tais como gestos ou mímica)
- Fala adequada, mas acentuado déficé na capacidade de iniciar ou manter uma conversação
- Uso estereotipado e repetitivo da linguagem ou linguagem idiossincrática
- Incapacidade para fazer jogos ou brincadeiras de imitação social variados e espontâneos apropriados ao seu nível de desenvolvimento

Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e actividades, manifestados pelo menos por um dos seguintes aspectos:

- Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco

IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

- Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não-funcionais
- Maneirismos motores estereotipados e repetitivos (por ex., agitar ou torcer mãos ou dedos, ou movimentos complexos de todo o corpo)
- Preocupação persistente com partes de objectos

Atrasos ou funcionamento anormal em pelo menos uma das seguintes áreas, com início antes dos três anos de idade:

- Interação social
- Linguagem para fins de comunicação social
- Jogos imaginativos ou simbólicos
- Perturbação pouco explicada por Transtorno de Rett (deterioração cognitiva acelerada a partir dos cinco meses de idade) ou Transtorno Desintegrativo da Infância (perda clinicamente significativa de capacidades já adquiridas antes dos dez anos)

Características e Transtornos Associados

- Possível existência de atraso mental
- Irregularidades no desenvolvimento cognitivo, independentemente do nível geral de inteligência (por ex., uma criança de 4 anos e meio com Transtorno Autista pode ser capaz de ler, isto é, apresenta hiperlexia)
- Possível funcionamento superior, mas com o nível de linguagem receptiva (isto é, compreensão da linguagem) abaixo daquele da linguagem expressiva (por ex., vocabulário)
- Apresentação uma gama de sintomas comportamentais, incluindo hiperactividade, desatenção, impulsividade, agressividade, comportamentos auto-agressivos e, particularmente em crianças mais jovens, acessos de raiva
- Possibilidade de respostas não comuns a estímulos sensoriais (por ex., alto limiar para a dor, hipersensibilidade aos sons ou a ser tocado, reacções exageradas à luz ou a odores, fascinação com certos estímulos)
- Alterações na alimentação possíveis (por ex., limitação a poucos alimentos na dieta,) ou no sono (por ex., despertares nocturnos com balanço do corpo)
- Anormalidades do humor ou afecto (por ex., risadinhas ou choro sem qualquer razão visível, uma aparente ausência de reacção emocional)
- Ausência nalguns casos de medo em resposta a perigos reais e temor excessivo em resposta a objectos inofensivos
- Comportamentos auto-lesivos variados possíveis (por ex., bater a cabeça ou morder os dedos, mãos ou pulsos). Na adolescência e no início da idade adulta, os indivíduos que têm capacidade intelectual para o insight, podem tornar-se deprimidos em resposta à percepção de seu sério comprometimento

4.3. Indicadores para a avaliação de alterações do foro neurológico

A lesão cerebral pode assumir várias manifestações, entre os quais, as incapacidades físicas, as dificuldades na aprendizagem. Estas mudanças podem ser temporais ou permanentes e têm como consequência:

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Alterações de natureza física:

- Linguagem verbal alterada
- Perda gradual de audição
- Paralisias
- Fortes dores de cabeça
- Visão deficiente
- Convulsões
- Espasmos musculares
- Resistência diminuída

Alterações cognitivas:

- Menor concentração
- Diminuição da atenção
- Percepção alterada
- Dificuldade em planear
- Capacidade de comunicação diminuída
- Capacidade para escrever diminuída
- Memória de curto prazo reduzida
- Memória de largo alcance reduzida
- Capacidade para julgar diminuída
- Dificuldade para manter a ordem e a sequência
- Capacidade para ler diminuída
- Desorientação
- Capacidade para resolver problemas diminuída
- Capacidade de perceber situações de perigo diminuída

Alterações emocionais e de comportamento:

- Fadiga intensa
- Ansiedade intensa
- Baixo respeito por si próprio
- Agitação intensa
- Mudanças de humor mais frequentes
- Excessivas emoções
- Depressão
- Perda de motivação
- Incapacidade para enfrentar situações diferentes
- Egocentrismo
- Diminuição do controlo emocional
- Aumento do sentimento de frustração
- Deficiente controlo da ira

**IT03.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**

Bibliografia recomendada:

Andrade, A. S. (1997). Psicodrama aplicado a grupos de crianças com dificuldades de aprendizagem. In Revista Brasileira de Psicodrama. Vol. 5, Nº 2, p. 91-106.

(Também disponível em:

<http://gepsed.ffclrp.usp.br/dist-aprd.pdf#search=%22psicodrama%20crian%C3%A7as%22> a 14 de Agosto de 2006).

Bénony, H., Chahraoui, K. (2002). A entrevista clínica. Lisboa. CLIMEPSI Editores

Enelow, A. J. & al. (1999) Entrevista clínica e cuidados aos pacientes. Lisboa. CLIMEPSI Editores

Monchietti, A. & al. (2002). Entrevista con padres que consultan por un niño. <http://www.mdp.edu.ar/psicologia/psides/anam.doc>

http://www.biarni.org/documents/mresource_brochure_sp.pdf

<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php> Psiqweb – Portal de Psiquiatria geral, Gjballone – DSM.IV: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders

Oliveira, M. F. (2005). Entrevista Psicológica – O Caminho para aceder ao outro. www.psicologia.com.pt

Lemos, M. S., & Meneses, H. I. (2002). A avaliação da competência social: Versão portuguesa da forma para professores do SSRS. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 18 (3), 267-274.

Rubini, C. (1995). O conceito de papel no psicodrama. In Revista Brasileira de Psicodrama. Vol. 3, Nº 1.

(Também disponível em <http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial/rubinioconceito.htm>, Jornal Existencial Online da SAEP – Sociedade de Análise Existencial e Psicomaiêutica a 14 de Agosto de 2006).

IT04.PC02 Instrução de Trabalho — Avaliação do Desempenho Escolar

Prazo para a realização da avaliação diagnóstica: 1 mês após o acolhimento

Sempre que possível, o diagnóstico escolar deverá incidir em informações recolhidas previamente à entrada da criança/jovem na instituição e, posteriormente, em articulação com o educador, professor e/ou director de turma do novo estabelecimento de ensino em que a criança/jovem for inserida.

À integração escolar da criança/jovem, antecedem reuniões entre a equipa técnica do Lar e os responsáveis pelos equipamentos sociais e escolares (Creche, Jardim-de-infância, Estabelecimentos escolares de Ensino Básico e Ensino Secundário da área de residência do Lar), por forma, a fazer-se uma avaliação das competências e desempenhos escolares da criança/jovem.

O diagnóstico escolar relaciona-se com a avaliação das aprendizagens específicas, assim como dos recursos e das competências pessoais que influenciam directamente o processo de aprendizagem.

O processo de qualquer tipo de aprendizagem diz respeito à forma como o indivíduo processa a informação – recebe, compreende, integra, retém e a exprime de forma verbal ou não verbal –, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. As dificuldades de aprendizagem específicas podem, assim, manifestar-se na dificuldade em qualquer uma destas etapas de processamento de informação.

IT04.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

As áreas mais comuns de dificuldades de aprendizagens são:

- A comunicação
- A leitura
- A escrita
- A matemática e/ou a resolução de problemas

Tais dificuldades podem ocorrer por variáveis endógenas e/ou exógenas à criança/jovem.

Variáveis endógenas:

- Cognitivas
- Perceptivo-motoras
- Emocionais
- Sociais
- Culturais

As variáveis de natureza exógena dizem respeito às situações externas à própria criança/jovem mas que a influenciam.

A intervenção que procura ultrapassar as dificuldades de aprendizagem sentidas, precede a um diagnóstico abrangente das reais variáveis que interferem no processo de ensino aprendizagem.

Do processo de diagnóstico escolar, fazem parte as seguintes fases metodológicas:

1º Investigação do Percorso Escolar Anterior – procurar fontes de informação relativamente à história pré-escolar e escolar da criança/jovem (pedido do processo escolar a instituições escolares anteriormente frequentadas, informações de antigos professores e de familiares).

2º Avaliação Diagnóstica dos Conhecimentos e Competências da criança/jovem – realizada, em conjunto com a escola, uma avaliação global para verificação do nível educativo em que a criança/jovem se encontra.

3º Trabalho em parceria com o Estabelecimento de Ensino – realizar reuniões com o actual ou futuro Professor/Educador da criança/jovem para avaliação conjunta da situação escolar, designadamente dos pontos fortes e fracos das aprendizagens escolares e sociais, para o delineamento de um plano de intervenção individual, com objectivos específicos e a operacionalizar em articulação com o Lar.

Instrumento

Para a avaliação das competências escolares sugere-se a utilização de uma Questionário de Avaliação: desempenho escolar da criança/jovem (IMP02.IT04.PC02) a preencher em conjunto com o professor da mesma.

IT05.PC02 Instrução de Trabalho — Avaliação Diagnóstica do Contexto Familiar

Prazo para a realização da avaliação diagnóstica: 1 mês após o acolhimento

Logo que haja um diagnóstico familiar, e que se preveja possibilidades de mudança na família, a instituição deve informar os serviços locais (IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, RSI – Rendimento Social de Inserção, ECJ - Equipas de Crianças e Jovens da Acção Social, etc.) para que se mobilizem os recursos necessários para uma intervenção eficaz e de acordo com os objectivos de retorno da criança/jovem à família.

A Avaliação Diagnóstica (AD) a realizar junto das famílias procura reunir as informações necessárias para que, posteriormente, se delineie um plano de intervenção capaz de melhorar a relação família-criança/jovem, se potencialize as capacidades dos pais para avaliarem as necessidades e recursos dos filhos, para diversificação de situações de estimulação cognitiva e de gestão dos afectos na relação com os mesmos.

Todos estes aspectos estão na base de uma intervenção que potencie a possibilidade das famílias adquirirem e desenvolverem melhores condições para uma possível reintegração da criança/jovem junto delas.

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

Nesta fase de diagnóstico, é importante identificar e compreender os vários factores e características familiares, designadamente a sua história, dinâmica e padrões comunicativos, bem como as necessidades e recursos materiais, físicos e culturais que caracterizam a família.

Em todos os contactos com as famílias dever-se-á, igualmente, compreender o padrão de comunicação e de interacção social, uma vez que estes reflectem as características funcionais de cada indivíduo e as da dinâmica familiar. Referimo-nos, por exemplo, ao padrão de interacção da família com a criança/jovem, aquando das suas visitas à instituição.

Cuidados a ter na entrevista:

- Os técnicos devem ter uma postura de permanente auto-análise e de distanciamento dos seus próprios valores e julgamentos para que não se corra o risco de inviabilizar o diagnóstico.
- A avaliação das famílias tem sempre factores de ordem subjectiva, devendo, por isso, ser realizada em conjunto, por dois elementos da equipa técnica do Lar.
- Em toda e qualquer análise ou avaliação de uma família, dever-se-á ter em conta que esta se encontra numa situação difícil, onde o seu equilíbrio e controlo emocional são postos à prova. Há mães e pais, por exemplo, que se defendem da sua culpabilidade atacando os técnicos da instituição e acusando-os de responsáveis pela privação dos filhos a que estão sujeitos.

A melhor metodologia utilizada é aquela que conseguir recolher o máximo de informação necessária relativamente à vida actual e passada e, ainda, a que permita compreender as perspectivas e expectativas face ao futuro; assim como compreender, da melhor forma possível, as vivências pessoais e familiares relativas à problemática em questão, procurando recursos e possíveis soluções para o seu encaminhamento.

1. COM A FAMÍLIA:

- 1.1. Entrevista psicológica
- 1.2. Entrevista para recolha de dados
- 1.3. Observação e registo das visitas da família à instituição
- 1.4. Visitas domiciliárias

2. COM OUTRAS ENTIDADES, PROFISSIONAIS E ELEMENTOS DA COMUNIDADE:

- 2.1. Reuniões
- 2.2. Contactos telefónicos
- 2.3. Observação e registo dos principais assuntos tratados nos encontros presenciais e nos contactos telefónicos

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR**1. COM A FAMÍLIA****1.1. Entrevista psicológica**

A entrevista com os pais ou familiares de uma criança/jovem constitui um tipo particular de entrevista, uma vez que quem solicita a “consulta” não é o interessado mas a instituição que tem a responsabilidade de acolher a criança/jovem.

A entrevista psicológica tem as suas particularidades, distingue-se de outras entrevistas directivas ou semi-directivas ou as que utilizam questionários e cujo objectivo é obter dados sequenciais e características de vida que concorram para a compreensão da situação.

Na entrevista psicológica é o psicólogo que deduz os aspectos desconhecidos, pelo entrevistado, relativos à sua própria vida. Com efeito, entrevistar pode entender-se como “entre-ver” e “entre-escutar” a partir de conteúdos manifestos, aquilo que não é totalmente consciente.

Na entrevista psicológica não é tão importante obter todos os dados da vida de uma pessoa (como acontece na entrevista direccionada para esse objectivo), mas antes o modo como são reconstruídos, sentidos e investidos de significado pelo familiar entrevistado.

Entendida desta forma, a entrevista permite ao entrevistado reconstruir a sua versão singular da história familiar e individual. Neste sentido, os factos são narrados, em cada caso, de uma maneira pessoal e peculiar, uma vez que as pessoas ao narrá-los utilizam determinadas palavras e estruturam frases que seguem uma sequência, configurando sistemas significantes próprios e singulares.

É óbvio, então, que numa entrevista psicológica (ao contrário do que se passa numa entrevista direccionada para a recolha de informações), se se estimar a narrativa ou os fragmentos da mesma como irrelevantes, interromper o relato com perguntas inoportunas ou com intervenções fora do tempo, poder-se-á reduzir o material desta a uma soma de dados desconexos ou, no melhor dos casos, a um discurso pobre.

A lógica a que obedece o relato que os familiares fazem, obriga o psicólogo a assumir uma perspectiva de escuta diferente daquela que considera o conhecimento sobre o passado como uma acumulação cronológica de dados.

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

Técnicas e atitudes a observar

O psicólogo deve utilizar, na entrevista psicológica técnicas de comunicação que permitam:

- Descontrair o entrevistado
- Facilitar a comunicação
- Criar um ambiente de respeito e confiança
- Permitir e incentivar a liberdade de expressão
- Garantir a ausência de represálias
- Não agredir
- Não fazer juízos de valor
- Solicitar a colocação clara das questões, para o que deve utilizar a escuta activa e a reformulação das questões postas pelo entrevistado
- Garantir confidencialidade
- Respeitar o tempo de intervenção
- Compreender aos factores psicológicos, sociais e ambientais na relação entrevistador-entrevistado
- Manter o silêncio, durante algum tempo, com o objectivo de que o entrevistado sinta a necessidade de retomar a sua narrativa

Registo da entrevista psicológica

O registo deve ser realizado, pelo psicólogo, imediatamente após a finalização da entrevista (o que facilita a relação durante a entrevista). Esta técnica revela-se a mais adequada, contudo requer alguma experiência e capacidade de retenção da informação mais pertinente. Neste processo corre-se o risco de perder muita da informação obtida. Para obviar esta situação, o psicólogo pode, durante a entrevista, retirar notas que lhe permitam, no final, recuperar a informação mais pertinente.

1.2. Entrevista para recolha de dados

Caracteriza-se pela existência de um guião, previamente preparado, que serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista. O objectivo desta entrevista é a recolha dos dados necessários para compreender a estrutura e dinâmica familiar, bem como todas as varáveis que caracterizam as condições de vida da família.

Não utilizamos a designação de Anamnese, uma vez que este método de recolha de informações é de natureza médico-clínica e se utiliza apenas em ocasiões muito precisas, tal como sucede, por exemplo, em situações clínicas concretas, na investigação epidemiológica ou quando empregue para fins estatísticos.

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR***Técnica para a realização da entrevista de recolha de dados*****Preparação da entrevista**

A entrevista que visa a recolha de dados não deve cingir-se apenas ao encontro presencial entre o entrevistador e o entrevistado. A sua preparação é um momento muito importante para o desenrolar de todo o subsequente processo e que não pode ser, de modo nenhum, esquecido pelo entrevistador.

Quanto melhor for a preparação da entrevista, maiores são os ganhos ao nível da quantidade e qualidade das informações conseguidas.

Nesta etapa é importante:

- Rever os aspectos conhecidos da história de vida da criança/jovem e da sua família
- Rever os registos já existentes no processo da criança/jovem
- Identificar e registar tópicos relevantes para explorar durante a entrevista
- Rever o guião que vai ser utilizado
- Prever uma duração limitada para a entrevista, sem que isso implique uma inflexibilidade ou rigidez excessiva
- Marcar um local, um dia e uma hora com o(s) entrevistado(s) para a realização da entrevista com, pelo menos, uma semana de antecedência
- Confirmar a presença dos intervenientes na véspera
- Preparar o local de entrevista (se possível utilizar uma mesa redonda ou dispor cadeiras em círculo para o número de pessoas a estarem presentes, numa sala confortável, acolhedora, limpa, com boa iluminação e sem elementos de distração – como ruído, muitos objectos e quadros ou informações nas paredes)

Técnicas e atitudes a observar

- Esclarecer o motivo e os objectivos da entrevista
- Conduzir a conversa em função do fim a atingir, sendo empático, escutando e registando o essencial
- Saber comunicar com diferentes tipos de entrevistados (mais ou menos ansiosos, com mais ou menos perturbações, com perturbações cognitivas, etc.)
- Saber ouvir, enquanto o entrevistado fala é conveniente permanecer em silêncio, não exercendo autoridade no controlo da entrevista
- Saber falar e fazer-se entender usando as técnicas de comunicação verbal e não verbal
- Atender aos factores psicológicos, sociais e ambientais na relação entrevistador-entrevistado
- Entender a importância de uma história familiar bem feita, aprendendo a valorizar a observação transversal e todas as informações complementares

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

- Considerar que a história familiar nunca está concluída, devendo ser objecto de análise contínua, pela actualização resultante das entrevistas (e dos outros tipos de contacto) subsequentes
- Ter em conta a instrução e as características socio-económicas e culturais para que haja uma melhor compreensão de cada família
- Não esquecer que a recolha de informação, em entrevista, deve ser feita por meio de uma atitude que tem de ter em conta que uma observação se refere apenas a um momento e que essa observação pode variar ao longo do tempo
- Colocar-se no lugar do familiar e mostrar interesse pelas preocupações, prioridades e vivência deste, mesmo que aparentemente pareçam insignificantes

Dados a recolher na entrevista

Ao contrário da entrevista psicológica, anteriormente descrita, a entrevista para recolha de dados importantes à compreensão do caso, envolve um retorno ao passado e consiste numa recompilação de dados trazidos pelo familiar, segundo um esquema previamente estabelecido e priorizado. Isto é, trata-se de reconstruir a “história evolutiva”, habitualmente através de um questionário, que investiga, para além de investigar dados relativos à família:

- Agregado familiar (nomes, idades, ocupações, datas de acontecimentos importantes, tais como, separações, mortes, doenças, mudanças profissionais e residenciais)
- Antecedentes e história familiar
- Recursos e necessidades da família
- Expectativas e ambições para o futuro

Também explora informações referentes ao desenvolvimento e história da criança/jovem, designadamente sobre:

- A gravidez
- O parto
- A aquisição progressiva do conjunto de comportamentos e habilidades esperadas para a sua idade cronológica
- Características pessoais e sociais
- Percurso, adaptação e desempenho escolar

O objectivo da entrevista para a obtenção de informações não se prende com a análise de discursos, posturas ou vivências passadas, mas antes com o levantamento de todos os dados, passados e presentes, da vida de uma família que se consideram importantes para um trabalho em articulação com a mesma.

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

Os questionários tem a vantagem de serem económicos, pelo facto de permitirem uma recolha e compreensão de uma grande quantidade de informação em pouco tempo e possibilitar, ainda, em consonância com a entrevista psicológica, anteriormente realizada, verificar a existência de:

- Contradições
- Esquecimentos
- Ausência de ligações pertinentes ou evidentes em relação à história relatada aquando da entrevista psicológica
- Repetições e significâncias excessivas
- Estilo excessivamente defensivo

Registo da entrevista para recolha de dados

O registo de uma entrevista para obtenção de dados e recolha de informações deve ser realizada com base num questionário que funcionará como um guião. Esse registo poderá ser feito em simultâneo à fala do entrevistado (o que, porém, tem a grande desvantagem de desviar a atenção do entrevistador e o entrevistado poder perceber esse afastamento). Quando o objectivo da entrevista é a recolha de muita informação, este é o método mais eficaz do ponto de vista de não se perderem dados importantes.

Devem ser evitados os seguintes erros:

- Não converter o registo da informação numa situação de constante comprovação entre o que se escreve e o que o entrevistado comunica. Caso isso aconteça, é provável que o desenvolvimento da entrevista seja incorrecto, já que não se disponibiliza a devida atenção ao entrevistado, o que inibirá a comunicação por parte deste
- As anotações nunca devem servir como estratégia para ganhar tempo para colocar perguntas ou responder a questões colocadas pelo entrevistado
- Ao se realizarem anotações durante as entrevistas, o entrevistado pode sentir curiosidade pelo que está a ser escrito

1.3. Observação e registo das visitas da família à instituição

Os momentos das visitas da família são um importante meio para se analisar as competências pessoais, parentais e sociais dos diferentes elementos da família, nomeadamente, da nuclear.

Durante as visitas, a equipa técnica do Lar, deverá ter o cuidado de diagnosticar

- A qualidade da interacção entre a família e a criança/jovem
- A qualidade da relação entre os elementos do agregado familiar
- A qualidade da interacção com os técnicos

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

- A capacidade de colaborar com técnicos e de procurar, em conjunto, soluções alternativas
- A capacidade de gerir sentimentos
- A capacidade de perceber as diferenças nas vivências e nos sentimentos da família e da criança/jovem face à mesma situação
- A sensibilidade para avaliar os direitos da criança/jovem e identificar as melhores condições de vida para esta

1.4. Visitas domiciliárias

Em determinados casos, no diagnóstico familiar pode, ainda, ser avaliada a necessidade de se efectuar uma visita ao domicílio da família nuclear, para se aprofundar, em meio natural de vida, as condições emocionais, materiais e físicas, as necessidades e os recursos da família.

2. COM OUTRAS ENTIDADES, PROFISSIONAIS E ELEMENTOS DA COMUNIDADE

A perspectiva ecológica de abordagem e de avaliação da situação familiar é concretizada em colaboração com todos os técnicos e agentes da comunidade num trabalho de rede, em que cada um assume o seu papel e contribui para um mesmo objectivo: o delineamento do melhor projecto de vida possível para cada criança/jovem.

Segundo esta metodologia de trabalho é indispensável que exista:

- Um canal de comunicação aberto e claro entre as várias entidades para a troca e partilha de informação
- A confiança e o respeito mútuo pelo trabalho desenvolvido por cada técnico ou entidade
- O estabelecimento de objectivos específicos entre os vários técnicos da mesma instituição e entre estes e os das outras instituições/entidades
- A partilha de responsabilidades e orientações específicas para cada técnico
- O estabelecimento de contactos periódicos entre as entidades (reuniões quinzenais/mensais, contactos telefónicos ou de outro tipo)

Sempre que esta metodologia de trabalho é levada à prática, os ganhos são incomparavelmente maiores, quando comparados com os resultados obtidos de forma isolada pela equipa de uma instituição.

Será em parceria, com todos os intervenientes, que se encontrará a melhor solução no menor tempo possível (quando, todos sabemos, que nestes casos o factor tempo poderá ser decisivo para a vida de uma criança/jovem).

Concretamente, a articulação com as entidades e profissionais com qualquer tipo de intervenção no processo da criança ou jovem constituem uma mais valia para o diagnóstico, porque:

- Permite uma economia no trabalho e no tempo dos técnicos do Lar

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

- Contribui para a compreensão da história e da evolução de todo o processo familiar
- Evita uma sobrecarrega para a família, questionada, anteriormente, por outros serviços ou entidades

Impressos para registos de informação disponibilizada pela família e/ou por entidades e profissionais:**a) Registo de diligências/contactos efectuados**

No Registo de diligências/contactos efectuados (IMP04.IT01.PC01) regista-se, de forma sumária, a totalidade dos procedimentos e diligências realizadas com o exterior, ao longo do decorrer de um processo individual. Sempre que um técnico realiza ou recebe uma chamada de outro serviço ou de um familiar da criança/jovem, envia ou recebe uma carta ou fax, agenda ou participa numa reunião, regista no referido mapa. Este documento constitui um suporte cronológico de todos os procedimentos realizados, desde o momento do acolhimento até à saída da criança ou do jovem da instituição.

Entre as diligências mais frequentes, no decorrer de um processo, encontramos:

- Contactos presenciais
- Contactos telefónicos
- Envio de cartas
- Envio de faxes
- Envio de mensagens de correio electrónico

Neste impresso indicar-se-á, igualmente, os objectivos que se encontram na origem das diligências, assim como as avaliações e observações que resultaram das mesmas e, por fim, a identificação do técnico responsável por ela.

Mantém-se, deste modo, um registo económico e organizado de todos os procedimentos que se efectuam diariamente, o que facilita a rápida consulta por qualquer um dos técnicos do Lar, assim como, a avaliação contínua da situação.

Sempre que necessário dever-se-á adicionar um relatório de diligência para um registo detalhado da acção empreendida, com a devida identificação da mesma (isto é, o número de diligência que se registou no presente mapa).

b) Ficha de registo da entrevista psicológica com a família

Conforme o que foi referido anteriormente sobre o registo da entrevista psicológica da família, este deverá ser efectuado pelo psicólogo numa ficha indicada para esse efeito (IMP03.IT05.PC02 – Ficha de Registo: entrevista psicológica com a família).

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR**c) Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares**

O presente instrumento (IMP06.IT05.PC02 – Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares) deverá ser utilizado como guião para uma entrevista dirigida a ambos os pais (ou apenas à mãe ou ao pai) da criança/jovem. Contudo, caso esta condição não seja possível, o instrumento deverá ser adaptado a qualquer outro elemento familiar substituto ou pessoa que tenha tido uma relação de proximidade privilegiada durante o desenvolvimento da criança/jovem. O presente questionário tem por objectivo conhecer as particularidades do desenvolvimento da criança/jovem, nos seus diversos campos, assim como as expectativas e representações que essa ou essas pessoas têm sobre ela/ele.

d) Questionário de Avaliação: condições pessoais, sociais e económicas da família

O preenchimento deste questionário (IMP08.IT05.PC02 – Questionário de Avaliação: condições pessoais, sociais e económicas da família) deverá, como já foi referido, ser realizado com os elementos da família nuclear (progenitores ou figuras substitutas) das crianças/jovens no decorrer de uma ou mais entrevistas para recolha de dados (consultar o ponto “Entrevista para recolha de dados” anteriormente descrito).

e) Grelha de Observação: qualidade da interacção da família em contexto institucional

Após a cuidada observação da visita da família à criança/jovem no Lar será benéfico realizar-se o registo dessa mesma observação.

O presente registo tem as seguintes finalidades:

- Promover uma reflexão e possível discussão entre os elementos da equipa técnica do Lar sobre os aspectos importantes identificados durante o decorrer da visita
- Possibilitar a análise da interacção e das mudanças verificadas ao longo do tempo, entre a criança/jovem e a família
- Facilitar o registo e consulta de ocorrências para informar outros técnicos e entidades

Apresenta-se, em anexo, um modelo de ficha de registo de alguns aspectos que poderão ser importantes no desenrolar das visitas da família à instituição (IMP09.IT05.PC02 – Grelha de Observação: qualidade da interacção da família em contexto institucional).

f) Relatório de diligências com a família e reuniões com entidades ou profissionais

Posteriormente às diligências mais pertinentes (como os contactos presenciais com as famílias e com técnicos, em alguns casos, contactos telefónicos importantes), o técnico responsável pela diligência deverá ficar encarregue do registo da mesma.

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO CONTEXTO FAMILIAR

Visto que as circunstâncias e as características de uma diligência realizada com entidades e profissionais são de natureza diferente das realizadas com famílias, devem preencher-se impressos, embora semelhantes, com algumas características distintas.

Tanto nos relatórios de diligências realizadas entre técnicos, como nos relatórios referentes às diligências realizadas com as famílias, dever-se-á contemplar informações comuns. Porém, nos relatórios das diligências efectuadas com as famílias será conveniente adicionar-se uma apreciação qualitativa do tipo de relação e colaboração manifestadas. O seguinte quadro ilustra os aspectos a considerar em cada tipo de relatório.

	Relatório de diligência...	
	Com a família	Com entidades e profissionais
Data	•	•
Local	•	•
Objectivos específicos	•	•
Metodologia utilizada (reunião, entrevista ou contacto telefónico)	•	•
Intervenientes (identificação e entidade a que pertencem)	•	•
Cumprimento das orientações e plano de trabalho anterior	•	•
Colaboração na partilha de informação pertinente	•	•
Colaboração na identificação de problemas	•	•
Colaboração na procura de alternativas e soluções	•	•
Percepção da realidade e da situação vivida	•	-
Capacidade na gestão na expressão de sentimentos	•	-
Descrição dos assuntos discutidos e dos principais aspectos a considerar	•	•
Orientações de trabalho	•	•
Responsável(eis) pelo cumprimento de cada orientação de trabalho (entidade/técnico ou familiar)	•	•
Principais dificuldades sentidas	•	•
Aspectos positivos	•	•

ANEXOS

1. Orientações para a condução das entrevistas

Vantagens e desvantagens da realização da entrevista aos progenitores (ou a outros elementos da família) em simultâneo ou em separado

	Vantagens	Desvantagens
Progenitores em simultâneo	<p>Possibilidade de se analisar a dinâmica entre os progenitores (se respeitam o ponto de vista do outro, como lidam com a discordância, etc.).</p> <p>Os intervenientes são colocados numa situação em que terão que pensar e discutir conjuntamente sobre assuntos pertinentes nas suas vidas.</p> <p>Possibilidade de ficarem a conhecer opiniões, expectativas e prioridades para cada um e que, eventualmente, o outro ainda não sabia.</p> <p>Mediação da discussão é auxiliada por técnicos.</p>	<p>Possibilidades de se sentirem inibidos e não colocarem ou esclarecerem determinadas questões, devido à presença do outro.</p> <p>Poderão surgir desentendimentos entre as partes pelo facto de serem mencionados aspectos nunca antes referidos.</p>
Cada um dos progenitores individualmente	<p>Maior facilidade em falar sobre assuntos que envolvam os outros elementos do agregado familiar.</p> <p>Atenção individualizada.</p> <p>Melhores condições para aprofundar questões que digam respeito ao próprio (quer relativamente à sua história pessoal, quer à sua percepção do seu papel enquanto figura parental, etc.).</p>	<p>Não se cria uma oportunidade para que os progenitores discutam e reflectam, em conjunto, sobre a sua situação presente e futura.</p>

2. Estratégias de comunicação verbal e não-verbal a observar em qualquer tipo de entrevista

2.1. Estratégias de comunicação verbal:

	Função e Particularidades	Como concretizá-la?	Quando aplicá-la?
Linguagem apropriada	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a compreensão, por parte dos entrevistados, daquilo que é comunicado pelo entrevistador • Promover a fluência da comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a linguagem ao entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante toda a entrevista, assim como em todos os restantes contactos efectuados
Início da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Transmitir ao entrevistado interesse sobre tudo aquilo que preocupa 	<ul style="list-style-type: none"> • Formular questões do tipo: “Gostaria de saber a sua opinião sobre...” ou “Pode falar-me do seu filho(a)?” ou “Como se está a sentir agora?” 	<ul style="list-style-type: none"> • No início da entrevista • Quando o entrevistado estiver com dificuldades em comunicar
Perguntas fechadas e directas	<ul style="list-style-type: none"> • Mais controladoras e limitadas • Obter informações concretas sobre uma área desejada • Quando bem formuladas obtêm-se respostas habitualmente sucintas e ricas em informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Formular questões que induzam respostas directas 	<ul style="list-style-type: none"> • Quando não se consegue obter informações por meio de técnicas menos controladoras • Quando são necessárias informações mais específicas e pormenorizadas
Perguntas abertas	<ul style="list-style-type: none"> • Menos controladora e mais facilitadora para uma comunicação mais fluente • Procuram dar espaço ao entrevistado para falar sobre os assuntos livremente • Pretendem averiguar que aspectos são mais relevantes para o entrevistado e como é que os experiênciam 	<ul style="list-style-type: none"> • Formular questões do tipo: “Conte-me mais acerca disso.” 	<ul style="list-style-type: none"> • No decorrer de assuntos desconfortáveis que para o entrevistado
Perguntas de exploração	<ul style="list-style-type: none"> • Permitem perceber se há mais algum aspecto relevante para o entrevistado sobre algum assunto que lhe é relevante 	<ul style="list-style-type: none"> • Formular questões do tipo: “Mais alguma coisa?” 	<ul style="list-style-type: none"> • Perante assuntos significativos para o entrevistado (i.e., perante assuntos em que tem necessidade de falar muito)
Reformulação	<ul style="list-style-type: none"> • Promove o rendimento do processo comunicacional • Evita a ocorrência de interpretações incorrectas, tanto por parte do entrevistador, como por parte do entrevistado • Reforça o sentimento de se ser compreendido no entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Repetir, redizer e interpretar aquilo que é dito pelo entrevistado • O entrevistador deve reformular o seu discurso sempre que perceber que o entrevistado não o compreendeu totalmente 	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre que o entrevistador considere importante transmitir ao entrevistado que ouviu e compreendeu a sua fala ou problema • Sempre que o entrevistador quer confirmar a sua compreensão acerca do que o entrevistado lhe revelou
Pedido de reformulação	<ul style="list-style-type: none"> • Evita que o entrevistador fique com dúvidas em relação ao discurso ou intenções do entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedir ao entrevistado que reformule o seu discurso: “Creio que não estou a perceber, podia repetir?” “Desculpe, não compreendi” ou “Não estou a conseguir segui-lo” 	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre que o entrevistador tenha a sensação de que não ficou suficientemente esclarecido quanto às informações fornecidas

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ANEXOS

2.1. Estratégias de comunicação verbal (cont.)

	Função e Particularidades	Como concretizá-la?	Quando aplicá-la?
Expressões facilitadoras	<ul style="list-style-type: none"> Favorece o entrevistado, para que desenvolva um assunto que tenha iniciado ou que continue a desenvolvê-lo Encorajam a comunicação Evitam o “síndrome do aceno da cabeça” ou o “mmm mmm” que, muitas vezes, podem correr o risco do entrevistado se sentir aprovado, em vez de compreendido 	<ul style="list-style-type: none"> Enunciar palavras ou frases curtas: “Sim”, “Estou a ver”, “Compreendo” ou “Continue” 	<ul style="list-style-type: none"> Quando se percebe que o entrevistado se sente inibido ou com receio de julgamento Quando o entrevistado tem alguma dificuldade em dialogar sobre um determinado assunto
Confirmação	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver o que está a ser vivenciado e sentido pelo entrevistado ou aquilo que pelo menos, faz transparecer Procura algum tipo de reacção por parte do entrevistado (por exemplo: ultrapassar o silêncio para passar a dialogar; chorar, caso tenha essa necessidade; ou sentir-se compreendido e, por isso, mais à vontade para falar de tópicos mais pessoais e emocionais) 	<ul style="list-style-type: none"> Apontar algo de evidente sobre o comportamento verbal ou não verbal do entrevistado com frases do tipo: “Parece que estar com dificuldades em contar isso”, “Parece que está constrangido”, “Parece triste”, “Parece assustado” ou “Parece zangado”. 	<ul style="list-style-type: none"> Momentos de constrangimento ou de alguma emoção para o entrevistado Momentos de silêncio prolongado
Orientações	<ul style="list-style-type: none"> Servem para avaliar, de uma forma mais objectiva, os aspectos que se consideram importantes 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar afirmações de instrução sobre algo que o entrevistado deve dizer ou fazer: “Fale-me mais acerca disso”. 	<ul style="list-style-type: none"> Sempre que se pretende obter mais informação sobre um determinado assunto
Apoio e conforto	<ul style="list-style-type: none"> Traduz-se numa atitude de interesse, preocupação e respeito pelo entrevistado Favorece e reforça a solidez da relação entre entrevistado-entrevistador Reforça a autoconfiança do entrevistado Ajuda o entrevistado a prosseguir com o seu discurso 	<ul style="list-style-type: none"> Evidenciar comentários espontâneos e genuínos, do género: “Compreendo” ou “Deve ter sido muito desagradável” É importante associar aos comentários, uma postura e atitude coerente 	<ul style="list-style-type: none"> Perante expressões de rancor, medo ou preocupação solidária
Finalização da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> Referência dos objectivos atingidos e não atingidos durante a entrevista e, se necessário, definição de novos. Perspectiva de novo contacto ou marcação de novo encontro. 		<ul style="list-style-type: none"> No final da entrevista

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ANEXOS

2.2. Estratégias de comunicação não verbais ou comportamentais:

- Manter contacto visual
- Garantir uma distância confortável mínima para o entrevistado
- Procurar transmitir uma postura e uma expressão facial que transpareça interesse, atenção e compreensão pelo que está a ser dito (sem, contudo, fixar constantemente nos olhos do entrevistado)
- Em momentos de silêncio, o entrevistador deve procurar mantê-lo, durante algum tempo, com o objectivo de que o entrevistado sinta a necessidade de retomar a sua narrativa

3. Necessidades das famílias

Utilitários	Saúde e níveis de energia	Capacidade para resolver problemas	Redes de suporte
<ul style="list-style-type: none"> • Finanças • Mobilidade • Recursos de guarda • Alojamento • Equipamento especializado • Brinquedos adequados 	<ul style="list-style-type: none"> • Bem-estar físico • Bem-estar psicológico 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade e experiência para a procura de soluções 	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte emocional • Grupo de referência (orientações, confirmações, etc.)
Assistência prática	Instrumentais	Psicológicas	Filosofia
<ul style="list-style-type: none"> • Tempo e energia para o desempenho de funções sociais e familiares • Assistência nos transportes • Cuidadores (à hora) • Acesso aos bens e serviços da comunidade • Organização do tempo, energia e finanças 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de capacidade e saberes educativos • Informações práticas • Provisões sociais • Facilidades educativas • Facilidades recreativas • Acesso a especialistas • Acesso a subsídios • Treino da capacidade para comunicar 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão da criança/jovem • Compreensão dos sentimentos e reacções • Compreensão dos processos de ajustamento • Suporte social • Evitar o isolamento • Facilitar o lazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Consensos familiares • Crenças • Valores • Constructos pessoais

4. Factores de risco e factores de protecção das famílias

No trabalho com as famílias é essencial que se realize um levantamento dos factores de risco e de protecção.

Para tal necessário recorrer à análise dos vários níveis do Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano, apresentado no enquadramento da resposta social deste manual (i.e., o nível ontogenético, do microsistema, do mesossistema, do exossistema e do macrosistema).

IT05.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ANEXOS

Nos pontos 4.1. e 4.2. encontra-se, respectivamente, uma enumeração de factores de risco e de factores de protecção associados ao desenvolvimento ontogénico, microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema.

4.1. Factores de risco em função a cada nível ecológico:

Ontogénico	Microssistema	Mesosistema	Exossistema	Macrossistema
<ul style="list-style-type: none"> • História de maus-tratos • História de negligência • Transtorno emocional • Falta de suporte emocional na infância • Falta de experiência em lidar com crianças • Ignorância acerca das características desenvolvimentais da criança e das suas necessidades • Histórias de desarmonia e ruptura familiar • Baixa competência interpessoal • Estratégias inadequadas de coping • Pouca capacidade empática • Pouca tolerância ao stress • Q.I. baixo • Baixa auto-estima • Problemas psicológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Interação paterno/filial: <ul style="list-style-type: none"> - desadaptada - ciclo crescente de conflitos e agressões - práticas de disciplina coerciva - paradoxos educativos • Relações conjugais: <ul style="list-style-type: none"> - conflito conjugal - stress permanente - violência e agressão • monoparentalidade - filhos não desejados • Características da criança: <ul style="list-style-type: none"> - prematuridade - baixo peso à nascença - inactividade/apatia - problemas de comportamento - dificuldades temperamentais - hiperactividade - deficiências/malformações físicas - tamanho da família 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de articulação entre microssistemas (escola-família) • Ausência/ dificuldade na comunicação entre instituições • Incoerência entre as práticas educativas familiares e escolares • Não assumir de responsabilidade por parte dos microssistemas 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho: <ul style="list-style-type: none"> - desemprego - dificuldades económicas - perda de auto-estima e poder - stress conjugal - insatisfação no trabalho • Vizinhança e comunidade: <ul style="list-style-type: none"> - desajustamento social - falta de apoio social • Classe social 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise económica • Grande mobilidade social • Aprovação cultural do uso da violência • Aceitação cultural do castigo corporal na educação das crianças • Atitude face à infância (crianças como posse) • Atitude face à família, à mulher, paternidade e maternidade

4.2. Factores de protecção em função de cada nível ecológico:

Ontogenético	Microssistema	Mesossistema	Exossistema	Macrossistema
<ul style="list-style-type: none"> • Q.I. elevado • Reconhecimento das suas próprias experiências de maus-tratos na infância • História de relações positivas (com um ou ambos os pais ou outra figura de vinculação) • Competências especiais • Competências interpessoais adequadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Filhos saudáveis • Apoio de cônjuge ou companheiro • Gestão adequada do afecto • Estilos de vida familiar igualitários e participativos a favor de estilos educativos mais autocráticos e segregacionistas • Ambientes onde se privilegia a comunicação • Ambientes estáveis • Segurança económica 	<ul style="list-style-type: none"> • Redes informais de apoio à família (família alargada, vizinhos ou amigos) • Diálogo e estreita relação entre a família e a escola 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoios sociais de apoio à família, concretamente no que respeita à educação dos filhos • Raros acontecimentos de stress • Experiências escolares positivas e boas relações com os outros • Intervenções terapêuticas • Programas de aconselhamento para famílias com filhos com NEE e em risco • Actividades e programas de educação e sensibilização à comunidade em geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Prosperidade económica • Normas culturais opostas ao uso da violência • Promoção do sentido de responsabilidade no cuidado das crianças • Sentido de responsabilidade e de partilha comunitária • Valorização da família e da relação dos pais com os filhos • Índices baixos de divórcio ou atitudes tolerantes face às situações de ruptura

Bibliografia recomendada:

Almeida, I. C. (1997). Perspectiva ecológica em intervenção precoce. Cadernos CEACF. Volume 13/14, 29-40.

Bénony, H., Chahraoui, K. (2002). A entrevista clínica. Lisboa. CLIMEPSI Editores.

Enelow, A. J. & al. (1999) Entrevista clínica e cuidados aos pacientes. Lisboa. CLIMEPSI Editores.

Machado, M. (2003). Acção de Formação – Equipas de apoio às crianças e jovens em risco. Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa: Unidade da Acção Social.

Pedinelli, J. – L. (1999), Introdução à psicologia clínica., Lisboa, Climepsi Editores.

Sousa, C. & Figueiredo, B. (2000). Perspectiva ecológica na compreensão dos maus tratos infantis. Infância e Juventude, 4, 79-97.

IT06.PC02 Instrução de Trabalho — Relatório de Avaliação Diagnóstica

1. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

Prazo para a realização da síntese da avaliação diagnóstica: 2 meses após o acolhimento

Ao longo de todo o processo de AD, o técnico, como responsável e coordenador dessa mesma avaliação, deverá, em conjunto com os restantes técnicos da instituição envolvidos, ir fazendo registos e sínteses dos principais resultados obtidos nas diversas áreas de diagnóstico.

Essa progressiva recolha de informações deverá ser realizada num impresso de síntese da avaliação diagnóstica (IMP04.IT06.PC02) o que permitirá uma melhor organização da informação para a posterior elaboração do relatório de avaliação diagnóstica (a título de exemplo, apresenta-se um impresso de uma síntese da avaliação diagnóstica devidamente preenchido em anexo).

2. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

O relatório final de uma avaliação é um documento muito importante que deverá fazer parte integrante de todo e qualquer tipo de processo avaliativo.

Porém, nunca deverá ser tido como um objectivo final de uma avaliação, onde se inclui a realização ou uma avaliação quantitativa do sujeito. Um relatório deste tipo, será antes um meio, um recurso e um instrumento indispensável ao plano de intervenção a realizar. Nele dever-se-á incluir um apanhado geral de todas as avaliações realizadas, assim como todas as informações mais particulares e pertinentes de cada área avaliada.

IT06.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A linguagem utilizada no relatório terá que ser clara e simples, para que qualquer técnico ou entidade seja capaz de o compreender, devendo esta traduzir uma apreciação qualitativa da AD efectuada.

O relatório de avaliação diagnóstica será elaborado no final de todos os procedimentos diagnósticos, devendo este compilar as conclusões retiradas dos mesmos.

Todos os técnicos responsáveis pela AD deverão participar na elaboração do respectivo relatório, em todas as áreas em que colaboraram, assumindo desta forma uma responsabilidade colectiva, sendo, porém, a coordenação e a responsabilidade última do psicólogo da instituição.

O relatório final da avaliação diagnóstica deve conter os seguintes elementos:

- Identificação da criança/jovem e da sua família;
- Técnicos responsáveis pela avaliação diagnóstica;
- Conclusões gerais das avaliações nas diferentes áreas (condição de saúde, condição psicológica, pessoal e social, escolar e familiar);
- Apreciações particulares e específicas;
- Resumo das necessidades especiais.

No final deste capítulo encontra-se o impresso para a elaboração do Relatório de Avaliação Diagnóstica (IMP12.IT06.PC02), assim como o mesmo impresso preenchido a título de exemplo em anexo.

O Relatório de Avaliação Diagnóstica é o ponto de partida para o delineamento dos objectivos gerais, dos objectivos específicos e, quando necessário, dos objectivos operacionais do plano sócio-educativo individual de cada criança/jovem.

Em função da condição de desenvolvimento, das características pessoais e das necessidades da criança/jovem, assim como das da sua família, elabora-se um plano de intervenção com objectivos, metodologias e estratégias adaptados à situação e identificados durante a avaliação diagnóstica (consultar PC03 – Plano Sócio-Educativo Individual).

IT06.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
(PREENCHIDO A TÍTULO DE EXEMPLO)

NÚMERO DO PROCESSO INTERNO: 1612/05

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

NOME: Ricardo

IDADE: 8 anos

DATA DE PREENCHIMENTO: 18 de Outubro de 2005

PPT: Acolhimento em Lar por um período de 6 meses

TRIBUNAL Tribunal de Família e de Menores

ENTIDADES/PESSOAS RESPONSÁVEIS PELA SINALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE PERIGO Equipa de Apoio a Famílias com Crianças em Risco da S. C. M.

GESTOR DE CASO Psicólogo

MOTIVOS DA PRESENTE ACOLHIMENTO/INTERVENÇÃO

- Abandono
- Absentismo Escolar
- Abandono Escolar
- Maus-tratos psicológicos
- Abuso sexual
- Prostituição infantil
- Pornografia infantil
- Exploração trabalho infantil
- Mendicidade
- Prática de furto qualificado como crime por menor de 12 anos
- Exposição a modelos de comportamento desviante
- (Quais?) Conflitos entre o casal, instabilidade familiar e emocional da mãe
- Corrupção de crianças e jovens
- Toxicodependência da criança/jovem
- Alcoolismo da criança/jovem
- Orfandade
- Ausência temporária de suporte familiar
- Refugiado de guerra
- Acordo de saúde ao abrigo dos PALOP
- Outra (Qual?) _____

DADOS RELEVANTES DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL DA CRIANÇA/JOVEM:

O Ricardo é uma criança saudável e com um desenvolvimento global adequado à sua idade.

DADOS RELEVANTES DO SEU PERCURSO ESCOLAR:

- História passada de absentismo escolar ao longo do seu 1º ano lectivo.
 - Actualmente, encontra-se integrado na Escola EB..., da área de residência da Instituição.
 - Apresenta-se bastante motivado e interessado na aquisição dos conteúdos escolares, não colocando dificuldades na gestão de sala de aula.
 - Embora esteja matriculado no 2º ano de escolaridade, a actual professora avaliou a sua situação e o Ricardo encontra-se a seguir o programa de 1º ano.
 - Apresenta grande capacidade de compreensão e retenção do que lhe é ensinado, tendo realizado grandes progressos na leitura, escrita e raciocínio matemático.
 - A positiva evolução escolar verificada prende-se com o facto de frequentar assiduamente a escola e se encontrar num ambiente calmo e securizante, desde o seu acolhimento nesta Instituição.
-

DADOS RELEVANTES DO CONTEXTO FAMILIAR:**AGREGADO DA MÃE**

- Família disfuncional
 - Clima familiar conflituoso
 - Desentendimentos entre a mãe e o seu actual companheiro
 - Desentendimentos entre a mãe e o pai biológico
 - Crianças frequentemente sozinhas em casa ou na rua
-

MÃE

- Vários meses de desemprego
 - Incapaz de resolver os seus próprios problemas
 - Instável e com dificuldade de adaptação
 - Dificuldade em responsabilizar-se por compromissos assumidos
 - Não manifesta comportamentos significativos de evolução no plano do equilíbrio emocional
-

PADRASTO

- Instabilidade profissional
-
-
-
-

IT06.PC02 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA (PREENCHIDO A TÍTULO DE EXEMPLO)

AVÓ MATERNA

- Apoia economicamente o agregado
- Oferece ajuda para tomar conta dos netos

AGREGADO DO PAI

- Vida estável e sem dificuldades económicas

PAI

- Comportamento afectivo adequado para com o filho
- Ajuda o filho nos trabalhos de casa
- Vontade e condições para ficar com o filho

NECESSIDADES IDENTIFICADAS:

- Plano de promoção e de desenvolvimento da leitura e da escrita (motivação, desempenhos e auto-percepção de competência)
- Plano de promoção e de desenvolvimento de competências pessoais e sociais com o Ricardo (trabalhar, sobretudo, a auto-estima, controlo de impulsos e a capacidade de resolução de conflitos)
- Preparação da integração familiar do Ricardo no agregado familiar do pai

DILIGÊNCIAS REALIZADAS E RESULTADOS:

- Contactos com a Equipa de Apoio a Famílias com Crianças em Risco da S.C.M. para conhecimento da história anterior do agregado familiar;
- Contactos com a família: mãe, padrasto, pai e avó materna para conhecimento das condições de vida de cada um;
- Integração e acompanhamento escolar do Ricardo; com resultado e adaptação positiva.

O GESTOR DE CASO

(O Psicólogo)

A DIRECÇÃO

(O Director)

Ficha de Registo:
Comportamentos e atitudes da criança/jovem
Fase de acolhimento

Identificação do Estabelecimento

IMP01.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 2

Identificação da criança/jovem

Nome completo:

Idade:

Data de admissão:

Comportamentos e Atitudes

Descrição da apresentação física da criança/jovem (constituição e aspecto físico, asseio, roupa apropriada, etc.):

Descrição global das primeiras reacções da criança/jovem:

Descrição dos comportamentos para com os adultos (comportamentos, comentários, rejeições, aceitação, etc.):

IMP01.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 2

Descrição dos comportamentos para com as outras crianças/jovens (comportamentos, comentários, rejeições, aceitação, etc.):

Comportamentos específicos:

- Recusa de comunicação (não fala, não estabelece contacto visual, rejeita o contacto físico):

- Comportamentos estereotipados (balanceamentos do corpo, “tiques”, etc.):

- Durante as refeições (rejeita a alimentação, come com dificuldade, come demasiado rápido):

- Durante o sono (adormece com dificuldade, tem um sono agitado, tem pesadelos, acorda consecutivamente, só dorme com luz de presença ou acompanhado por uma pessoa ou por um objecto que lhe é familiar):

Quanto tempo foi necessário para a criança/jovem se adaptar à instituição?

Aspectos positivos da adaptação:

Aspectos negativos da adaptação:

O Técnico

Data

Ficha de Registo: Entrevista Psicológica com a Criança/Jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP05.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Data do acolhimento:

Data da entrevista:

Data do registo:

Psicólogo/a:

Entrevista

	No início	Durante	No final
Expressão corporal			
• Postura (descontraída, tensa, hipotónica, introvertida/ extrovertida, distraída/ concentrada, desinvestida/ investida, etc.)			
• Contacto visual (directo/ fugidio/ inexistente, curta duração/ longa duração/ constante, etc.)			
• Contacto físico (próximo/inexistente, curta duração/ longa duração/ constante, etc.)			
Expressão oral			
• Dinâmica (espontânea/evasiva, respeita/desrespeita tempos de comunicação, inicia/mantém diálogo, etc.)			
• Discurso (perceptível/imperceptível, estruturado/desorganizado, lógico, sequenciado, etc.)			
• Conteúdo (concreto/abstracto, centrado na acção/centrado em acontecimentos passados, despropositado, etc.)			

Registo de outros comportamentos manifestados e observações:

O Técnico

Data

Grelha de Avaliação: Comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP07.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 6

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade actual:

Data de nascimento:

Naturalidade:

Ano de escolaridade:

Questionário

Instruções de preenchimento:

- Este roteiro de caracterização destina-se a ser preenchido pela equipa técnica do Lar com a colaboração dos seus restantes funcionários
- Para uma melhor compreensão da sua estrutura, recomenda-se a leitura prévia global
- Marque uma só cruz por cada item, de forma a assinalar a condição que melhor ilustre o comportamento da criança ou do jovem, segundo a cotação “Sempre”, “Nunca” ou “Às vezes”
- Caso a condição da resposta não ilustre a situação da criança/jovem ou caso se pretenda acrescentar informação específicas e úteis, utilizar o espaço destinado para as observações
- Indique a data da primeira observação de avaliação para cada domínio

Visão	Data de observação			Observações
	SEMPRE	NUNCA	ÀS VEZES	
1. Fixa perfeitamente objectos				
2. Reconhece um rosto conhecido				
3. Segue atentamente um objecto móvel, num campo de 180 graus				
4. Diferencia um objecto afastado a 4 ou 5 metros				
5. Distingue uma pessoa conhecida a uma grande distância (pelo menos a 100 m)				

Audição

6. Reage ao barulho				
7. Exprime alegria ou receio perante determinados barulhos				
8. Reage a certos sons (por ex. contentamento a barulhos que anunciam uma refeição) de forma específica				
9. Distingue dois sons diferentes, mas próximos				
10. É sensível às entoações da voz				
11. Distingue dois sons semelhantes				
12. Reproduz correctamente uma melodia simples após uma única audição				
13. Sem ver, consegue localizar a origem de voz ou um som				
14. Modula bem a voz, aumenta e diminui a intensidade da voz				

Grelha de Avaliação: Comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP07.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 6

Motricidade geral	Data de observação			Observações
	SEMPRE	NUNCA	ÀS VEZES	
15. Tem equilíbrio, parado ou a andar				
16. Desce e sobe escadas de forma adequada				
17. Corre				
18. Salta ao pé-coxinho				
19. Salta à corda				
20. Anda de bicicleta				

Motricidade fina/Psicomotricidade

21. Domínio lateral bem definido				
22. Reconhece o lado direito e esquerdo do seu corpo				
23. Reconhece o lado direito e esquerdo no corpo dos outros				
24. Consegue reproduzir movimentos em espelho, por imitação				
25. Consegue reproduzir movimentos por instrução oral				
26. Consegue reproduzir movimentos laterais por imitação frontal				
27. Tem boa coordenação olho-mão				
28. Noções espaciais adquiridas (perto/longe, em cima/em baixo)				
29. Orienta-se bem no espaço				
30. Domínio lateral bem definido				

Capacidades cognitivas

31. Presta atenção aos pormenores				
32. Consegue manter a atenção nas tarefas				
33. Retém e executa as instruções orais que lhe são dadas				
34. Tem boa memória de curto prazo				
35. Planeia o seu trabalho e estabelece prioridades				
36. Organiza bem as tarefas				
37. É persistente na realização das tarefas				
38. Entrega ou cumpre um recado				
39. Memoriza dois ou três pedidos em simultâneo				
40. Recordar-se à noite do que fez ao longo do dia				
41. Recordar-se do que fez no dia anterior				
42. Conta correctamente um acontecimento passado (há uma semana)				
43. Tem boa compreensão da linguagem oral				
44. Expressa bem as suas ideias				
45. O discurso é organizado e sequenciado				
46. Resolve problemas com facilidade				

IMP07.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 3 de 6

Auto-estima	Data de observação			Observações
	SEMPRE	NUNCA	ÀS VEZES	
47. Tem confiança em si própria				
48. É descontraído				
49. Costuma-se recordar os seus êxitos				
50. Reconhece as suas qualidades e as suas capacidades				
51. Revela confiar nas suas capacidades				
52. Capacidade para enfrentar situações novas				
53. Aceita as suas limitações e dificuldades				
54. Percebe e aceita as diferenças entre si e os outros				
55. Demonstra motivação face a novos desafios e aprendizagens				
56. Revela perseverança face às dificuldades.				
57. Faz-se respeitar				
58. Consegue emitir a sua opinião e afirmar-se perante os outros				
59. Tem iniciativa				
60. É imaginativo				

Controlo Emocional

61. Conhece os seus próprios sentimentos				
62. Aceita críticas				
63. Auto-critica-se adequadamente				
64. Auto-elogia-se adequadamente				
65. Automotiva-se				
66. Persistir face às frustrações				
67. Adiar recompensas				
68. Controlar impulsos				
69. Reconhece os sentimentos dos outros				
70. Sente empatia				

Interação Social

71. Estabelece novos contactos				
72. Convida outras crianças a participar				
73. Inicia diálogo com outras crianças				
74. Questiona regras adequadamente				
75. Integra-se em grupos				
76. Faz amigos facilmente				
77. Tem tendência a liderar				
78. É aceite como líder				

Grelha de Avaliação: Comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP07.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 4 de 6

Interacção Social (cont.)	Data de observação			Observações
	SEMPRE	NUNCA	ÀS VEZES	
79. Oferece ajuda				
80. Inicia colaboração				
81. Controla a agressividade e impulsividade				
82. Elogia outras crianças				
83. É aceite pelos pares nas brincadeiras				
84. É aceite pelos pares nas tarefas quotidianas				
85. É procurado pelos outros para brincar				
86. É procurado pelos outros para estudar				
87. É procurado para cooperar em tarefas diárias				
88. Tem o seu grupo de amigos na escola				
89. Não é provocado pelos outros				
90. Não é fonte de gozo pelos outros				
91. As suas ideias e sugestões são facilmente aceites				
92. É admirado				

Desempenho escolar

93. Toma a iniciativa de realizar os trabalhos de casa				
94. Salta de tarefa em tarefa e interrompe a actividade constantemente				
95. Apenas faz os trabalhos de casa quando tem atenção individualizada				
96. Quando não compreende alguma coisa pede ajuda e não desiste				
97. É cuidadoso com o material escolar que utiliza (cadernos, livros, etc.)				
98. É organizado na realização dos trabalhos de casa (tem um critério para a realização dos trabalhos)				
99. Tem noção do material necessário para levar para a escola				
100. É organizado na arrumação da sua mochila				

Adaptação social

101. Pode ser deixado, sem perigo, sozinho numa divisão da casa				
102. Anda sem medo em transportes públicos				
103. Se lhe pedirem vai a uma loja fazer um recado sozinho				
104. Sabe elaborar e utilizar uma lista de compras				
105. Sabe utilizar dinheiro e fazer trocos				
106. Domina os procedimentos que o correio exige				
107. Sabe fazer um telefonema				
108. Sabe consultar a lista telefónica				
109. Sabe anotar e dar recados				
110. Sabe agradecer nos momentos apropriados				
111. Sabe fazer pedidos utilizando a expressão de cortesia “se faz favor”				
112. Sabe formular convites (para uma brincadeira, uma festa, etc.)				

IMP07.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 5 de 6

Autonomia	Data de observação			Observações
	SEMPRE	NUNCA	ÀS VEZES	
113. Distingue todos os talheres				
114. Põe a mesa, respeitando a ordem dos objectos				
115. Serve-se sozinho				
116. Come sozinho				
117. Utiliza correctamente os talheres para comer				
118. Consegue beber correctamente de um copo				
119. Mastiga da boca fechada				
120. Come todos os tipos de alimentos sem dificuldade				
121. Cumpre as regras de boa educação à mesa				
122. Distingue todas as peças de vestuário				
123. Despe-se e veste-se sozinho				
124. Trata adequadamente a roupa que despe (arruma; põe-na para lavar)				
125. Escolhe roupa adequada conforme as condições climatéricas e a situação				
126. Demora o tempo necessário e aceitável para se despir e vestir				
127. Limpa-se ou troca de roupa quando se suja				
128. Lava-se sozinho e por sua iniciativa				
129. Lava as mãos antes das refeições				
130. Lava os dentes depois das refeições				
131. Limpa e corta correctamente as unhas, sem ajuda				
132. Preocupa-se com a higiene da casa de banho e limpa-a depois de a utilizar				
133. Sabe fazer um pequeno curativo (por ex. pequeno corte num dedo)				
134. Sabe tomar um remédio de uso externo (por ex., gotas dos olhos ou no nariz)				
135. Tem noções básicas de cozinha, gestão de dinheiro, etc.				

Sono/Acordar

136. Sono profundo e indiferente a ruídos familiares				
137. Fala durante o sono				
138. Terrores nocturnos				
139. Sonambulismo				
140. Enurese nocturna				
141. Encoprese nocturna				
142. Acorda frequentemente durante a noite				
143. Acorda sozinho				
144. Quando é acordado levanta-se imediatamente				
145. Acorda bem disposto				

Grelha de Avaliação: Comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP07.IT03.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 6 de 6

Controlo dos Impulsos/Disciplin	Data de observação			Observações
	SEMPRE	NUNCA	ÀS VEZES	
146. Aproxima-se dos outros, de forma agressiva				
147. Habitualmente é muito temperamental				
148. Quando confrontado com o comportamento, habitualmente desculpa-se com os outros como tendo sido eles a tomar a iniciativa de os atacar				
149. Sabe o que quer mas não como o conseguir de formas socialmente aceitáveis				
150. Pode ser anti-grupo, anti-educador e anti-escola				
151. Tenta que os colegas o acompanhem nos seus actos de agressão				
152. Manifesta facilmente comportamentos abusivos verbais e físicos				
153. Procura a atenção e o reconhecimento dos outros usando a força e a violência				
154. Muitas vezes desafia de forma clara				
155. Entra constantemente em conflito com colegas específicos, de que não gosta; estes colegas opõem-se-lhe habitualmente no rendimento escolar, valores e comportamento				
156. Tem um fraco registo na assiduidade				
157. Apresenta um défice quanto ao conceito pessoal de sucesso, quando comparado com os padrões dos adultos				
158. Frequentemente apresenta uma aparência infeliz				

Preparação profissional

159. Sabe procurar emprego (jornal, Internet, centro de emprego, etc.)				
160. Sabe elaborar o seu Curriculum Vitae				
161. Sabe redigir uma carta de apresentação ou de procura de emprego				
162. Sabe como se comportar em situação de entrevista				

Instrumento construído a partir das seguintes referências bibliográficas:

- Carita, A. (1997). *Indisciplina na sala de aula. Como Prevenir? Como Remediar?* Lisboa: Editorial Presena.
- Duclos, G. (2006). *A auto-estima, um passaporte para a vida.* (1ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- Gross, E. L. (2005). *Conheça os seus filhos – Testes dos 4 aos 6 anos.* São Paulo: Paulus Editora.
- Matos, M. G. (1998). *Comunicação e gestão de conflitos na escola.* Lisboa Edição Faculdade de Motricidade Humana.
- Rideau, A. (1977). *Conheça o seu filho.* Lisboa: Edições Ática.
- Sprinthall, N. A., & Collins, A. (2003). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimental* (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Questionário de avaliação: Desempenho escolar da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 8

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

Estabelecimento de Ensino:

Ano de escolaridade:

Professor(a) Directo(a) de turma:

N.º de Alunos na turma:

Desde que data frequenta este estabelecimento de ensino?

Questionário

Instruções de preenchimento:

- Este questionário destina-se a ser preenchido pelo(a) professor(a) da criança/jovem.
- Sugere-se a leitura atenta de cada um dos itens que se seguem.
- Marcar uma cruz (X) na situação que melhor se aplica à criança: S (sim); SN (às vezes sim, às vezes não), N (Não).
- Agradece-se que date e assine o questionário

	S	SN	N	Observações
A. AUTONOMIA				
1. Sabe ir à casa de banho a tempo e sem ajuda				
2. Sabe vestir-se sem ajuda				
3. É capaz de fazer recados sem ajuda				
4. É capaz de comer sem ajuda				
5. Executa todos os trabalhos de rotina sem apoio constante do adulto				
B. CONCENTRAÇÃO	S	SN	N	Observações
1. Totalmente alheio ao que se passa na aula				
2. Raramente atento ao que se passa na aula				
3. Consegue estar atento apenas em tarefas que lhe agradam				Quais?
4. Só se dispersa quando acontece alguma coisa inesperada				
5. Mantém-se normalmente atento				
C. RITMO DE ACTIVIDADE	S	SN	N	Observações
1. Apático mesmo que constantemente solicitado				
2. Reage apenas depois de se insistir				
3. Reage adequadamente às situações de aula				
4. Por vezes torna-se irrequieto, sendo necessário chamar-lhe a atenção				
5. Extremamente irrequieto, mesmo depois de se chamar a atenção				

Questionário de avaliação: Desempenho escolar da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 8

D. ORGANIZAÇÃO (com material e tarefas escolares)	S	SN	N	Observações:
1. Totalmente desorganizado e descuidado				
2. Frequentemente desorganizado e descuidado				
3. Ocasionalmente desorganizado e descuidado				
4. Normalmente organizado e cuidadoso				
5. Demasiado organizado e cuidadoso				
E. FINALIZAÇÃO DE TAREFAS	S	SN	N	Observações
1. Nunca acaba as tarefas propostas, mesmo com ajuda				
2. Raramente termina as tarefas, mudando facilmente de uma actividade para outra				
3. Realiza e acaba a maior parte das tarefas com ajuda				
4. Realiza e acaba as tarefas com uma pequena ajuda				
5. Completa as tarefas sem ajuda				
F. COOPERAÇÃO	S	SN	N	Observações
1. Recusa participar na maioria das actividades				
2. Interrupções frequentes fora da sua vez; incapaz de se auto-controlar				
3. Interrompe ocasionalmente				
4. Sabe esperar pela sua vez e coopera com os outros, quando incentivado pelo adulto				
5. Participa espontaneamente e adequadamente sem intervenção do adulto				
G. ACEITAÇÃO SOCIAL	S	SN	N	Observações
1. Totalmente rejeitado pelos outros				
2. Tolerado pelo menos por alguns				
3. Aceite por quase todos os companheiros				
4. Bem aceite pelos outros				
5. Procurado pelos companheiros				
H. AGRESSIVIDADE	S	SN	N	Observações
1. Habitualmente é muito agressivo				
2. Algumas vezes é agressivo sem razão aparente				
3. Só é agressivo quando é provocado				
4. Só é agressivo quando sofre injustiças				
5. Afirma-se sem ser agressivo				
I. TIMIDEZ	S	SN	N	Observações
1. Habitualmente é muito tímido				
2. Evita situações estranhas				
3. Evita situações intimidantes				
4. Habitualmente é um pouco tímido				
5. Não é tímido				

J. NOÇÕES DE ESPAÇO	S	SN	N	Observações:
1. Distingue perto/longe				
2. Distingue à frente/atrás				
3. Distingue “ao lado de”				
4. Distingue em baixo/em cima				
5. Distingue de pé/deitado				
6. Distingue à esquerda/à direita				
L. NOÇÕES DE TEMPO	S	SN	N	Observações
1. Sabe o dia de aniversário				
2. Sabe as estações do ano				
3. Sabe os dias da semana por ordem				
4. Sabe os meses do ano por ordem				
5. Sabe ver as horas no relógio				
M. COORDENAÇÃO DE MOVIMENTOS	S	SN	N	Observações
1. Não consegue manejar o lápis ou caneta				
2. Não consegue traçar uma linha recta				
3. Faz uma linha, mas não consegue traçar um círculo				
4. Desenha a figura humana				
5. Consegue copiar qualquer letra com dificuldade				
6. Copia palavras de forma legível				
7. Respeita a linha de base				
N. EXPRESSÃO GRÁFICA	S	SN	N	Observações
1. Gosta de desenhar				
2. Desenha espontaneamente				
3. Precisa que lhe sugiram a actividade				
4. Os desenhos são variados				
5. Utiliza sempre os mesmos motivos				
6. Organiza o espaço em planos				
7. Verbaliza os desenhos				
8. Enumera verbalmente os motivos desenhados				
9. Estabelece relações entre os motivos desenhados				
10. Junta ao desenho palavras, legendas ou falas				
11. É capaz de contar uma história a partir do desenho				
O. EXPRESSÃO ORAL - CAPACIDADE DA COMUNICAÇÃO ORAL	S	SN	N	Observações
1. Não fala, seja em que situação for				
2. Só fala em ambiente familiar				
3. Fala facilmente em qualquer situação ou ambiente				
4. Reproduz partes isoladas de um texto lido				
5. Não reproduz um texto lido				

Questionário de avaliação: Desempenho escolar da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 4 de 8

P. EXPRESSÃO ORAL - ARTICULAÇÃO E CONSTRUÇÃO FRÁSICA	S	SN	N	Observações:
1. Usa sons simples de difícil compreensão				
2. Usa palavras simples de difícil compreensão				
3. Usa palavras simples e compreensivas				
4. Usa frases incompletas e mal articuladas				
5. Usa frases completas, mas mal articuladas				
6. Usa frases completas e bem articuladas (pronunciadas)				
7. Conta histórias ou relata ideias de forma lógica				
Q. VOCABULÁRIO	S	SN	N	Observações
1. Vocabulário muito pobre e limitado				
2. Vocabulário pobre e limitado				
3. Vocabulário pouco rico e diversificado				
4. Vocabulário rico e diversificado				
5. Vocabulário muito elaborado para a sua faixa etária				
R. COMPREENSÃO ORAL	S	SN	N	Observações
1. Não compreende qualquer ordem simples				
2. Compreende ordens simples com lentidão, necessitando de repetição da ordem dada				
3. Executa duas ordens seguidas com prontidão				
4. Segue as discussões da aula com alguma dificuldade				
5. Segue as discussões da aula sem dificuldade				
6. Compreende parcialmente uma história (ex: elementos isolados da história, identifica apenas as personagens ou certas acções, etc.)				
7. Compreende com facilidade e integralmente uma história				
S. LEITURA	S	SN	N	Observações
1. Gosta de ler				
Nível de Leitura	S	SN	N	Observações
1. Não lê nenhuma letra				
2. Lê as vogais				
3. Lê muitas consoantes				
4. Lê ditongos ou palavras de 1 ou 2 sílabas				
5. Lê palavras soltas				
6. Lê frases simples				
7. Lê textos				

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 5 de 8

Tipo de Leitura	S	SN	N	Observações:
8. Não lê				
9. Soletra				
10. Hesitante				
11. Silábica				
12. Corrente				
13. Expressiva				
Compreensão da leitura	S	SN	N	Observações
15. Reproduz com muitas falhas um texto lido				
16. Reproduz parcialmente um texto lido				
17. Reproduz globalmente um texto lido				
Progressão na leitura	S	SN	N	Observações
1. Nenhuma				
2. Insuficiente				
3. Satisfatória				
4. Muito boa				
T. ESCRITA	S	SN	N	Observações
1. Não consegue escrever nenhuma letra				
2. Escreve algumas vogais e/ou consoantes				
3. Escreve palavras de duas sílabas				
4. Escreve frases simples por cópia				
5. Escreve palavras e frases por ditado				
6. Escreve um pequeno texto				
7. Escreve com muitos erros				
8. Escreve com poucos erros				
Tipo de erros ortográficos	S	SN	N	Observações
9. Erros acidentais, escreve a mesma palavras de várias maneiras (por exemplo: em “passear” escreve passar, pasiar, paccar, paciar)				
10. Escrita fonética, escreve como ouve (por exemplo: gatu, chanela)				
11. Inversões quinéticas, troca a posição dos grafemas (por exemplo: targo por trago, barço por braço)				
12. Junta grafemas ao final de palavra (por exemplo: andare, vere)				
13. Junta o artigo ao nome (por exemplo: opai)				
14. Omite grafemas (por exemplo: em “cantar” escreve catar, cantr)				
15. Substitui grafemas (por exemplo: vela por bela, faca por vaca)				
16. Outros tipos de erros cometidos				

Questionário de avaliação: Desempenho escolar da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 6 de 8

Progressão na escrita	S	SN	N	Observações:
1. Nenhuma				
2. Insuficiente				
3. Satisfatória				
4. Muito boa				
U. CALIGRAFIA	S	SN	N	Observações
1. Legível				
2. Harmoniosa				
3. Boa ligação entre as letras				
Tamanho das letras	S	SN	N	Observações
4. Macrografismo				
5. Micrografismo				
6. Palavras regularmente espaçadas				
7. Faz inversões no traço				
V. MATEMÁTICA	S	SN	N	Observações
1. Sabe distinguir as diferenças em quantidades (igual, mais e menos)				
2. Faz contagem progressiva				
3. Associa o número à quantidade				
Adições	S	SN	N	Observações
4. Não faz				
5. Apenas consegue de forma concretizada				
6. Apenas consegue fazer adições sem transporte				
7. Faz adições com transporte				
Subtrações	S	SN	N	Observações
8. Não faz				
9. Apenas consegue de forma concretizada				
10. Apenas consegue fazer subtrações sem empréstimo				
11. Faz subtrações com empréstimo				
Multiplicações	S	SN	N	Observações
12. Não faz				
13. Apenas consegue com um algarismo				
14. Consegue com dois ou mais algarismos				
Resolução de problemas	S	SN	N	Observações
15. Não faz				
16. Apenas mentalmente, sem identificar e realizar a operação				
17. Consegue resolver identificando e realizando as operações necessárias				

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 7 de 8

V. MATEMÁTICA (CONT.)	S	SN	N	Observações:
Problemas com unidades de medida (reduções)				
18. Não faz.				
19. Só com uma unidade (ex. comprimento, volume, peso, horas, dinheiro ou superfície)				
20. Com duas unidades diferentes (ex. comprimento e tempo ou peso e dinheiro)				
Figuras geométricas	S	SN	N	Observações
21. Não reconhece				
22. Conhece o círculo.				
23. Conhece o quadrado				
24. Conhece o retângulo				
25. Conhece o triângulo				
26. Conhece o losango				
27. Conhece o paralelogramo				
28. Desenha algumas? Se sim, quais?				
Sólidos geométricos	S	SN	N	Observações
29. Não reconhece				
30. Conhece o cubo				
31. Conhece a esfera				
32. Conhece o cilindro				
33. Conhece o cone				
34. Conhece o paralelepípedo				
35. Conhece a pirâmide				
36. Conhece o prisma				
37. Desenha alguns? Se sim, quais?				
Progressão na matemática	S	SN	N	Observações
1. Nenhuma				
2. Insuficiente				
3. Satisfatória				
4. Muito boa				
X. OUTRAS COMPETÊNCIAS	S	SN	N	Observações
1. Sabe consultar um mapa				
2. Sabe consultar horários				
3. Sabe consultar um calendário				
4. Sabe fazer trocos utilizando notas e moedas				
5. Reconhece todas as partes do corpo				
6. Conhece pelo grau de parentesco os membros da família				
7. Diz a sua morada completa				
8. No recreio brinca em grupo, cumprindo as regras de um jogo				
9. Ilustra pelo desenho uma composição ou uma história				
10. Conhece todas as cores				

Questionário de avaliação: Desempenho escolar da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT04.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 8 de 8

Considera que existem dificuldades de aprendizagem?

Sim — Se sim, quais?

Não

Tem sido desenvolvido algum trabalho individualmente com a criança/jovem, no sentido de ultrapassar as suas dificuldades?

Sim — Se sim, que tipo de trabalho (responsável, interveniente, estratégia, actividades, frequência...)?

Não

A criança/jovem acompanha o trabalho desenvolvido na sala com o resto do grupo?

Sim — Se sim, como é ocupado o seu tempo enquanto o grupo trabalha?

Não

Previsões para o ano lectivo:

Se achar importante referir mais algum aspecto sobre a criança/jovem, pode fazê-lo no espaço que se segue:

O Técnico

Data

Nome:

Nome dos elementos familiares presentes:

Data da entrevista:

Data do registo:

Psicólogo/a:

Entrevista

	No início	Durante	No final
Expressão corporal			
• Postura (tensa, hipotónica, introvertida/ extrovertida, distraída/ concentrada, desinvestida/ investida, etc.)			
• Contacto visual (directo/ fugidio/ de evitamento/ curta duração/longa duração/constante, etc.)			
Expressão oral			
• Discurso (reservado/espontâneo, fluente/sincopado/ telegráfico/perceptível/ imperceptível, estruturado/ desorganizado/coerente/incoerente, etc.)			
• Conteúdo (Fora do contexto/ bem orientado/concreto/ abstracto/centrado na acção/centrado em acontecimentos passados/desculpabilizador, etc.)			

Capacidades pessoais e cognitivas

Características do pensamento (organização, velocidade e coerência):

Capacidade de análise (identificação de necessidades, recursos e obstáculos):

Capacidades pessoais e cognitivas (cont.)

Capacidade de avaliação das necessidades e vivências dos filhos (identificação dos sentimentos, carências, prioridades, características positivas e características negativas):

Capacidade de auto-análise (identificação dos sentimentos, necessidades, prioridades, características positivas e características negativas):

Capacidade de auto-controlo (controlo sobre sentimentos, emoções, agressividade, disponibilidade e colaboração):

Informações pertinentes disponibilizadas:

Outros registos e observações:

Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares

Identificação do Estabelecimento

IMP06.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 4

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade:

1. Atitude perante a gravidez

Teve mais filhos? Sim Não

Esta gravidez foi diferente das outras? Sim Não

Como se sentiu?

Para si, esta gravidez foi positiva?

Quais as dificuldades que teve?

- Saúde e estado físico - acompanhamento médico, exames periódicos, acidentes, medicamentos especiais, tabaco, álcool, etc.
- Financeiras
- Apoio emocional e afectivo - apoio familiar, relações familiares conflituosas, problemas com outros filhos, etc.

Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares

Identificação do Estabelecimento

IMP06.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 4

2. Parto

Estava tranquila durante o trabalho de parto?

Lembra-se do que ia sentindo?

Viu logo o seu bebé?

O que achou do seu bebé? Era parecido com quem?

Houve alguma coisa que a preocupasse na altura?

Sim — Se sim, lembra-se do que a preocupou? (dificuldades respiratórias, icterícia, convulsões, não mamava, foi reanimado, esteve na incubadora, etc.)

Não

3. Saúde Familiar

Há razões para se preocupar com o seu estado de saúde?

Sim — Se sim, justifique

Não

E com a saúde do pai?

Sim — Se sim, justifique

Não

E com a saúde dos filhos?

Sim — Se sim, justifique

Não

4. Crescimento e desenvolvimento da criança/jovem

Este filho deu-lhe alegrias? Quais?

Durante o desenvolvimento deste seu filho(a) houve problemas de saúde (doenças, internamentos, etc.), de comportamento (agressividade, roubo, instabilidade, absentismo escolar, etc.), de aprendizagens (adquiriu o andar, a fala, etc., na devida altura? E as aprendizagens escolares?) que a preocuparam?

IMP06.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 3 de 4

5. Percepção actual da criança/jovem

Como descreve o seu filho(a)?

- Aspectos positivos:

- Aspectos negativos que gostaria que ele mudasse:

6. O dia-a-dia do(s) seu filho(s)

Descreva um dia normal do seu filho(a)

Quais as suas actividades preferidas?

O que é que ele(a) gosta de fazer sozinho?

E consigo?

Conhece os amigos do seu filho(a)? Gosta deles?

- Sim
- Não — Porquê?

Acha que o seu filho(a) tem muitos amigos?

- Sim
- Não — Porquê?

7. História sócio-familiar da criança/jovem

A criança/jovem viveu sempre com a família nuclear?

- Sim
- Não

Se não, indique anteriores situações de acolhimento (separações esporádicas ou permanentes da família)

Data das Separações	Idade da criança	Motivo	Com quem viveu

Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares

Identificação do Estabelecimento

IMP06.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 4 de 4

8. Condição de alojamento anterior à institucionalização

Com quem vivia

Desde que idade

Motivo

Condições

9. Percurso Pré-Escolar e Escolar

	Ano Escolar	Idade	Estabelecimento de ensino (morada e contacto)	Observações (aspectos positivos e aspectos negativos)
Pré-escolar				
1.º Ciclo do Ensino Básico	1.º ano			
	2.º ano			
	3.º ano			
	4.º ano			
2.º Ciclo do Ensino Básico	5.º ano			
	6.º ano			
3.º Ciclo do Ensino Básico	7.º ano			
	8.º ano			
	9.º ano			
Ensino Secundário				
Outro tipo de ensino				

10. Expectativas

O que desejaria que acontecesse num futuro próximo a si e ao seu filho(a)?

E o que é que esta instituição pode fazer por si?

11. Observações e impressões do técnico

O Técnico

Data

Questionário de Avaliação: Condições Pessoais, Sociais e Económicas da Família

Identificação do Estabelecimento

IMP08.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 5

Identificação da criança/jovem

Nome:

Nome dos familiares presentes:

Data da entrevista:

Data do registo:

QUESTIONÁRIO

Instruções de preenchimento:

As respostas a este questionário têm o objectivo de dar a conhecer a opinião que tem sobre a sua vida para que melhor planeemos consigo uma avaliação e intervenção adequada, tendo em conta as suas observações, preocupações e sugestões.

1. Caracterização sócio-familiar

N.º de elementos que compõem o agregado familiar:

Tipo de família

- | | |
|--|---|
| <input type="radio"/> Isolada/ mulher | <input type="radio"/> Família nuclear com filhos biológicos |
| <input type="radio"/> Isolada/ homem | <input type="radio"/> Família com mais de um núcleo |
| <input type="radio"/> Família monoparental feminina | <input type="radio"/> Família reconstituída (com filhos de outras uniões) |
| <input type="radio"/> Família monoparental masculina | <input type="radio"/> Família reconstituída (sem filhos de outras uniões) |
| <input type="radio"/> Família nuclear sem filhos | <input type="radio"/> Outra situação |

Situação conjugal dos membros do casal ou do indivíduo responsável pela família

- Solteiro(a)
 Casado
 União de facto
 Divorciado(a) / Separado(a)
 Viúvo(a)

Caracterização dos elementos do agregado familiar

	Elemento 1	Elemento 2	Elemento 3	Elemento 4	Elemento 5	Elemento 6	Elemento...
Nome							
Grau de parentesco							
Data de nascimento / Idade							
Nacionalidade							
Habilitações literárias							
Estado civil							
Profissão							
Grau de satisfação com o emprego (horário, remuneração, ambiente de trabalho, etc.)							

Questionário de Avaliação: Condições Pessoais, Sociais e Económicas da Família

Identificação do Estabelecimento

IMP08.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 5

Caracterização dos elementos do agregado familiar (cont.)

	Elemento 1	Elemento 2	Elemento 3	Elemento 4	Elemento 5	Elemento 6	Elemento...
Recebe IRS?							
Contribui para as despesas mensais do agregado familiar?							

O agregado familiar tem dificuldades económicas?	Que valor necessitaria para cobrir as despesas que hoje estão a descoberto?
Despesas mensais de que não pode prescindir:	Despesas mensais de que poderá prescindir:

2. Caracterização habitacional

Tipo de habitação

- Andar
- Moradia / vivenda
- Parte de moradia / vivenda
- Alojamento precário (barraca, casa rudimentar de madeira, móvel)

Imóvel

- Próprio
- Alugado
- Sub-alugado — Divisões:

Cedido — Por quem?

De realojamento — Entidade:

Infra-estruturas da habitação: (seleccionar todas as opções existentes)

- Cozinha
- Instalação sanitária
- Sistema de esgotos
- Água canalizada e potável
- Electricidade
- Telefone fixo

Equipamentos da casa: (seleccionar todos os equipamentos existentes)

- Televisão
- Vídeo
- Máquina de lavar roupa
- Máquina de lavar loiça
- Frigorífico
- Computador
- Outros

IMP08.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 3 de 5

Estado de conservação:

- Bom
- Mau
- Razoável

Apresentação geral: (é possível seleccionar mais do que uma opção)

- Arrumada
- Desarrumada
- Limpa
- Suja

Condições habitacionais:

- Suficientes
 - Insuficientes — Descrição:
-
-

Antigas condições de alojamento da criança

- Quarto individual
- Quarto partilhado com outras crianças/jovens
- Quarto partilhado com outros adultos
- Não têm quarto, dorme na sala
- Outras situações

O meio envolvente tem problemas sociais? (marginalidade, droga, prostituição)

- Sim — Se sim, que tipo de problemas?
 - Não
-

Carências de recursos na área de residência do agregado familiar:

(é possível seleccionar mais do que uma opção)

- Policiamento
 - Equipamentos de saúde (centros de saúde, hospitais, etc.)
 - Equipamentos escolares (escolas, creches, ATL, etc.)
 - Equipamentos de lazer/recreativos (espaços verdes, desportivos, culturais, etc.)
 - Transportes públicos
 - Comércio e serviços essenciais
 - Receptividade por parte da comunidade
 - Não falta nada
 - Outros
-

3. Caracterização das relações familiares

Como caracteriza a sua relação com os membros da sua:

Família nuclear

Família alargada

Questionário de Avaliação: Condições Pessoais, Sociais e Económicas da Família

Identificação do Estabelecimento

IMP08.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 4 de 5

Quem considera ser uma figura de referência na sua vida? Porquê?

Mantém contactos com essa figura? Se não, explique porquê?

Quando está com o(s) seu(s) filho(s) o que costuma fazer com ele(s) durante a semana?

E durante o fim-de-semana?

Que actividades gostaria de realizar com ele(s) mas que ainda não teve oportunidade?

O que é que impediu de o fazer?

Quais as maiores dificuldades que sente na relação com o seu(s) filho(s)? (Caso tenha mais que um filho especifique em relação a cada um)

O que faz nessas situações?

Situação	Atitude tomada	Consequências (reacção da criança, seus sentimentos face à situação)

Como descreve o(s) seu(s) filho(s)?

Em que áreas reconhece que o seu filho é realmente bom? (Especifique para cada filho)

Em que áreas o(s) seu(s) filho(s) necessita(m) de mais apoio?

Como é um dia típico do(s) seu(s) filho(s)?

Que expectativas tem em relação ao futuro do(s) seu(s) filho(s)?

Desde que tem o(s) seu(s) filho(s) acolhidos nesta instituição, o que mudou na sua vida?

Aspectos positivos:

Aspectos negativos:

IMP08.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 5 de 5

Neste momento da sua vida:

 O que é que o(a) satisfaz mais?

 O que é que o(a) satisfaz menos?

4. Caracterização dos recursos e apoios sociais

Redes de apoio e de comunicação: (seleccionar apenas uma opção)

- Família integrada
- Família isolada
- Família excluída
- Família desorganizada
- Família sub-organizada
- Família associada

Recursos e apoios sociais:

Instituições / Serviços

Amigos / Vizinhos

Agregado familiar

Família alargada

5. Prioridades na sua vida

	Prioridade	Porque é importante para si?	Há quanto tempo sente esse problema e o que já foi feito para o resolver?	Recursos a utilizar
Agora:				
Mais tarde:				

O Técnico

Data

Grelha de Observação: Qualidade da interacção da família em contexto institucional

Identificação do Estabelecimento

IMP09.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 2

Identificação da criança/jovem

Nome:

Data da visita:

Data da última visita:

QUESTIONÁRIO

Comportamentos manifestados pelos adultos	Sim	Observações
É pontual		
Elogia os progressos da criança/jovem		
Elogia os comportamentos da criança/jovem		
Solicita informações sobre a criança/ jovem (bem estar, desenvolvimento, comportamento)		
Toma iniciativa na realização de brincadeiras / actividades		
Brinca com a criança/jovem		
Dá sequência a brincadeiras / conversas / pedidos de visitas anteriores		
Segue os movimentos / iniciativas da criança/jovem		
Enquadra expressões/ comportamentos no grau de desenvolvimento adequado da criança/jovem		
Expressa desejo de prolongamento do tempo da visita		
Atende a necessidades expressas pela criança/jovem		
Procura confortar a criança/jovem		
Estabelece espontaneamente contacto corporal		
Despede-se da criança/jovem		
Demonstra irritação persistente		
Manifesta apatia		
Monopoliza o diálogo		
Não se concentra na criança/ jovem		
Faz diálogos cruzados/conversas sobrepostas com os adultos presentes		
Provoca ou mantém discussões e conflitos com os adultos presentes		
Estabelece mais contacto com o técnico do que com a criança/jovem		
Critica, culpabiliza ou desvaloriza a criança/ jovem		
Sobrecarrega a criança com preocupações pessoais		
Ameaça a criança/jovem		
Procura, de forma forçada, o contacto corporal		
Assume atitudes de sedução/abuso em relação à criança/jovem		
Abandona a interacção por impossibilidade de aceitar e conter os sentimentos da criança/jovem		
Interrompe bruscamente a interacção, terminando a visita		
Irmãos (várias crianças/jovens presentes na visita)	Sim	Observações
Demonstra tratamento preferencial por uma das crianças/jovens		
Consegue gerir a atenção pelas crianças/jovens, demonstrando ansiedade		
Comportamento manifestado pela criança/jovem	Sim	Observações
Diálogo fluente		
Dá início a interacções (conversas/ brincadeiras)		
Risos		
Silêncios prolongados		
Monopoliza o diálogo		
Isolamento/ afastamento do adulto		

IMP09.IT05.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 2

Comportamento manifestado pela criança/jovem (Cont.)	Sim	Observações
Bocejos		
Choro		
Rejeição de contacto físico		
Tensão		
Zanga		
Agitação motora		

Características

Tipo de Supervisão:
(constante/monitorização)

Local:
(Instituição / outro local)

Duração:
(x minutos)

Presenças:
(ex. Pai, mãe, avó materna e padrinho, técnico da instituição)

Comportamentos e reacções da criança/jovem	Observações
Antes da visita	
Depois da visita	

Ausência de comparência à visita agendada	Observações
Motivos apresentados pelos pais/ cuidadores	
Reacções da criança/jovem	

O Técnico

Data

Aspectos relevantes, levantamento de necessidades e de recursos internos e externos à instituição

IMP04.IT06.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 4

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade:

N.º de Processo Interno:

Áreas de Avaliação Diagnóstica

- Saúde
- Capacidades Motoras
- Capacidades Psicomotoras
- Capacidades Cognitivas
- Inteligência Emocional
- Desenvolvimento Pessoal e Social
- Desempenho Escolar
- Contexto Familiar

1. Avaliação do Estado de Saúde

	Biológico (Desenvolvimento estado-parental, etc)	Sensorial (Visão, Audição)	Neurológico (Diagnóstico Especializado)
Aspectos Positivos			
Aspectos Negativos ou significativos de alterações			
Necessidades no Plano da Intervenção			

2. Avaliação das Capacidades Motoras

	Flexibilidade Motora (Intensidade da Actividade Tónica – Rigidez, Movimentos Involuntários, Hipotonia, Movimentos lentos e Relaxados)	Equilíbrio (Estático; Dinâmico)	Movimentos sensoriais (Intensidade, Coordenação e Adaptação dos Movimentos às Coordenadas Espacio-temporais)
Aspectos Positivos			
Aspectos Negativos ou significativos de alterações			
Necessidades no Plano da Intervenção			

3. Avaliação das Capacidades Psicomotoras

	Noção de Direita/ Esquerda	Noção de “Em cima” e “Em Baixo”	Noções de Distância, Intervalo e de Direcção	Ordenação de Objectos	Coordenação Olho-Mão
Aspectos Positivos					
Aspectos Negativos ou significativos de alterações					
Necessidades no Plano da Intervenção					

4. Avaliação das Capacidades Cognitivas

	Compreensão e representação da realidade	Resolução de Problemas	Antecipação, Planificação e Regulação da própria acção	Comunicação
Aspectos Positivos				
Aspectos Negativos ou significativos de alterações				
Necessidades no Plano da Intervenção				

5. Avaliação da Inteligência Emocional

	Conhecimento e identificação de emoções em si e nos outros	Motivação	Resistência à Frustração; Adiamento das recompensas	Controlo dos Impulsos
Aspectos Positivos				
Aspectos Negativos ou significativos de alterações				
Necessidades no Plano da Intervenção				

Aspectos relevantes, levantamento de necessidades e de recursos internos e externos à instituição

IMP04.IT06.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 3 de 4

6. Avaliação do Desenvolvimento Pessoal e Social

	Auto-estima (Representações e sentimentos sobre si próprio)	Eficácia social (Assertividade ou capacidade para atingir objectivos sociais; Capacidade de fazer amigos, tomar decisões, etc.)	Convivência e solidariedade (Condutas pró-sociais que beneficiam “o outro”- capacidade para conviver, resolver conflitos e cooperar)
Aspectos Positivos			
Aspectos Negativos ou significativos de alterações			
Necessidades no Plano da Intervenção			

7. Avaliação do Desempenho Escolar

	Leitura/Escrita	Cálculo Mental e algoritmos da Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão Problemas	Antecipação, Planificação e Regulação da Própria Acção	Comunicação (Oral, escrita, pictórica, etc.)
Aspectos Positivos				
Aspectos Negativos ou significativos de alterações				
Necessidades no Plano da Intervenção				

8. Avaliação do Contexto Sócio-familiar

	Aspectos Físicos, Materiais e Económicos	Dinâmica Familiar	Capacidades Educativas	Consciência das suas próprias necessidades e Capacidade para gerir recursos	Rede Social de Apoio	Capacidade de Interação e de Comunicação
Aspectos Positivos						
Aspectos Negativos ou significativos de alterações						
Necessidades no Plano da Intervenção						

IMP04.IT06.PC02— LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 4 de 4

DIAGNÓSTICO DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PSEI

Recursos internos

Humanos	Financeiros	Materiais

Recursos externos

Família	Escola	Comunidade

O Técnico

Data

Relatório de Avaliação Diagnóstica

Identificação do Estabelecimento

IMP12.IT06.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Nome	Idade	
N.º de Processo Interno	N.º de Processo de Promoção e Protecção	Tribunal
N.º de Processo Tutelar Cível	N.º de Processo Judicial	CPCJ

Motivo do presente acolhimento/intervenção

Entidades/pessoas responsáveis pela sinalização da situação de perigo:

Motivos da presente acolhimento/intervenção:

- | | |
|--|--|
| <input type="radio"/> Abandono | <input type="radio"/> Prática de furto qualificado como crime por menor de 12 anos |
| <input type="radio"/> Negligência — Que tipo? | <input type="radio"/> Exposição a modelos de comportamento desviante — Quais? |
| <input type="radio"/> Absentismo Escolar | <input type="radio"/> Corrupção de crianças e jovens |
| <input type="radio"/> Abandono Escolar | <input type="radio"/> Toxicodependência da criança/jovem |
| <input type="radio"/> Maus-tratos psicológicos | <input type="radio"/> Alcoolismo da criança/jovem |
| <input type="radio"/> Abuso sexual | <input type="radio"/> Orfandade |
| <input type="radio"/> Prostituição infantil | <input type="radio"/> Ausência temporária de suporte familiar |
| <input type="radio"/> Pornografia infantil | <input type="radio"/> Refugiado de guerra |
| <input type="radio"/> Exploração trabalho infantil | <input type="radio"/> Acordo de saúde ao abrigo dos PALOP |
| <input type="radio"/> Mendicidade | <input type="radio"/> Outra — Qual? |
-

Dados relevantes do desenvolvimento global da criança/jovem:

Dados relevantes do seu percurso escolar:

Dados relevantes do contexto familiar:

Necessidades identificadas:

Diligências realizadas e resultados:

O Técnico

A Direcção

O Gestor do caso

Data

Relatório de Diligências com Entidades, Profissionais ou Familiares

Identificação do Estabelecimento

IMP10.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Relatório de Diligência n.º

Nome:

Entidade:

Data:

Local:

Objectivo:

Metodologia:

Intervenientes (identificação e entidade):

	Apreciação qualitativa dos técnicos		
	Adequado	Razoável	Desadequado
Cumprimento das orientações e plano de trabalho anterior			
Colaboração na partilha de informação pertinente			
Colaboração na identificação de problemas			
Colaboração na procura de alternativas e soluções			

Descrição da diligência:

Principais dificuldades sentidas

Aspectos positivos

O Técnico

Data

Mapa de Diligências

IMP11.PC02 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

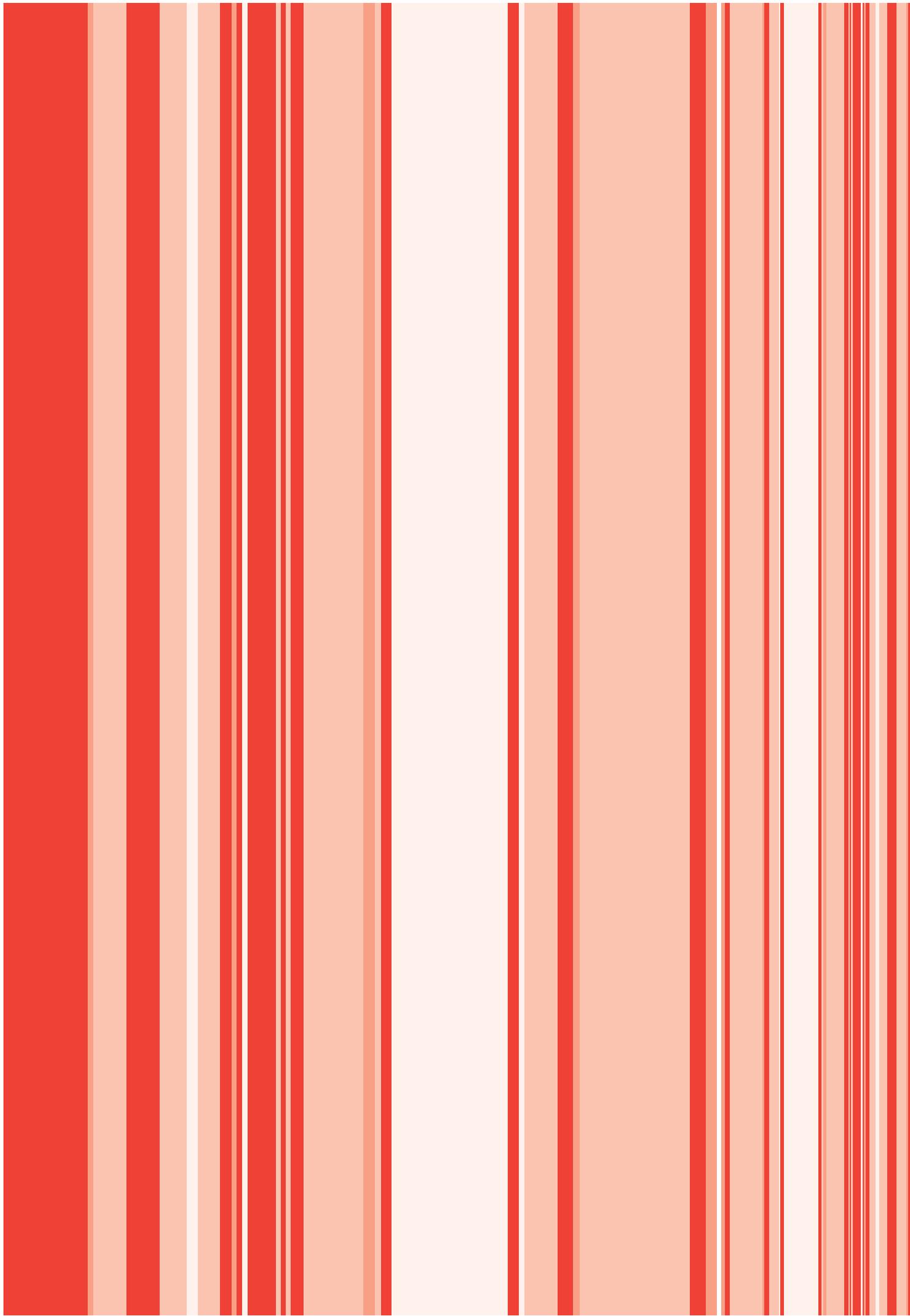
página 1 de 1

Identificação do Estabelecimento

N.º de Diligência	Data	Metodologia	Objectivos	Intervenientes	Avaliação	Observações	Técnico Responsável

O Técnico

Data



PC03
**Plano Sócio-Educativo
Individual (PSEI)**

PC03 Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI)

1. OBJECTIVO

Estabelecer orientações gerais e específicas para a elaboração, avaliação, aprovação, implementação e revisão do Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI) da criança/jovem e da sua família.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a todos os técnicos e colaboradores do Lar.

3. INDICADORES DO PROCESSO

São ferramentas essenciais para medir o desempenho dos Processos PSEI. A monitorização do processo será realizada através do controlo dos indicadores de avaliação, definidos nos planos e nos projectos que o integram.

4. MODO OPERATÓRIO

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
<p>Síntese de avaliação diagnóstica. Relatório de avaliação diagnóstica. Recursos Humanos e Materiais do Lar. IMP01.IT02.PC03</p>	<pre> graph TD INICIO([INÍCIO]) --> REFLEXÃO[REFLEXÃO PRÉVIA À ELABORAÇÃO DO PSEI] REFLEXÃO --> DEFINIÇÃO[DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO] DEFINIÇÃO --> ELABORAÇÃO[ELABORAÇÃO DO PSEI] ELABORAÇÃO --> APROVAÇÃO[APROVAÇÃO DO PSEI] APROVAÇÃO --> 1((1)) </pre>	Aprovação dos requisitos do PSEI	DT	GC + ET	C/J	<p>A Equipa técnica deverá reflectir e analisar as condições e os recursos necessários à implementação de um plano de intervenção individual. Ver IT01.PC03-Reflexão Prévia à Elaboração do PSEI</p>
<p>Aprovação dos requisitos do PSEI</p> <p>Síntese de avaliação diagnóstica</p> <p>Relatório de avaliação diagnóstica</p> <p>Recursos Humanos e Materiais do Lar</p>		PSEI preenchido na 1.ª página	DT	GC + ET + EE	C/J	<p>Tendo por base as competências, aquisições, os pontos fracos/situações críticas, bem como os pontos fortes/forças integradoras do desenvolvimento da criança/jovem, a equipa técnica procede à definição dos objectivos, bem como às estratégias e actividades a desenvolver para os atingir. Estes objectivos podem ser de natureza diversa, por exemplo, uma determinada criança/jovem que revela um comportamento característico de falta de autonomia e, simultaneamente, uma interacção social marcada por um registo agressivo e ameaçador implica uma intervenção diversificada. Esta intervenção vai consubstanciar-se em objectivos e projectos distintos que constituirão o corpo do PSEI.</p> <p>O PSEI tem como principais objectivos: promover a aquisição e o desenvolvimento de competências sociais e escolares que a criança/jovem ainda não adquiriu face à sua faixa etária, a manutenção das competências já adquiridas e a reintegração da criança/jovem na sua família de origem.</p>
<p>PSEI preenchido na 1.ª página. Aprovação dos requisitos do PSEI. Síntese de avaliação diagnóstica. Relatório de avaliação diagnóstica. Recursos Humanos e Materiais do Lar.</p>		Proposta do PSEI totalmente preenchida	DT	GC + ET	C/J	<p>O PSEI deve ser de responsabilidade de um técnico da instituição que será simultaneamente o Gestor do Caso. Ver IT02.PC03-Elaboração do Plano Sócio-Educativo Individual</p>
<p>Proposta do PSEI totalmente preenchida IMP02.IT03.PC03 IMP04.IT03.PC03</p>		PSEI aprovado	DT	DT	C/J	<p>Ver IT03.PC03-Aprovação do PSEI</p>

4. MODO OPERATÓRIO (CONT.)

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
PSEI aprovado	<pre> graph TD Start((1)) --> Implement[IMPLEMENTAÇÃO DO PSEI] Implement --> Avaliacao[AVALIAÇÃO DO PSEI] Avaliacao --> OK{OK?} OK -- NÃO --> Reformulacao[REFORMULAÇÃO DO PSEI] Reformulacao --> Implement OK -- SIM --> Validacao[VALIDAÇÃO DO PSEI] Validacao --> Fim([FIM]) </pre>	Operacionalização do PSEI	DT	GC + ET + P + EE	C/J	O PSEI é operacionalizado no decorrer dos períodos reservados à realização de actividades com os diferentes grupos de crianças e jovens. As tarefas e estratégias propostas e inscritas no PSEI devem integrar a Organização e Gestão das Actividades e serem levadas a cabo com o rigor e periodicidade definidas. Consoante as estratégias identificadas poderá haver necessidade de realizar determinadas actividades em sub-grupos ou em pares, consoante os objectivos elaborados e as características específicas da criança/jovem. A operacionalização do PCI será aplicável durante as datas acordadas entre o Lar e as outras instituições. Conforme o nível de adaptação do PCI verificado ao longo da sua implementação, caso uma das instituições avalie a inadequação de algum objectivo e/ou estratégia, ter-se-á que reformular ou mesmo anular.
IMP03.IT04.PC03		Finalização da intervenção	DT	GC + ET + EE	S + P	A avaliação deverá ser realizada no final do tempo estabelecido para a operacionalização da intervenção. Sempre que possível, a avaliação do PSEI deve ser partilhada com a família da criança/jovem e com todas as entidades intervenientes no processo. Ver IT04.PC03 Avaliação do PSEI
Objectivos não cumpridos		Estabelecimento de novos objectivos	DT	GC + ET + EE + P	C/J	A reformulação do PSEI resulta da reflexão realizada e uma nova elaboração deverá corrigir as variáveis que contribuíram para a ausência de sucesso da intervenção. Ver IT05.PC03-Reformulação do PSEI
Acompanhamento pós-plano		PSEI validado	DT	GC + ET	C/J	Da avaliação realizada pode resultar a necessidade de reelaborar um novo plano com alterações de objectivos e estratégias.

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrada	Origem
<ul style="list-style-type: none"> Resultados das informações recebidas de outros serviços e entidades Resultado da avaliação diagnóstica realizada no período de acolhimento Outras informações (saúde, escola, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> Histórico da criança/jovem
Saída	Destino
<ul style="list-style-type: none"> Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI) 	<ul style="list-style-type: none"> Equipa educativa do Lar Equipa técnica do Lar Entidades constantes no PSEI Entidades constantes no PCI
Documentos de Referência	
Instruções de trabalho	Impressos
IT01.PC03 - Reflexão prévia à elaboração do PSEI	
IT02.PC03 - Elaboração do PSEI	IMP01.IT02.PC03 – Plano Sócio-Educativo Individual IMP05.IT02.PC03 – Plano Cooperado de Intervenção
IT03.PC03 - Aprovação do PSEI	IMP02.IT03.PC03 – Aprovação do Plano Sócio-Educativo Individual IMP04.IT03.PC03 – Aprovação do Plano Cooperado de Intervenção
IT04.PC03 - Avaliação do PSEI	IMP03.IT04.PC03 – Avaliação do Plano Sócio-Educativo Individual IMP06.IT05.PC02 – Avaliação prévia do Plano Cooperado de Intervenção
IT05.PC03 - Reformulação do PSEI	
IT06.PC03 – Preparação da saída da instituição	
Indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> Grau de cumprimento do PSEI 	<ul style="list-style-type: none"> Número total de objectivos atingidos/número total de objectivos estabelecidos X 100
<ul style="list-style-type: none"> Tempo médio de elaboração de cada PSEI 	<ul style="list-style-type: none"> Média da soma das diferenças entre a data de início da elaboração do PSEI e a data de finalização do PSEI
<ul style="list-style-type: none"> % de crianças e jovens que atingiram os objectivos definidos por plano 	<ul style="list-style-type: none"> Número de crianças e jovens que atingiram os objectivos por plano/número total de crianças e jovens com objectivos definidos por plano X 100
<ul style="list-style-type: none"> Grau de satisfação das crianças/jovens face ao PSEI 	
Gestor do processo	
Director(a) Técnico(a)	

IT01.PC03 Instrução de Trabalho — Reflexão prévia à elaboração do PSEI

Antes de se elaborar um PSEI é necessário que a equipa técnica do Lar reflecta a viabilidade da sua implementação. A resposta positiva às questões que se seguem poderá ser a chave para o sucesso do plano.

Assim, é importante saber se:

- A intervenção é possível ser implementada no Lar?
- Quais os instrumentos a utilizar para a observação e registo dos resultados?
- A recolha dos resultados pode ser feita regularmente?
- A criança/jovem tem, no seu repertório, as aquisições, isto é, os pré-requisitos necessários para adquirir os comportamentos desejáveis, objectos de intervenção? Se não os tem, eles devem também ser objecto de intervenção?
- A criança/jovem apresenta algum comportamento social, cuja gravidade exija supressão ou intervenção imediata? Se não, das intervenções que estão a ser pensadas, qual é a considerada mais prioritária?
- É fundamental o envolvimento das restantes crianças/jovens no programa de intervenção. Há condições para o fazer? Os profissionais dominam as técnicas necessárias? As outras crianças/jovens podem monitorizar o processo? Podem fazer os registos? Podem ajudar a desenvolver acções de tutoria? Podem servir de modelo para as demais crianças/jovens?
- Quais são as situações que podem motivar a criança/jovem a quem o programa se destina? É possível usar esses estímulos no Lar?
- Que recursos são necessários? A intervenção exige tempo do adulto? Este vai precisar de um auxiliar?
- Que outros factores devem ser considerados? Há necessidade de outras adaptações, como por exemplo, a reorganização do espaço, a reorganização dos grupos de crianças/jovens e o uso de estratégias metodológicas alternativas?
- Que critérios serão utilizados para se determinar o sucesso ou o fracasso do programa?
- No caso do programa falhar, que intervenções alternativas podem ser adoptadas?

Uma ou mais respostas negativas a estas questões pode inviabilizar o sucesso da intervenção.

IT02.PC03 Instrução de Trabalho — Elaboração do PSEI

1. INTERVENÇÃO INTERNA

A elaboração de um PSEI baseia-se nos objectivos identificados para cada criança/jovem que consubstanciam as suas necessidades sociais e educativas.

Todos os contactos e diligências necessárias para a elaboração e posterior implementação do PSEI deverão ser feitas pelo próprio coordenador ou alguém que seja por si delegado para esse efeito (IMP10.PC02 – Relatório de Diligências com Entidades, Profissionais e Família; IMP11.PC02 – Mapa de Diligências).

O PSEI deve conter os seguintes elementos (IMP01.IT02.PC03 – Plano Sócio-Educativo Individual):

- Dados de identificação da criança/jovem, da família e da situação jurídica;
- Resumo da avaliação diagnóstica e identificação dos pontos fracos ou incidentes críticos, bem como dos pontos fortes ou forças integradoras dos sistemas pessoal, familiar, escolar e comunitário, itens fundamentais para ancorar os projectos a desenvolver;
- Identificação do responsável pela operacionalização do plano;
- Explicitação dos objectivos de intervenção individual com base nas competências e potencialidades da criança/jovem (Síntese da Avaliação Diagnóstica), focando essencialmente os níveis de desenvolvimento e resultados desejáveis que se pretendem alcançar;
- Identificação das actividades, estratégias e recursos a adoptar;
- Identificação dos recursos necessários à operacionalização de cada projecto (!) ;
- Critérios de avaliação;
- Actuação de cada elemento responsável pela implementação do PSEI. No caso de crianças/ jovens, cujas alterações ou necessidades exijam a intervenção de profissionais especializados exteriores ao Lar, deverá constar:
 - As necessidades que justificam uma intervenção exterior ao Lar;
 - As entidades e especialistas responsáveis pela intervenção;
 - O tempo previsto para a implementação das acções tendentes à concretização de cada objectivo.

(!) Se os recursos do Lar forem suficientes em número e em competência profissional, a equipa interna garantirá a execução do plano e dos respectivos projectos nele incluído. Se os técnicos e outros recursos humanos do Lar se manifestarem insuficientes, deverá recorrer-se ao apoio de serviços especializados externos e pertencentes à comunidade em que o Lar está inserido.

Assim, o PSEI será constituído por um ou mais projectos de intervenção, consoante as necessidades identificadas na avaliação diagnóstica.

Dadas a característica deste tipo de população, os projectos mais comuns são os seguintes:

- Projectos direccionados para a aquisição de comportamentos socialmente adequados, que incluem:
 - Projectos de Promoção da Auto-Estima
 - Projectos de Promoção de Competências Pessoais e Sociais
 - Projectos para a Aquisição e Desenvolvimento de Valores
- Projectos direccionados para as Dificuldades de Aprendizagem
- Projectos para a Promoção de Competências Cognitivas
- Projectos de Educação Sexual
- Projectos de Orientação Escolar e Vocacional
- Projectos de Promoção da Autonomia e Integração na Vida Activa
- Projecto de Preparação para a Saída da Instituição (ver IT06.PC03)

O PSEI deve, ainda, conter as estratégias a desenvolver, no interior da instituição, com a família de cada criança/jovem. Importa neste caso, verificar o padrão relacional e comunicativo que a família mais próxima desenvolve e, sempre que necessário, apoiar o desenvolvimento de uma relação securizante, que permita a promoção da auto-estima e a diminuição da culpabilidade na criança/jovem.

No caso de uma criança/jovem necessitar de intervenções de natureza diferente, cada intervenção constituirá um projecto. Cada projecto deverá, então, conter os mesmos elementos, de forma a autonomizar-se relativamente aos restantes projectos.

Em anexo, encontra-se preenchido, a título de exemplo, um PSEI completo.

2. INTERVENÇÃO EXTERNA

A elaboração e implementação de um Plano Sócio-Educativo Individual no interior e com os recursos do Lar, embora indispensável, não consegue, em muitos casos, ser suficiente para responder e garantir o sucesso de todos os objectivos de intervenção do Lar. Para o êxito da intervenção sócio-educativa do Lar, concorrerá, então, a complementaridade que se obtenha com as instituições da comunidade.

Para a prossecução dos objectivos elaborados para cada criança/jovem (isto é, do PSEI), surge assim a necessidade de se incluir objectivos de parceria, isto é, de se elaborar um Plano Cooperado de Intervenção (PCI) com:

- Equipamentos Escolares (pré-escolares e escolares);

- Centro de Saúde e Hospital;
- Junta de Freguesia;
- Museus, Centros Culturais e Recreativos, etc.;
- Associações Juvenis (como, por exemplo, o IPJ);
- Paróquia, grupo de escuteiros, etc.;
- Equipas Locais da Segurança Social;
- Comissões de Protecção de Crianças e Jovens;
- Tribunais;
- Centros de Emprego;
- Outros.

Trata-se de uma cooperação entre o Lar e as restantes entidades, cujo objectivo é potenciar os meios sociais, culturais e educativos e proporcionar uma educação o mais completa possível à criança/jovem acolhido, bem como capacitar as famílias, do ponto de vista educativo, para atingir o objectivo máximo: a reintegração na família.

A intervenção a realizar com outras instituições integram o PSEI e será objecto de um Plano Cooperado de Intervenção (PCI).

As etapas metodológicas para a operacionalização de um PCI são, em grande parte, idênticas às do PSEI. As várias instruções de trabalho, que a seguir se inscrevem, são da responsabilidade do coordenador do PCI (que poderá ser o técnico de serviço social ou o educador ou o educador social). O coordenador tem a função de administrar, dirigir e colaborar, juntamente com a restante equipa técnica, no sentido de elaborar o PCI. Todos os contactos e diligências necessárias para a sua implementação deverão ser feitas pelo coordenador (IMP10.PC02 – Relatório de Diligências com Entidades, Profissionais e Família; IMP11.PC02 – Mapa de Diligências).

A elaboração do PCI é orientada segundo os objectivos para ele definidos e deve incluir as estratégias e metodologias avaliadas como as mais adaptadas (IMP05.IT02.PC03 – Plano Cooperado de Intervenção).

Terão que ser incluídas no PCI as seguintes informações:

- Identificação das instituições, associações ou serviços envolvidos;
- Apresentação e justificação da necessidade do plano;
- Apresentação e justificação da escolha da referida entidade;
- Proposta dos serviços e condições em que a entidade poderia colaborar e participar no plano apresentado pelo Lar (isto é, identificação das actividades e estratégias a serem implementadas e recursos a serem disponibilizados);
- Registo das obrigações do Lar e da Entidade;

- Referência dos critérios e dos instrumentos de avaliação;
- Duração prevista para a implementação do plano (data de início e de finalização);
- Coordenadores responsáveis de cada entidade.

De entre os vários projectos possíveis, há que considerar a intervenção junto das famílias e a intervenção orientada para a promoção do desenvolvimento da criança/jovem a cargo do Lar (projectos escolares, projectos de educação para a saúde, projectos de educação para a cidadania, etc.).

No que se refere à intervenção junto das famílias, as equipas locais de acção social, em articulação com o Lar, desenvolverão estratégias que promovam o empowerment da família e da sua capacidade educativa.

O gestor de caso, definido na altura da admissão, coordenará as informações e envidará os esforços necessários para rentabilizar a intervenção.

A elaboração e a avaliação do PCI deverão ser da responsabilidade o técnico de serviço social do Lar que, em conjunto com todos os técnicos intervenientes, elencará os sucessos alcançados e as dificuldades havidas.

3. SUGESTÃO DE ESTRATÉGIAS PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS SÓCIO-EDUCATIVOS INDIVIDUAIS (PSEI), EM FUNÇÃO DAS ALTERAÇÕES IDENTIFICADAS

3.1. Alterações da atenção

Défice de Atenção (ADD) e Déficit da Atenção e Hiperactividade (ADHD)

3.1.1. “Dificuldade em manter a atenção”

Estratégias Educativas:

- Sentar as crianças/jovens perto deles, longe de distrações
- Negociar uma chamada de atenção de natureza visual para que a criança/jovem volte ao trabalho
- Ajudar as crianças/jovens a manterem o seu espaço de trabalho sem objectos que as distraiam

Recursos:

- Apoio individual para manter a atenção nas actividades e tarefas
- Espaço individual, sem estímulos distractivos

3.1.2. “Falta de Organização”

Estratégias Educativas:

- Ajudar as crianças/jovens a planear as suas rotinas diárias
- Incentivar o uso de um plano diário e verificá-lo com regularidade
- Incentivar e reconhecer a pontualidade
- Incentivar a aquisição de dois conjuntos de materiais: um para a Escola, outro para o Lar
- Usar um cronómetro na realização das actividades

3.1.3. “Esforços inconsistentes”

Estratégias Educativas:

- Adaptar a tarefa
- Dar claras instruções etapa a etapa
- Dividir a tarefa em sub-tarefas
- Dar, com frequência, instruções intermédias
- Dar tempo extra para a realização da tarefa
- Permitir que a cópia das instruções dos TPC sejam realizadas num tempo superior ao habitual
- Aumentar o tempo de realização, permitindo pequenos intervalos após a realização das sub-tarefas

Recursos:

- Diários
- Horários
- Escalas de planeamento diários
- Calendários
- Planos
- Checklists
- Orientações escritas
- Modelos de trabalho bem apresentados
- Processador de texto

3.1.4. Comportamentos disruptivos

Estratégias Educativas:

- Premiar os bons comportamentos
- Ignorar os comportamentos inapropriados
- Estabelecer, com as crianças/jovens, o espaço e o tempo apropriado para a realização de movimentos físicos

Recursos:

- Contratos com referência às expectativas e objectivos
- Utilização de técnicas de relaxação

3.1.5. Hiperactividade e impulsividade – ADHD

Estratégias Educativas:

- Dar períodos de descanso entre as tarefas
- Usar abordagens multisensoriais para explorar novos conceitos e materiais
- Ensinar estratégias para parar e reflectir antes de agir

Recursos:

- Assistência ou apoio para supervisionar e gerir o comportamento, particularmente em áreas de alto risco, saúde e segurança:
 - Transporte
 - Recreios
 - Laboratórios
 - Tecnologias
 - Máquinas

3.1.6. Hiperactividade Verbal

Estratégias Educativas:

- Estabelecer claramente com as crianças/jovens presentes, as regras para a participação verbal na sala
- Exemplificar os níveis de voz aceitáveis, bem como os inaceitáveis gritos
- Ensinar regras, dando oportunidade às crianças/jovens para as praticarem
- Dar feedback sobre a adequação dos comportamentos das crianças/jovens
- Provocar na criança/jovem a consciência de que o seu comportamento é cooperativo e apropriado
- Gratificar a criança/jovem sempre que ela manifestar bom comportamento
- Evitar, a todo o custo, a crítica e o castigo face a comportamentos menos apropriadas

3.1.7. Problemas em esperar, seguir orientações e agir na sua vez

Estratégias Educativas:

- Conversar claramente com a criança/jovem sobre o comportamento e sobre as suas consequências para a actividade do grupo e a vivência colectiva
- Estabelecer uma lista de comportamentos apropriados
- Ensinar, de forma prática, a esperar pela sua vez
- Registrar o tempo máximo que a criança/jovem consegue ficar envolvido com diferentes actividades e solicitar um aumento gradual do tempo de permanência na actividade (30 segundos, depois 1 minuto, depois 1 minuto e 30 segundos, e assim por diante...)
- Face a cada sucesso, ou seja, a cada nova meta estabelecida com a criança/jovem e por ela alcançada, comentar o facto de forma elogiosa
- Permitir o movimento frequente
- Criar oportunidades para que a criança/jovem se movimente pela sala, ou para outros locais do Lar

- Mudar o tipo de actividade regularmente
- Antecipar a movimentação da criança/jovem, dirigindo-se para junto dela, logo que pressinta que a criança/jovem vai deixar a actividade
- Usar recompensas
- Usar sistemas de avaliação diária
- Estabelecer objectivos curtos e mensuráveis

3.2. Alterações da comunicação e da fala

3.2.1. Gaguez - Dificuldades de Articulação

Estratégias Educativas:

- Dar um alerta antes de questionar (“João, o que é...?”)
- Permitir tempo extra para as respostas orais
- Dar a conhecer aos alunos a lição ou o texto que se vai trabalhar antes do início da actividade
- Dividir o texto em pequenas secções
- Tornar opcional a tarefa de ler em voz alta
- Promover a utilização da capacidade visual na leitura
- Verificar, discretamente, a compreensão por parte das crianças/jovens dos materiais e do que lhes é exigido nas tarefas
- Considerar mais a qualidade do que a quantidade

Recursos:

- Apoio por professores de ensino especial
- Cassetes áudio de textos
- Terapia da fala para diagnóstico e terapia

3.2.2. Dificuldades de natureza física na articulação de certos sons

Estratégias Educativas:

- Antecipar e minimizar as situações que podem gerar embaraço ou humilhação
- Reduzir a ansiedade no grupo

3.2.3. Dificuldades na interacção social

Estratégias Educativas:

- Encorajar a participação através da responsabilização e definição da tarefa a uma criança/jovem com dificuldades, no interior de um grupo
- Promover o apoio em grupos de pares
- Promover a terapia da fala
- Promover regras de apresentação oral, enfatizando a necessidade de falar lentamente, e realçando a entoação e a expressão

- Encorajar e reforçar todo e qualquer progresso para promover a auto-estima

3.2.4. Dispraxia oral - Dificuldades de Articulação

Estratégias Educativas:

- Proporcionar sessões de terapia da fala
- Promover regras de apresentação oral, enfatizando a necessidade de falar lentamente, e realçando a entoação e a expressão

Recursos:

- Jogos e dinâmicas de grupo promotores da comunicação
- Terapia da fala
- Roleplay (!)
- Listas de tarefas e de instruções

3.2.5. Dificuldades de natureza física na articulação de certos sons

Estratégias Educativas:

- Criar oportunidades para a prática de determinados sons
- Permitir na turma, que a leitura em voz alta seja opcional
- Formar pares ou grupos de crianças/jovens para a realização das tarefas orais, elegendo um estudante para falar alto e dar o resultado do trabalho de grupo
- Testar, de forma discreta, a compreensão dos materiais de aprendizagem e das tarefas requeridas

3.3. Dificuldades na Interação social

Estratégias Educativas:

- Encorajar a participação em dinâmicas de roleplay
- Fornecer às crianças/jovens exemplos de comportamentos não agressivos, que podem ser utilizados em situações que poderiam levar à agressão
- Usar o roleplay para simular tais situações e permitir que as crianças/jovens exercitem criticamente os diferentes padrões possíveis
- Ensinar às crianças/jovens respostas aceitáveis e adequadas a ataques físicos e/ou verbais
Com efeito, as crianças/jovens necessitam de ter um leque de alternativas comportamentais

(!) A actividade de *roleplay* refere-se a um jogo de papéis, em que as crianças/ e os adolescentes assumem as características de protagonistas para criar e recriar histórias. Perante poucas regras definidas pelo adulto moderador do jogo, são as próprias crianças e jovens que determinam as acções e a direcção do desfecho dos seus personagens, baseando-se nas características particulares definidas, para as mesmas, no início da actividade. Não existem vencedores ou perdedores, bons ou maus actores, existe sim a liberdade para cada criança/jovem expressar a sua imaginação e se projectar na acção. O adulto tem a possibilidade de moldar o comportamento das crianças e dos jovens, em conformidade com a personagem que lhe atribuir; pelo que é um excelente método para aumentar o reportório comportamental da criança/jovem, assim como o ajustar os diferentes contextos sociais representados (mas que no fundo se assemelham em grande escala aos contextos sociais reais). A criança/jovem realiza, de forma inconsciente, através do jogo, aprendizagens pessoais e sociais muito importantes.

disponíveis para utilizar em situações inesperadas. Se ela nunca exercitou nenhuma, a tendência é agir de forma semelhante àquela como foi atacada

- Reconhecer explícita e elogiosamente as crianças/jovens que substituem respostas agressivas por comportamentos desejáveis, não agressivos
- Encorajar, no caso de crianças/jovens inibidas ou alheias ao ambiente social, interacção social com os companheiros. É importante designar uma criança/jovem para realizar uma actividade ou projecto no grupo, dando-lhe tarefas específicas que exijam a cooperação
- Incentivar a formação de grupos de pares para apoiar as dificuldades de compreensão de algumas crianças/jovens
- Provocar o trabalho em parceria com um companheiro mais velho ou com um adulto voluntário, de forma a que estes lhe possam oferecer modelos adequados de participação, e que a criança/jovem possa ser reconhecida positivamente, sempre que manifeste comportamentos semelhantes
- Ensinar comportamentos sociais adequados e específicos para todas as crianças/jovens como, por exemplo, estabelecer contacto visual, manter contacto visual, responder a contactos verbais, iniciar contactos verbais, seguir instruções, responder a cumprimentos, cumprimentar pessoas por iniciativa própria, usar formas socialmente adequadas para manifestar insatisfação, etc.
- Discutir o comportamento indesejado com os demais crianças/jovens, promovendo nelas, a sua tomada de consciência e a compreensão do comportamento significativo de uma interacção construtiva
- Estabelecer, juntamente com as crianças/jovens, padrões de conduta para a convivência colectiva, bem como a previsão de consequências para o cumprimento ou para a sua ausência do acordado pelo grupo
- Procurar desenvolver uma relação positiva com a criança/jovem que apresenta comportamentos desadequados, recebendo-a sempre com simpatia, conversando com ela em momentos apropriados, reconhecendo explicitamente os seus ganhos e avanços, por menor que sejam, e procurando identificar os seus interesses e motivações
- Estabelecer a cooperação das demais crianças/jovens em actividades de treino de habilidades sociais
- Recorrer ao apoio de elementos da equipa técnica no caso de situações de crise na concretização ou alteração das estratégias elaboradas
- Estabelecer a normalização de procedimentos a serem rapidamente adoptados, para lidar eficientemente com comportamentos particularmente difíceis
- Orientar as demais crianças/jovens sobre a forma de agir para estabelecer um relacionamento com os companheiros que apresentam comportamentos não adaptativos, ensinando-os a responder a situações específicas
- Estimular a criança/jovem que apresenta esses comportamentos, a envolver-se em todas as actividades cívicas, artísticas, desportivas e sociais do Lar e da Escola juntamente com os demais colegas

3.4. Alterações da comunicação e da fala

3.4.1. Dificuldades de processamento de informação

Estratégias Educativas:

- Utilizar, preferencialmente, o processo de aprendizagem da criança/jovem
- Recapitular as aprendizagens realizadas
- Abordar, previamente, o assunto que vai ser objecto de nova aprendizagem
- Verificar, com frequência, a compreensão do conteúdo
- Permitir tempo extra para pensar as respostas
- Repetir as instruções, sempre que necessário
- Dividir e intervalar, cuidadosamente, as tarefas
- Fornecer técnicas e práticas para facilitar a identificação de aspectos chave
- Dar feedback positivo em cada etapa alcançada
- Diferenciar os resultados obtidos
- Dar mais tempo para a realização das tarefas
- Sintetizar os resultados obtidos ou os assuntos tratados

Recursos:

- Apoio à leitura
- Organizadores visuais e gráficos
- Listas de termos-chave
- Gravação de textos
- Gravação de respostas

3.4.2. Alterações da Comunicação e da Fala

3.4.2.1. Alterações semânticas e da pragmática

Estratégias Educativas:

- Organizar o espaço o melhor que for possível
- Dar tempo extra à criança/jovem para responder
- Fornecer por escrito ou em gráficos:
 - Horários
 - Escalas
 - Diários
 - Mapas
- Minimizar as mudanças e prepará-las com antecedência
- Maximizar as rotinas
- Monitorar as tarefas
- Definir regras claras quanto aos comportamentos esperados
- Evitar o uso de linguagem abstracta
- Verificar se as crianças/jovens compreenderam as tarefas, os textos, etc.

- Monitorizar cuidadosamente o trabalho em grupo
- Usar técnicas de comunicação para desenvolver habilidades não-verbais e formas de interacção social
- Reforçar habilidades de comunicação adequadas
- Propor tarefas concretas e de realização manual

Recursos:

- Terapeuta de Fala
- Professores de Ensino Especial
- Recursos e apoios escritos ou figurativos
- Listas impressas com tarefas e instruções
- Jogos de comunicação
- *Roleplay* para facilitar a leitura
- Organizadores visuais e gráficos
- Listas de termos-chave
- Gravação de textos
- Gravação de respostas

3.5. Dificuldades Específicas de Aprendizagem

3.5.1. Leitura

Estratégias Educativas:

- Usar textos simples sempre que possível
- Dividir o texto em secções e verificar o nível de compreensão em cada uma delas
- Encorajar a utilização de uma régua ou de um orientador de papel enquanto lê
- Ensinar ou fornecer vocabulário específico
- Fornecer tempo extra para a resolução de tarefas de leitura e de compreensão
- Permitir que a leitura em voz alta seja opcional
- Dar a oportunidade de ensaiar antes de ler em voz alta
- Imprimir os textos com tamanho de letra maior

Recursos:

- Terapeuta de Fala
- Textos gravados
- Professores de Ensino Especial
- Leitura a pares
- Estratégias de gestão de tempo
- Marcadores de linhas
- Regras e guias orientadores
- Computadores com software específico

3.5.2. Escrita

Estratégias Educativas:

- Tomar consciência da organização e apresentação dos textos escritos
- Usar estruturas de planeamento: mapas conceptuais e organizadores gráficos
- Encorajar a utilização das TIC
- Fornecer fotocópias com notas escritas e conceitos-chave
- Aceitar que a ortografia é uma dificuldade
- Marcar as palavras bem escritas e dar um modelo correcto para a escrita de palavras com erro
- Usar meios alternativos para a apresentação

Recursos:

- Textos gravados
- Professores de Ensino Especial
- Escrita a pares
- Revisão de textos a pares
- Processador de texto
- Organizadores de escrita
- Software apropriado

3.5.3. Disgrafia - Escrita manual

Estratégias Educativas:

- Encorajar a escrita em computador
- Encorajar a escrita com intervalo de dois espaços para facilitar a correcção
- Lembrar a importância que tem uma boa postura e segurar bem a caneta ou o lápis
- Dar mais tempo para as tarefas escritas
- Aceitar o trabalho escrito, desde que legível
- Assegurar-se de que a escrita manual não inibe a expressão de ideias

Recursos:

- Professores de Ensino Especial
- Escrita a pares
- Processador de texto
- Suportes de lápis
- Software apropriado
- Guias para a escrita manual

3.5.4. Discalculia - Aritmética/Matemática

Estratégias Educativas:

- Usar exemplos e materiais concretos para facilitar a compreensão das tarefas
- Fornecer lembretes visuais do processo e dar instruções para a resolução por etapas

- Permitir a utilização da tabuada ou de uma calculadora
- Fornecer um glossário com a terminologia utilizada
- Permitir tempo extra
- Fornecer tempo extra para a revisão e percepção dos erros
- Incentivar o uso de mapas para as viagens

Recursos:

- Materiais concretos
- Tabuadas e calculadoras
- Ajudas visuais
- Guias
- Ajudas organizativas

3.5.5. Memória

3.5.5.1. Memória Auditiva

Estratégias Educativas:

- Dividir a informação em diferentes partes
- Fornecer referências visuais
- Repetir instruções, sempre que necessário
- Alertar sempre que se vão transmitir instruções e informações importantes
- Fornecer instruções escritas, sempre que possível
- Levar, discretamente, as crianças/jovens a repetir as instruções para assegurar a compreensão
- Dar estratégias alternativas que favoreçam a memorização (ex. mapas conceptuais, anotações extras, sublinhados, etc.)
- Simplificar instruções

Recursos:

- Organizadores gráficos
- Gravadores
- Calculadoras
- Sinalizadores
- Lápis coloridos
- Tecnologias de Informação e Comunicação
- Apoio por especialistas

3.5.5.2. Memória visual

Estratégias Educativas:

- Fornecer suportes escritos e orais
- Antecipar situações cuja resolução seja difícil
- Promover o uso de mnemónicas e rimas
- Promover o uso da cor
- Promover a utilização de várias fontes informativas
- Ensinar técnicas de visualização

Recursos:

- Revisor ortográfico
- Lápis de cor
- Sublinhados
- Apoio por especialistas

3.6. Dificuldades no processamento da informação

Estratégias Educativas:

- Fornecer modelos e estruturas para as respostas esperadas
- Permitir tempo extra para a realização das tarefas
- Utilizar técnicas para questionar a criança ou jovem: Nome (pausa) Pergunta (pausa) Resposta, Reconhecimento e louvor
- Verificar, discretamente, a compreensão da criança/jovem e repetir as instruções sempre que necessário

Recursos:

- Exemplos de estruturas e formatos
- Bons modelos e utilização de trabalhos já realizados

3.7. Dificuldades de organização do trabalho intelectual/Ausência de Hábitos de Estudo

Estratégias Educativas:

- Usar sempre um mesmo sinalizador, como por exemplo uma dica que chame a atenção das crianças/jovens, antes de lhes apresentar uma informação verbal importante (“Escutem! Prontos?” ou “Está na hora de começar!”)
- Agrupar as crianças/jovens em semicírculo, ou em U, para favorecer o contacto visual entre todos
- Usar a proximidade física para encorajar a atenção das crianças/jovens
- Arranjar áreas de trabalho individual, nas quais haja poucas oportunidades de distração, sejam elas visuais ou auditivas

- Ajudar as crianças/jovens a organizar o seu horário, as suas actividades, o seu material de trabalho, a sua mesa de estudo, etc.
- Apresentar orientações para as tarefas, quer verbalmente, quer por escrito
- Iniciar o ensino da organização do trabalho, com poucas orientações e aumentá-las gradualmente
- Apresentar modelos às crianças/jovens de organização do trabalho
- Encorajar as crianças/jovens a pensar antes de falar, exercitando com elas um “tempo para pensar” de 5-10 segundos, antes de apresentar uma resposta
- Estimular o desenvolvimento da autonomia para todas as crianças/jovens de um mesmo grupo
- Estabelecer, sempre com clareza e objectividade, os horários, as rotinas, as regras e a sequencialização das actividades para todas as crianças/jovens
- Usar estratégias de aprendizagem cooperativa para promover a aprendizagem de todas as crianças/jovens e o desenvolvimento de relações positivas entre elas
- Criar um ambiente social e de aprendizagem acolhedor e securizante

3.8. Emancipação e autonomia

Estratégias:

- Apoiar o jovem na utilização dos recursos da comunidade: centro de saúde, hospital, instituições de lazer e de desporto
- Garantir a sua inscrição nas consultas de planeamento familiar
- Promover a autonomia no que se refere à utilização dos transportes
- Apoiar a gestão crítica e sensata da mesada, bolsa ou ordenado
- Promover a aprendizagem das tarefas domésticas básicas, designadamente a da higiene da casa e a da confecção de alimentos
- Promover a integração do jovem em grupos com interesses semelhantes
- Promover a aprendizagem de conhecimentos e a apropriação das funções da parentalidade
- Apoiar os jovens na procura de emprego, designadamente na pesquisa de ofertas, elaboração do currículo, entrevistas de selecção
- Encaminhar os jovens para as UNIVA e Centros de Emprego
- Apoiar o jovem na inserção no mercado de trabalho, designadamente na compreensão das normas institucionais, da dependência hierárquica, etc.
- Apoiar o jovem na compreensão plena dos compromissos que implicam uma relação a dois – partilha e responsabilização de projectos futuros, direitos e igualdade de oportunidades, disponibilizar bibliografia

4. ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS COOPERADOS DE INTERVENÇÃO (PCI)

4.1. Lar / Serviço Local de Acção Social

4.1.1. Tipo de famílias:

Negligentes, disfuncionais, incapacidade educativa, deficiente gestão do afecto, dependente de serviços, etc.

4.1.2. Princípios orientadores:

A intervenção a estabelecer com as famílias deve ser orientada pelos seguintes princípios:

- Toda a família, desde que devidamente apoiada, pode vir a ser capaz de estabelecer compromissos e a desenvolver sentimentos de pertença, factores determinantes na reconstrução da personalidade e no reforço da auto-estima
- A maior parte dos comportamentos humanos resultam de uma aprendizagem
- A pessoa é fundamentalmente dinâmica e todo o ser humano é capaz de efectuar escolhas de forma responsável
- As intervenções devem ser de natureza pragmática e ter como enfoque Técnicas de Resolução de Problemas

4.1.3. Objectivos:

- Modificar o padrão interactivo habitual
- Desenvolver novas capacidades educativas
- Consciencializar reacções e sentimentos
- Gerir equilibradamente necessidades e recursos materiais
- Diminuir o isolamento
- Explorar relações de ajuda
- Promover condições laborais e de habitação
- Promover a capacidade para procurar serviços, grupos ou pessoas isoladas para a guarda das crianças/jovens
- Resolver problemas
- Promover a capacidade de auto-determinação (*self-improvement*)
- Reorganizar as rotinas do quotidiano de mãe/pai/pais
- Apoiar a/o mãe/pai para que se submeta a uma desintoxicação (toxicoddependência, alcoolismo)
- Apoiar a/o mãe/pai na procura de uma casa
- Apoiar a/o mãe/pai na procura de emprego
- Promover a aprendizagem de comportamentos sociais adequados
- Promover a aquisição de comportamentos e afectivos em casa
- Apoiar a/o mãe/pai para que beneficie de tratamento médico (doença física)

- Promover a aquisição de autonomia
- Promover a consciencialização progressiva da função maternal/paternal
- Apoiar a/o mãe/pai na separação do(a) companheiro(a)
- Monitorizar as visitas da(o) mãe/pai à criança/jovem tendo em vista a qualificação da relação estabelecida a aprendizagem da expressão do afecto, interacção lúdica, o diálogo adequado, imposição de regras e limites, etc.
- Promover a consciencialização das necessidades das criança/jovens
- Dar apoio económico para a satisfação das necessidades básicas

4.1.4. Metodologias:

- Programas de visita domiciliária e de ajuda familiar
- Terapia familiar
- Apoio e acompanhamento em grupo
- Apoio da comunidade
- Acções de suporte por outros familiares residentes na proximidade
- Acções de suporte por grupos da comunidade
- Apoio de serviços de saúde física e mental

4.2. Lar / Escola

4.2.1. Necessidades:

- Promover a relação Lar-Escola
- Diminuir o insucesso e o absentismo escolar das crianças e jovens acolhidos
- Prevenir comportamentos disruptivos e de risco
- Potenciar recursos
- Controlar eficazmente o processo de ensino aprendizagem das crianças e jovens acolhidos
- Anular a discriminação negativa a que, habitualmente, estas crianças ou jovens estão sujeitos nas instituições públicas

4.2.2. Objectivos:

- Partilhar objectivos educacionais
- Conhecer mutuamente os objectivos, recursos e obstáculos das duas instituições
- Diminuir o peso da condição social, evitando a discriminação negativa das crianças/jovens acolhidos
- Coordenar as estratégias do Lar e da Escola em termos de complementaridade no processo educativo
- Facilitar o processo de transferência e de integração escolar
- Articular métodos de estudo e de reforço no trabalho intelectual

- Regular, em conjunto, o processo de aprendizagem dos alunos
- Regular, em conjunto, o padrão de interacção social dos alunos

4.2.3. Metodologias

- Reuniões com os dirigentes da escola ou dos agrupamentos escolares
- Elaboração de compromissos conjuntos em forma de plano/projecto
- Criação de registos para o controlo das acções desencadeadas
- Avaliação contínua dos procedimentos e dos resultados

4.3. Lar / Centro de Saúde

4.3.1. Necessidades:

- Desenvolver nas crianças/jovens hábitos e práticas de uma vida saudável

4.3.2. Objectivos:

- Desenvolver hábitos de vida saudáveis, numa perspectiva global do desenvolvimento bio-psico-social, nomeadamente:
 - Na alimentação
 - Na sexualidade
 - Na prática de actividades físicas, desportivas e artísticas
 - Na higiene pessoal
- Desenvolver comportamentos e atitudes para que cada aluno se torne um agente activo na promoção da sua saúde e da comunidade em que está inserido
- Desenvolver a capacidade de resistir à pressão que possam exercer para a adopção de práticas prejudiciais e auto-destrutivas, nomeadamente, fumar, consumir drogas e ter comportamentos sexuais de risco.

4.3.3. Metodologias:

- Reuniões com os dirigentes do Centro de saúde
- Rentabilização de recursos
- Elaboração de compromissos conjuntos em forma de plano/projecto, como por exemplo:
 - Formação nas áreas da saúde alimentar e dos transtornos alimentares
 - Educação sexual e planeamento familiar
 - Prevenção de comportamentos aditivos
- Criação de registos para controlo das acções desencadeadas
- Avaliação contínua dos procedimentos e dos resultados

4.4. Lar / Instituições de Voluntariado / IPSS

4.4.1. Necessidades:

- Animação teatral
- Expressão corporal
- Educação física
- Desporto
- Actividades de ar livre
- Educação musical (guitarra, piano, etc.)
- Fotografia
- Pintura
- Tertúlias sobre temas sociais actuais (a guerra, a vantagens e desvantagens da televisão, racismo e xenofobia, tolerância, paz, etc.)
- Informática
- Trabalho voluntário
- Trabalho de grupo

4.4.2. Metodologias:

- Levantamento de recursos e valências locais
- Elaboração de um guia com os recursos locais (com a ajuda, por exemplo, da Junta de Freguesia)
- Reuniões com as instituições que disponham de recursos interessantes
- Elaboração de compromissos conjuntos em forma de plano/projecto
- Criação de registos para o controlo das acções desencadeadas
- Avaliação contínua dos procedimentos e dos resultados

Bibliografia recomendada:

- Blanco, L. & Carbonell, S. (2002). Jogos em família. Lisboa: Âncora Editora.
- International Baccalaureat Organization (IBO). (2004). Teaching students with particular special educational and learning needs – a resource for schools. Geneve. IBO.
- Pons, E. P. & González, I. L. (2003). Valores para a convivência. 3 Volumes. Setúbal: Marina Editores.

Anexo

IMP01.IT02.PC03 — PLANO SÓCIO-EDUCATIVO INDIVIDUAL (PSEI)

(preenchido a título de exemplo)

PLANO SÓCIO-EDUCATIVO INDIVIDUAL

Identificação da criança ou jovem

NOME: Ricardo...

DATA DE NASCIMENTO: 10 de Outubro de 2005

IDADE: 8 anos

Dados da situação escolar

ANO DE ESCOLARIDADE: 2º ano

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB...

ANO DO PROGRAMA ESCOLAR SEGUIDO: 1º ano

HORÁRIO ESCOLAR: (turno da tarde)

PROFESSOR(A): Maria José

Dados familiares

NOME DO PAI OU SUBSTITUTO: Carlos

MORADA DO PAI OU SUBSTITUTO: (Lisboa)

CONTACTO DO PAI OU SUBSTITUTO: (...)

NOME DA MÃE OU SUBSTITUTA: Margarida

MORADA DA MÃE OU SUBSTITUTA: (Lisboa)

CONTACTO DA MÃE OU SUBSTITUTA: (...)

Data de realização do PSEI

Data de aprovação do PSEI

Início da aplicação do PSEI

Necessidades da criança ou jovem:

De natureza sócio-emocional:

- O Ricardo é uma criança carente do pronto de vista afectivo, sobretudo pela ausência e pelas frequentes falhas de cumprimento de promessas realizadas pela mãe. A criança sente insegurança nesta relação e procura encontrar desculpas para justificar a si própria essas mesmas falhas. Necessita de ter maior confiança em si próprio e melhorar a sua auto-estima.
- A aproximação do pai do Ricardo, gera neste conflitos internos pelo facto da sua mãe o fazer sentir culpabilidade dessa reaproximação. Tende a falar mais na mãe e nos acontecimentos passados na sua companhia, como uma forma de compensar esta dualidade de sentimentos. Contudo, comparando a dinâmica que mantém com cada um, durante as visitas na instituição, salienta-se que o Ricardo manifesta maior alegria e sente-se mais à vontade no decorrer das visitas do pai (talvez pela razão deste não o pressionar e apenas lidar com a situação da forma mais natural possível). Necessita de compreender que não é responsável pelo afastamento da mãe e que tem oportunidade de reparar, com o pai, os seus sentimentos de culpabilidade e de auto-rejeição.
- O Ricardo manifesta alguma agressividade com os pares, sobretudo em situações de conflito ou quando se sente frustrado. É necessário desenvolver as suas competências interpersonais, promover a assertividade e a capacidade de resolução de conflitos.
- Baixa auto-estima e de percepção de auto-competência académica.

De natureza sócio-familiar:

- Necessidade de regressar a um dos elementos da família – pai.

De natureza escolar:

- Necessidade de recuperar aquisições no domínio das aprendizagens de leitura e escrita.
-

(preenchido a título de exemplo)

PLANO SÓCIO-EDUCATIVO INDIVIDUAL

COORDENADOR DO PLANO: Psicólogo

NOME DA CRIANÇA OU JOVEM: Ricardo

N.º Projecto:

1	Descrição
	Objectivo Geral
	Responsável
2	Descrição
	Objectivo Geral
	Responsável
3	Descrição
	Objectivo Geral
	Responsável

O Gestor do Caso

O Director Técnico

Coordenador do Plano

Data

(preenchido a título de exemplo)

PROJECTO 1

Nome: Ricardo...

Descrição Projecto de leitura e escrita

Objectivo Geral Promover a capacidade para ler escrever

Objectivo Operacional Ler no final de 15 dias cinco frases simples correctamente

Estratégias **Partir daquilo que a criança sabe:**

- Pedir à criança que desenhe o que quiser
- Pedir que verbalize o que desenhou
- O adulto escolhe uma das frases do discurso da criança e pede que escreva
- A criança lê o que escreveu
- O adulto dá *feedback* à criança valorizando os aspectos positivos (por exemplo, “desenhas muito bem”, “bom trabalho”, etc.)

Responsável pelo Projecto Psicólogo

Gestor de Caso Assistente Social

Duração 15 dias

Datas previstas Início: 2 de Dezembro de 2004
Conclusão: 17 de Dezembro de 2004

Periodicidade 30 minutos por dia

CrITÉrios de avaliação Verificar se a criança consegue escrever cinco frases simples sem erros no final dos 15 dias.

Acompanhamento Pós-projecto Caso a criança consiga atingir o objectivo, desenvolver outro projecto com objectivos de maior dificuldade.

Custo do Projecto Não envolve custos

Orçamento disponível Não envolve custos

Gestor de Caso

Data

Responsável pelo Projecto

(preenchido a título de exemplo)

PROJECTO 2

Nome: Ricardo...

Descrição	Projecto de desenvolvimento pessoal e social
Objectivo Geral	Promover a auto-estima
Objectivo Operacional	No final de um mês conseguir identificar e atribuir a si próprio quatro qualidades positivas
Estratégias	Criar um espaço onde as crianças reconheçam qualidades umas às outras <ul style="list-style-type: none">• No final das actividades da manhã ou da tarde (conforme os horários escolares das crianças), em grupo, pedir a cada uma das crianças que refira uma qualidade positiva que tenha identificado, ao longo das actividades decorridas, sobre o colega que se encontra sentado à sua direita/esquerda.• O adulto medeia a discussão e regista o que cada criança diz.• No final de cada semana apresenta-se um gráfico, às crianças, com o registo dos elogios atribuídos.• Dar particular atenção à criança com um nível baixo de auto-estima e verificar se conseguem identificar, conforme o objectivo, pelo menos quatro qualidades pessoais a si próprias.
Responsável pelo Projecto	Psicólogo
Gestor de Caso	Assistente Social
Duração	1 mês
Datas previstas	Início: 2 de Janeiro de 2005 Conclusão: 2 de Fevereiro de 2005
Periodicidade	Diária, 30 minutos por dia
CrITÉrios de avaliação	Na última semana, pedir a cada criança que refira as suas qualidades positivas e verificar se houve um aumento significativo dos predicados que atribui a si própria (no mínimo 20%). Caso a criança consiga atingir o objectivo, desenvolver um outro projecto com objectivos de maior dificuldade.
Acompanhamento Pós-projecto	Caso a criança consiga atingir o objectivo, desenvolver um outro projecto com objectivos com um grau de dificuldade mais elevado.
Custo do Projecto	Não envolve custos
Orçamento disponível	Não envolve custos

Gestor de Caso

Data

Responsável pelo Projecto

(preenchido a título de exemplo)

PROJECTO 3

Nome: Ricardo...

Descrição	Projecto de integração na família
Objectivo Geral	Preparar a integração da criança junto do pai
Objectivo Operacional	Ser possível, no final de três meses, a integração filho junto do pai
Estratégias	Promover a aproximação entre pai e filho: <ul style="list-style-type: none">• Realizar uma visita a casa do pai para conhecer a sua companheira, o seu grau de aceitação face à criança e compreender a dinâmica e funcionamento do casal.• Estar presente (Assistente Social) nas visitas do pai à Instituição, no sentido de se perceber o real investimento de afecto no filho.• Mediar a relação entre pai e filho no sentido de aumentar a confiança e o conhecimento entre ambos.
Responsável pelo Projecto	Assistente Social
Gestor de Caso	Assistente Social
Duração	3 meses
Datas previstas	Início: 28 de Março de 2005 Conclusão: 30 de Junho de 2005
Periodicidade	Semanal
CrITÉrios de avaliação	Entrevista psicológica individual com a criança e com o pai, para perceber os sentimentos e as expectativas de cada um face à integração.
Acompanhamento Pós-projecto	Caso a criança e o pai tenham reunidas todas as condições (físicas, materiais e psico-emocionais) para a integração da primeira aos cuidados do segundo, proceder-se-á à efectiva integração, prevendo, posteriormente contactos telefónicos semanais durante o 1º mês, mensais no 2º e 3º mês e de 2 em 2 meses no futuro.
Custo do Projecto	Não envolve custos
Orçamento disponível	Não envolve custos

Gestor de Caso

Data

Responsável pelo Projecto

IT03.PC03 **Instrução de Trabalho — Aprovação do PSEI**

O PSEI depois de elaborado pela equipa técnica, sob supervisão do psicólogo, será levado à consideração da direcção técnica para ser aprovado. (IMP02.IT03.PC03 – Aprovação do Plano Sócio-Educativo Individual). O referido impresso deverá mencionar as necessidades, os recursos existentes e os obstáculos identificados (por exemplo, a inexistência de espaços adequados, a ausência de saberes técnicos nestas áreas e a carência de materiais pedagógicos).

Na eventualidade da direcção técnica não encontrar meios e recursos capazes de suprir as dificuldades identificadas, deverá assumir a sua resposta por escrito e mencionar a data em que prevê a reunião das necessárias condições. A direcção técnica deverá discutir com a equipa técnica alternativas e propostas de soluções, de forma a não inviabilizar a realização do PSEI. O parecer da direcção técnica deverá ser incluído no Processo Individual da criança/jovem em questão.

Da mesma forma, o Plano Cooperado de Intervenção será apresentado à direcção técnica do Lar para aprovação (IMP04.IT03.PC03 – Aprovação prévia dos Objectivos do Plano Cooperado de Intervenção). Só após a sua aprovação, a equipa técnica estará em condições de o propor à instituição destinatária para se proceder a uma negociação e, se necessário, reformulação do plano.

As duas instituições terão que encontrar soluções que não prejudiquem qualquer uma delas e chegar a um consenso.

IT04.PC03

Instrução de Trabalho — Avaliação do PSEI

Na elaboração de cada projecto e de acordo com os objectivos definidos, estabelecem-se os critérios de avaliação e o tempo em que o mesmo vai ser aplicado.

Os períodos de tempo estabelecidos dependem da natureza e complexidade da aprendizagem a realizar, das competências da criança/jovem e da consistência do programa para ser levado à prática.

Os projectos que integram o PSEI são avaliados no período definido para a sua realização.

Os critérios de avaliação devem ser redigidos de forma clara, objectiva e mensurável. Por exemplo, se se quiser intervir para diminuir ou atenuar os comportamentos agressivos que uma determinada criança/jovem apresenta diariamente, o critério de avaliação pode ser descrito da seguinte forma: “Manifestar apenas dois comportamentos de agressividade durante uma semana”.

A avaliação do PSEI é coordenada pelo psicólogo e realizada na presença dos técnicos do Lar intervenientes no processo (IMP03.IT04.PC03 – Avaliação do Plano Sócio-Educativo Individual).

Os resultados da avaliação devem ser partilhados com todas as entidades intervenientes no processo.

Para esta avaliação são tidos em consideração:

- As informações diárias do responsável pela criança/jovem;
- Os relatórios e informações relativas às actividades desenvolvidas no Lar;
- Os relatórios e informações provenientes de outras instituições.

O Plano Cooperado de Intervenção (PCI) será objecto da mesma metodologia de avaliação que o PSEI (IMP06.IT04.PC03 – Avaliação do Plano Cooperado de Intervenção).

Sempre que possível, os resultados da avaliação devem ser comunicados à família e a todos os serviços intervenientes e confrontados com a percepção das várias entidades sobre os progressos da criança/jovem.

IT05.PC03 Instrução de Trabalho — Reformulação do PSEI

Da avaliação realizada podem resultar duas situações:

- Os objectivos definidos foram alcançados na sua totalidade, tal como previsto aquando da elaboração do Plano;
- Os objectivos não foram alcançados.

A segunda hipótese exige que a equipa técnica reflecta e identifique as razões do insucesso do Plano aplicado. Com efeito, falamos de insucesso do Plano e não de insucesso da criança/jovem, dado que só muito raramente se verifica esta atribuição causal. Por exemplo, em caso de doença ou de ausência da criança/jovem por qualquer motivo.

Quando o Plano elaborado não atinge o sucesso esperado, pode acontecer uma das seguintes alternativas:

- As capacidades da criança/jovem não foram bem estimadas
- Os objectos estabelecidos são demasiado difíceis para a criança/jovem em questão
- As estratégias propostas não foram escolhidas de acordo com os interesses e capacidades da criança/jovem
- O Plano não foi aplicado com a consistência exigida

A reformulação do PSEI, resulta, então, da reflexão realizada e uma nova elaboração deverá corrigir as variáveis que contribuíram para a ausência de sucesso da intervenção.

Relativamente à revisão, o Plano Cooperado de Intervenção (PCI) será objecto da mesma metodologia que a utilizada na revisão do PSEI.

IT06.PC03

Instrução de Trabalho — Preparação da Saída da Instituição

O projecto de preparação para saída das crianças e dos jovens da instituição faz parte do PSEI e é regulada por uma medida de promoção e protecção através de um enquadramento jurídico.

Trata-se de uma instrução de trabalho essencial que deverá ser alvo de intervenção ao longo de todo o período de acolhimento. A saída do Lar deve estar sempre presente em função das seguintes alternativas:

- (Re)integração na família nuclear
- (Re)integração na família alargada
- Adopção
- Vida autónoma
- Confiança à guarda de 3.ª pessoa

Sabendo-se que o acolhimento institucional é por definição sempre temporário, importa:

- Dar à criança/jovem todas as informações necessárias para que ela possa elaborar o seu percurso, adequar expectativas e preparar-se interiormente para o regresso ou para uma mudança de contexto de vida;
- Antes do dia da saída e com tempo suficiente, programar uma festa, com o propósito de ritualizar a separação e a mudança, permitindo, desta maneira, à criança/jovem que vai deixar a instituição, aos seus pares, ao pessoal técnico e de apoio e à direcção, viver em conjunto um momento importante da vida institucional, podendo socializar as emoções e os sentimentos que a situação desencadeia;
- Dar força à possibilidade da criança/jovem visitar a instituição sempre que o desejar e manifestar o agrado que essa visita causaria a todos.

É natural que o tempo de acolhimento provoque uma forte ligação afectiva entre os técnicos e as crianças/jovens. A instituição deve estar atenta e proporcionar momentos de reflexão conjunta e a verbalização dos sentimentos de perda vividos por alguns dos elementos.

Da mesma forma, deve estar-se atento aos sintomas de ansiedade e angústia que algumas crianças ou jovens podem vir a manifestar, por um lado pela “perda” dos amigo(a)s (dos que saem), e por outro, porque não sabem quanto mais tempo terão, ainda, de permanecer na instituição.

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

N.º de Processo Interno:

Dados da situação escolar

Ano de escolaridade:

Ano do programa escolar seguido:

Estabelecimento de ensino:

Horário:

Professor(a)/Director(a) de turma:

Dados familiares

Pai ou substituto

Mãe ou substituta

Nome:

Nome:

Morada:

Morada:

Telefone:

Telémovel:

Telefone:

Telémovel:

Data de realização do PSEI:

Data de aprovação do PSEI:

Início de aplicação do PSEI:

Necessidades da criança/jovem

De natureza sócio-emocional:

De natureza sócio-familiar:

De natureza escolar:

Plano Sócio-Educativo Individual

Nome da criança/jovem:

Coordenador do Plano:

Projecto n.º 1

Descrição:

Objectivo geral:

Responsável

Projecto n.º 2

Descrição:

Objectivo geral:

Responsável

Projecto n.º 3

Descrição:

Objectivo geral:

Responsável

Projecto n.º ...

Descrição:

Objectivo geral:

Responsável

IMP01.IT02.PC03 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 3 de 3

PROJECTO N.º 1

Nome da criança/jovem

Descrição

Objectivo geral

Objectivo operacional

Estratégias

Responsável pelo projecto

Gestor de caso

Duração

Datas previstas

Periodicidade

Critérios de avaliação

Acompanhamento pós-projecto

Custo do projecto

Orçamento disponível

Gestor de Caso:

Data:

Responsável pelo Projecto:

Plano Cooperado de Intervenção

Identificação do Estabelecimento

IMP05.IT02.PC03 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 4

DESIGNAÇÃO DO PCI

Dados de Identificação do Lar

Designação do Lar:

Morada:

Telefone:

Nome do Director:

Nome do Responsável do Plano/Projecto:

Telefone:

Dados da Instituição Cooperante

Designação da Instituição:

Telefone:

Morada:

Nome do Director:

Telefone:

Nome do Responsável do Plano/Projecto:

Data de realização do PCI:

Data de aprovação do PCI:

Início da aplicação do PCI:

Plano Cooperado de Intervenção

IMP05.IT02.PC03 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 2 de 4

Identificação do Estabelecimento

Necessidades identificadas pelo Lar:

Recursos do Lar que possam contribuir para apoiar o plano/projecto de cooperação:

Recursos da Instituição:

Motivos da escolha da Instituição:

PROJECTO N.º 1

Descrição

Objectivo geral

Objectivos específicos

Responsável do Lar

Responsável da Instituição

PROJECTO N.º 2

Descrição

Objectivo geral

Objectivos específicos

Responsável do Lar

Responsável da Instituição

PROJECTO N.º ...

Descrição

Objectivo geral

Objectivos específicos

Responsável do Lar

Responsável da Instituição

Responsável pelo Plano:

Data:

A Direcção:

Plano Cooperado de Intervenção

Identificação do Estabelecimento

IMP05.IT02.PC03 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 4 de 4

PROJECTO N.º 1

Descrição

Objectivo geral

Objectivos operacionais

Estratégias

Responsável do Lar

Responsável da Instituição

Gestor de caso

Duração

Datas previstas

Periodicidade

Critérios de avaliação

Acompanhamento pós-projecto

Custo do projecto

Orçamento disponível

Responsável pelo Projecto

Data

Coordenador do Plano

Aprovado

Aprovado com as seguintes alterações:

Aprovado para iniciar em

Após garantidos os seguintes recursos:

- Humanos
- Materiais
- Financeiros

Não aprovado
Justificação:

Observações:

Identificação da criança/jovem

Nome:

Idade:

Data de nascimento:

PROJECTO N.º 1

Recursos humanos

Recursos materiais

Recursos financeiros

Responsável pelo projecto

Data prevista para a implementação

PROJECTO N.º 2

Recursos humanos

Recursos materiais

Recursos financeiros

Responsável pelo projecto

Data prevista para a implementação

PROJECTO N.º ...

Recursos humanos

Recursos materiais

Recursos financeiros

Responsável pelo projecto

Data prevista para a implementação

O Gestor de caso

Data:

O Psicólogo

Aprovação prévia dos objectivos do Plano Cooperado de Intervenção

Identificação do Estabelecimento

IMP04.IT03.PC03 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Necessidades identificadas pelo Lar	Instituição cooperante:
Objectivos identificados pelo Lar	Aprovados O Director Técnico: _____
	Não aprovados Justificação: _____ O Director Técnico: _____
Objectivos reformulados pelo Lar	Aprovados O Director Técnico: _____
	Não aprovados Justificação: _____ O Director Técnico: _____

O Técnico

Data:

PROJECTO N.º 1

Os objectivos operacionais foram atingidos?

- Sim
- Não

O tempo para a execução do projecto foi respeitado?

- Sim
- Não

Se não, justifique

Comportamentos não alterados:

Razões da não aprendizagem:

- Inerentes à elaboração do projecto — Quais? (objectivos, estratégias ou recursos inapropriados, etc.)

- Inerentes ao técnico responsável pela operacionalização do projecto — Quais? (Ausência de trabalho com a criança de acordo com o estabelecido, etc.)

- Inerentes à criança — Quais? (absentismo, fuga, doença, etc.)

- Outros factores — Quais?

Acompanhamento pós-projecto (Estratégias para a controlar a estabilidade das aprendizagens realizadas)

Necessidade de definição de novo projecto?

- Sim
- Não

Necessidade de reformulação do projecto?

- Sim
- Não

Projecto novo com objectivos de maior complexidade?

- Sim
- Não

Data de início do novo projecto:

O Técnico

Data

O Director Técnico

PROJECTO N.º 1

Os objectivos operacionais foram atingidos?

- Sim
- Não

O tempo para a execução do projecto foi respeitado?

- Sim
- Não

Se não, justifique

Comportamentos não alterados:

Razões da não aprendizagem:

- Inerentes à elaboração do projecto — Quais? (objectivos, estratégias ou recursos inapropriados, etc.)

- Inerentes ao técnico responsável pela operacionalização do projecto — Quais? (Ausência de trabalho com a criança de acordo com o estabelecido, etc.)

- Inerentes à criança — Quais? (absentismo, fuga, doença, etc.)

- Outros factores — Quais?

Acompanhamento pós-projecto (Estratégias para a controlar a estabilidade das aprendizagens realizadas)

Necessidade de definição de novo projecto?

- Sim
- Não

Necessidade de reformulação do projecto?

- Sim
- Não

Projecto novo com objectivos de maior complexidade?

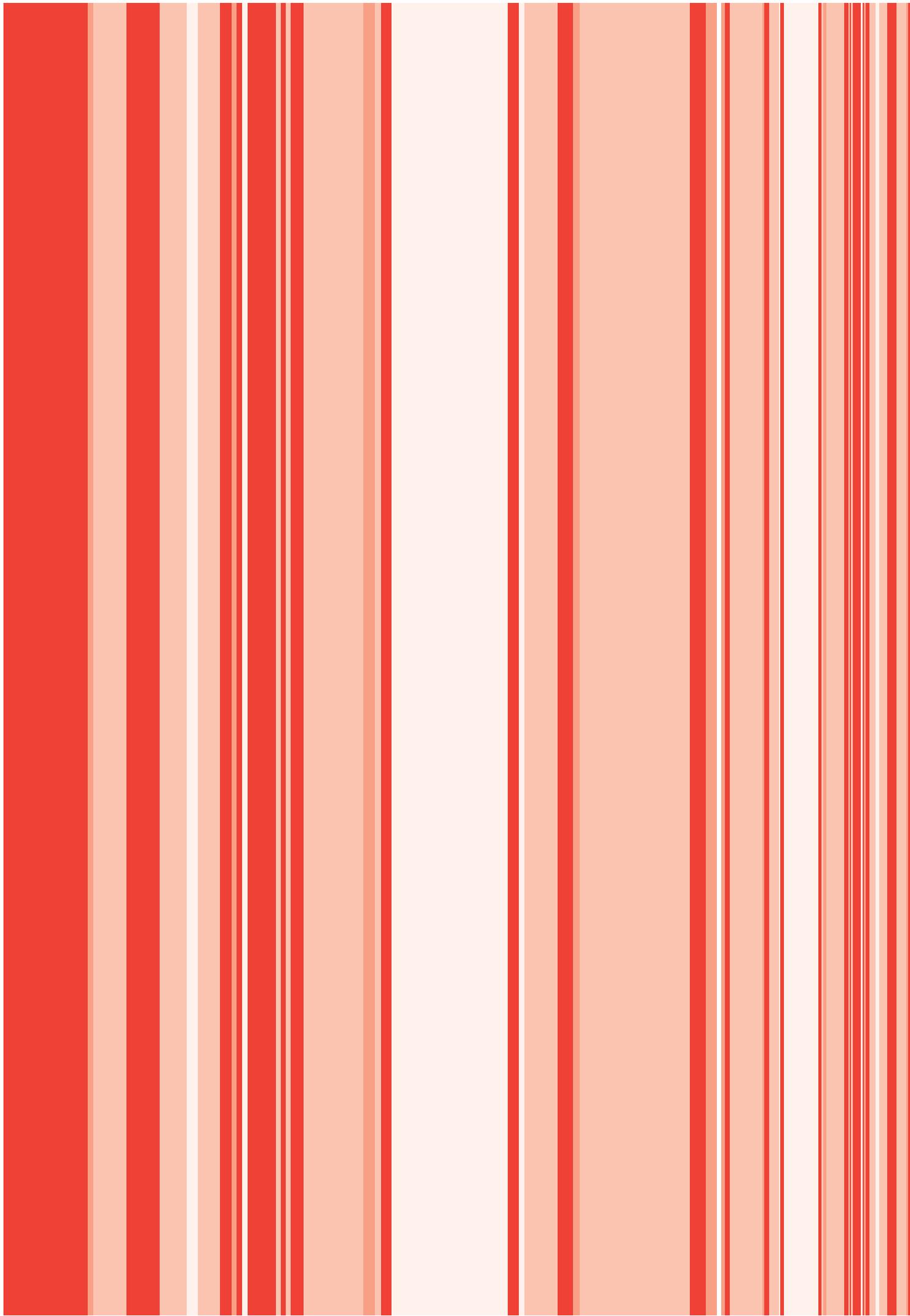
- Sim
- Não

Data de início do novo projecto:

O Técnico

Data

O Director Técnico



PC04
**Organização e Gestão
das Actividades
— Projecto Educativo**

PC04

Organização e Gestão das Actividades — Projecto Educativo

1. OBJECTIVO

Estabelecer orientações gerais e específicas para o planeamento, organização, gestão e avaliação do Projecto Educativo do Lar.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a todos os técnicos e colaboradores do Lar.

3. INDICADORES DO PROCESSO

São instrumentos essenciais para medir a eficácia das actividades planeadas e executadas tendo em vista o desenvolvimento global das crianças/jovens das actividades desenvolvidas e planeadas. A monitorização do processo será realizada mediante o controlo dos indicadores de avaliação, definidos no Modo Operatório.

4. MODO OPERATÓRIO

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
PSEI Objectivos consignados na lei IMP03.IT03.PC04	<pre> graph TD A([INÍCIO]) --> B[IDENTIFICAÇÃO DE OBJECTIVOS] B --> C[PLANEAMENTO DAS ACTIVIDADES] C --> D[IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DAS ACTIVIDADES] D -- 1 --> B D -- 2 --> C </pre>	Objectivos específicos	DT	GC + ET + EE	C/J	Para além dos objectivos atribuídos ao Lar, especificam-se neste ponto os objectivos específicos a desenvolver, bem como as capacidades e competências e desenvolver. Ver IT01.PC04 - Factores determinantes para uma intervenção eficaz e reparadora Ver IT02.PC04 - Qualidade profissional: Formação em serviço e saúde dos técnicos Ver IT03.PC04 - Actividades de Voluntariado Ver IT04.PC04 - Objectivos educacionais Ver IT05.PC04 - Capacidades e competências a desenvolver
Objectivos específicos		Plano de actividades elaborado	DT	GC + ET + EE	C/J	O projecto educativo é simultaneamente um projecto de formação pessoal e de preparação para a vida, na sua vertente mais determinante, a da adaptação pessoal e social às exigências que a sociedade coloca. Ver IT06.PC04 - Orientações para o projecto educativo
Plano de actividades elaborado IMP01.IT11.PC04 IMP02.IT11.PC04		Actividades realizadas Plano de Visitas Termo da responsabilidade da família	DT	GC + ET + EE + EA	C/J + S	<p><u>Princípios metodológicos para a intervenção:</u> A realização de actividades, utilizando meios apelativos, a promoção da auto-educação e da auto-realização da criança ou jovem como pessoa e a promoção da disciplina são determinantes à prossecução dos objectivos educacionais.</p> <p><u>Princípios gerais a observar para a gestão das actividades, dos grupos e dos comportamentos.</u> Sugere-se neste ponto, estratégias para a implementação de actividades educativas e terapêuticas, bem como para a gestão eficaz do grupo de crianças/jovens. Ver IT07.PC04 - Princípios metodológicos para a intervenção</p> <p><u>Gestão de actividades e grupos:</u> Guiões para a gestão de actividades e grupos de crianças, comportamentos disruptivos. Ver IT08.PC04 - Gestão de actividades e grupos</p> <p><u>Planeamento e avaliação semanal de actividades:</u> O modelo educativo preconiza que o planeamento, a gestão, a organização e a avaliação das actividades e das relações interpessoais sejam realizados em cooperação por todas as crianças/jovens e adultos que integram a comunidade institucional. O planeamento e a avaliação das actividades são realizados em grupo e funcionam como um regulador do desempenho e da vida afectiva do grupo. Ver IT09.PC04 Planeamento e avaliação das actividades</p> <p><u>Programas e actividades:</u> Planeamento e organização das actividades de vida diária, tendo em conta a necessidade das crianças/jovens em risco beneficiarem de actividades desportivas e culturais e dos valores intrínsecos à sua realização. Ver IT10.PC04 - Programas e Actividades</p> <p><u>Actividades da vida diária:</u> Orientações para a gestão dos vários aspectos da vida diária dentro da instituição. Ver IT11.PC04 - Actividades da vida diária</p>

4. MODO OPERATÓRIO (CONT.)

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
Actividades Realizadas	<pre> graph TD 1((1)) --> OK{OK?} OK -- SIM --> FIM([FIM]) OK -- NÃO --> REFORM[REFORMULAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO] REFORM --> 2((2)) </pre>	Objectivos atingidos	DT	GC + ET + EE	C/J	Aprovação: O PE é um documento onde estão presentes: o contexto institucional, as estratégias socioeducativas, os objectivos, os recursos, a identificação de actividades e tempo, e os processos que estiverem na base da sua elaboração

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrada	Origem
<ul style="list-style-type: none"> • Projecto Educativo • Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI) • Plano Cooperado de Intervenção (PCI) 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa técnica do Lar
Saída	Destino
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento dos objectivos educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa educativa do Lar • Equipa técnica do Lar • Entidades constantes no PSEI • Entidades constantes no PCI
Documentos de Referência	
Instruções de trabalho	Impressos
IT01.PC04 – Factores determinantes de uma intervenção eficaz e reparadora	
IT02.PC04 – Qualidade profissional: Formação em Serviço e Saúde dos funcionários	
IT03.PC04 – Actividade de Voluntariado	IMP03.IT03.PC04 – Termo de Adesão ao Serviço Voluntário
IT04.PC04 – Objectivos educacionais	
IT05.PC04 – Capacidades e competências a desenvolver	
IT06.PC04 – Orientações para o projecto educativo	
IT07.PC04 – Princípios metodológicos para a intervenção	
IT08.PC04 – Gestão de actividades e grupos	
IT09.PC04 – Planeamento e Avaliação das actividades	
IT10.PC04 – Programas e actividades	
IT11.PC04 – Actividades da vida diária	IMP01.IT11PC04 – Plano de Visitas IMP02.IT11PC04 – Termo de responsabilidade de saída da criança /jovem
IT12.PC04 – Desenvolvimento de valores	
IT13.PC04 – Os brinquedos	
IT14.PC04 – A Mesada: uma forma de aceder à auto-construção	
IT15.PC04 – Orientações a observar perante situações de fuga	
IT16.PC04 – Orientações a observar perante comportamentos desviantes	
Indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> • Grau de cumprimento dos objectivos educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de objectivos educacionais cumpridos por ano lectivo/número total de objectivos educacionais estabelecidos por ano lectivo X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de participação de crianças e jovens em programas e actividades do Lar 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de crianças e jovens que participaram em programas e actividades do Lar /número total de crianças e jovens do Lar X 100
<ul style="list-style-type: none"> • Grau de desviância 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de crianças e jovens com comportamentos desviantes e fugas/número total de crianças e jovens do Lar X 100
Gestor do processo	
Director(a) Técnico(a)	

IT01.PC04

Instrução de Trabalho – Factores Determinantes para uma Intervenção Eficaz e Reparadora

1. O AMBIENTE INSTITUCIONAL E O MEIO ENVOLVENTE

Uma instituição de acolhimento é um estabelecimento onde uma criança/jovem vai passar meses e, por vezes, até mesmo anos da sua vida. É, por isso, importante que neste contexto encontrem um ambiente saudável promotor de bem-estar e segurança. É importante que existam espaços interiores que permitam que cada criança/jovem tenha a sua privacidade e outros com dimensões suficientes para os encontros sociais entre o grupo, assim como um espaço exterior onde possam praticar actividades lúdicas e desportivas. As condições físicas têm um grande impacto nas crianças/jovens, sobretudo ao nível da sua saúde mental e da sua auto-estima.

O ambiente e o conforto de qualquer tipo de instituição de acolhimento, deve aproximar-se, tanto quanto possível, do de uma habitação de família. A atenção e o cuidado prestado a este nível desempenham uma função muito importante, é fundamental que a criança/jovem, logo desde o primeiro momento de contacto com a instituição, percepcione conforto e bem-estar. Esta primeira impressão vai influenciar a forma como se vai adaptar e vivenciar a experiência de acolhimento. Deve, assim, identificar-se todos os elementos e pormenores que poderão ter uma influência positiva na criança/jovem (quer seja o design, a arquitectura, a decoração, a organização, a higiene, etc., ou mesmo as características e qualidades pessoais e profissionais dos técnicos). É também importante que os técnicos se sintam bem na instituição para que criem condições de conforto

**IT01.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO – FACTORES DETERMINANTES
PARA UMA INTERVENÇÃO EFICAZ E REPARADORA**

à criança/jovem. A qualidade dos cuidados prestados depende, deste modo, também do conforto percebido. O bem-estar colectivo permite o surgimento de rotinas, atitudes e relações de melhor qualidade entre os técnicos e a criança/jovem.

A localização da instituição, a arquitectura da casa e o tamanho devem ser adequados à satisfação das crianças/jovens acolhidos, bem como promotores de um ambiente estimulante e fomentador de desenvolvimento:

- A localização deve permitir um acesso fácil aos transportes, à escola, às instituições de saúde, culturais e desportivas.
- O tamanho do espaço físico é de uma enorme importância: não pode ser demasiado pequeno a ponto de provocar na criança/jovem a sensação de estar limitado, nem demasiado grande ao ponto de se sentir perdida, demasiado pequena, sem dimensão humana.
- O contexto físico da casa deve ser adequado, de boa qualidade e facilitador da vida institucional.
- A decoração e o equipamento mobiliário devem permitir à criança/jovem uma vida tão normal quanto possível, e deve ter acesso a todas as partes da casa, sem qualquer tipo de risco.
- A casa deve estar equipada e decorada de forma a criar um ambiente agradável, adequado ao número, género, necessidades especiais, idade, cultura e etnia das crianças e jovens acolhidos.
- O traçado, a divisão do espaço e a sua utilização devem ser pensados de forma a não comprometer os cuidados individuais e a privacidade da criança/jovem.
- As funções da casa devem ser apenas as resultantes dos objectivos a que ela se destina.

2. ETHOS E CLIMA INSTITUCIONAL

Durante a permanência da criança/jovem é essencial que lhe seja transmitida a importância de se viver de forma saudável. Para isso, os técnicos terão que apresentar uma conduta positiva, ao mesmo tempo que fazem com que a criança/jovem reconheça a importância de atitudes, de modo a ter uma vida saudável. A criança/jovem deve ter a noção de que os seus comportamentos e opções têm impactos nas áreas da sua saúde, pelo que deve ser encorajada, sempre que possível, a tomar decisões que impliquem a sua condição de saúde, de forma a que, quando já não se encontrar institucionalizada, não ser dependente de outras pessoas. É importante proporcionar discussões em torno de questões como o tabagismo, o alcoolismo ou o consumo de drogas.

IT01.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO – FACTORES DETERMINANTES PARA UMA INTERVENÇÃO EFICAZ E REPARADORA

3. RITMOS, RITUAIS E ROTINAS

Ritmos, rituais e rotinas são práticas organizadoras e fundamentais na vida institucional.

A rotina refere-se à estruturação de tarefas que se programam e se desenvolvem ao longo do dia. Deve, contudo, estar-se atento para que as rotinas não se tornem repetitivas. As rotinas decorrem da vida diária e das suas necessidades e não de regras impostas pelo exterior ou inscritas num livro, mas sem sentido.

Os rituais são, essencialmente, encontros entre a criança/jovem e os profissionais com particular significado para cada uma das partes. Entre os rituais mais comuns estão as formas como a criança/jovem se levanta diariamente, como é cumprimentada pelos adultos da casa, através de gestos ou acções (levantar o braço e bater com a palma da sua mão na palma da mão da criança/jovem). Tudo isto contribui para a construção de hábitos de natureza pessoal e não funcional.

Os rituais são formas de ligação e de comunicação entre pessoas.

4. AMBIENTE EDUCACIONAL

As instituições são responsáveis pela criação de condições que possibilitem um contexto enriquecedor e estimulante para as diferentes aprendizagens, o que inclui:

- Oportunidade dos técnicos adquirirem conhecimentos e treino em contexto de escolarização.
- Procedimentos práticos e acordos que permitam o progresso educativo (por exemplo, por um estreito canal de comunicação com as escolas).

Na prática, envolve o suporte oferecido para a realização dos trabalhos de casa e do estudo acompanhado.

Por muitos recursos que existam o mais importante são os valores e as atitudes transmitidas pelos técnicos. Só através da correcta utilização de recursos se consegue uma mudança de atitudes na criança/jovem.

**IT01.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO – FACTORES DETERMINANTES
PARA UMA INTERVENÇÃO EFICAZ E REPARADORA****5. CUIDADOS DIÁRIOS**

A qualidade do acolhimento e dos cuidados prestados numa instituição depende do trabalho dos seus técnicos. Em primeiro lugar, é necessário ter uma equipa qualificada e preparada para trabalhar neste contexto. Em segundo lugar, é necessário que os técnicos disponibilizem tempo para planear os dias da criança/jovem (incluindo as rotinas diárias, tais como as refeições e os momentos de descanso). Caso esse plano não seja devidamente programado e gerido, os técnicos acabarão por ter que tomar decisões improvisadas, o que, certamente, não garante os melhores resultados. A organização é essencial para que os técnicos se sintam mais seguros e para que transmitam à criança/jovem a calma e disponibilidade. Apesar dos técnicos efectuarem o planeamento das actividades a realizar, em circunstâncias especiais é, por vezes, necessário tomar decisões imprevistas mas conscientes, no sentido de que se continue a garantir o controlo das situações. Nestas ocasiões, deve dar-se uma explicação à criança/jovem, visto poderem existir expectativas anteriores que não poderão ser realizadas.

Existem sete componentes essenciais para os cuidados diários de qualquer criança/jovem:

- Conforto físico
- Reconhecimento e resposta aos diferentes temperamentos individuais
- Interações frequentes entre a criança/jovem e os técnicos
- Capacidade de previsibilidade e antecipação
- Dependência e sentimentos de pertença
- Treino de comportamento personalizado
- Apoio aos técnicos sempre que necessário

Os técnicos têm a obrigação de fazer com que as rotinas e as condições da vida diária sejam benéficas, em primeiro lugar, para a criança/jovem, mas também para si próprios. Para tal, é necessário reflectir sobre as rotinas e as estratégias utilizadas na prestação de cuidados. Por exemplo, reflectir sobre a maneira mais adequada para lidar com uma criança/jovem que necessita de mais tempo para realizar as tarefas, em geral, ou uma tarefa em particular: apressá-la é contraproducente, pelo que a equipa terá de contar com esse ritmo e antecipar estratégias que possam minimizar a situação e ajudá-la a melhorar.

Os técnicos têm de planear rotinas, de forma a facilitar a gestão e concretização das tarefas. É necessário que existam regras e horários estabelecidos para iniciar e terminar as tarefas, para que as mesmas sejam realizadas de forma tranquila para todos. Por exemplo, as refeições devem ser conjuntas entre as crianças/jovens e os técnicos e iniciadas ao mesmo tempo; quer as crianças/jovens, quer os técnicos terão de pedir licença para sair da mesa quando terminam a refeição. Uma vez interiorizadas as normas de interacção, todos os momentos partilhados podem tornar-se experiências agradáveis de partilha e de socialização.

IT01.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO – FACTORES DETERMINANTES PARA UMA INTERVENÇÃO EFICAZ E REPARADORA

Uma vez que se trabalha no contexto de vida diário das crianças e dos jovens, os momentos em que se concretizam as tarefas de rotina são uma excelente oportunidade para que os técnicos promovam a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais na criança/jovem e de concretização de projectos de desenvolvimento sócio-educativo individual. Este género de intervenção exige uma reflexão cuidada sobre o modo como se poderá associar as tarefas diárias aos objectivos pedagógicos de modo a permitir a normalização da vida quotidiana. Isto significa que para trabalhar aspectos de foro pessoal (como o controlo da agressividade) não sejam apenas desenvolvidos programas específicos. A intervenção em contexto natural de vida da criança/jovem encontra-se sujeita às oportunidades que surgem, pelo que se deve favorecer a estimulação de um sem número de competências essenciais para as dinâmicas e/ou actividades em execução.

6. PARA UMA INTERVENÇÃO REFLECTIDA

É necessário criar uma comunidade onde crianças/jovens e adultos cresçam diariamente, partilhando o mesmo espaço vivencial. Podemos referir os princípios da pedagogia social que preconiza que a centralidade é a criança/jovem, vista como um todo e com o suporte necessário ao seu desenvolvimento.

A intervenção em contexto natural de vida da criança/jovem encontra-se sujeita às oportunidades que surgem, pelo que se favorece a estimulação de um sem número de competências essenciais para o desenvolvimento de dinâmicas e/ou de actividades em execução:

- Crianças/jovens e adultos vivem no mesmo espaço e não estão sujeitos a uma hierarquia.
- Os profissionais têm, obrigatoriamente, de reflectir sobre a sua prática e promover a compreensão e conhecimento teórico
- A formação em serviço deve centrar-se nas questões do dia-a-dia da criança/jovem
- A vida associativa da criança/jovem é um recurso muito importante, pelo que os profissionais devem promover a realização de actividades de grupo
- A pedagogia é construída sob a compreensão dos direitos da criança/jovem
- A intervenção é construída através da acção dos técnicos, da contribuição de outros, membros da comunidade local e familiares e, em especial, com os pais
- As intervenções focalizadas no desenvolvimento e manutenção das interacções devem ser consideradas prioritárias, mais do que as intervenções orientadas para o controlo dos comportamentos
- Os profissionais têm que acreditar que o significado do comportamento manifestado pela criança/jovem é mais importante do que o seu próprio comportamento. Isto requer

**IT01.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO – FACTORES DETERMINANTES
PARA UMA INTERVENÇÃO EFICAZ E REPARADORA**

um profundo conhecimento e treino para reconhecimento das diferentes manifestações de dificuldades e de recolha de informação do dia-a-dia para dar corpo aos planos de desenvolvimento sócio-educativo e assegurar que as necessidades de desenvolvimento individual são consideradas e trabalhadas

- Conhecer as diferentes manifestações e significados dos comportamentos é um poderoso instrumento para formular intervenções que irão ajudar a criança/jovem a compensar as vivências do passado, aprendendo novos padrões de interacção que, no futuro, lhes proporcionarão relações sociais saudáveis.

IT02.PC04

Instrução de Trabalho — Qualidade Profissional: Formação em Serviço e Saúde dos Funcionários

1. QUALIDADE PROFISSIONAL - FORMAÇÃO EM SERVIÇO

Uma intervenção efectiva exige aos adultos um forte compromisso com crianças e jovens, níveis altos de auto-confiança e de responsabilidade e uma grande consciencialização.

Um bom profissional nesta área tem, igualmente, que ter uma visão alargada do contexto, uma compreensão da criança/jovem com quem trabalha e um grande conhecimento sobre as questões ou situações que caracterizam a vida da criança/jovem. Por último, é importante que a partilha e o trabalho conjunto progridam no espaço de vida institucional.

Os profissionais terão que estar preparados para desenvolver relações que venham “reparar” experiências relacionais anteriores e mal sucedidas. Reparar relações disfuncionais e criar condições que permitam que as crianças e os jovens experimentem novos padrões relacionais é o objectivo central da intervenção.

As alterações de comportamentos sociais dependem das qualidades e das intervenções dos técnicos e de outro pessoal que lida no dia-a-dia com estas crianças/jovens.

As relações devem ser estruturadas numa base de abertura e honestidade. Os profissionais devem ser treinados e formados para racionalizar os comportamentos, não fazer juízos de valor, nem ter reacções agressivas, ter capacidade para mediar as relações, sentimentos e problemas entre as crianças/jovens e os seus familiares.

**IT02.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — QUALIDADE PROFISSIONAL:
FORMAÇÃO EM SERVIÇO E SAÚDE DOS FUNCIONÁRIOS**

Para assegurar que as relações entre os técnicos e os demais colaboradores da instituição se revelem adequadas e de acordo com os propósitos da instituição, é necessário que no plano individual, os profissionais tenham capacidade de auto-reflexão e de auto-consciencialização e que compreendam o significado do que acontece a cada momento na relação com as crianças/jovens. Por exemplo, é muito importante perceber como é que o poder e a relação assimétrica são factores, ou não, de promoção do respeito e da confiança nas crianças e nos jovens.

Isto exige uma reflexão pessoal sobre as próprias necessidades e motivações em situações particulares. Para além da reflexão individual, é preciso que a equipa se submeta a uma supervisão técnica e a um processo de formação em exercício.

2. SAÚDE E BEM-ESTAR DOS TÉCNICOS

Para se obterem resultados satisfatórios ao nível do estado de saúde das crianças e dos jovens numa instituição, é exigido que os técnicos se apresentem, também eles, saudáveis e com atitudes positivas. Sem a presença desta condição não é possível modelar os comportamentos das crianças/jovens no sentido de os tornar atentos à sua saúde. Para tal, terão de existir boas condições de trabalho para os técnicos, supervisão do seu trabalho e oferta de apoio psicológico e emocional.

Um contexto positivo e confortável para as crianças/jovens é um contexto positivo e confortável para os técnicos que aí trabalham. Numa cultura onde as necessidades de saúde das crianças e dos jovens são prioritárias, também as necessidades de saúde dos técnicos o são, já que só dessa forma existem condições para a prestação de melhores cuidados.

Bibliografia recomendada:

- Grave-Resendes, L., Soares, J. (2002). Diferenciação Pedagógica. Lisboa. Universidade Aberta.
Smith, M, Forrest, B., Garland, P. & Hunter L. (2005). Secure in the knowledge: Perspectives on practice in secure accommodation.
Ward, A. (2006). Models of “ordinary” and “special” daily living: matching residential care to the mental-health needs of looked after children. *Child and family social work* (11). P. 336-346.

IT03.PC04

Instrução de Trabalho — Actividade de Voluntariado

Toda a actividade de voluntariado terá de ser estabelecida com base no enquadramento jurídico definido na legislação actual.

São muitos os ganhos decorrentes da actividade de voluntariado. Assim, os voluntários:

- Desenvolvem competências pessoais e profissionais;
- Descubrem novas potencialidades;
- Aumentam o círculo social;
- Participam na construção de uma sociedade solidária e justa.

E as instituições:

- Rentabilizam e ampliam os serviços prestados ao público beneficiário;
- Fortalecem os programas e serviços já existentes;
- Actualizam-se porque adquirem novas capacidades, talentos e conhecimentos;
- Podem aumentar os fundos e recursos;
- Crescem em conhecimento, credibilidade e em reconhecimento social.

1. ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA ACTIVIDADE DE VOLUNTARIADO

A actividade de voluntariado terá de estar de acordo com o regulamento interno e o projecto educativo da instituição, para além de requerer coordenação para que não seja prejudicial ao funcionamento das actividades institucionais.

A selecção, integração e coordenação dos voluntários deve ser efectuada pelo psicólogo e pela direcção técnica do Lar.

IT03.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADE DE VOLUNTARIADO

2. FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DA ACTIVIDADE DE VOLUNTARIADO**• Planeamento**

Antes de iniciar as acções e projectos de voluntariado, a equipa técnica terá que se reunir para elaborar um plano de voluntariado de acordo com o Projecto Educativo do Lar.

Previamente à elaboração do plano, devem definir-se as necessidades sentidas a nível pedagógico e de infra-estrutura, bem como ter em conta o perfil dos voluntários e o tipo de participação que poderão ter (isto é, directrizes, estratégias e objectivos).

O planeamento é um instrumento que visa potencializar o trabalho de voluntariado, pelo que deverá ser avaliado semanalmente e reformulado, se necessário.

• Acolhimento do voluntário

É fundamental que o primeiro contacto seja amigável, pois só dessa forma poderá criar uma parceria.

Para se construir, conjuntamente, uma proposta de trabalho, é fundamental estabelecer-se um diálogo aberto entre o voluntário e a equipa técnica, onde seja apresentada a filosofia, as necessidades e as prioridades da instituição. O voluntário, por sua vez, deverá expressar as suas expectativas, intenções e potencialidades.

• Acção e termo de adesão do voluntário

Antes do início da acção do voluntário terá de ser preenchido um Termo de Adesão (ver IMP01.IT03.PC04 - Termo de Adesão ao Serviço Voluntário) que será assinado pelo voluntário, pela direcção técnica e pelo psicólogo (enquanto coordenador do trabalho do voluntário).

É importante orientar o voluntário sobre o funcionamento do Lar, sobre a missão da instituição, os seus valores, a sua cultura, bem como sobre as actividades a serem desempenhadas pelo voluntário (em muitos casos há necessidade de formação específica).

O voluntário deve ser elucidado sobre os seus direitos e responsabilidades e ter a possibilidade de colocar todas as suas questões.

É importante referir que o voluntário tem direito a:

- Desempenhar uma tarefa que o valorize e que seja um desafio para o desenvolvimento de capacidades;
- Receber apoio no trabalho que desempenha (capacitação, supervisão e avaliação técnica);

IT03.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADE DE VOLUNTARIADO

- Ter a possibilidade da integração na instituição onde presta serviços, tendo as mesmas informações que o pessoal remunerado e definições claras de tarefas e responsabilidades;
- Dar o seu contributo em decisões para os projectos onde se encontra envolvido;
- Contar com os recursos indispensáveis para o trabalho voluntário;
- Ser respeitado nos termos acordados quanto à sua dedicação, tempo doado, etc.;
- Ter reconhecimento e estímulo;
- Ter oportunidade para o melhor aproveitamento de suas capacidades, recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com os seus conhecimentos, experiências e interesses;
- Beneficiar de um ambiente de trabalho favorável, por parte do pessoal remunerado da instituição.

Todo o voluntário tem a responsabilidade de:

- Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços (a fim de trabalhar tendo em conta essa realidade social) e as tarefas que lhe foram atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja actuar, conforme os seus interesses, objectivos e capacidades pessoais, garantindo um trabalho eficiente;
- Ser responsável pelo cumprimento dos compromissos assumidos livremente como voluntário;
- Comprometer-se simplesmente pelo que pode realizar;
- Respeitar os valores e as crenças das pessoas com quem trabalha;
- Aproveitar as situações e possibilidades oferecidas com uma atitude aberta e flexível;
- Trabalhar de forma integrada e coordenada com a instituição;
- Manter sigilo absoluto sobre os assuntos confidenciais;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão do seu trabalho;
- Recorrer ao bom senso para resolver imprevistos, para além de informar os respectivos responsáveis.

É necessário definir, desde logo, por quem e de que forma será feita a supervisão do trabalho do voluntário. Essa supervisão tem por objectivo estabelecer limites e responsabilidades, discutir as bases teóricas e técnicas do trabalho e acompanhar o desempenho do voluntário; sendo uma forma de valorizar e reconhecer a sua contribuição. Não se trata de algo negativo ou punitivo. Faz parte de uma boa gestão e serve como método de avaliação, visando a definição de possíveis adaptações nas actividades e o potenciar de toda a equipa. É muito importante que cada voluntário se sinta orientado e que tenha a real consciência da necessidade e utilidade do seu trabalho.

É fundamental que as actividades desenvolvidas pelo voluntário sejam contratualizadas com a direcção através de um termo de adesão assinado por ambas as partes (IMP03.IT03.PC04).

IT03.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADE DE VOLUNTARIADO

Plano de Acção do Voluntário

Nome do Voluntário:

Supervisor:

Área de Actuação:

Coordenador de Área:

Dias e Horários de Trabalho:

Duração:

Definição de funções:

O voluntário deverá efectuar semanalmente um relatório onde deve constar:

- Os projectos em que participou,
- As actividades que desenvolveu durante a semana,
- Uma reflexão sobre a sua intervenção;
- Uma avaliação do trabalho desenvolvido;
- Apresentação de obstáculos e sugestões (novos projectos, objectivos, actividades, estratégias, etc.) no sentido de melhorar e otimizar o trabalho para a semana seguinte.

O supervisor deverá dar um *feedback* sobre o desenvolvimento do seu trabalho ao longo da semana e propor novas ideias e estratégias para alcançar os objectivos propostos para a semana seguinte.

Orientações para o acompanhamento do trabalho de voluntariado

- Para o aperfeiçoamento contínuo das actividades, é fundamental estabelecer-se um processo de acompanhamento das actividades desenvolvidas;
- O sucesso das iniciativas depende, em muito, da motivação dos voluntários, pelo que é essencial dar-se *feedback* e reconhecer-se o trabalho realizado;
- Dar responsabilidades ao voluntário e reconhecer, perante os outros técnicos, o seu contributo;
- Promover a sintonia entre a comunidade escolar e os voluntários é factor primordial para o sucesso do projecto. A fim de promover tal sintonia, sugerem-se as seguintes estratégias de integração:
 - Realizar encontros com os funcionários para discutir os projectos e o programa de voluntariado na instituição;
 - Criar oportunidades para os funcionários e voluntários estarem juntos em reuniões, eventos sociais, etc.;
 - Reconhecer o apoio dos restantes técnicos e da direcção aos voluntários;
 - Partilhar metas, objectivos e resultados com voluntários e com a comunidade institucional.

IT03.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADE DE VOLUNTARIADO

3. PROCURA DE PARCEIROS LOCAIS E COMUNITÁRIOS

Os parceiros locais dão o apoio necessário para a sustentabilidade de muitos projectos realizados nas instituições. Constroem relações de colaboração entre entidades públicas ou privadas e o Lar.

A relação da parceria requer diálogo, sendo necessário equacionar expectativas e estratégias que possibilitem compensações para ambas as partes.

Existem parceiros que podem contribuir com sua experiência em determinada área de actuação, bem como doar serviços, recursos materiais ou financeiros para a realização de eventos e actividades.

Para facilitar o estabelecimento de parcerias, deve-se:

- Procurar inicialmente o apoio de empresas e instituições localizadas nas proximidades da instituição;
- Promover eventos na instituição e convidar os possíveis parceiros, para que conheçam os projectos onde podem participar (projectos de promoção da leitura, projectos de saúde e qualidade de vida, projectos de desporto, projectos de informática, projectos de trabalhos manuais, etc.).

IT04.PC04 Instrução de Trabalho — Objectivos Educacionais

O Projecto Educativo deve ter em conta que as actividades a desenvolver integram simultaneamente o PSEI elaborado e as necessidades impostas pela instituição escolar, deverá ser orientado para promover:

- O desenvolvimento global da criança/jovem com respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- A criação de oportunidades de organização e apoio ao trabalho intelectual e à aquisição de saberes;
- O desenvolvimento da expressão e da comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- O desenvolvimento da capacidade de resiliência;
- O desenvolvimento pessoal e social, designadamente do espírito crítico, da autonomia e da responsabilização progressiva, através da participação e do trabalho cooperativo;
- A educação para os valores e para o saber ser em detrimento do saber ter;
- A inserção da criança/jovem em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas;
- A participação das famílias no processo educativo e o estabelecimento de relações de efectiva colaboração com a comunidade.

IT05.PC04

Instrução de Trabalho — Capacidades e Competências a Desenvolver

1. A COMUNICAÇÃO

Comunicar não é só falar por palavras. Tudo em nós comunica: os gestos, as expressões faciais, o olhar, a entoação, o silêncio, a aparência exterior... Mesmo sem querermos, mesmo sem abriremos a boca, comunicamos, porque comunicar é agir.

Comunicar é, também, verbalizar sentimentos, emoções, dores físicas e psíquicas. É necessário falar do que se vê, do que se ouve, do que se sente. Falar dos cheiros, dos sabores, dos toques da pele, das sensações orgânicas, dos prazeres, das dores.

Em situações marcadamente assimétricas, como a do educador-educando, o nível de compreensão, de empatia, a dimensão relacional são decisivos para o sucesso ou insucesso dos actos educativos.

Um educador deve procurar compreender os desejos da criança/jovem e ajudá-la a trazê-los à linguagem, ou seja, ajudá-la a atribuir sentido aos seus desejos, temores, receios escondidos.

Permitir que esses desejos acedam ao simbólico é contribuir para um nível de satisfação bem mais essencial do que a sua redução a uma necessidade imediatamente saciável e, por isso, rapidamente morta. O desejo deve ser vivido e elaborado na linguagem e, desse modo, permanecerá vivo.

Para comunicar é necessário um profundo respeito pelo outro, não interromper, não questionar, reformular o que foi dito, ser empático e atento.

**IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS
A DESENVOLVER****2. AS HABILIDADES PESSOAIS E SOCIAIS E A AQUISIÇÃO DE VALORES**

As actividades podem desempenhar o inerente papel de educação pró-social nas crianças e nos jovens. Os adultos que exibem atitudes e comportamentos socialmente desejáveis, que comunicam, de forma clara, com as crianças/jovens sobre regras, princípios e comportamentos esperados, tendem a construir e a reforçar a prática desses mesmos valores. É de extrema importância que os técnicos sejam coerentes entre o que explicam e ensinam e o seu próprio comportamento (caso os adultos digam uma coisa e pratiquem outra, a criança/jovem tende a construir o seu comportamento em conformidade com o que observa e não com o que lhe foi dito).

Durante as actividades é, ainda, possível a identificação de comportamentos desajustados e ajustados. Um programa de actividades bem planeado e implementado é um excelente meio para trabalhar as competências sociais e de desenvolver os seguintes valores:

- Respeito: Agir, tendo em atenção o outro
- Paciência: Esperar, reflectir e ter esperança
- Constância: Ser perseverante nos projectos e realizações
- Prudência: Saber avaliar os meios de que se dispõe para se conseguir o que queremos
- Civismo: Assumir comportamentos de respeito pelos outros
- Responsabilidade: Responder pelo que fazemos, dar uma razão para os actos que se praticam
- Ordem: Pôr as coisas no lugar de forma lógica (desenvolver a capacidade de classificar e ordenar)
- Sinceridade: Expressar o que interiormente se sente ou pensa
- Confiança: Acreditar em nós próprios e nos outros
- Diálogo: Trocar ideias
- Tolerância: Suportar; ter paciência perante os erros e falhas dos outros
- Criatividade: Ter capacidade de fazer a partir do nada; de fazer uma coisa nova
- Cooperação: Colaborar, contribuir para um bem comum
- Compaixão: Sofrer com o outro
- Generosidade: Gostar de dar e de “se dar”
- Amizade: Gosta do outro; querer bem ao outro
- Liberdade: Ser e actuar em consequência dos nossos valores
- Justiça: Ser exacto; dar a cada um o que é seu
- Paz: Estar de acordo, dialogar, aproximar-se do outro com afecto, sem violência
- Alegria: Manifestar felicidade. Transmitir o sentimento de bem-estar

IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS**A DESENVOLVER****3. A AUTO-ESTIMA****3.1. As componentes da auto-estima**

A auto-estima é composta por quatro componentes: **os sentimentos de segurança e de confiança, o auto-conhecimento, o sentimento de pertença a um grupo e o sentimento de competência.** Os sentimentos de segurança e de confiança são pré-requisitos para a auto-estima. Com efeito, é primeiramente necessário sentir e viver para se estar disponível e aprender o que é necessário para alimentar a auto-estima. O mesmo não acontece com as três outras componentes. Podemos estimular o auto-conhecimento, o sentimento de pertença e o sentimento de competência em todos os estádios do desenvolvimento, em todos os períodos da vida, mediante atitudes adequadas e meios concretos. É portanto necessário dar uma importância especial à segurança e à confiança. Descreveremos as quatro componentes da auto-estima nos títulos que se seguem.

3.2. Auto-estima, amor-próprio e auto-afirmação

Que relações existirão entre auto-estima e amor-próprio? Geralmente, definimos amor-próprio como um sentimento vivo da dignidade e do valor pessoal que faz com que um ser humano sofra por ser subestimado e deseje impor-se à estima do outro. Rapidamente damos-nos conta que os laços entre os dois termos são estreitos e que a diferença reside na distinção entre *amar e estimar*.

A este respeito, sublinhemos que se pode estimar alguém sem necessariamente o amar. Com efeito, podemos reconhecer qualidades e competências num indivíduo que observamos fora do seu ambiente imediato – uma personagem pública ou política, por exemplo – sem a amar como pessoa, simplesmente porque não estabelecemos qualquer relação pessoal com ela. Mas o inverso não é possível: não podemos amar uma pessoa sem a estimar, ou seja, sem lhe atribuímos um valor pessoal e intrínseco. Numa relação de amor e de vinculação é importante que apreciemos, admiremos e estimemos as qualidades, as competências e as atitudes da pessoa amada.

Apercebemo-nos, através desta comparação entre amor-próprio e auto-estima, de que um indivíduo não se pode amar se não se estimar, ou seja, se não se atribuir um valor pessoal. E vimos precedentemente que a primeira consciência desse valor decorre do sentimento de poder e ser amado pelas suas características pessoais (qualidades, forças, forma de ser, identidade única, etc.). O amor-próprio situa-se no ser, na sua dignidade pessoal. Constitui de certa forma a dimensão afectiva da auto-estima.

Há uma ligação de continuidade funcional entre a auto-estima e a auto-afirmação. A auto-estima resulta da actividade mental sobre nós próprios, enquanto a auto-afirmação é a expressão dessa actividade junto dos que nos rodeiam. À partida, esta actividade mental sobre nós próprios depende, sobretudo nas crianças e jovens, das reacções das pessoas significativas; mas subsequentemente

**IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS
A DESENVOLVER**

alimenta-se do monólogo interior positivo relativamente à nossa imagem. Uma elevada auto-estima deverá estar consciente da sua dignidade pessoal, apreciar-se em todas as dimensões do seu ser e, conseqüentemente, saber fazer-se respeitar. Na prática, correrá mais riscos inteligentes, será perseverante na perseguição dos seus projectos e levá-los-á até ao fim. Quanto às pessoas passivas, às que adoptam comportamentos de vítimas impotentes face aos acontecimentos da vida ou às pessoas inibidas, são incapazes de se fazerem respeitar e de se afirmarem devido a uma fraca auto-estima ou porque sofrem de bloqueios psicológicos inconscientes.

Todavia, é necessário sublinhar que a auto-afirmação se manifesta através de diversas formas de expressão (verbais, escritas, manuais, intelectuais, corporais, artísticas, etc.) escolhidas livremente pela pessoa de acordo com a sua identidade e com o seu estilo único e pessoal. Em suma, a auto-afirmação é o prolongamento e a manifestação concreta da auto-estima. A auto-afirmação é de certa forma a auto-estima em acção.

3.3. As atitudes e as habilidades da criança/jovem que têm uma boa opinião de si próprios

A criança/jovem que tem uma boa opinião sobre si adopta as seguintes atitudes e habilidades:

- Segurança e descontração;
- Sentimento generalizado de bem-estar;
- Sentimento de confiança face aos adultos;
- Capacidade para se lembrarem dos seus êxitos; capacidade para perceberem as suas qualidades e as suas habilidades;
- Sentimento de confiança nas próprias capacidades;
- Capacidade para enfrentarem novos acontecimentos.
- Motivação face aos novos desafios ou aprendizagens;
- Perseverança face às dificuldades;
- Capacidade para perceberem as suas diferenças;
- Capacidade para perceberem e aceitarem as diferenças dos outros;
- Capacidade para se fazerem respeitar;
- Capacidade de afirmação pessoal e de autonomia;
- Capacidade de iniciativa;
- Capacidade de imaginação e de criatividade;
- Capacidade para regularem pacificamente conflitos sociais;
- Capacidade de cooperação;
- Sentimento de bem-estar num grupo.

A criança/jovem não pode viver simultaneamente todos estes sentimentos e manifestar todas estas atitudes e habilidades. Todavia, se favorecermos nelas uma boa auto-estima, conseguirão mais seguramente ter estes sentimentos e integrar estas atitudes e estas habilidades.

IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS

A DESENVOLVER

3.4. Atitudes dos adultos favoráveis e desfavoráveis à auto-estima da criança/jovem

Atitudes favoráveis	Atitudes desfavoráveis
• Estar presente de forma calorosa junto da criança/jovem.	• Não estar fisicamente presente de forma regular. Não oferecer uma presença psicológica estável.
• Ser fiável nas respostas às suas necessidades.	• Negligenciar a resposta às necessidades da criança/jovem.
• Exprimir-lhe o seu amor incondicional.	• Ter expectativas que condicionam a vinculação.
• Sublinhar a importância dos seus êxitos.	• Ignorar os seus êxitos ou não lhes dar importância.
• Sublinhar as suas dificuldades para gerir o seu orgulho e dar-lhe meios para melhorar.	• Censurar a criança/jovem pela sua falta de destreza.
• Oferecer-lhe um quadro de vida estável no tempo e no espaço.	• Não oferecer um modo de vida constante.
• Estabelecer regras de comportamento claras e que dêem a sensação de segurança.	• Não estabelecer regras de comportamento ou ser inconstante na aplicação das regras.
• Ser constante na aplicação das regras de comportamento.	• Mudar frequentemente de humor na aplicação das regras de comportamento.
• Ser firme no que respeita a certos valores importantes e flexível noutros pontos.	• Mostrar-se rígido ou demasiado permissivo.
• Impor consequências lógicas e naturais perante as faltas.	• Impor consequências demasiado severas ou não ligadas às faltas, ou ainda ignorar as faltas.
• Ser um adulto em quem se pode ter confiança.	• Ser pouco acolhedor e ter pouca disponibilidade.
• Encorajá-la a fazer escolhas e a desenvolver a sua autonomia.	• Mantê-la dependente e controlá-la de forma excessiva.
• Reduzir os factores de <i>stress</i> para a criança/jovem, preparando-a para as mudanças minimizando o seu número e ajudando-a a encontrar formas de se acalmar quando está ansiosa.	• Manifestar o <i>stress</i> de forma evidente. Sobreavaliar as capacidades.
• Reactivar a lembrança dos êxitos passados.	• Ignorar os êxitos da criança/jovem ou não lhes dar importância.
• Sublinhar as forças da criança/jovem.	• Colocar a tónica nos insucessos mais do que nas forças.
• Apoiar a criança/jovem perante as dificuldades.	• Super-proteger a criança/jovem.
• Encorajá-la a encontrar soluções para os problemas.	• Encontrar soluções no seu lugar.
• Utilizar uma linguagem positiva e valorativa.	• Utilizar palavras e sarcasmos que ferem e humilham.
• Favorecer a expressão dos seus sentimentos e emoções.	• Reprimir a expressão dos sentimentos e das necessidades ou não lhes dar importância.
• Permitir uma abertura aos outros.	• Controlar demasiado as suas relações sociais.
• Encorajar os gestos de generosidade e de cooperação.	• Suscitar o individualismo e a competição.

**IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS
A DESENVOLVER**

Atitudes favoráveis	Atitudes desfavoráveis
• Encorajar a criança/jovem a fazer novos amigos e a gerir conflitos.	• Regular os conflitos no lugar da criança/jovem.
• Confiar-lhe responsabilidades.	• Ter expectativas adaptadas ao seu nível demasiado grandes ou não suficientemente importantes.
• Encorajar a sua criatividade.	• Ignorar ou não dar importância à sua criatividade.
• Valorizar as suas iniciativas.	• Ignorar as suas iniciativas ou não lhes dar importância.
• Respeitar as motivações da criança/jovem.	• Impor as suas próprias motivações.
• Respeitar o ritmo desenvolvimental da criança/jovem.	• Impor aprendizagens precoces.
• Dar mais importância ao processo de aprendizagem do que aos resultados.	• Centrar a atenção unicamente nos resultados.
• Conceder o direito ao erro.	• Impor o perfeccionismo do adulto e repreender a criança/jovem pelos seus erros.
• Desdramatizar os erros.	• Impor o perfeccionismo do adulto.
• Divertir-se com a criança/jovem.	• Não estar disponível para a criança/jovem. Participar com ela apenas em actividades baseadas nos resultados ou na competição.

3.5. Atitudes dos adultos que favorecem as quatro componentes da auto-estima:

Para a promoção do **sentimento de segurança e de confiança** na criança/jovem, deve-se:

- Garantir estabilidade à criança/jovem mediante um horário regular;
- Oferecer-lhe um quadro de vida estável no espaço e no tempo;
- Estabelecer rotinas e rituais fixos;
- Ser estável no que respeita às respostas às suas necessidades físicas;
- Ser estável ou fiável na resposta às suas necessidades afectivas;
- Garantir-lhe segurança física, eliminando as fontes de perigo;
- Garantir-lhe segurança física, eliminando as fontes de doença;
- Reservar tempo para se divertir com a criança/jovem;
- Oferecer-lhe segurança e afecto quando está doente ou ferido;
- Oferecer-lhe segurança e afecto, acolhendo as suas emoções: cólera, tristeza, medo, etc.;
- Cumprir as promessas;
- Dosear os prazos entre os desejos e as suas satisfações;
- Evitar as alterações excessivas de humor;
- Estabelecer regras de comportamento securizantes;
- Ser constante na aplicação das regras de comportamento;
- Impor gestos lógicos na sequência de uma infracção das regras de comportamento;

IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS

A DESENVOLVER

- Reduzir tanto quanto possível os factores de stress, preparando a criança/jovem para a mudança;
- Oferecer à criança/jovem formas de reduzir o seu stress, através de actividades de relaxamento.

Para a promoção do **auto-conhecimento**:

- Construir uma relação de vinculação e de convivência;
- Reconhecer e aceitar as diferenças entre as crianças/jovens;
- Fazer o luto pela criança ou adolescente sonhado e imaginado;
- Propor objectivos realistas, tanto no plano da aprendizagem quanto no do comportamento;
- Dar provas de empatia e de calor humano;
- Utilizar uma linguagem respeitosa;
- Evitar colocar etiquetas na criança/jovem, como a de “preguiçosa”;
- Centrar-se nas forças, nas qualidades e nas competências;
- Ter regularmente reacções positivas;
- Incitar a criança ou jovem a tomar consciência de que é única no mundo pelas suas características corporais, bem como pelas suas qualidades e talentos particulares;
- Favorecer a afirmação e a autonomia;
- Ajudar a criança/jovem a tomar consciência das suas necessidades e dos seus sentimentos e a expressá-las adequadamente;
- Levar a criança ou o jovem a tomar consciência das relações existentes entre as suas necessidades, os seus sentimentos e os seus comportamentos;
- Sublinhar as dificuldades encontradas e ajudá-la a superá-las;
- Evitar sublinhar o comportamento inaceitável diante dos outros;
- Censurar o comportamento inaceitável e não a criança/jovem.

Para a promoção do **sentimento de pertença**:

- Ser um modelo de sensibilidade face aos outros, de partilha e de generosidade;
- Promover a justiça e a equidade no grupo;
- Planificar actividades “familiares”, fontes de prazer;
- Cultivar o orgulho em pertencer ao grupo;
- Confiar pequenas responsabilidades nas crianças/jovens e valorizá-los pelo seu contributo;
- Impor um ambiente de respeito entre todos os elementos;
- Encorajar as crianças/jovens a serem sensíveis à dimensão social;
- Encorajar as crianças/jovens a serem generosas e a praticarem a partilha e a entreatajuda;
- Convidar os amigos a irem ao Lar;
- Sugerir estratégias de resolução de problemas sociais;

IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER

- Fornecer retroacções positivas sobre as habilidades sociais;
- Participar como voluntário em certas actividades do meio de guarda ou da escola;
- As atitudes parentais que favorecem um sentimento de competência.

Para a promoção do **sentimento de competência**:

- Conhecer as capacidades e o nível de desenvolvimento da criança/jovem;
- Reactivar, nela, a lembrança dos êxitos passados;
- Propor-lhe actividades estimulantes que são fonte de prazer;
- Informá-la da utilidade das actividades ou das aprendizagens;
- Propor-lhe objectivos realistas ou conformes às suas capacidades;
- Respeitar o seu ritmo de aprendizagem;
- Favorecer a sua autonomia;
- Encorajar o seu sentido de responsabilidade;
- Fazer regularmente retroacções e objectivações para levar a criança/jovem a tomar consciência das ligações entre as suas atitudes, as suas estratégias e os resultados que obtém;
- Sugerir-lhe várias estratégias e meios de aprendizagem;
- Ajudá-lo a reconhecer, a desdramatizar e a aceitar os erros;
- Ajudá-la a corrigir os seus erros;
- Favorecer a sua criatividade;
- Evitar que sinta stress de desempenho;
- Atribuir o lugar cimeiro ao processo de aprendizagem
- Sublinhar mediante retroacções positivas as suas estratégias e respostas adequadas;
- Respeitar o seu ritmo pessoal de aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento do seu pensamento.

4. A RESILIÊNCIA

O sentido de competência ou experiência de mestria é muito importante para promover um desenvolvimento positivo e a capacidade de resiliência. A ideia de realçar e promover a capacidade de resiliência em crianças/jovens que tenham passado por adversidades parece ser um dos principais aspectos que ajudam a compreender a eficácia do trabalho praticado nos cuidados prestados às crianças/jovens. A capacidade de resiliência é definida pela facilidade em gerir e lidar com os problemas causados pelas adversidades a que as crianças e os jovens estiveram expostos e que os ajudam a lutar e a sobreviver. De outra forma, é a capacidade de uma pessoa para, apesar das condições adversas da vida, resistir, tolerar a pressão, os obstáculos e apesar deles, ser capaz de realizar, de forma eficaz, as tarefas e actividades com que se depara. Perante a superação das dificuldades, a pessoa pode transformar-se, tornar-se mais forte e aceder a uma vida significativa e produtiva para si própria e para a sociedade.

IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS

A DESENVOLVER

Na educação de crianças e jovens em risco, desenvolver a resiliência, é tarefa prioritária. A necessidade de fortalecer a criança/jovem é um objectivo educativo prioritário. É necessário criar condições para que as crianças/jovens a cargo do Lar possam adquirir mecanismos que lhes permitam resistir às dificuldades.

Fortalecer é informar, formar, favorecer a vivência de cada etapa do desenvolvimento, físico e psíquico tendo em conta as características individuais de cada criança/jovem.

Como podem os educadores desenvolver e fortalecer a resiliência na criança/jovem que está a seu cargo? Criando práticas e desenvolvendo atitudes que:

- Promovam a auto-estima, uma boa imagem de si mesmo;
- Permitam conhecer os pontos fortes e fracos de cada criança ou jovem;
- Desenvolvam os seus centros de interesse e as suas potencialidades;
- Incentivem a expressão dos seus sentimentos e necessidades;
- Considerem os erros como instrumentos de aprendizagem e não insucessos;
- Estimulem a criatividade, a flexibilidade e a proactividade;
- Estabeleçam boas relações emocionais;
- Ensinem e estimulem o pedido de ajuda sempre que as crianças ou jovens necessitem;
- Estimulem a reflexão antes da acção e promovam o auto-controlo;
- Criem condições para que as crianças e jovens aprendam a viver com optimismo e com humor.

O desenvolvimento da resiliência passa pelo desenvolvimento dos designados factores de protecção. Estes factores podem ser definidos como “as influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predispõe a um comportamento não adaptativo”. Refere-se às características existentes nos diferentes ambientes que parecem mudar ou inverter as circunstâncias potencialmente negativas.

Estes factores permitem ao sujeito transformar essas situações adversas ao desenvolver a sua resiliência apesar dos riscos a que são expostos.

Entre os principais factores de protecção, situam-se os seguintes:

- A presença de relações afectuosas: o que significa interações onde está presente o afecto, a sensibilidade, a compreensão, o respeito e interesse que se incorporam efectivamente, através do exemplo, dos factos e não apenas das palavras e que determinam no sujeito, sentimentos de segurança e confiança.
- A transmissão de expectativas positivas face ao desempenho do outro, passando a mensagem de que se acredita na sua resiliência, em vez de se detectar problemas e incapacidades.

**IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS
A DESENVOLVER**

- As oportunidades de participação e de contribuição significativa, o que incluiu dar à criança ou ao jovem responsabilidades importantes, a possibilidade de tomar decisões, ser ouvido e aplicar as suas capacidades pessoais em favor da comunidade. Institucional ou da comunidade mais vasta em que a instituição está inserida, tal é o caso de os profissionais estimularem o voluntariado nestas crianças/jovens.

Em síntese, trabalhar a resiliência significa focalizar a acção educativa numa relação de confiança e de crença nas potencialidades que qualquer ser humano dispõe.

O que desenvolve a capacidade resiliente de um indivíduo é a formação de pessoas socialmente competentes que tenham consciência da sua identidade e utilidade, que possam tomar decisões, estabelecer metas e criar capacidades que lhes permitam, no futuro, satisfazer as suas necessidades básicas de afecto, relação e respeito.

As actividades realizadas com a criança/jovem são uma via para que estas alcancem relacionamentos de suporte.

Contrariamente às abordagens de natureza clínica, em que o instrumento fundamental é a fala, esta abordagem reforça a importância de uma interacção mais informal entre os técnicos e a criança/jovem, que possibilite o registo de formas de comunicação e de padrões de interacção.

5. A CAPACIDADE PARA PARTICIPAR

O direito à participação tem como correlato o dever da responsabilidade, isto é, a assunção das consequências que derivam da acção participante. É por isso, que toda participação eticamente defensável exige também um certo compromisso prévio com o assunto a que se refere. O compromisso antecede a participação e a responsabilidade sucede-lhe. Em certo modo, participação, responsabilidade e compromisso exigem-se mutuamente e tendem a correlacionar-se de forma positiva: quanto maior for a participação maior será a responsabilidade; e com maior compromisso mais impellido se sentirá o indivíduo a participar com responsabilidade.

A participação é um direito fundamental de toda a cidadania. Mas, quem se considera cidadão? Na realidade, as crianças e jovens não têm sido consideradas como tal, até ao aparecimento da Convenção dos Direitos da Criança promulgada pelas Nações Unidas em 1989. Este é o primeiro documento importante onde se reconhece, de forma explícita e clara o protagonismo da infância e a sua capacidade para participar na sociedade e exercer determinados direitos civis e políticos. Direitos que, a partir da Convenção, vão muito para além de assegurar as necessidades básicas e de protecção, que foram a classe de direitos que polarizaram as anteriores Declarações. No texto da Convenção também se faz constar a necessidade de informar crianças e jovens dos seus

IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS

A DESENVOLVER

direitos para que os conheçam e os compreendam, para que possam reivindicar seu cumprimento e para que se transformem nos deveres e responsabilidades que todo cidadão tem que assumir.

Apesar da aprovação e a vigência da Convenção, têm havido fortes resistências em aceitar que as crianças e jovens sejam cidadãos. Para colmatar esta dificuldade têm vindo a ser publicadas propostas concretas que insistem na necessidade de promover a participação dos mais jovens nas comunidades locais, na escola e na família, como uma forma de desenvolver a responsabilidade dentro da comunidade e de fazer da cidadania uma experiência real para as crianças e os jovens.

É necessário não só admitir o direito a participar, mas também formar os indivíduos para que possam exercê-lo eficazmente.

Interessa enfatizar dois aspectos. O primeiro é que, a formação mais eficaz é a que se consegue pela própria prática da participação (“aprender fazendo”); o segundo aspecto sublinha o facto das competências participativas abarcarem o leque das dimensões educativas, isto é, conhecimentos, destrezas e habilidades, atitudes e valores.

Sabemos que aprender é actuar, isto é, é adquirir instrumentos para intervir na própria realidade, é aprender a relacionar-se, ou seja, adquirir as capacidades para interactuar com os outros e aprender a pensar, isto é construir uma forma específica de interpretar a realidade. Mais recentemente, Delors (2006) falava de quatro dimensões: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”. Pois bem, a aprendizagem da participação abarca, cada um dos elementos que se referem a cada uma de estas dimensões.

A primeira (“aprender a conhecer”) refere-se aos conhecimentos e à informação necessários para participar. Antes de tudo, o conhecimento dos próprios direitos que legitimam a participação infantil. Por outro lado, a competência psicológica para participar não é independente do seu reconhecimento legal; o facto de se ser consciente de tal direito promove o uso da competência correspondente. Por isso, as declarações de direitos, fundamentalmente a referida só incluem cláusulas de divulgação. Em segundo lugar, aprender a conhecer refere-se à possibilidade de fazer com toda a informação necessária para participar, em cada caso, com conhecimento de causa. Informação e participação são conceitos intimamente vinculados; por tanto, aprender a participar é também aprender a informar-se, aprender a procurar, seleccionar e elaborar o conhecimento pertinente. E, de forma muito especial, nesta vertente cognitiva, a participação supõe, o desenvolvimento da capacidade crítica, isto é, a capacidade para gerar um conhecimento valorativo da realidade; um conhecimento que surge do contraste entre o que há e o que devia haver.

O conhecimento é a condição necessária para a participação, mas esta não se circunscreve ao âmbito do conhecer mas é parte integrante do actuar.

**IT05.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS
A DESENVOLVER**

Portanto, o “aprender a fazer”, referido à participação, consiste na aquisição de todas as capacidades (habilidades, destrezas, procedimentos e inclusive atitudes e valores) relativas à acção participativa. Muitas delas têm a ver com a terceira dimensão assinalada (“aprender a viver juntos” o “aprender a relacionar-se”). A participação é sempre uma acção social, colectiva e relacional, o que tem um duplo sentido, já que a participação é, habitualmente colectiva ou grupal, e porque o objecto de qualquer participação é também social. Por isso as habilidades sociais, as competências linguísticas e de diálogo, a empatia, as estratégias para a resolução de conflitos e a tolerância formam parte do repertório de atitudes e procedimentos associados à competência participativa.

Por último, o “aprender a ser” referido à participação supõe o desenvolvimento da identidade dos sujeitos que corresponde à cidadania. É muito importante na relação com as crianças e jovens pois, constitui na actualidade um dos mais notórios défices. Na mesma medida em que o mundo adulto não atribui aos jovens o estatuto de cidadãos, eles não se apercebem como tal, isto é, como cidadãos de facto e de direito.

6. A COOPERAÇÃO

Através de práticas educativas cooperadas, estimula-se a responsabilidade social das crianças e dos jovens, rentabilizam-se competências e recursos, desenvolvem-se práticas de intervenção flexíveis e transversais e partilha-se o poder.

A prática cooperativa é uma forma de trabalho em equipa, com indivíduos que se associam em função dos seus interesses ou necessidades. Exigem acções individuais que se coordenam criando qualidades e efeitos não explicáveis por nenhuma das prestações parciais. É um espaço privilegiado para a comunicação, para a interacção, para a educação e formação pessoal.

Com efeito, a educação deve desenvolver-se num diálogo de saberes e não numa simples troca de informações; deve concretizar-se no entendimento partilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida e de trabalho. Através das práticas cooperativas, constroem-se e reconstroem-se, partilham-se e interagem as diferentes culturas em presença e alargam-se conhecimentos e estratégias de actuação.

O estabelecimento de uma sinergia entre competências, recursos e projectos, a constituição e manutenção de dinâmicas de memórias em comum, a activação de modos de cooperação.

Bibliografia recomendada:

- Duclos, G. (2006). A auto-estima, um passaporte para a vida. Lisboa: CLIMEPSI Editores.
Trilla, J. Novella, Ana. (2001). Educación y participación social de la infancia in Sociedad educadora / Sociedade educadora. Número 26. OEI – Ediciones.

IT06.PC04

Instrução de Trabalho — Orientações para o Projecto Educativo

A elaboração do Projecto Educativo deve inspirar as linhas de força que se irão operacionalizar na função e missão do Lar, por forma a promover os direitos das crianças e jovens que acolhe, numa perspectiva integrada, de acordo com a concepção expressa na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Esta concepção reconhece e sublinha que o desenvolvimento pleno implica a realização dos direitos sociais, culturais, económicos e civis e o estabelecimento de um equilíbrio entre os direitos das crianças e jovens e os dos seus responsáveis legais, tendo o Lar apenas o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito, de acordo com uma perspectiva global de responsabilidade e solidariedade social.

O Projecto Educativo é simultaneamente um projecto de formação pessoal e de preparação para a vida, na sua vertente mais determinante, a da adaptação pessoal e social às exigências que a sociedade coloca.

**IT06.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ORIENTAÇÕES
PARA O PROJECTO EDUCATIVO**

É no Projecto Educativo que se ancoram as dinâmicas sócio-afectivas do interior da casa e as actividades a desenvolver, e onde se reflecte a intencionalidade de concretizar a missão de educar, através do empenhamento de todos na realização das actividades planeadas e na orientação voluntária da equipa técnica, para a educação e para a reflexão e regulação constante dos seus procedimentos apoiadas por um programa de formação em exercício e por supervisão.

O Projecto Educativo do Lar é essencialmente um projecto de construção pelo ambiente, pelo afecto, pela aceitação empática e pela liberdade responsável.

Trata-se de um projecto com sentido de e para a vida, cuja finalidade é aprender a viver, aprender a conviver e aprender a descobrir os valores em si próprio e nos outros. Para tal, a concretização das actividades deve ter presente:

- As necessidades individuais e de desenvolvimento das crianças/jovens;
- Os seus direitos e responsabilidades;
- A prestação de cuidados básicos de qualidade;
- A educação;
- A saúde;
- O parceria com os pais;
- A cooperação entre as crianças e jovens;
- A promoção do sentimento de segurança.

IT07.PC04

Instrução de Trabalho — Princípios Metodológicos para a Intervenção

Para cumprir os objectivos delineados no Projecto Educativo, a equipa técnica, em articulação com a equipa de apoio, deverá concretizar alguns princípios metodológicos, a saber:

- Estimular a realização de actividades, utilizando meios apelativos e motivadores e um ambiente envolvente acolhedor e afectivo, onde haja lugar à comunicação, à convivência comunitária, ao trabalho cooperativo, ao diálogo, à amizade e à expressão do afecto.
- Promover a auto-educação e a auto-realização da criança/jovem como pessoa, colocando ao seu dispor os recursos adequados à sua formação pessoal, social e profissional – aprender a aprender na e para a vida.
- Promover a disciplina, interiorizar as regras sociais e a lei comum, de forma a construir uma convivência social ancorada numa liberdade responsável. O ambiente envolvente físico-natural e comunitário são o ingrediente determinante.

A finalidade da intervenção é fazer aprender, de forma activa, os saberes e o saber-fazer necessário para a inserção plena na sociedade.

IT08.PC04

Instrução de Trabalho — Gestão de Actividades e Grupos

1. GUIÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DE ACTIVIDADES EDUCATIVAS E TERAPÊUTICAS

- **Preparação:** a falta de preparação ou de previsão pode contribuir para o fracasso de uma actividade (até mesmo antes de ela se ter iniciado). A preparação envolve a definição dos objectivos (em consonância com uma prévia avaliação das necessidades e potencialidades da criança/jovem), a certificação dos recursos necessários, a preparação física do espaço, a definição das normas de funcionamento, etc. Faz parte da preparação e do planeamento, a antecipação de possíveis contratempos, assim como planos alternativos para hipotéticas situações.
- **Flexibilidade:** estar preparado para alterar o plano sempre que necessário ou sempre que se considerar que as alterações vão ao encontro das necessidades da criança/jovem. Sempre que necessário (situações de espera, de tensão, etc.), procurar implementar jogos espontâneos, que não tenham sido planeados, que promovam satisfação e um clima agradável (esta modalidade nunca poderá substituir o planeamento de actividades).
- **Coragem:** é difícil optar por experimentar novas estratégias, contudo, a realização de actividades criativas, de jogos cooperativos ou outras iniciativas podem criar oportunidades de prevalência para crianças/jovens que não têm habitualmente bons desempenhos em outras actividades. Para além deste aspecto, quanto mais variado for a natureza das tarefas, maior a probabilidade de se treinarem diferentes competências assim como se criam diferentes interacções entre a criança/jovem e os técnicos. As actividades não competitivas são frequentemente mais divertidas, recompensadoras e evitam receio e a resistência de participação por parte de crianças/jovens mais inseguros.

IT08.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — GESTÃO DE ACTIVIDADES E GRUPOS

- **Entusiasmo:** De uma forma geral, todas as crianças/jovens respondem favoravelmente a uma pessoa que expressa vontade em brincar com elas. É, por esta razão, importante que os técnicos que participem nas actividades mostrem entusiasmo e divertimento para que contagiem também as crianças/jovens.
- **Princípio, meio e fim:** É importante que a criança/jovem experimentem uma organização temporal das tarefas e actividades, sendo que no início é dado a conhecer o seu objectivo, o que se pretende, e é feita uma revisão clara e explícita das regras de funcionamento. A actividade, propriamente dita, representa o meio da actividade. No final dever-se-á efectuar uma revisão daquilo que foi feito, realizar-se uma discussão sobre como correu a actividade (o que correu melhor e pior), o que gostaram mais, o que gostariam que tivesse sido diferente e, como última questão, o que gostariam de mudar na próxima vez em que realizarem essa actividade. Todas estas informações são de grande importância para que os técnicos preparem as futuras actividades. Por último, é importante que a criança/jovem ajude, sempre que possível, a arrumar os materiais utilizados.
- **Relembrar funções:** promover oportunidades para a criança/jovem experimentar situações em que tenha que desempenhar diferentes papéis, ao mesmo tempo que se estimula a sua capacidade de adaptação e a promoção de valores sociais. Para isso, são habitualmente realizadas actividades de trabalho de grupo, de desportivismo, criatividade e perseverança, em vez de tarefas que envolvam pontuações.
- **Mudar regras:** Mudar as regras de uma actividade já conhecida para um determinado fim (cooperação, mestria, etc.). Por exemplo, num jogo com bola, referir que tem que se fazer passes por todos os elementos da equipa antes de marcar ponto e utilizar uma bola de praia para facilitar a tarefa.
- **Participar:** O facto dos técnicos participarem nas actividades favorece a participação e o empenho da criança/jovem e facilita a aproximação e o fortalecimento das relações entre eles. Encontra, ainda, a vantagem de moldar o comportamento da criança/jovem, mostrando-lhes como se deve reagir adequadamente perante diferentes situações (faltas, batotas, derrotas, vitórias, etc.).
- **Gerir competitividade:** O excesso de competitividade não permite a focalização no processo nem nos verdadeiros objectivos das actividades. Torna-se mais difícil de modelar positivamente o comportamento da criança/jovem.

IT08.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — GESTÃO DE ACTIVIDADES E GRUPOS

- **Terminar as actividades quando ainda estão a correr positivamente:** Trata-se das orientações mais difíceis de se colocar em prática, pois é difícil terminar uma actividade quando os intervenientes ainda se estão a divertir e a desenvolver competências. Porém, é a melhor forma de evitar que se termine com conflitos, cansaço e comportamentos desajustados. Caso isso se suceda, o mais provável é que a criança/jovem não tenha vontade de repetir a actividade ou colaborar com outras crianças/jovens, resultante da recordação que guardou da última experiência (a recordação de sentimentos de zanga, vergonha ou culpabilidade em detrimento dos ganhos positivos).
- **Divertimento:** As actividades têm de ser cuidadosamente planeadas pela função pedagógica ou terapêutica que desempenham, não obstante é por intermédio da diversão e do lúdico que se conseguem alcançar os melhores resultados.
- **Mediação das actividades por trabalho lúdico:** O trabalho desenvolvido com crianças e jovens deve, por várias razões, ser mediado por actividades lúdicas. Pelo que os técnicos devem recorrer ao uso de jogos e brincadeiras com um determinado objectivo.
- **Interacção lúdica entre técnicos:** A oportunidade de experienciar o “eu” e o “outro” de forma diferente não deve ser apenas destinada à criança/jovem. As iniciativas de cooperação e actividades de equipa, em adição à componente lúdica, permitem a obtenção de melhores resultados em comparação com as prestações individuais de cada um. Os técnicos poderão tornar-se mais eficazes em implementar actividades terapêuticas depois de experienciarem, por si próprios, as actividades propostas.
- **Períodos de transição entre as actividades:** As transições entre as actividades exigem uma gestão eficiente para garantir uma melhor integração da criança/jovem nas actividades e para evitar que surjam situações de atraso e pressa, que são sempre geradoras de tensão e ansiedade, tanto para os técnicos, como para a criança/jovem.

2. GUIÃO PARA A GESTÃO EFICAZ DO GRUPO DE CRIANÇAS/JOVENS

2.1. Regras

1. Estabelecer regras para a regulação do comportamento da criança/jovem;
2. Envolver todas as crianças e jovens na sua elaboração, tendo em vista bom funcionamento do grupo e a promoção das relações entre os educadores e os alunos;
3. Definir as regras gerais no início do acolhimento;
4. Definir regras justas, adequadas à situação e à criança/jovem, claras e em número reduzido;
5. Escrever as regras pela forma positiva e focando os comportamentos desejáveis;

IT08.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — GESTÃO DE ACTIVIDADES E GRUPOS

6. Expor as regras (escritas) na sala de actividades, dando possibilidade à criança/jovem de visualmente recorrer a um lembrete. São um instrumento importante que permite à criança/jovem comparar o seu comportamento com o comportamento esperado pelo grupo de pares e pelos adultos;
7. Lembrar diariamente as regras elaboradas;
8. Ler as regras em voz alta e pausada;
9. Discutir as regras com a criança/jovem;
10. Aplicar as regras igualmente a todas as crianças e jovens; os técnicos não devem proceder de forma discriminada em matéria de disciplina.

2.2. Ratio educador/número de crianças ou jovens

Cada educador deve ter à sua responsabilidade no máximo oito crianças/jovens. Um grupo com um número superior de crianças/jovens deverá contemplar um número proporcional de educadores necessários (um educador para cada dez crianças/jovens).

2.3. Comportamentos e atitudes a observar na interacção com as crianças e jovens

- Modelar os comportamentos adequados, o que implica serem responsáveis pela criança/jovem, respeitar os outros e o ambiente;
- Ser coerente e agir de acordo com os comportamentos que se exigem à criança/jovem;
- Dar ênfase ao sucesso;
- Encorajar a criança/jovem, mesmo quando não obtiveram sucesso. Esta atitude desenvolve nelas a auto-confiança e a motivação para continuarem as suas aprendizagens;
- Responder física, verbal e emocionalmente de forma clara, sem ambiguidade, com consistência para que a criança/jovem experimente e adquira comportamentos socialmente desejáveis e situações de reforço positivo sempre que ocorram;
- Conhecer e tratar a criança/jovem pelos seus nomes. É fundamental aprendê-los rapidamente. Quando um adulto se dirige à criança/jovem pelo seu nome, está, automaticamente, a dar-lhe uma responsabilidade social dentro do grupo;
- Criar um clima social amistoso e afectivo onde o interesse pela criança/jovem, como indivíduos, seja uma constante;
- Manter expectativas altas relativamente ao sucesso da criança/jovem nas suas várias áreas;
- Criar um ambiente onde não haja grande liberdade nem grandes restrições. Estes ambientes encorajam à não realização das tarefas e à testagem dos limites por parte da criança/jovem;
- Participar nas realizações de actividades planeadas, mas nunca contra a sua vontade;
- Valorizar os sentimentos da criança/jovem;
- Dar significado aos comportamentos (por exemplo, referindo: “Acho que estás irritado porque não te deixei ir jogar à bola, será?”);

IT08.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — GESTÃO DE ACTIVIDADES E GRUPOS

- Estabelecer um diálogo onde o questionamento (por exemplo: “Como achas que vais resolver esta situação?”) e a proposta de alternativas (como: “Há outras maneiras para conseguires alcançar o mesmo. Pensa lá quais são.”) para a resolução de problemas seja constante em detrimento da linguagem normativa e funcional (por ex. “Vai-te deitar.”, “Não faças isso.”, “Fazes tudo mal.”);
- Manter uma comunicação fluida, escutar e respeitar as opiniões e sugestões dos outros;
- Valorizar e criar condições para educar para os valores e para o exercício da cidadania e da convivência.

2.4. Assiduidade/Gestão do tempo

- Começar as actividades à hora marcada. Desta forma passa a mensagem de que estar na sala a horas é muito importante;
- Chamar a criança/jovem à atenção, quando chega tarde uma ou mais vezes, antes que este comportamento se torne num hábito;
- As actividades devem finalizar à hora marcada;
- Não permitir que a criança/jovem saia antes de terminar o tempo marcado para a realização das actividades. Se se deixar sair antes, passarão a fazê-lo de forma constante; se se ultrapassar o tempo combinado, criar-se-ão resistências na criança/jovem e o tempo tornar-se-á improdutivo;
- Informar o período de tempo que o educador tem disponível para conversar a sós com uma criança/jovem.

2.5. Reagir a comportamentos disruptivos em grupo

- Gerir os comportamentos disruptivos individualmente, fora das salas de actividades e não durante as actividades em que o educador tem que estar atento a todo o grupo;
- Procurar o auxílio de outro educador, sempre que o comportamento disruptivo inviabilize a persecução da actividade. No final, o educador que assistiu ao comportamento destabilizador terá que resolver o assunto a sós com a criança/jovem.
- Orientar o diálogo com uma criança/jovem que manifeste comportamento disruptivo para as consequências do seu comportamento (para si e para as outras crianças/jovens);
- Não se fazer desentendido perante uma questão provocadora que a criança/jovem coloque. Ela entende-o bem e rapidamente perderá o respeito pelo adulto educador;
- Coibir-se de interferir com a criança/jovem quando a sente nervosa ou num estado emocional que não controla;
- Estar atento e consciencializar os sinais de agressão e insistência de comportamentos xenófobos ou de natureza sexual de umas crianças/jovens sobre as outras. Nestas situações deve identificar-se esses comportamentos, referi-los e claramente afirmar que são indesejáveis e não permitidos, seja qual for a razão de quem os manifesta.

IT08.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — GESTÃO DE ACTIVIDADES E GRUPOS**3. GUIÃO PARA A GESTÃO DE COMPORTAMENTOS DISRUPTIVOS**

Muitas destas crianças/jovens sofreram na 1ª e 2ª infâncias, por parte dos pais ou cuidadores, maus-tratos. As suas vidas familiares foram marcadas por situações de insegurança, instabilidade (ausência ou alternância de afectos) e violência e as interações dominadas por registos de agressão e violência.

As crianças/jovens, demasiado carentes, em função da sua história pessoal de vida, ou pelo egocentrismo que caracteriza a sua fase de desenvolvimento, necessitam ser o centro das atenções das pessoas que com elas convivem.

Sempre que os comportamentos socialmente adequados, não cumprem o objectivo de chamar a atenção dos outros (pares ou adultos) para si próprias, estas crianças/jovens podem assumir comportamentos desajustados e indesejáveis.

Os comportamentos podem expressar-se através de gritos, ameaças, violência, conforme os casos. É frequente que os adultos incomodados por manifestações desta natureza reparem (quando antes não o tinham feito) nas crianças/jovens, impeçam, muitas vezes, à força a sua manutenção, por exemplo pelo castigo. Ao fazê-lo estão a dar à criança/jovem a atenção que ela desejava e que, de outra forma, não conseguiria. Como resultado da direccionalidade do adulto para a criança/jovem, e dos pares para com ela (por exemplo, achando-lhe graça e deixando o que estão a fazer para se centrarem nela), os comportamentos sociais são reforçados e, a partir do primeiro reforço, tenderão a repetir-se para que obtenha os benefícios interrelacionais que necessita. Muitos educadores queixam-se de que são interpelados pelas crianças/jovens aos gritos, o que acontece, quando se tem a sorte de poder observar ou conhecer os antecedentes deste comportamento é, por vezes, o educador só responder à quarta ou quinta vez, quando a intensidade da voz, sobretudo das crianças, lhe é demasiado incómoda.

Importa salientar a responsabilidade da instituição que acolhe as crianças/jovens em perigo para o desenvolvimento de estratégias de intervenção técnica e sistemática no sentido da socialização e da modificação dos comportamentos indesejáveis.

Há que alterar o comportamento (indesejável) reorientando-o para uma organização diferente dos processos cognitivos, através da aprendizagem de leituras sociais diversas e da análise das situações que, em cada um, podem provocar reacções agressivas.

Existem práticas institucionais que responsabilizam a criança/jovem pelos comportamentos que assumem, considerando-os pessoas indesejáveis e promovendo a sua exclusão. Ora, se um dos objectivos do acolhimento é educar e socializar, a equipa técnica e a equipa de apoio têm, obrigatoriamente, que reflectir sobre as dinâmicas criadas, as incoerências ocorridas que justificam a manutenção dos comportamentos indesejáveis e encontrar novas estratégias que respondam às necessidades de ligação afectiva (compreensão e aceitação), de um bom desempenho, de autonomia e de altruísmo que qualquer criança/jovem sente como vital.

IT08.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — GESTÃO DE ACTIVIDADES E GRUPOS

3.1. Como evitar este tipo de comportamentos e não contribuir para que eles se estruturam e se repitam?

- Reforçar positivamente e elogiar cada pequeno passo de uma conduta ordenada, evitando, a todo o custo, dar atenção ou reforço sempre que um comportamento indesejável se manifeste. Este deve ser ignorado para que a criança/jovem consciencialize que, com este comportamento, não atinge o objectivo a que se propõe: ter sobre si a atenção dos demais;
- Estimular em vez de repreender. Reconhecer a obra bem realizada, o esforço dispendido é um instrumento motivador à adopção de melhores comportamentos. Um elogio correcto, justo, oportuno, estimula e educa para o bem;
- Recompensar pedagogicamente com, por exemplo, um olhar de aprovação, um gesto de carinho, uma palavra, a concessão de uma autorização desejada, uma prenda;
- Dar o exemplo e evitar incongruências nos comportamentos;
- Ser suave e firme;
- Lembrar as regras estabelecidas;
- Expressar clara e inequivocamente, as vantagens e os benefícios de cumprir com um padrão de conduta apropriado. Por exemplo não interromper um jogo, vai permitir jogar mais tempo; acabar os TPC a horas significa que ficará com tempo para brincar, etc.;
- Evitar o castigo, deve ser o último recurso a aplicar, caso as outras estratégias não funcionem. O castigo gera revolta, rancor, vontade de vingança. Pode perpetuar e reforçar o padrão de interacção a que a criança/jovem se habituou no seio da sua família;
- Corrigir com eficácia. Evitar ferir e humilhar. Corrigir eficazmente é acreditar e ter esperança na superação das dificuldades e comportamentos;
- Observar que o castigo deve ser sempre:
 - Oportuno: escolher o momento mais propício para o impor;
 - Justo: sem exceder os limites do que é razoável;
 - Proporcional àquilo que a criança/jovem fez;
 - Prudente: sem nos deixarmos levar pela emoção;
 - Carinhoso na forma: para que a criança/jovem compreenda que o castigo lhe é imposto porque se gosta dela e se é responsável por ela;
 - Adequado à idade: se a criança/jovem estiver em idade de entender as razões, convém esperar pelo momento oportuno para falar com ela, para que ela aceite o castigo como consequência daquilo que fez;
 - Reparador: o castigo tende a reparar o mal que a criança/jovem possa ter feito. Desta maneira, por um lado, compreende que as suas acções podem prejudicar os outros e, por outro, aprende a responsabilizar-se por elas.

Nota: nunca, por castigo, se deve retirar a uma criança/jovem, a actividade desportiva ou cultural que frequenta. Estas actividades são parte integrante da sua formação geral e não podem ser confundidas com prazeres secundários.

IT09.PC04

Instrução de Trabalho — Planeamento e Avaliação das actividades

O modelo educativo proposto, na sua vertente fundamental, preconiza que o planeamento, a gestão, a organização e a avaliação das actividades e das relações interpessoais sejam realizados em cooperação por todos as crianças/jovens e adultos que integram a comunidade institucional. Para tal deve instituir-se um conselho que deverá reunir uma vez por semana (por exemplo, às sextas-feiras) para analisar, avaliar e propor sanções ou elogios, consoante os comportamentos e as dinâmicas vividos durante a semana. É a altura própria para se realizar o balanço semanal, regular a vida social do grupo e planear a nova semana.

Os acidentes, conflitos, vivências positivas e novas aprendizagens, entre outros, podem ser inscritas num livro ou num caderno criado para o efeito para cada grupo de crianças/jovens.

IT10.PC04

Instrução de Trabalho – Programas e Actividades

As actividades e os programas têm de ser planeados para todas as crianças/jovens acolhidas. Muitas destas crianças/jovens tiveram experiências escolares caracterizadas por absentismo e reduzidos progressos escolares. Consequentemente, é natural que surjam atitudes negativas em relação à escola e às aprendizagens escolares. É, desta forma, necessário que se inclua este importante factor das suas vidas no Plano Sócio-Educativo Individual de cada criança/jovem, cobrindo tanto as necessidades enquanto se encontram acolhidas bem como as necessidades a longo prazo referentes à sua desvinculação da instituição.

O Plano tem que ser flexível e tem que cobrir o acompanhamento escolar formal, assim como o currículo de desenvolvimento pessoal e social. Os professores e os técnicos da instituição devem trabalhar em conjunto durante todo o processo para que se crie um acompanhamento educativo mais rico e eficaz, particularmente, para modelar positivamente as atitudes da criança/jovem em relação à escola e seus assuntos e as suas competências pessoais e sociais.

A questão do currículo pode ser interpretada, no sentido tradicional, se pensarmos em instalações de acolhimento dentro de unidades de segurança, mas pode também referir-se a actividades que os residentes experienciam como parte do ambiente que se vive.

As actividades e as iniciativas que são oferecidas aos jovens podem ser usadas para promover, de uma forma holística e equilibrada, diferentes aspectos do seu desenvolvimento físico e mental. Uma abordagem de promoção de capacidades pessoais oferece à criança/jovem a oportunidade de manter a satisfação das suas necessidades e pode ajudar a atingir mudanças positivas significativas.

IT11.PC04

Instrução de Trabalho — Actividades da Vida Diária

1. MANUTENÇÃO E PARTILHA DAS TAREFAS DOMÉSTICAS

Tal como na família, as crianças e jovens de todas as faixas etárias e com diferentes capacidades podem e devem ajudar nas tarefas domésticas. Estas devem ser partilhadas por todos os que vivem no Lar e a responsabilização da manutenção da casa deverá ser dividida por todos, adultos, jovens e crianças.

Cuidar, regularmente, da casa e da sua manutenção promove a aquisição de hábitos úteis e boas atitudes em relação ao trabalho.

2. PRINCÍPIOS A OBSERVAR NA REALIZAÇÃO DAS TAREFAS DOMÉSTICAS

- A participação nas tarefas domésticas, não pode envolver riscos e têm que ser adaptadas à idade e ao desenvolvimento de cada criança/jovem;
- O trabalho das crianças e dos jovens não deve ir contra nenhum direito, designadamente o direito à educação ou o direito ao descanso, ao lazer, a brincar e a participar em actividades recreativas. Sempre que essas condições sejam respeitadas, a ajuda pedida às crianças/jovens pode contribuir para as preparar para responsabilidades futuras;
- Os adultos têm responsabilidades de orientação e aconselhamento na realização das tarefas;
- Uma lista detalhada assegura que as pequenas tarefas não sejam esquecidas. A avaliação frequente e os elogios são os melhores incentivos para uma contínua ajuda nas tarefas da casa;
- As tarefas devem ser claras, registadas por escrito, distribuídas e asseguradas pelas crianças e jovens;
- As crianças/jovens não têm o dever de participar, mas têm o direito de o fazer desde que se tornaram parte do Lar em que passaram a viver.

IT11.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

3. A LEITURA

A leitura é uma actividade transversal que contribui para a aquisição das competências essenciais a todo o indivíduo activo e interveniente.

A capacidade de se vir a ser leitor depende da oportunidade que se teve na infância de ter livros, de os ler, de os discutir, de ver pessoas à volta que lêem e que gostam de o fazer.

É importante que o Lar esteja atento a estas necessidades e desenvolva estratégias que permitam desenvolver o gosto pela leitura.

3.1. Estratégias para facilitar hábitos de leitura

Para que a criança/jovem possa ganhar hábitos regulares de leitura é preciso:

- Que lhes seja dado ver adultos que lêem e que disso tiram prazer;
- Que adquira familiaridade com o objecto livro/ revista/ jornal / computador;
- Que participem em sessões de leitura colectiva.

Para tal é importante:

- Que se comprem jornais e livros;
- Que se insira no orçamento institucional uma verba para livros, entre os muitos objectos de consumo;
- Que a criança/jovem tenha acesso fácil à Internet, seja em casa, na escola, na biblioteca pública ou num *cyber café*;
- Que se visitem livrarias para que se habituem a desejar livros, a reconhecer as novidades editoriais, a aprender nomes de autores que talvez um dia venha a ler;
- Que se visite a biblioteca pública mais próxima e se familiarizem com o seu funcionamento para vencer as barreiras da inibição;
- Que se visite a biblioteca pública mais próxima, sempre que esta organizar debates ou exposições;
- Que se pergunte à criança/jovem o nome do autor do livro que está a ler e eventualmente o nome da editora, que se fale de outras obras do mesmo autor; que se citem autores do mesmo tipo, mesma cultura, da mesma época;
- Que se fale dos livros que os marcaram;
- Que se leia alto trechos do livro, da revista ou do jornal que se está a ler que, por alguma razão, são mais envolventes;
- Que se incentive a criança/jovem a fazer a sua própria biblioteca;
- Que se incentive a troca, o empréstimo de livros com os amigos, os colegas;
- Que se procure entender que tipo de livros poderão interessar mais a cada um e se oriente as suas escolhas (o Instituto do Livro e das Bibliotecas – IPLB – fornece folhetos e publicações com sugestões de leitura que são distribuídos às bibliotecas públicas e às livrarias);

IT11.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

- Que se conte uma parte de um conto e se pare no momento de maior tensão narrativa “esquecendo” o livro em cima de uma mesa;
- Que se leia um poema em voz alta só porque é bonito ou porque vem a propósito;
- Que não se obrigue as crianças ou os jovens a ler o que não quer;
- Que não se fiscalize a sua leitura, o seu ritmo, o seu interesse;
- Que não haja, em casa, uma televisão ligada em permanência;
- Que se incentive a escola a desenvolver programas de promoção da leitura.

4. A MÚSICA

Aprender música, aprender a tocar um instrumento e a gostar de ouvir música é algo de natural e fundamental – uma autêntica necessidade biológica, psicológica e intelectual.

Esta aprendizagem exige um empenhamento grande da parte da instituição e o estabelecimento de acordos com as instituições da comunidade que tenham recursos artísticos, culturais que possam disponibilizar.

O mesmo se passa com o desenvolvimento do gosto por outras actividades artísticas.

Existem, hoje, na escola, actividades extra-curriculares, tais como clubes de pintura, grupos corais, de modelagem, etc., cuja frequência é habitualmente insignificante. Há que estimular as crianças/jovens para estas actividades, convidar pessoas, artistas empenhados para dialogarem e debaterem com os eles, ensinando-os que a “falta de jeito” é, em muitos casos, apenas, inexperiência.

5. A TELEVISÃO

Um dos enormes poderes da televisão advém do facto de ela condicionar atitudes e opiniões, contribuir para a definição de valores e de modelos de comportamento, individuais e colectivos, familiares e sociais.

As crianças/jovens passam muito tempo frente da televisão e se é de salientar a sua importância como instrumento de informação, de diversão, de entretenimento, de formação cultural e científica, ela é, também, fonte de informações distorcidas e nocivas que em nada podem contribuir para uma formação equilibrada da criança/jovem.

Para que o visionamento televisivo se revista de utilidade para o desenvolvimento e socialização da criança/jovem, é necessário que os adultos, responsáveis pelo seu processo educativo, vejam alguns programas (guerra, violência, sexo) em conjunto, e dialoguem, com eles, acerca de aspectos de natureza relacional, estética, moral, etc.

IT11.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

6. ACTIVIDADES DE LAZER, DESPORTIVAS E CULTURAIS

O Lar tem que criar condições que tornem possível o acesso da criança/jovem institucionalizado, quer no interior da instituição, quer na comunidade em que esta está inserida, a diferentes actividades de lazer que contribuam para o seu desenvolvimento global.

A prática do exercício físico é, para a criança/jovem, tão importante como qualquer outro aspecto dos seus currícula. Com efeito, o desporto representa uma actividade fundamental para o crescimento e para o desenvolvimento equilibrado nas suas dimensões física, intelectual e psicológica. Além disso, a prática regular de exercício físico tem sido associada a um menor risco de comportamentos indesejáveis e anti-sociais, bem como à diminuição dos chamados consumos nocivos – álcool, tabaco e droga.

Na perspectiva das crianças e jovens em risco, a prática de desporto em grupo promove a tolerância à diferença, a capacidade de organização em grupo e de respeitar as suas regras e permite, ainda, a construção colectiva de um objectivo comum.

Por outro lado, o desporto permite dilatar os níveis de resiliência de cada criança/jovem, na medida em que exige a gestão das derrotas sem comportamentos agressivos.

Quanto às actividades artísticas e culturais como ler, ouvir música, desenhar, estar com amigos, são actividades que a equipa técnica das instituições têm o dever de estimular.

7. VISITAS, PASSEIOS, FINS-DE-SEMANA E PERÍODOS DE FÉRIAS COM ELEMENTOS EXTERNOS

As visitas, os passeios, os fins-de-semana e os períodos de férias podem ser passados com as seguintes pessoas:

- Familiares da criança/jovem;
- Pessoas idóneas e próximas da criança/jovem;
- Famílias “amigas” e associadas à instituição (sobretudo, no caso das crianças/jovens não terem contacto com as suas famílias).

• Visitas

Toda a criança/jovem tem direito a receber visitas de familiares, amigos e colegas na instituição.

Dever-se-á procurar que a primeira visita realizada, pelas pessoas mais próximas da criança/jovem (como a mãe, o pai, os irmãos, os avós, etc.), seja feita na primeira semana de acolhimento da mesma. É importante que os técnicos estejam preparados para saber lidar com sentimentos de culpabilidade ou de revolta por parte das pessoas, devendo estas ser ajudadas a entender e a superar esse conflito.

IT11.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ACTIVIDADES DA VIDA DIÁRIA

O Tribunal é a única entidade que pode impedir, para defesa do superior interesse da criança/jovem a realização de visitas. Todavia, é à equipa técnica que compete a primeira sinalização dos factores de risco verificados aquando das interações durante o período de visitas. Como exemplo de factores de risco passíveis de identificação, referimos, as situações de violência verbal ou física e a chantagem psicológica.

As visitas devem ser permitidas sempre que a criança/jovem não esteja ocupada com uma actividade imprescindível de ser realizada nesse momento ou não prejudique o funcionamento normal da instituição.

Será, contudo, conveniente que as visitas sejam previamente agendadas.

No caso de se tratar de visitas regulares (uma ou mais vezes por semana) dever-se-á efectuar um plano de visitas (IMP01.IT11.PC04 – Plano de Visitas) que constituirá um compromisso a ser assinado. Esta estratégia permite que:

- A visita seja sempre possível de se realizar;
- Haja uma maior organização interna, um melhor funcionamento da instituição e um maior controlo sobre as visitas, que devem, em função do número de crianças e jovens acolhidos e de familiares visitantes, serem distribuídas pelos vários dias da semana;
- Exista uma maior estabilidade emocional da criança/jovem, já que terá oportunidade de saber os dias em que vão receber os seus familiares ou amigos;
- Se perceba a capacidade que as pessoas têm em assumir compromissos (como ser pontual, avisar com antecedência caso não possa comparecer, etc.), assim como a vontade e o esforço que demonstram para estar com a criança/jovem.

• Passeios, fins-de-semana e férias

No caso de um familiar ou outra figura significativa para a criança/jovem manifestar vontade de a levar a passear fora da instituição, a equipa técnica terá de avaliar a viabilidade dessa possibilidade, em termos de segurança física e psicológica da criança ou jovem. No caso de se considerar que essa experiência será positiva o adulto, que sai com a criança/jovem, deverá assinar um termo de responsabilidade (IMP02.IT11.PC04 – Termo de responsabilidade de saída da criança/jovem).

No caso dos fins-de-semana e férias e, uma vez avaliadas as condições para que tal aconteça, deverá informar-se o Tribunal ou a CPCJ que se vai iniciar um plano de visitas da criança/jovem a casa, o que poderá constituir um progresso no projecto de promoção e protecção.

IT12.PC04

Instrução de Trabalho — Desenvolvimento de Valores

Os valores são uma marca da identidade que se adquire a partir de múltiplas situações, em contextos diversos e interiorizados, através da reflexão que cada indivíduo faz sobre o mundo que o rodeia.

Recentes investigações concluíram que as crianças/jovens adoptam mais facilmente os valores dos adultos que têm com eles uma atitude democrática e tolerante, rejeitando, com frequência, os valores daqueles que estabelecem com as elas um padrão interactivo marcado pela autocracia e pela negligência. Uma atitude educativa rígida ou negligente fornece às crianças/jovens um modelo pouco sólido de valores.

Principais valores a trabalhar e a desenvolver:

Valores	Significado
Respeito	<ul style="list-style-type: none"> • Agir tendo em atenção o outro
Paciência	<ul style="list-style-type: none"> • Espera reflexiva e cheia de esperança
Constância	<ul style="list-style-type: none"> • Ser perseverante nos projectos e realizações
Prudência	<ul style="list-style-type: none"> • Saber avaliar os meios de que se dispõe para se conseguir o que queremos
Civismo	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir comportamentos de respeito pelos outros
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Responder pelo que fazemos, é dar uma razão para os actos que pratica
Ordem	<ul style="list-style-type: none"> • Pôr as coisas no lugar de forma lógica (desenvolver a capacidade de classificar e ordenar)
Sinceridade	<ul style="list-style-type: none"> • Expressar o que interiormente se sente ou pensa

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Valores	Significado
Confiança	• Acreditar em nós próprios e nos outros
Diálogo	• Trocar ideias
Tolerância	• Suportar; ter paciência perante os erros e falhas dos outros
Criatividade	• Ter capacidade de fazer a partir do nada; de fazer uma coisa nova
Cooperação	• Colaborar, contribuir para um bem comum
Compaixão	• Sofrer com o outro
Generosidade	• Gostar de dar e de “dar-se”
Amizade	• Amar o outro; querer bem ao outro
Liberdade	• Ser e actuar em consequência dos seus valores
Justiça	• Ser exacto; dar a cada um o que é seu
Paz	• Estar de acordo, dialogar, aproximar-se do outro com afecto, sem violência
Alegria	• Manifestar felicidade. Transmitir o sentimento de bem-estar

1. RESPEITO

Falta de respeito	Excesso de respeito
Descortesia	Medo
Insolência	Receio
Grosseria	Respeito que deriva em cumplicidade com temor
Intromissão	

Sugestões práticas

- Respeitar a intimidade da criança/jovem para que ela também aprenda a respeitar a dos outros (Educa-se 90% com o que se faz e 10% com o que se diz).
- Respeitar o espaço pessoal da criança/jovem (não ler os seus diários sem convite ou violar correspondência).
- Permitir que a criança/jovem fale ao telefone em privado.
- Facilitar que tenham endereço próprio de correio electrónico.
- Aproveitar os momentos de visionamento de televisão para “soltar” comentários com a intenção educadora relativamente ao respeito ou à falta de respeito (Uma exclamação ou uma frase breve podem ser mais eficazes que uma longa reflexão que os faça «perder o fio» do que estão a ver. Quando terminar, poderemos iniciar então uma conversa mais profunda).

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Jogo: “Estabelecendo um acordo”Instruções do jogo

Imaginem que são passageiros de um barco que parte à descoberta de uma região do planeta até então desconhecida.

Devido a um problema com o limite de peso permitido, podem ser todos embarcados, menos um. Tem que se decidir qual dos passageiros ficará em terra.

Como fazer?

Procedimento

Antes de se iniciar o jogo lembraremos que, no seu decurso, devemos ser respeitosos e saber escutar todos os participantes.

1. Procede-se à eleição de um moderador.
2. Escolhem-se profissões, por passageiro ou aos pares, justificando-as pela utilidade que terão durante a viagem, apresentando todos os argumentos possíveis.
3. Realiza-se um debate para classificar as profissões por ordem decrescente de importância, servindo para estabelecer as prioridades.
4. Chega-se a acordo através de um sistema de votação que permita estabelecer a classificação final sobre a utilidade das profissões escolhidas. O representante menos votado é o passageiro que não embarca.

Nota: Em todas as situações de reflexão e de discussão em grupo é possível treinar a capacidade das crianças/jovens se aceitarem e se respeitarem mutuamente.

Trabalho manual: “Sinalização nas portas”Material

Cartolina, marcadores ou lápis de cor, cordel, furador, tesoura.

Procedimento

1. Cortar a cartolina em rectângulos do tamanho pretendido.
2. Em cada rectângulo escrever uma mensagem relacionada com respeito, como “Respeitem o silêncio, estou a estudar.” ou “Respeitem o silêncio, estou a dormir.”
3. Pintar os dísticos.
4. Fazer dois furos na parte superior da cartolina.
5. Passar um pedaço de cordel pelos furos e os dísticos ficarão prontos para serem pendurados nas portas.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

2. PACIÊNCIA

Se dissermos “Não” vezes a mais a criança/jovem...	Se dissermos “Não” vezes a menos a criança/jovem...
<ul style="list-style-type: none"> • Sentir-se-á profundamente frustrada • Concluirá que não vale a pena pedir • Não confiará na boa vontade das pessoas • Perderá auto-estima • Pensará que não gostamos dela suficientemente • Procurará, onde quer que seja, quem lhe diga que sim 	<ul style="list-style-type: none"> • Julgar-se-á onipotente • Não saberá enfrentar as frustrações da vida • Poderá tornar-se caprichosa • Deduzirá que a sua vontade não tem limites • Viverá num falso “mundo feliz” • Pensará que quem lhe disser não é porque não a ama • Terá dificuldade em partilhar • Será uma criança ou jovem mimada

Sugestões práticas

- Ensinar a criança ou jovem a aguardar e a esperar.
- Todas as crianças/jovens terão que saber aguardar pela sua vez em diferentes situações (em contextos de jogos, de conversa, para se servir à mesa, entrar e sair de transportes públicos, nas filas, em todas as situações criadas deliberadamente).
- Quando se perceber que uma criança/jovem se encontra à beira da ira, da impaciência ou do nervosismo, poder-se-á pedir com serenidade que conte até dez lentamente, e que faça pela contagem dos dedos.
- O facto das crianças/jovens conhecerem o planeamento dos dias ou serem elas mesmas a planearem o seu tempo, ajuda a tornarem-se mais serenas e pacientes, evitando, assim, nervosismos. O quadro abaixo apresenta questões importantes para que a criança/jovem (sobretudo a partir dos dez anos) faça previsões necessárias:

Meios	Tempo	Consequências
<ul style="list-style-type: none"> • Do que necessitarás? • O que te facilitará o trabalho? • Precisas da ajuda de alguém? 	<ul style="list-style-type: none"> • Quando o vais fazer? • De quanto tempo necessitarás? • Poderão surgir interferências que ultrapassarão o tempo previsto? 	<ul style="list-style-type: none"> • Que resultados poderás obter? • Que acontecerá se não se conseguir terminar? • Como reagirás se não resultar como esperavas? • O que poderá falhar?

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Trabalho manual: “À pesca”Material

Marcadores, marcadores, pano para apagar, tesoura, cartão, plástico autocolante, furador, balde, água, hastes de madeira ou plástico, fio de pesca, cordel ou fio de lã, cliques, cortiça ou madeira prensada.

Procedimento*Os Peixes:*

1. Desenha os peixes com marcadores. Em caso de engano apagar com o pano.
2. Pinta os peixes com marcadores e recorta-os
3. Faz um furo na barbatana dorsal para poderes pescá-los
4. Corta a cortiça em rectângulos
5. Faz um corte profundo no rectângulo de cortiça para encaixar a barbatana ventral do peixe.

As Canas:

1. Amarra o fio de pesca à ponta de cada haste
2. Ata um clip aberto na outra extremidade do fio

Enche o balde com água e põe dentro os peixes a boiar.

Já se pode dar início à pesca.

Sugestão: Pode numerar-se os pedaços de cortiça de um a nove e somar os números correspondentes aos peixes pescados por cada um. Ganha o pescador que alcançar mais pontos.

3. CONSTÂNCIA

Conceitos parecidos, opostos e independentes do conceito de constância:

Meios	Tempo	Consequências
Disciplina	Rigidez	Criatividade
Controlo	Teimosia	Espontaneidade
Tenacidade	Fanatismo	Agilidade
Compromisso	Escravidão	Tolerância
Obrigaçã	Obsessão	Improvisação
Continuidade	Imobilismo	Providência
Resistência	Tacanhez	Liberdade
Perseverança	Fundamentalismo	Flexibilidade
Integridade	Severidade	Pluralismo
Fidelidade	Resignação	Relaxação

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestões práticas

- Fazer ver às crianças/jovens que não é fácil ser-se constante e levar a cabo projectos pessoais sem se passar por momentos de desânimo (poder-se-á, por exemplo, pesquisar sobre a vida de personagens históricas – como Platão, Mozart, Galileu, entre muitos mais – ou de pessoas familiares que, por serem constantes, conseguiram alcançar objectivos difíceis na vida).

4. PRUDÊNCIA

Prudência com mudança longa	Prudência com mudança curta	Prudência com marcha-atrás
<ul style="list-style-type: none"> É a prudência que cada um deve usar nas situações normais, quando a tarefa não reveste especial compromisso nem dificuldade relevante. É a mudança habitual para não queimar o motor e circular com agilidade e cuidado; é económica e com ela percorrem-se longas distâncias sem sobreaquecimentos. Nunca podemos circular sem uma mudança metida, o veículo seria incontrolável. 	<ul style="list-style-type: none"> É a prudência reforçada que usamos em casos complicados, quando nos encontramos numa situação problemática, comprometida ou difícil. É a mudança para desníveis difíceis; abusar dela poderia partir o motor: é mais lenta e supõe um maior desgaste. Muitas vezes é totalmente necessária, se não queremos gripar o motor e ficar parados. 	<ul style="list-style-type: none"> É a prudência que nos faz ir contra a corrente. Chamemos-lhe «objecção de consciência» e pensemos que é agir de uma forma muito ousada. É uma mudança excepcional, muito arriscada, e comporta perigos evidentes que cada um deve estar disposto a assumir. Algumas vezes é a única solução, já que é a mudança mais potente, mas... muito cuidado!

Imprudência por defeito	Imprudência por excesso
<ul style="list-style-type: none"> <u>Por precipitação</u>: quando não paramos para pensar o suficiente sobre se os meios são adequados, correctos e justos. <u>Por temeridade</u>: quando negligenciamos o uso dos meios que nos protegeriam de perigos desnecessários. <u>Por desconsideração</u>: quando não atendemos o suficiente às circunstâncias e agimos como que ofuscados por princípios absolutos. <u>Por negligência</u>: quando não prestamos atenção aos pormenores durante a execução de uma acção; isto faz que o resultado exclua as melhores intenções. 	<ul style="list-style-type: none"> <u>Por engano ou malícia</u>: quando planeamos e usamos meios eficazes, mas eticamente incorrectos, que violam os direitos dos outros. <u>Por previsão desproporcionada</u>: quando queremos excluir toda a possibilidade de erro ou de fracasso. Isto é muito próprio dos indecisos, que querem ter tudo tão bem pensado que acabam por não fazer nada. <u>Por cobardia ou pusilanimidade</u>: quando não se põem em prática aqueles meios que sabemos que são necessários e oportunos porque prevemos que nos causarão inconvenientes. Ser prudente exige, por vezes, ser ousado, comprometido e mesmo arriscado.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestões práticas

- Ajudar uma criança/jovem a ser prudente é ajudá-la a escolher os meios adequados para alcançar os seus objectivos, por meio de um equilíbrio entre a inteligência, a experiência e o senso comum.
- Aproveitar um filme, um desenho animado, uma fábula ou história para que a criança/jovem coloque os “óculos de prudência” para apontar as situações em que as personagens agem de forma prudente ou imprudente.
- Reflectir com as crianças/jovens acerca das imprudências, da violência e dos riscos que a maioria dos videojogos alimentam.
- Ajudar as crianças/jovens a entender que os filmes e os videojogos são ficção e a reconhecer as atitudes que devem ou não adoptar.
- Discutir com as crianças/jovens o que é ter prudência na estrada.
- Discutir e relacionar o conceito de prudência com, por exemplo, os desportos radicais.
- Discutir em grupo situações de imprudência de que tenham tido conhecimento.

5. CIVISMO**Sugestões práticas**

- Promover asseio e higiene na criança/jovem: mãos limpas, unhas limpas e bem cortadas, cara lavada, não usar roupa suja ou rota e mudar de roupa interior todos os dias.
- Transmitir noções importantes para saber como andar na rua: sempre que possível caminhar pelo passeio da direita, atravessar ruas de forma segura e correcta, ajudar os deficientes ou alguém que se aleije e deitar o lixo nos recipientes próprios.
- Ensinar a viajar num transporte público: antes de entrar é preciso esperar para deixar sair, esperar pela sua vez para entrar, dar o lugar a pessoas idosas, mulheres grávidas ou qualquer pessoa que apresente dificuldade em se segurar e estar de pé, não fazer barulho, ouvir música alta ou realizar qualquer outro tipo de comportamento que possa incomodar as outras pessoas, pagar o trajecto.
- Consciencializar as crianças/jovens na forma como devem saudar ou apresentar-se: adiantar-se no cumprimento, cumprimentar mesmo as pessoas que não conhecemos, quando estiver acompanhada deve apresentar igualmente o seu amigo e apresentar-se sempre pontualmente nos locais combinados (sugere-se a realização de exercícios de expressão dramática).
- Ensinar como portar-se à mesa: levar a comida à boca (e não o inverso), utilizar o guardanapo e os talheres, mastigar de boca fechada e não falar de boca cheia, pedir as coisas a que não alcança com um “por favor” e posterior agradecimento (a mesa é um local privilegiado para por à prova a qualidade dos hábitos sociais).
- Desenvolver a capacidade das crianças/jovens a expressarem-se por escrito: responder sempre, depressa e correctamente.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

6. RESPONSABILIDADE**Sugestões práticas**

- As crianças/jovens devem ser ensinadas a responsabilizarem-se pelas suas coisas. Caso se esqueça ou perca alguma coisa na escola deve dar-se instruções à criança/jovem, em idade escolar, de forma a que seja capaz de reencontrar os seus pertences.
- Incumbir as crianças/jovens de realizarem tarefas muito concretas e adequadas à sua idade, como ir fazer um recado, entregar algo a alguém, comprar alguma coisa, etc. Para o desenvolvimento desta competência o mapa de tarefas desempenha uma grande utilidade.
- No final do cumprimento dos deveres ou no final do dia dever-se-á efectuar em grupo uma avaliação da forma como cada criança/jovem sentiu essa experiência (se sentiu alguma dificuldade, se gostou, se ficou satisfeita com a sua prestação, se não ficou o que fará para melhorar na próxima vez).
- Depois de se visionar um filme ou um desenho animado ou de contar uma história, poder-se-á fazer uma reflexão em torno da responsabilidade de cada personagem.
- Efectuar uma lista de profissões e reflectir sobre a responsabilidade que cada profissional desempenha na sociedade (conclui-se que todas as pessoas assumem uma importante função e responsabilidade). Poder-se-á utilizar o mesmo raciocínio perante um contexto diário das crianças/jovens.

Exercício: Livro de apontamentos sobre responsabilidade

Material

Caderno de apontamentos e esferográfica.

Procedimento

A criança/jovem terá de escolher um desafio por semana, algo que já experimentou mas que considera difícil de conseguir, como por exemplo:

- Não dizer palavrões;
- Fazer a cama;
- Arrumar a mesa no fim da refeição;
- Atar os cordões dos sapatos.

Anotar o desafio no livro de apontamentos e escrever a data de início (2ª feira). No fim do dia, antes de dormir, terá de se avaliar e anotar no livro se conseguiu ou não cumprir o desafio proposto. No final da semana (Domingo), caso se tenha avaliado positivamente durante, pelo menos, quatro dias seguidos, escreverá (se não souber escrever alguém o faz por ela): **SOU RESPONSÁVEL.**

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Jogo: Seguindo o chefe

1. Escolhe-se um jogador para ser o guia do grupo.
2. Forma-se uma fila com o guia à frente.
3. Define-se um período de tempo (por exemplo, dois minutos) e o percurso ou espaço para o grupo percorrer, o guia será responsável se levar o grupo para fora dessa área.
4. Enquanto o guia caminha com todos atrás de si, terá, ao mesmo tempo que dar instruções e dar exemplo para que os outros (podendo até incluir-se na fila de adultos) as cumpram (por exemplo, se manda correr, ele próprio terá que fazer).
5. No final do tempo pré-estabelecido o guia vai para o final da fila e fica, então, como guia o que se encontrava atrás dele (o grupo não deverá ter mais que 5/6 elementos).

7. ORDEM

Existe ordem quando

- As coisas estão arrumadas segundo algum critério (tamanho, cor, idade das crianças/jovens, etc.)
- É possível discriminar as coisas
- Se pede e se dá explicações
- Se supera a preguiça
- As coisas são planeadas e se evita a improvisação
- Não se adiam as tarefas
- Existe pontualidade para começar e para terminar
- A improvisação é evitada
- Os relógios estão certos
- Os objectos se encontram no seu lugar
- Se encontra o que se procura
- As etiquetas correspondem aos conteúdos

Sugestões práticas

- É importante ajudar as crianças/jovens a colocar ordem nas suas ideias, no tempo e no espaço. Para tal, é essencial que se lhes dê as orientações e as condições necessárias.
- Para se ordenar as ideias é essencial que a criança/jovem adquira o costume de se interrogar sobre o porquê das coisas até que sejam capazes de encontrar uma resposta coerente.
- Cinco perguntas de ouro para ordenar as ideias e os acontecimentos: Quem?, Onde?, Com quem?, Como? e Quando?

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

- Ensinar as crianças ou jovens, a partir da idade escolar, a utilizar correctamente o relógio (elemento básico para pôr ordem no tempo). Deve reforçar-se o hábito de utilização do relógio. As crianças/jovens devem aprender, progressivamente, a administrar o seu tempo por meio deste recurso.
- Outro aspecto que ajuda a ordenar o tempo é a utilização de uma agenda, logo que a criança/jovem comece a escrever.
- Para a organização do espaço é importante que as crianças/jovens disponham de um espaço físico individual, de arquivos e caixas individuais para guardar ordenadamente as suas coisas. As crianças/jovens devem ser ensinadas a organizar a sua roupa por estações do ano e, de vez em quando, verificarem todas as suas coisas para que escolham aquilo de que já não necessitam ou com o que já não brincam para, então, dar a outras crianças ou jovens (o que também favorece o desenvolvimento de generosidade) e a deitar fora aquilo que já não está em condições.

8. SINCERIDADE**Sugestões práticas**

- A realização de reflexões ocasionais verificada em vários contextos de vida da criança/jovem ou de outros acontecimentos conhecidos permite discutir sobre as consequências de se ser verdadeiro e de se ser falso, conhecer o que cada um pensa sobre pessoas verdadeiras e pessoas falsas, etc.
- Fazer com as crianças/jovens uma lista das situações onde se costuma mentir, o porquê de se mentir nessas situações, possíveis consequências e alternativas socialmente aceites.
- Pedir às crianças/jovens que dêem exemplos de mentiras por cobardia, por vaidade, por comodidade, por inveja, por interesse, etc.
- Quando uma criança/jovem mentir poder-se-á pedir que realize um trabalho construtivo de pesquisa sobre a mentira (utilizando livros, Internet, etc.) para que, posteriormente, o apresente às outras crianças/jovens.

Trabalho manual: “Diário pessoal”Material

Folhas de papel branco ou de cor, caixa de cartão, tesoura, marcador, furador, tecido estampado, cola de madeira e fita.

Procedimento

A criança/jovem terá de escolher um desafio por semana: algo que já experimentou mas que considera difícil de conseguir, como por exemplo:

1. Recortar duas das faces da caixa de cartão, com o mesmo tamanho, para servirem de capas.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

2. Colocar as capas uma por cima e outra por baixo das folhas e, com o furador, perfurar o conjunto.
3. Cortar dois pedaços de tecido um pouco maiores do que as capas, de forma a conseguir dobrá-lo sobre as capas..
4. Colar um cartão no centro do tecido e cortar triângulos nos cantos do tecido, de modo a que a tesoura passe próxima do vértice do cartão.
5. Aplicar outra camada de cola na parte do tecido que ainda falta colar e dobrar no sentido do centro do cartão.
6. Na face interior de cada capa cola uma folha de papel colorido, para lhe dar melhor acabamento.
7. Faz-se o mesmo procedimento com o outro cartão.
8. Depois de completamente forradas as capas, colocam-se as folhas no interior.
9. Passar a fita pelos furos e terminar com um laço.
10. Na capa escrever, com um marcador, O MEU DIÁRIO, ou colocar uma etiqueta com a mesma indicação.

A criança/jovem terá, então, a possibilidade de escrever tudo o que sente ou lhe acontece. Adopta-se, deste modo, o propósito de se ser sincero com o diário, para também o ser com as pessoas. A sinceridade começa nas relações connosco mesmos.

Se a criança/jovem for sincera com o seu diário quando for mais velha poderá recordar as experiências vividas.

Importante: O diário de cada criança ou jovem é pessoal e privado. Não poderá ser violado por nenhuma outra criança, jovem ou adulto.

9. CONFIANÇA

Para que uma criança ou jovem seja seguro é necessário que se sinta capaz de:

Seguro

- Distinguir entre o bom e o mau para ela
 - Ter normas razoáveis que lhes sirvam de guia
 - Saber o padrão de comportamento que deve seguir
 - Os técnicos terem critérios de actuação comuns
 - Reforçar hábitos praticados e valorizados em sociedade
 - Dar sentido positivo ao que lhe acontece na vida
-

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Capaz

- Propor-lhe objectivos adequados
- Evidenciar e apreciar os êxitos das suas experiências
- Tentar que compreenda que os adultos também não conseguem alcançar sempre os seus objectivos
- Ajudá-la a traçar objectivos razoáveis e possíveis
- Elaborar estratégias para conseguir alcançar esses objectivos
- Promover a capacidade de não desanimar perante os fracassos e de procurar soluções e alternativas para eles

Importante

- Acreditar que podem conseguir o que planeiam
- Dispor do que precisam para atingir a meta
- Saber tomar decisões (deixar-se que as tomem)
- Saber solucionar problemas
- Reconhecer e comportar-se quando está angustiada

Única

- Saber que conseguem e podem fazer coisas que outros não fazem
- Perceber que os outros a consideram especial e a admiram
- Ser capaz de se mostrar tal como é
- Desfrutar de que todas as pessoas são diferentes
- Ter capacidades reconhecidas como especiais
- Apreciar coisas singulares

Acompanhada

- Sentir-se amada pelo que é
 - Verificar que lhe é dedicado tempo
 - Sentir que pode partilhar com os outros
 - Relacionar-se com pessoas da sua idade
 - Identificar-se com grupos concretos
 - Seguir de bom grado regras do grupo
 - Sentir orgulho de pertencer a um grupo
-

O que nunca se deve dizer ou pensar

- Podes experimentar, mas aviso-te que não vais conseguir.
- És um desastre, nunca fazes nada bem.
- Vais fazer mal, como sempre.
- Nem tentes, irás de certeza estragá-lo.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

O que nunca se deve dizer ou pensar (cont.)

- Não se pode confiar em ti.
- Não vales nada.
- Eu já sabia que ias fracassar; nunca melhorará.
- Como pude confiar em ti? Quando vou aprender?
- Que pouca sorte tens!

O que nunca se deve comentar

- Não confies em ninguém, só te querem enganar.
- Pensa mal e acertarás.
- Cuida de ti, que ninguém o fará por ti.
- Das pessoas só podes esperar traições.
- Engana antes que os outros te enganem.
- Não confies, nem no teu pai / na tua família.
- Toda as pessoas são mentirosas.

Sugestões práticas

- Para que as crianças ou jovens se sintam valorizadas e importantes poder-se-á realizar uma actividade onde as crianças ou jovens enumerem e registem tudo o que se lembrem que sabem fazer. O adulto poderá no fim ainda acrescentar tudo o que se lembrar sobre cada uma. Em grupo discute-se para que se chegue à conclusão de que todas as crianças ou jovens sabem fazer muita coisa, todas são diferentes umas das outras, todas sabem fazer coisas especiais e diferentes. Muitas coisas ainda hão-de aprender, será apenas uma questão de tempo.
- Valorizar cada criança/jovem quando consegue atingir um objectivo ou quando se tenha esforçado para o conseguir.

Jogo: A estrelaProcedimento

Formar grupos de 6/8 pessoas (é aconselhável que seja um número par). Sentam-se no chão em círculo e dando as mãos, com as pernas um pouco abertas e com os braços quase esticados. Dá-se um número a cada uma.

Pede-se às pessoas pares para se inclinarem para a frente e as ímpares para trás. Deve deixar-se cair para a frente e para trás suavemente até conseguir o ponto de equilíbrio no qual os dois grupos se seguram mutuamente.

A seguir deve alternar-se os que se inclinam para a frente e para trás.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestão:

Depois de se ter jogado à «A estrela» pode iniciar-se uma ronda de perguntas e respostas:

- a) Porque é que não caímos? Porque é que confiamos nos outros e eles em nós?
- b) Porque é que na vida quotidiana nos custa confiar nos outros? Não se trata de esconder a realidade, mas de tentar melhorá-la.

- O avião e o piloto

Material

Lenços ou panos para vendiar os olhos.

Procedimento

1. Cada equipa é formada por dois jogadores, sendo um o avião e o outro o piloto.
2. O que faz de avião tem os olhos vendados.
3. O que faz de piloto orienta à distância o seu parceiro, desde o ponto de partida até à meta.
4. Cada uma das equipas deverá combinar previamente um código secreto, para as instruções a transmitir pelo que faz de piloto.

Por exemplo:

Vermelho: parar

Verde: avançar

Azul: para a direita

Laranja: para a esquerda

5. Vence o primeiro que chegar à meta.

10. DIÁLOGO

Condições necessárias para se dialogar com as crianças/jovens

- Que tenhamos algo para dizer.
- Que queiramos partilhá-lo com outra pessoa.
- Que desejemos ouvir.
- Que desejemos aproximar-nos da verdade.
- Que estejamos dispostos a descobrir os nossos erros.
- Que sejamos capazes de voltar a começar.
- Que admitamos que as crianças/jovens possam ter razão.
- Que reconheçamos que as crianças/jovens possam ser tão inteligentes como nós.
- Que não confundamos a autoridade com a verdade.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Condições necessárias para se dialogar com as crianças/jovens (cont.)

- Que não acreditemos que reconhecer os erros é uma fraqueza.
- Que continuemos a acreditar que “a falar é que a gente se entende”.

Onde nos leva o diálogo?

- A saber mais e melhor.
- A melhorar o nosso sentido crítico.
- A compreender-nos e a compreender os outros.
- A ser melhores.
- A assumir acordos práticos.
- À elaboração conjunta de normas e projectos.
- A melhorar a relação no grupo.
- A obter melhores resultados no trabalho comum.
- A evitar mal-entendidos e conflitos.
- A resolver os conflitos surgidos.

Sugestões práticas

Atitudes e comentários que ensinam a dialogar	Atitudes e comentários que ensinam a não dialogar
<ul style="list-style-type: none"> • Fala, fala! • Estou a ouvir (e... escutar). • Aqui não há temas proibidos (e... praticá-lo). • Eu penso que... • É o meu ponto de vista, que te parece? • Há muito tempo que se faz assim, mas podemos mudar. • Vamos discuti-lo com fundamentos. • É possível que me convenças. • Vamos pensar entre todos. • Neste caso, tens razão. • E... acreditar no que dizemos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cala-te, cala-te! • Escuta-me! (e... não deixar falar). • Em casa não se fala disso (e... praticá-lo). • Isto é assim, e ponto final! • Esta é a verdade. Não se discute mais. • Sempre se fez assim e não vamos mudar agora. • Isso nem se discute; é assim e pronto. • Sempre pensei assim, sempre. • Eu já pensei, de acordo? • Que sabes tu disso? • E... acreditar no que dizemos.

Jogos:

- Mímica

A realização de diálogos mudos são úteis para desenvolver a criatividade de quem faz mímica e a atenção de quem observa e tenta adivinhar a mensagem. Por mímica poder-se-á, por exemplo, expressar um desejo, uma ordem, expressar o título de um filme conhecido, um programa de televisão, um conto popular, uma canção, uma profissão, sentimentos, etc.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

- Era uma vez...

A partir de uma fotografia, de um desenho ou banda desenhada, convidar as crianças/jovens a explicar o que se passa, a criar uma história, etc. Todas as crianças/jovens poderão referir diferentes elencos, todos eles possíveis, desde que sigam e expliquem a sua lógica. Desta forma, as crianças/jovens desenvolvem a sua capacidade de diálogo e de comunicação.

- O que quer dizer?

Outro exercício que se poderá fazer é seleccionarem-se frases simples e expressões com as crianças/jovens para que sejam por elas reproduzidas em tons e modelações de voz diferentes para que os outros adivinhem o sentido e a intenção do emissor (por exemplo, se está zangado, preocupado, feliz, com medo, desconfiado, etc.).

- Quem é quem?

Uma das crianças/jovens identifica uma personagem conhecida por todos (actor, político, colega, etc.), para que posteriormente os restantes façam perguntas, no sentido de se conseguir identificar essa personagem, a que o eleito irá responder “sim” e “não”. Quem identificar primeiro a personagem tem que pensar numa nova personagem para passar a responder às questões que lhe são levantadas (caso se verifique que o grupo é muito heterogéneo e que, dificilmente, algumas crianças/jovens conseguiram participar e descobrir as personagens, dever-se-á fazer uma lista de ordem de participação). É importante que se respeite e se mantenha a ordem de participação entre as crianças/jovens.

11. TOLERÂNCIA

Realmente tolerante	Parcialmente tolerante	Realmente intolerante
<ul style="list-style-type: none"> • O que tenta compreender os que, na sua opinião, se enganam. • O que se aproxima dos que pensam de maneira diferente. • O que pensa que toda a gente tem virtudes e defeitos. • O que pensa: por sorte, todos somos como somos. • O que diz: como somos maus! • O que está convencido de que na diversidade está o prazer. • O que procura a verdade nos outros. • O que gosta de perguntar. 	<ul style="list-style-type: none"> • O que perdoa e dissimula os erros dos outros. • O que não ataca os que pensam de maneira diferente. • O que pensa que faz parte do grupo saudável da sociedade. • O que pensa: eles têm pena de ser como são. • O que diz: como as pessoas são más! • O que tem saudades de tempos e costumes de maior importância. • O que mostra a verdade aos outros. • O que gosta de responder. 	<ul style="list-style-type: none"> • O que pensa que tem sempre razão e que os outros estão enganados. • O que se afasta dos que pensam diferente dele. • O que diz que há raças e culturas superiores a outras. • O que quer que toda a gente pense de maneira igual (igual a ele, claro). • O que diz: só eu é que sou bom! • O que diz que há excessivas formas de pensar. • O que pensa que a liberdade é um mal. • O que não quer ouvir.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestões práticas

- É importante que os adultos comecem por dar o exemplo na aceitação e respeito pela diferença, ou seja, o primeiros a exercitar a não discriminação, mostrando às crianças/jovens que se deve comportar com naturalidade perante a diferença.
- Salientar as vantagens que existem em sermos todos diferentes e termos todos habilidades e características próprias.

Jogos:

- Eu gosto, tu gostas

Fase individual: Cada criança/jovem escreve três coisas que gostam de fazer e três que não gostam.

Fase em grupo: Reflectir em conjunto sobre três coisas que gostam e que não gostam de fazer em conjunto.

Fase final: Reflectir sobre as dificuldades que sentiram para chegar a um acordo (poderá não se ter conseguido).

A primeira finalidade desta actividade consiste em verificar que somos todos diferentes.

A segunda é convencer-nos da dificuldade de juntar esses gostos diferentes.

E a terceira é verificar que, com esforço, podemos estar de acordo em algumas situações.

- Semelhanças e diferenças

Reúnem-se grupos de três crianças/jovens (quanto maior o número maior a exigência da tarefa). As três terão que identificar três semelhanças e três diferenças entre si. No final apresentam-se as conclusões de cada grupo e reflecte-se, em conjunto, sobre as soluções que se arranjam para todos conviverem com as diferenças e sobre as vantagens de complementaridade resultantes dessas diferenças.

12. CRIATIVIDADE

Valores associados à criatividade	Valores associados à anti-criatividade
Imaginação	Conformismo
Iniciativa	Impaciência
Originalidade	Dependência
Crítica	Submissão
Curiosidade	
Independência	
Concentração	

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestão prática

- Para que a criança/jovem desenvolva a criatividade, é importante que o adulto não assuma uma atitude autoritária inflexível pois corta a liberdade para o desenvolvimento da espontaneidade. É necessário que se dê espaço para o erro e para a experimentação.

Jogos:

- Chuva de ideias

No dia a dia, poder-se-á recorrer à “chuva de ideias” com as crianças ou jovens para resolver determinadas situações práticas (por exemplo, reciclar materiais utilizados na instituição para construir disfarces para o Carnaval) ou reflectir sobre problemas hipotéticos (encontrar soluções possíveis para o caso de se romper um sapato, durante uma excursão a pé num dia de chuva, encontrar-se semelhanças entre um avião e uma escola, etc.).

- Desenho imaginado

Preparação do jogo: numa folha branca fazem-se algumas linhas, arcos, traços variados e pontos. Depois tiram-se fotocópias suficientes para que cada criança/jovem fique com uma folha.

Cada criança/jovem terá que, a partir do conjunto de elementos apresentados, imaginar o que poderá desenhar, de forma, a dar sentido ao desenho.

Posteriormente, todos apresentam os desenhos realizados e discutem-se, em conjunto, as diferenças verificadas. Deve concluir-se que essas diferenças são resultado da criatividade de cada um.

13. COOPERAÇÃO

Ver os outros como “salva-vidas”	Ver os outros como elementos da mesma equipa
<ul style="list-style-type: none"> • Aproveito-me pessoalmente dele. • Se eu o tenho, não pode ter outro. • Eu exijo-o aos outros. • Quando o tenho, posso prescindir dos outros. • Eu sou o chefe. • Se não mo dão, recrimino os outros. • Eu posso salvar-me mesmo que os outros não o possam. • Apesar de o ter, posso ficar sózinho no meio do oceano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o bem de todos. • Quanto mais eu tiver, mais terá a equipa. • Todos exigimos uns dos outros. • Nunca posso prescindir do resto dos componentes da equipa. • É possível que outro dirija o grupo. • Se não ganharmos, torna-se muito difícil atribuir a culpa a um só. • Nunca ganho nem perco sózinho; ganhamos ou perdemos todos. • Nunca ficarei sózinho, tenho sempre a equipa comigo.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Ver os outros como “salva-vidas” (cont.)	Ver os outros como elementos da mesma equipa (cont.)
<ul style="list-style-type: none"> • Nunca me ajudará a nadar nem me encorajará a fazê-lo. • O que tem de bom é que nunca pensarei prescindir dele. • O que tem em comum com a equipa... é que é imprescindível. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar-me-ão em momentos difíceis e animar-me-ão. • O que tem de mau é que é possível que um dia tenha de prescindir dela. • O que tem em comum com o salva-vidas... é que é imprescindível!

Sugestões práticas

- Sempre que possível, as actividades diárias deverão depender da cooperação, da inter-ajuda e da partilha de responsabilidades entre as crianças/jovens e os adultos.
- Fazer com que as crianças ou jovens concluam na prática que se todas colaborarem e cooperarem para que tudo se torne mais fácil para cada uma.
- Promover, sobretudo, jogos cooperativos (em vez de competitivos), sobretudo quando se verifica muita rivalidade entre as crianças.
- Perante jogos competitivos destacar o que há neles de positivo: estímulo, motivação, respeito pelas regras, aceitação da derrota, superação do desânimo, influência do acaso, etc.).
- Reflectir sobre a necessidade de existir cooperação entre inúmeras pessoas, por exemplo, para construir um prédio, manterem em funcionamento uma escola, uma equipa de futebol, etc.

14. COMPAIXÃO**O processo de aprender compaixão implica:**

1. Conhecer as suas próprias emoções
2. Controlar as suas próprias emoções
3. Motivar-se a si próprio a melhorar
4. Reconhecer as emoções dos outros
5. Controlar as relações com os outros

Não confundir compaixão com...

- Fraqueza sentimental.
- Chorar perante os dramas da televisão... e ficar indiferente perante os dramas da realidade.
- Dizer “pobrezinho”... e não fazer nada para o ajudar.
- Apenas sentir... e nada fazer.
- Falta de esperança.
- Inabilidade.
- Passividade.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestões práticas

- Quando se verificar que uma criança/jovem alterou o seu estado de humor, dever-se-á perguntar como se está a sentir e porquê, não por curiosidade, mas para que seja capaz de verbalizar e exteriorizar o seu estado emocional. Ter-se-á de ajudar a expressar por palavras o seu estado de ânimo, pois não é fácil para ela, sobretudo quando não está acostumada a fazê-lo.
- Deve ajudar-se as crianças/jovens a identificar os estados de ânimo também nos outros, por exemplo enquanto se vê televisão, e até mesmo no seu dia-a-dia, com as outras crianças/jovens e adultos.
- A compaixão, para além do reconhecimento das próprias emoções e as das outras pessoas, envolve também a capacidade de ter afectividade e de se ser voluntário para ajudar sempre que seja necessário. A melhor forma que os adultos têm para contribuir para o desenvolvimento deste valor é através do seu próprio exemplo.

15. GENEROSIDADE**É-se generoso através de...**

Gestos	Palavras	Silêncios
<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento convicto. • Olhar atento. • Mãos afectuosas. • Ajuda amável. • Apoio eficaz. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tom suave. • Elogio sincero. • Correção sóbria. • Alento optimista. • Diálogo verdadeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ouvido atento. • Espera compartilhada. • Dor acompanhada. • Permanência ao lado. • Convite ao silêncio.

Educa-se a generosidade se...

- O adulto, antes de dar dinheiro, oferecer tempo, atenção, apoio, compreensão, etc..
- Se pedir à criança/jovem que dê 1% e que os adultos dêem outro 1%.
- Os adultos forem generosos, mesmo que as crianças/jovens não estejam atentas.
- Se transmitir que a generosidade não depende do dinheiro.

Não se educa a generosidade se...

- O adulto começar por dar dinheiro antes de se dar a si.
- Se pedir à criança/jovem que dê 1% e que os adultos dêem 0,5%.
- Os adultos não são generosos porque julgam que as crianças/jovens não reparam.
- Se transmitir que os ricos têm mais possibilidades de ser generosos.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Sugestões práticas

- É importante habituar as crianças/jovens a agradecer. Quando se esquecem de o fazer em vez de se referir “Então, não agradeces?” é preferível utilizar um código, pois ajuda a criança/jovem a recordar-se nas próximas vezes (por exemplo dizendo “E a palavra mágica?”).
- Não existe inconveniente nenhum em dar uma pequena lembrança à criança/jovem sem qualquer motivo aparente (ou seja, sem ser o seu dia de aniversário, o Natal, etc.). O conceito de oferta e de generosidade é positivo desde que não seja associado à obrigação de oferecer.

Apreende-se a ser generoso quando...

- Se conversa com um amigo íntimo que nos conta as suas preocupações.
- Se faz companhia a um idoso que vive só.
- Se passa algum tempo com pessoas que não têm família ou apoio social.
- Se acompanha um grupo de deficientes a dar um passeio.
- Se conversa e se faz companhia a doentes.
- Se colabora numa associação cultural com poucos recursos.
- Se faz umas horas de voluntariado social.

16. AMIZADE

Principais características da amizade:

Querer o bem e a felicidade do amigo

- A amizade é uma forma de amar e, por isso, implica o desejo de que a pessoa amada esteja bem e seja feliz.
- A amizade não pode magoar.

Reciprocidade

- A amizade é um sentimento mútuo; existem amores anónimos, mas é impossível existirem amizades anónimas.

Especificidade

- Os amigos são concretos; sabemos quem são, uma vez que a amizade não é uma relação difusa e indefinida. Não podemos ser amigos de todas as pessoas.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Principais características da amizade (cont.)

Igualdade

- A amizade não aceita diferenças que criem uma relação de dependência, de submissão, de superioridade, de inferioridade e de hierarquia. Respeitar as características de cada um é um elemento essencial na amizade.

Desejo de estar juntos

- Os amigos desejam ver-se com assiduidade, desejam o diálogo frequente para se comunicar sentimentos, ideias, vivências, projectos, desejos, etc. A ausência enfraquece a amizade.

Confiança mútua

- A relação de amizade baseia-se na confiança total, na sinceridade, na discrição e na transparência. Deve sentir-se segurança absoluta um no outro.

Liberdade

- A amizade é fruto da liberdade e deve suscitar uma maior liberdade. Os amigos não se impõem, encontram-se por casualidade e derivam de uma escolha pessoal e livre.
-

Sugestões práticas

- As crianças/jovens devem sentir que, no ambiente em que vivem, se estabelecem relações de amizade e de partilha, tanto entre as crianças/jovens como entre adultos, como, também, entre as crianças/jovens e os adultos.
- Fazer reflexões ocasionais com as crianças/jovens sobre factos, ocorridos na instituição ou na escola, que evidenciem alguma característica positiva ou negativa da amizade.
- Perguntar às crianças/jovens as razões pelas quais consideram uma pessoa sua amiga e o que distingue uma pessoa amiga de uma que não o seja. Reflectir sobre os aspectos comuns e divergentes entre as várias opiniões.
- Reflexão sobre as características que identificam em pessoas que conhecem e que consideram que têm facilidade em fazer amigos. Falar, de forma informal, sobre o que é necessário para fazer e manter amizades.
- Com os jovens, poder-se-á levantar uma reflexão comparativa entre as características das amizades que tiveram enquanto eram mais pequenos e as características das amizades actuais.
- As crianças/jovens zangam-se facilmente com os seus companheiros por motivos banais. Há que acalmá-las, levando-as a reflectir sobre esses pequenos incidentes e dando importância à amizade.

17. LIBERDADE

Sugestões práticas

- Estabelecer diálogos com as crianças/jovens sem tabus.
- Permitir que tomem decisões, deixando margem de manobra, mas pedindo responsabilidade.
- Oferecer às crianças/jovens propostas alternativas e confiar na sua escolha. A liberdade só é possível quando se possui a capacidade de escolha.
- Quebrar esquemas com criatividade, criticando as suas decisões e relativizando os seus absolutismos. Isto é, ocasionalmente os adultos devem manter uma posição crítica como estratégia de estímulo, perante a qual a própria criança/jovem terá de ser capaz de encontrar alternativas (“E se...”, “Que aconteceria se...”, “Suponhamos que...”). Contribuindo, deste modo, para que a criança/jovem desenvolva um pensamento crítico e responsável, ou seja, cada vez mais livre e independente.
- Fazer entender a diferença entre liberdade e libertinagem. A única e verdadeira liberdade é a que implica responsabilidade.
- Encorajar as crianças/jovens no fracasso, reconhecer os seus êxitos, elogiar as suas habilidades e corrigir as suas falhas.
- Tomar decisões partilhadas com as crianças/jovens e respeitar os acordos realizados com elas, valorizando as suas opiniões e gostos.
- Quando necessário, o adulto, deverá impor-se, tendo o cuidado de transmitir à criança/jovem a sensatez dessa decisão e explicando que não é fruto de um autoritarismo gratuito ou abusivo, mas de uma reflexão serena de quem tem o dever de zelar pelo seu bem.
- Incitar as crianças/jovens para uma sociedade democrática, pelo respeito das leis e dos limites da liberdade, de forma a conciliar a vida colectiva e a liberdade individual de cada um. Dever-se-á aproveitar situações de eleições para explicar às crianças/jovens os mecanismos democráticos da sociedade, os deveres e direitos da maioria, o respeito pelas minorias. Falar também sobre os aspectos menos positivos da sociedade, como o da corrupção que pode corroer a liberdade de um povo inteiro.
- Desenvolver estas atitudes e comportamentos no dia-a-dia do Lar.
- Promover a participação das crianças/jovens nas reuniões sobre funcionamento e as dinâmicas institucionais (por exemplo, a existência de uma Assembleia com regularidade mensal).

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

18. JUSTIÇA

Justiça	Falsa Justiça
<ul style="list-style-type: none"> • Respeito • Paciência • Constância • Prudência • Civismo • Responsabilidade • Ordem • Sinceridade • Confiança • Diálogo • Tolerância • Criatividade • Cooperação • Compaixão • Generosidade • Amizade • Paz • Alegria • Solidariedade • Austeridade • Valores 	<ul style="list-style-type: none"> • Escravatura • Impotência • Obstinação • Cobardia • Hipocrisia • Prepotência • Opressão • Insulto • Traição • Demagogia • Fraqueza • Elitismo • Conspiração • Sarcasmo • Paternalismo • Falsa amizade • Repressão • Alucinação • Chantagem • Avareza • Burla

Sugestões práticas

- Fazer, ocasionalmente, reflexões com as crianças/jovens sobre acontecimentos que tenham ocorrido na instituição, na escola, etc. Nestes momentos as crianças/jovens devem falar sobre as situações em que foram injustas e/ou que tenham sofrido alguma injustiça. Procurar em conjunto soluções para cada situação.
- Pedir às crianças/jovens que façam uma investigação (nas notícias dos jornais, na Internet, filmes, etc.) para apresentarem uma situação de injustiça e uma situação de justiça.
- Organizar dilemas e apresentá-los às crianças/jovens para que encontrem uma ou mais do que uma solução justa para cada situação.
- Discutir a simbologia da balança para a justiça (por vezes também se encontra uma imagem de uma mulher de olhos vendados a segurar numa balança como símbolo da justiça).
- Numa instituição as crianças/jovens têm que partilhar um mesmo espaço com outras crianças/jovens, não tendo, na verdade, nenhuma delas um espaço que possa considerar só seu (muito provavelmente até a sua cama, o roupeiro e gavetas que utiliza já foram ou serão futuramente utilizadas por outras crianças/jovens). Neste contexto, é importantíssimo que se faça uma lista de bens pessoais. Inclusivamente poder-se-á agrupar esses bens em diferentes secções para constatar a sua multiplicidade e variedade.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

19. PAZ

Sugestões práticas

Podemos...	Mas não podemos...
<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar tanques, espingardas e pistolas de brincar. • Proibir que haja brinquedos bélicos. • Tirar de casa todos os brinquedos de guerra. • Oferecer às crianças/jovens um brinquedo de construção. • Brincar com elas e ensiná-las a ser cooperantes. • Não estar de acordo em que se ofereça uma magnífica pistola de plástico. • Criar um ambiente pacífico no contexto diário da criança/jovem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar que emitem a forma de uma pistola com os dedos. • Proibir que em casa de um amigo ou na escola as haja. • Eliminar todos os paus e pedras da rua. • Evitar que se atirem pedras à cabeça. • Evitar que não se dêem pontapés por baixo da mesa. • Afastá-las do mundo em que vivem.

- Identificar em desenhos, filmes, histórias ou mesmo em costumes culturais símbolos e gestos pacíficos.
- Fazer, com as crianças/jovens, uma lista de pessoas ou de situações em que se zangaram ou que se poderiam ter zangado durante o dia ou durante a semana. Procurar analisar os motivos dessas zangas, assim como sugerir soluções para que as evitem e apoiar as crianças/jovens quando partilham uma situação em que tenham conseguido evitar um conflito.
- Investigar sobre a lista de Prémios Nobel da Paz.
- Votação pelas crianças/jovens para eleger o vencedor ao Prémio Nobel da Paz da semana. Cada criança/jovem, no momento da sua votação, terá de apresentar ao grupo pelo menos um argumento para essa votação. Ter-se-á de explicar que a votação não deverá ter a ver com o facto de se ser mais amigo ou não, mas sim com a manifestação de uma atitude pacífica por essa criança/jovem tenha tido ao longo de uma semana. Em caso de empate poderá haver mais que uma eleita.

Jogos:

- Jogos de palavras

Fazer versos de duas linhas com rima terminada em “az” de forma a rimar com Paz ou

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

pequenos poemas sobre a Paz. Colocar numa cartolina os poemas e decorá-la para colocar numa parede.

Compôr uma lista de palavras que se relacionem com a Paz

- O jogo da pena/do balão

Podem participar duas, três, quatro ou mais pessoas.

Consiste em manter uma pena no ar soprando-a e não a deixando cair no chão.

Também se pode utilizar um balão, mas neste caso em vez de soprar toca-se com as mãos.

Este jogo desenvolve o conceito de grupo e cria um ambiente descontraído, evitando a competitividade e os conflitos.

20. ALEGRIA

Em primeiro lugar é importante reconhecer o tipo de reacções que as crianças/jovens podem apresentar perante situações de tristeza ou de frustração:

Tipo de reacção	Como funciona?	Expressões comuns	Vantagens	Desvantagens
Considera estas situações terríveis	<ul style="list-style-type: none"> • Aquilo que não pode conseguir transforma-se numa pesada carga e parece-lhe impossível. • Não consegue tirar da cabeça o obstáculo frustrante, que se transforma numa obsessão. • Às vezes tenta dar-lhe pouca importância para não sentir o seu fracasso com tanta veemência. 	<ul style="list-style-type: none"> • “É demasiado para mim.” • “Nunca o conseguirei.” • “Se o tivesse, passar-me-ia...” • “É superior às minhas possibilidades.” • “Pois eu quero e quero!” • “Tanto faz, terei outro melhor.” • “Não era tão bonito como pensava.” • “Se não me convidaram, pior para eles.” 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece a importância do obstáculo. • Por reacção, pode relativizar o seu impacto. 	<ul style="list-style-type: none"> • A capacidade de reacção positiva paralisa. • Por reacção, pode chegar a negar a sua existência real.

IT12.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — DESENVOLVIMENTO DE VALORES

Tipo de reacção	Como funciona?	Expressões comuns	Vantagens	Desvantagens
Tenta defender-se	<ul style="list-style-type: none"> Procura um culpado para canalizar a frustração que sofreu e adopta uma postura contra os outros. Às vezes culpa-se a si própria, embora costume alegar uma desculpa. 	<ul style="list-style-type: none"> “Fizeste-me cair.” “O professor não gosta de mim.” “Mandaram-me sempre a mim.” “A culpa é tua!” “Sou incapaz de o conseguir.” “Eu não nasci para isto.” “Não me tinham explicado.” “Perdi por parvoíce.” 	<ul style="list-style-type: none"> Descarga a agressividade que a frustração cria. Pode reconhecer as próprias responsabilidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Essa agressividade pode criar novos problemas. Por auto-acusação podem surgir culpabilidades doentias.
Procura soluções	<ul style="list-style-type: none"> Procura uma ajuda para superar a frustração, reclama soluções, legítimas ou ilegítimas. Ela mesma procura a solução ou decide ter paciência até que se solucione. 	<ul style="list-style-type: none"> “Ajudas-me, por favor?” “Emprestas-me?” “Preciso de dinheiro, dás-me?” “Compra-me outro.” “Verás como o arranjo.” “Não voltarei a fazer.” “Fá-lo-ei bem quando for maior.” 	<ul style="list-style-type: none"> Procura um caminho para ultrapassar a frustração. A paciência pode dar objectividade e serenidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Pode criar-se uma confiança excessiva na solução. A demora pode transforma-se em refúgio de ineficácia ou preguiça.

Bibliografia recomendada:

- Blanco, L. & Carbonell, S. (2002). Jogos em família. Lisboa: Âncora Editora.
Pons, E. P. & González, I. L. (2003). Valores para a convivência. 3 Volumes. Setúbal: Marina Editores.

IT13.PC04

Instrução de Trabalho — Os Brinquedos

Ao longo do seu desenvolvimento, as crianças/jovens necessitam de estímulos diferentes, pelo que a escolha dos brinquedos deve partir da consciência dessas diferentes necessidades. Assim, é compreensível que um brinquedo que agrada um bebé de dois meses não desperte interesse relevante a uma criança de dois anos.

A escolha dos brinquedos deve, ainda, respeitar os gostos individuais de cada criança/jovem.

IT13.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — OS BRINQUEDOS

Brinquedos apropriados para cada idade

5 a 9 anos de idade

- Estas crianças são mais criativas e mais activas do que as mais novas. Sabem escrever, fazer actividades plásticas e usar brinquedos mecânicos simples como comboios e carros.

- Os brinquedos adequados são: material de artesanato, corda de sal-tar, marionetas, livros, comboios eléctricos (após os oito anos), bicicletas, patins, jogos de mesa, equipamento desportivo. Verifique as pilhas dos brinquedos periodicamente.

9 a 14 anos de idade

- Estas crianças/jovens já têm gostos definidos por hobbies e actividades científicas.

- Brinquedos apropriados incluem: computador, microscópio, jogos de mesa e de tabuleiro, equipamento para desportos colectivos.

Existe igualmente a possibilidade das crianças (a partir dos 4/5 anos) criarem e construírem os seus próprios brinquedos. Todas as crianças, desde muito cedo, têm tendência a de adoptarem ou transformarem um qualquer objecto num brinquedo (por exemplo, utilizando uma colher num microfone). Essa habilidade é um indicador de inteligência, adaptabilidade e criatividade das crianças, contudo, face às facilidades oferecidas por uma sociedade de mercado e industrial essa capacidade é cada vez menos utilizada e assim menos desenvolvida.

Todos os brinquedos excessivamente elaborados impedem que a criança use a sua criatividade, a sua intervenção encontra-se predeterminada pelo mundo que o adulto cria para ela.

IT13.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — OS BRINQUEDOS

Questões importantes sobre os brinquedos, jogos e os contextos de diversão das crianças**P: Pode um brinquedo ser divertido e pedagógico?**

R: A primeira e principal função de um brinquedo ou de um jogo é divertir por meio da acção, da visão, da sua construção, etc. Pouco ou nada interessa à criança se o brinquedo poderá ser uma fonte de aprendizagem. Porém qualquer pessoa, criança ou adulto, aprende, cria e descobre por meio da brincadeira e da actividade livre da inteligência. Assim, o adjectivo “pedagógico” ou “educativo” pode associar-se a qualquer brinquedo que estimule o desenvolvimento físico, social, emocional ou da inteligência, ao mesmo tempo que diverte. A diversão é o principal meio para a motivação do uso e da repetição; o que favorece o processo de aprendizagem.

P: Deve distinguir-se os brinquedos de raparigas e de rapazes?

R: Os brinquedos permitem à criança a imitação e a reprodução daquilo que observam. Isso faz com que haja, por exemplo, uma tendência dos rapazes preferirem brincar com carros e as raparigas com utensílios de casa. Por meio da brincadeira vão construindo a sua identidade. Embora se deseje que a rapariga desenvolva audácia, iniciativa e valentia, e que os rapazes adquiram sentido de estética, sensibilidade e ternura, parece que se receia que uma criança manifeste interesse por brinquedos, habitualmente, destinados ao sexo oposto. Todavia, não se deve impor gostos nem interesses às crianças. Pelo contrário, deve oferecer-se as mesmas possibilidades para satisfação de curiosidade e desenvolvimento de atitudes.

P: Por que é que os brinquedos podem ser perigosos?

R: Por que podem causar intoxicação por elementos químicos como pilhas, mercúrio, chumbo, plásticos. Arestas ou formas pontiagudas podem cortar e ferir. Brinquedos de pano podem engasgar ou sufocar. Há brinquedos que podem ser inflamáveis. Brinquedos pequenos podem ser engolidos

P: Como proteger a criança durante a utilização dos brinquedos?

R: Deve estar-se atento na escolha de brinquedos adequados à idade da criança, procurando brinquedos testados e certificados com o selo CE. Deve, igualmente, supervisionar-se a criança enquanto brinca para evitar que ocorram acidentes, interagir e participar nas brincadeiras com crianças. Ensinar a guardar os brinquedos depois de os usar, como atitude de prevenção a acidentes. Deve fazer-se a manutenção dos brinquedos (alguns podem estar partidos, velhos e ter características que podem causar ferimentos).

P: Por que é que as crianças correm riscos nos parques?

R: Devido à fragilidade das crianças, de um meio ambiente inadequado e da falta de supervisão por parte dos adultos. O estado de conservação dos brinquedos, o tipo de piso ou superfície, o risco

IT13.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — OS BRINQUEDOS

da criança se perder em espaços muito amplos são alguns dos perigos que os adultos devem testar nos parques ou *playgrounds* onde as crianças brincam.

P: Como proteger as crianças nos parques e *playgrounds*?

R: Supervisione constantemente a criança, mesmo à distância. Verifique se as condições dos brinquedos e dos equipamentos podem aumentar os riscos de acidente por falta de manutenção, como por exemplo parafusos à mostra, partes enferrujadas, pontas, etc. Procure vestir a criança com roupas coloridas e bem visíveis, que facilitem a sua localização. Proporcionar à criança a utilização apenas de brinquedos adequados à sua idade ou tamanho. Se não houver indicação de segurança no parque e tiver dúvidas, não os deixe utilizá-lo até ter certeza da sua segurança.

Bibliografia recomendada:

- Llop, L. & Muriscot, O. (2006). Enciclopédia dos pais: Jogos e actividades – Parte 1. Casais de Mem Martins: Presselivre.
- Stoppard, M. (2002). Os primeiros anos do seu filho: Como descobrir e desenvolver as potencialidades das crianças. Livraria Civilização Editora.

IT14.PC04

Instrução de Trabalho — A Mesada: Uma Forma de Aceder à Autoconstrução

A atribuição de uma mesada às crianças/jovens acolhidos é consagrada na legislação actual. Cabe às instituições o estabelecimento de critérios justos e proporcionais na sua atribuição.

A mesada, também designada por semanada ou dinheiro de bolso, é uma prática que a vida moderna tem vindo a difundir. Compreende uma certa quantia de dinheiro, dada com regularidade, por um adulto a uma criança/jovem com a finalidade de ser gerida de acordo com os seus interesses e necessidades.

Mesmo sendo uma prática usual, há quem, por não reconhecer as suas vantagens para o desenvolvimento da criança/jovem, a não proporcione.

Os adultos, ao responderem constantemente às necessidades e solicitações das crianças/jovens, não permitem que estes acedam à aprendizagem da gestão financeira e à consciencialização dos custos dos bens materiais e do seu valor real.

Valor educativo da mesada

Com efeito, a mesada constitui, em si mesma, uma oportunidade para:

- Se realizar um conjunto de aprendizagens de forma progressiva;

IT14.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — A MESADA: UMA FORMA DE ACEDER À AUTOCONSTRUÇÃO

- Desenvolver funções intelectuais e sócio-afectivas;
- Tornar-se mais responsável;
- Planear, gerir e hierarquizar necessidades;
- Diferir no tempo, a realização dos desejos e impulsos mais imediatos (i.e., os seus interesses);
- Reflectir sobre o valor das coisas;
- Aprender, na prática, o valor do dinheiro;
- Gerir economias de forma autónoma e responsável pela impossibilidade real de satisfazer todas as suas vontades;
- Lidar e superar situações de frustração;
- Priorizar os seus interesses;
- Dar um maior valor pelas suas conquistas;

Educar e sensibilizar para os valores da humanidade

A gestão da mesada, feita pela criança/jovem, permite a sensibilização da criança/jovem para os valores da humanidade:

- Desenvolvimento de uma maior confiança e lealdade entre a criança/jovem e o adulto;
- Maior consciencialização das dificuldades económicas, muitas vezes, sentidas pelos pais;
- Noção da relatividade do valor do dinheiro;
- Capacidade para avaliar o que correu melhor e pior (inicialmente em conjunto com o adulto e, progressivamente, de forma mais autónoma);
- Compreensão da importância do erro num processo de aprendizagem.

Será que a mesada deverá ser suficiente para que o jovem possa comprar presentes aos amigos e aos familiares?

O facto das crianças/jovens terem a oportunidade de oferecer presentes significa que:

- Pensam e preocupam-se com as pessoas de quem gostam;
- Desejam agradar;
- Mediatizam o seu afecto em algo por si escolhido (pelo que é muito importante, os adultos responsáveis por elas, não influenciem, não façam comentários negativos nem substituam a sua escolha);
- Descentram-se de si próprias: afastam-se das suas necessidades e problemas;
- Potenciar as suas atitudes perante os outros.

Contudo, é de extrema importância fazer-lhes entender que o que conta é a verdadeira e sincera intenção, não tendo ou devendo comprar presentes dispendiosos, ou ficar triste por não o fazer.

IT14.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — A MESADA: UMA FORMA DE ACEDER À AUTOCONSTRUÇÃO

Quanto, como e quanto?

A quantidade e a frequência da atribuição da mesada depende da:

- Idade;
- Maturidade;
- Personalidade;
- Do facto da criança/jovem estar ou não habituado a controlar algum dinheiro.

Contudo, em média, começa-se a dar mesada às crianças por volta dos 10 anos de idade.

Nos primeiros tempos é aconselhável:

- Disponibilizar o dinheiro semanalmente (depois às quinzenas e, por fim, ao mês);
- Pequenas porções de dinheiro;
- Ajudar a criança na organização e gestão das suas finanças (através de exemplos concretos e de modelos de registo das despesas – importante estratégia para ultrapassar as dificuldades inicialmente vivenciadas).

PLANOS DE GASTOS

Crédito para a semana de 13 a 19 de Novembro: €10 (+ €2 economizados na semana anterior) = €12

DESPESAS	DIAS DE SEMANA						
	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	Sab.	Dom.
Almoço	€1	€1	€1	€1	€1		
Lanches e Guloseimas	€0,50		€0,75				
Cinema						€4	
Revistas							€1,50
Total de inicial	€12	€10,5	€9,5	€7,75	€6,75	€5,75	€1,75
Gasto diário	- €1,50	- €1	- €1,75	- €1	- €1	- €4	€1,50
Total final	€10,50	€9,50	€7,75	€6,75	€5,75	€1,75	€0,25

COMPRAS/DESPESAS A REALIZAR

Semana de: 20/11/2006 a 26/11/2006

NECESSIDADES	PRIORIDADES						
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a
1. CD		X					
2. Livro de B. D.			X				
3. Pulóver					X		
4. Prancha de surf				X			
5. Jantar de anos Miguel	X						
6.							
7.							

IT14.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — A MESADA: UMA FORMA DE ACEDER À AUTOCONSTRUÇÃO

POUPANÇAS A FAZER

Semana de 20 a 26 de Novembro

Cinema	
Revistas	
Roupa	
...	

O facto do adulto não ter estes cuidados, poderá fazer com que a criança/jovem, por inexperiência e má gestão, gaste em pouco tempo tudo o que possui. Esta situação causar-lhe-á uma forte sensação de incapacidade e, possivelmente, em nada contribuirá para o amadurecimento desejável.

Bibliografia recomendada:

Neves, L. B. (2000). A Mesada – uma outra forma de aceder ao auto-controlo. In Educar Hoje – Enciclopédia dos Pais, Vol I (pp 128-129). Lisboa. Lexicultural.

IT15.PC04**Instrução de Trabalho — Orientações a Observar
Perante Ausências Sem Autorização**

O comportamento de ausência sem autorização é habitualmente manifestado na sequência do confronto do indivíduo com emoções muito fortes, incapazes de serem controladas por via cognitiva.

A ausência sem autorização tem o significado de procura de segurança e alívio da ansiedade, na sequência da vivência de uma situação extremamente aversiva para o sujeito.

De entre as situações aversivas há a considerar as seguintes:

Categorias	Itens
Escola	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de reconhecimento pelo seu desempenho• Insucessos repetidos
Perda de suporte social	<ul style="list-style-type: none">• Morte de alguém da família• Morte de um amigo
Família	<ul style="list-style-type: none">• Doença na família• Separação• Abandono• Maus tratos
Mudanças no ambiente	<ul style="list-style-type: none">• Mudança de escola• Mudança de casa• Mudança do número de pessoas
Dificuldades pessoais	<ul style="list-style-type: none">• Problemas de saúde• Mudanças de hábitos pessoais• Mudanças de actividades sociais

**IT15.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ORIENTAÇÕES A OBSERVAR
PERANTE AUSÊNCIAS SEM AUTORIZAÇÃO**

A ausência sem autorização representa um esforço comportamental para controlar (vencer, tolerar, reduzir) as situações internas ou externas que excedem a capacidade de tolerância ao sofrimento do indivíduo. Tem, ainda, como função, modificar a relação entre o indivíduo e o ambiente, controlando ou alterando o problema causador de stress, ansiedade e sofrimento.

O acolhimento de crianças e jovens em perigo, muitas vezes com perturbações de comportamento, pode ter consequências contraditórias. Para a criança/jovem, a instituição é um ambiente artificial, onde ela pode reavivar experiências de frustração afectiva precoce que estão na origem dos problemas de comportamento. Se o acolhimento protege a criança/jovem do perigo a que estava sujeita, não a protege da angústia e da depressão, em muitos casos impossíveis de controlar.

Como reagir perante a ausência sem autorização de uma criança/jovem?

- Imediatamente após o conhecimento, a instituição deve comunicar o facto à Polícia e, posteriormente, informar a CPCJ ou o Tribunal;
- O gestor de caso deve envidar todos os esforços para articular a informação disponível sobre os contactos, as pessoas de suporte, os interesses da criança/jovem e iniciar, por si próprio, a procura;
- A equipa técnica e a equipa de apoio deverão reunir-se para reflectir e encontrar os motivos possíveis e passíveis de responsabilidade institucional que podem, em parte ou na totalidade, justificar a fuga;
- Aproveitar a situação para falar calmamente sobre o sucedido com as outras crianças/jovens, sobre as suas consequências e perigos (é contraproducente tentar ocultar os acontecimentos; é com um adulto que podem organizar as ideias e os sentimentos e evitar a propagação de rumores e ideias destabilizadoras).

Aquando do aparecimento da criança/jovem deve aceitá-la, compreendê-la de forma empática e mostrar-lhe a preocupação da casa pelo seu desaparecimento. Dialogar é sobretudo mostrar uma grande disponibilidade para com a criança/jovem encontrar as razões do seu sofrimento e descobrir, em conjunto, a forma como ultrapassar as suas frustrações.

IT16.PC04

Instrução de Trabalho — Orientações a Observar Perante Comportamentos Desviantes

1. Em situação de queixa por parte de uma criança/jovem de que lhe foram furtados objectos pessoais, nas instalações da instituição, a equipa técnica e de apoio deve:

- Reunir o grupo de crianças/jovens para se tentar saber da localização dos objectos furtados;
- Acompanhar a criança/jovem a quem foi retirado qualquer objecto pessoal a uma Esquadra das Forças de Segurança, para que este apresente queixa e fiquem registados os objectos que lhe foram furtados;
- Registar no Livro de Ocorrências a identificação da Esquadra e, se possível, o número da ocorrência.

2. Em situação de detecção de objectos furtados, a equipa educativa deve:

- Retirar os objectos furtados da posse da criança/jovem, guardando-os em local seguro, nas instalações da sala de trabalho da equipa técnica ou de apoio;
- Conversar com a criança/jovem a sós e tentar compreender, sem criticar, a razão porque sentiu necessidade de se apoderar de objectos que não são seus. No caso de negar o acontecimento deve a criança/jovem ser avisado de que será levado à Polícia;
- Acompanhar a criança/jovem às Forças de Segurança, para que este entregue os objectos furtados e descreva a forma como se apoderou ilicitamente dos referidos objectos;
- Registar no Livro de Ocorrências a identificação da Esquadra e, se possível, o número da ocorrência.

**IT16.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ORIENTAÇÕES A OBSERVAR
PERANTE COMPORTAMENTOS DESVIANTES**

A equipa técnica deve:

- Em situações cujo encaminhamento deriva de Tribunal, remeter informação detalhada para o Processo de Promoção e Protecção e para os Serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores;
- Em situações cujo encaminhamento não deriva do Tribunal (CPCJ, entre outros), remeter informação detalhada aos Serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores e respectiva CPCJ.

3. Em situação de detecção de objectos contundentes, armas brancas e/ou armas de fogo, na posse da criança/jovem, a equipa técnica ou de apoio deve:

- Retirar os objectos contundentes, armas brancas e/ou armas de fogo da posse da criança/jovem, guardando-os em local seguro, nas instalações da sala de trabalho da equipa técnica ou de apoio;
- Contactar telefonicamente as Forças de Segurança, identificando o objecto apreendido e solicitando a comparência de um carro patrulha para apreensão do objecto;
- Fornecer aos agentes das Forças de Segurança todas as informações respeitantes à identificação da criança/jovem. Nas situações cujo encaminhamento deriva de Tribunal deve fornecer o número de processo e a identificação do Tribunal (juízo e secção);
- Registar no Livro de Ocorrências a identificação da Esquadra que ocorreu ao chamado e, se possível, o número de ocorrência.

A equipa técnica deve:

- Contactar as Forças de Segurança para aferir a natureza da infracção, obtendo o número de ocorrência;
- Em situações cujo encaminhamento deriva de Tribunal, remeter informação detalhada para o processo de promoção e protecção e para os Serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores;
- Em situações cujo encaminhamento não deriva do Tribunal (CPCJ), remete informação detalhada aos Serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores e respectiva CPCJ.

4. Em situação de detecção de estupefacientes na posse de crianças/jovens a equipa técnica ou de apoio deve:

- Retirar a substância da posse da criança/jovem, inclusivamente quando a mesma é detectada sem a presença do mesmo, guardando-a em local seguro, nas instalações da sala de trabalho da equipa técnica ou de apoio;
- Contactar telefonicamente as forças de segurança, identificando o proprietário da substância, solicitando a comparência de um carro patrulha para apreensão do estupefaciente;

**IT16.PC04 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ORIENTAÇÕES A OBSERVAR
PERANTE COMPORTAMENTOS DESVIANTES**

- Fornecer aos agentes das Forças de Segurança todas as informações respeitantes à identificação da criança/jovem. Nas situações, cujo encaminhamento deriva de Tribunal deve fornecer o número de processo e a identificação o Tribunal (juízo e secção);
- Obter da criança/jovem uma colheita de urina para enviar para análise em 24 horas. A colheita deve ser realizada na casa de banho localizada na sala de trabalho da equipa técnica ou de apoio;
- Registar no Livro de Ocorrências a identificação da Esquadra que ocorreu ao chamado e se possível o número de ocorrência.

A equipa técnica deve:

- Contactar as Forças de Segurança para aferir a natureza da infracção, obtendo o número de ocorrência;
- Em situações cujo encaminhamento deriva de Tribunal, remeter informação detalhada para o Processo de Promoção e Protecção e para os Serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores;
- Em situações cujo encaminhamento não deriva do Tribunal (CPCJ, entre outros), remeter informação detalhada aos Serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores e respectiva CPCJ.

Termo de Adesão ao Serviço Voluntário

Identificação do Estabelecimento

IMP03.IT03.PC04 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Nome:

Data de Nascimento:

Morada:

Código Postal:

Telefone:

Email:

Tipo de serviço a prestar:

Horário de trabalho:

Declaro que aceito:

- Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde prestarei serviços (a fim de trabalhar levando em conta essa realidade social) e as tarefas que me forem atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde desejo actuar, conforme os meus interesses, objectivos e habilidades pessoais, garantindo um trabalho eficiente;
- Ser responsável pelo cumprimento dos compromissos assumidos livremente como voluntário. Só me comprometer com o que de facto puder fazer;
- Respeitar os valores e as crenças das pessoas com as quais trabalho;
- Aproveitar as situações e possibilidades oferecidas através de uma atitude aberta e flexível;
- Trabalhar de forma integrada e coordenada com a instituição;
- Manter em absoluto sigilo os assuntos confidenciais;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de meu trabalho;
- Recorrer ao bom senso para resolver imprevistos, para além de informar os respectivos responsáveis.

Data

Voluntário(a)

Psicólogo(a)

Responsável pela Instituição e Cargo

Data	Assinatura em caso de presença	Observações

Data da Visita:

Hora da Visita:

Eu, _____ (nome do visitante),
declaro aceitar as datas acima indicadas para visitar _____ (nome da criança/jovem)
na _____ (nome da instituição) e comprometo-me a contactar a Equipa Técnica caso não possa
comparecer em alguma data ou hora prevista, através do contacto _____ (contacto telefónico da instituição).

Técnico(a)

Visitante

(entregar fotocópia do documento ao visitante)

Termo de responsabilidade de saída da criança/jovem

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT11.PC04 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Eu, _____ (nome do adulto responsável),
contactável pelo número de telefone/telemóvel _____, declaro que foi entregue ao meu cuidado
_____ (nome da criança ou jovem)
durante o período de _____ a _____, para o fim de _____ (objectivo da saída).

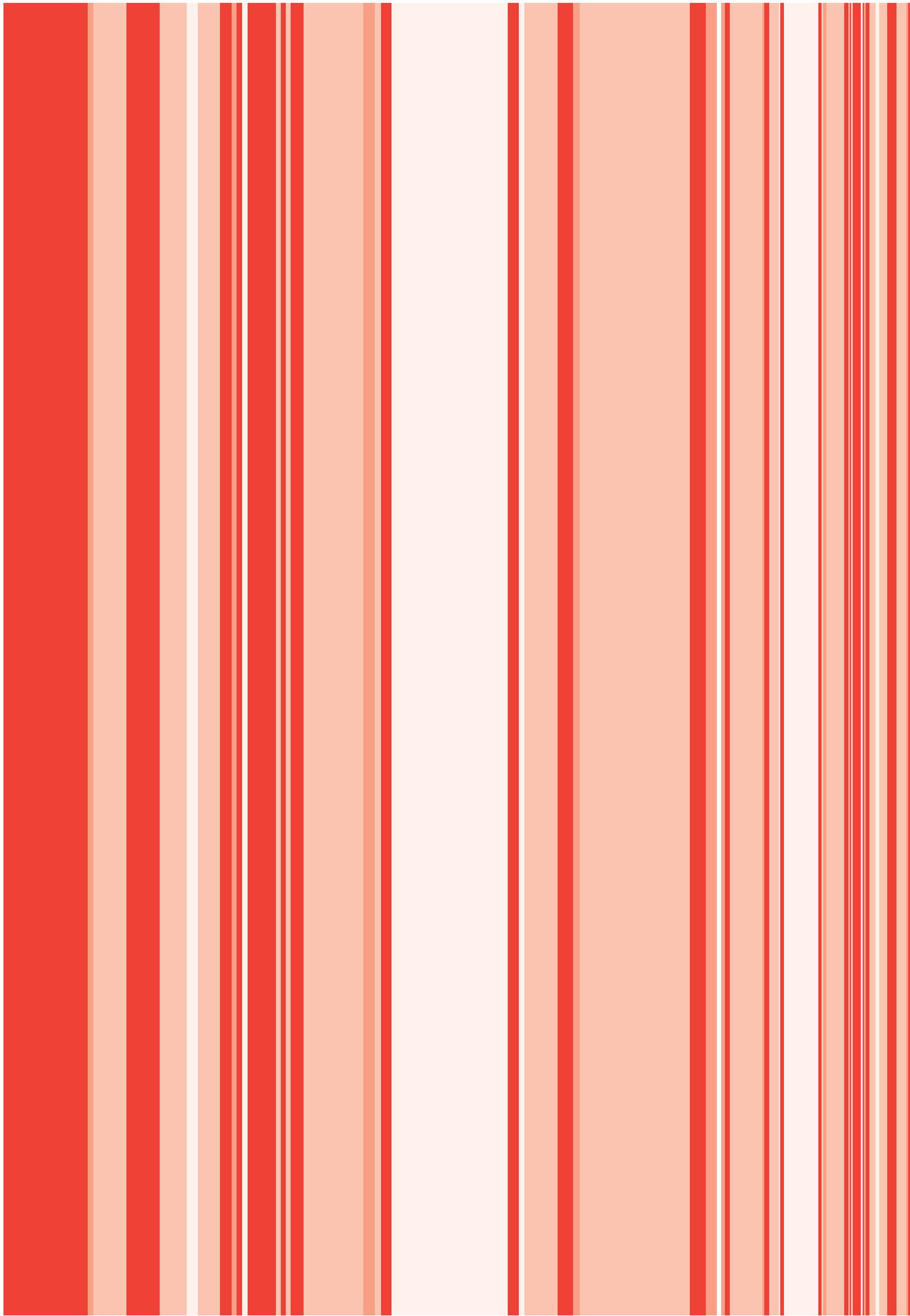
Declaro-me responsável pelo bem-estar físico e psicológico e por tudo que possa acontecer durante esse período de tempo, comprometendo-me a entregar a criança/jovem na _____ (nome da instituição), na data de _____ pelas _____ horas.

Técnico(a)

(entregar fotocópia do documento ao visitante)

Visitante

Data



PC05
Cuidados Especiais

PC05 Cuidados Especiais

1. OBJECTIVO

Estabelecer as regras gerais para os cuidados de higiene, saúde, apoio na alimentação e nos momentos de descanso das crianças e jovens no Lar.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se aos técnicos e serviços responsáveis pela administração dos cuidados de higiene, saúde, apoio na alimentação e dos cuidados pessoais nos momentos de descanso.

3. INDICADORES DO PROCESSO

São instrumentos essenciais para medir o desempenho dos Processos. A monitorização do processo será realizada através do controlo dos indicadores, definidos pela direcção da instituição, em função do modelo organizacional e dos objectivos definidos. Os indicadores apresentados na matriz do processo são exemplos possíveis.

4. MODO OPERATÓRIO

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
Crianças/Jovens institucionalizados	CUIDADOS DE HIGIENE E SEGURANÇA	Crianças/jovens em boas condições de higiene e segurança	DT	ET + EA + EE	C/J	Regras gerais a observar relativamente à higiene e segurança das crianças/jovens, da equipa técnica, da equipa de apoio, do espaço e equipamentos/ utensílios. Ver IT01.PC05 Cuidados de Higiene e Segurança
Crianças/Jovens institucionalizados	CUIDADOS DE SAÚDE	Programa de manutenção, reactivos e preventivos da saúde das crianças/jovens	DT	ET + EA + EE	C/J	Regras gerais a observar relativamente ao estado geral de saúde das crianças/ jovens (acidentes, doenças e assistência medicamentosa). O Programa de Preservação de Situações de Negligência, Abusos e Maus Tratos encontra-se também contemplado nesta instrução de trabalho. Ver IT02.PC05 Cuidados de Saúde
Crianças/Jovens institucionalizados	APOIO NA ALIMENTAÇÃO	Crianças/jovens com alimentação adequada	DT	ET + EA + EE	C/J	Regras gerais a observar relativamente às refeições das crianças/jovens. Ver IT03.PC05 Apoio na Alimentação
Crianças/Jovens institucionalizados	MOMENTOS DE DESCANSO	Respeito pelos momentos de descanso e isolamento das crianças/jovens	DT	ET + EA + EE	C/J	Regras gerais a observar relativamente aos cuidados pessoais de crianças/jovens nos momentos de descanso. São também definidas as características do espaço e dos equipamentos de apoio. Ver IT04.PC05 Momentos de Descanso e Isolamento Voluntário

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrada	Origem
<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Intervenção (PSEI e PCI) • Plano de Actividades • Necessidades diárias específicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa do Lar • Estabelecimentos associados aos PSEI • Entidades associadas aos PCI
Saída	Destino
<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Intervenção (PSEI e PCI) • Plano de Actividades revisto • Acções de formação junto das famílias sobre cuidados pessoais • Crianças e jovens em boas condições de higiene e saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa educativa do Lar • Equipa técnica do Lar • Sociedade
Documentos de Referência	Impressos
Instruções de trabalho	
IT01.PC05 – Cuidados de Higiene e Segurança	
IT02.PC05 – Cuidados de Saúde	IMP01.IT02.PC05 – Plano Individual de Administração de Medicamentos
	IMP02.IT02.PC05 – Mapa de temperaturas das crianças/jovens
IT03.PC05 – Apoio na Alimentação	
IT04.PC05 – Momentos de Descanso e de Isolamento Voluntário	
Indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> • % de cuidados prestados de acordo com as metas e objectivos definidos para a criança/jovem, por cada tipo de serviço 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de cuidados prestados por tipo de serviço/número de cuidados previstos X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de medicamentos administrados de acordo com o programa estabelecido 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de medicamentos administrados de acordo com o programa estabelecido /número total de medicamentos previstos no programa X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de reclamações relativas ao processo de cuidados de higiene e segurança e de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de reclamações relativas ao processo de cuidados de higiene e segurança e de saúde /número total de reclamações X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de crianças/jovens indicando falta de higiene 	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de crianças/jovens com indícios de falta de higiene/número total de crianças/jovens do Lar X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de crianças e jovens indicando maus-tratos 	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de crianças/jovens com indícios de maus-tratos /número total de crianças/jovens do Lar X 100
<ul style="list-style-type: none"> • % de crianças/jovens com problemas de repouso 	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de crianças/jovens com problemas de repouso /número total de crianças/jovens do Lar X 100
Gestor do processo	
Director(a) Técnico(a)	

IT01.PC05 Instrução de Trabalho — Cuidados de Higiene e Segurança

1. REGRAS RELATIVAS AOS CUIDADOS DE HIGIENE DAS CRIANÇAS/JOVENS

A prestação dos cuidados de higiene é uma ocasião extremamente favorável para estabelecer uma relação próxima, individualizada e dialogante com a criança/jovem e promover neles a aquisição de competências de desempenho e de autonomia neste domínio. Incluem-se aqui as actividades de vestir e de despir e o cuidado que deve ser promovido na escolha das peças de vestuário (por ex. adequado ao tempo, circunstâncias, situações sociais, etc.).

Os técnicos devem lidar com os acidentes de asseio das crianças/jovens de forma calma e adequada, explicando sempre as razões que justificam determinados procedimentos, como por exemplo, puxar o autoclismo, após a utilização da sanita, lavar as mãos antes e depois de comer, depois de brincar, de mexer em animais, de limpar o nariz e de utilizar a casa de banho.

Da mesma maneira, deve haver um cuidado especial com a higiene oral de cada criança/jovem que será informada das razões que estão na base dos procedimentos a realizar. Determinadas crianças/jovens, poderão ter que seguir um plano específico de cuidados orais, em função de uma prescrição especializada.

IT01.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CUIDADOS DE HIGIENE E SEGURANÇA

Na realização de determinadas actividades ou tarefas, as crianças/jovens devem utilizar vestuário de protecção adequado (por exemplo, bata, bibe, avental, luvas, etc.).

As orientações educativas devem ser partilhadas com a família para que, desta forma, se promova a continuidade entre os cuidados prestados no Lar e os prestados por esta.

Durante as visitas, os familiares devem participar sempre nos cuidados pessoais das crianças/jovens que decorrerem durante esse período. Os educadores têm a função de ajudar, sempre que necessário, mas com a consciência, sempre presente, de que a família se deve autonomizar na prestação desses mesmos cuidados.

2. REGRAS RELATIVAS AOS CUIDADOS DE HIGIENE DOS TÉCNICOS

Os técnicos mantêm uma higiene pessoal cuidada, lavando as mãos como rotina (por exemplo, sempre que chegar à instituição, antes de começar a trabalhar, antes e depois de administrarem primeiros-socorros, antes de dar de comer às crianças, antes e depois de cada muda de fraldas, depois de irem à casa de banho ou de terem ajudado a criança nessa tarefa, depois de utilizarem um lenço, depois de manusear lixo, depois de tocarem nos olhos, orelhas, nariz, cabelo ou boca, sua ou da criança, depois dos intervalos de descanso, depois de mudar os bebés, depois de tocar em animais).

O vestuário e o calçado devem ser confortáveis e adequados à realização das actividades com as crianças/jovens.

A instituição disponibilizará contentores de toalhas em rolo ou toalhas de papel para secar as mãos. Poderão ser utilizados toalhetes em situação de emergência (por exemplo, falta de água), de forma a manter uma barreira protectora dos germes.

3. ORIENTAÇÕES PROMOTORAS DE UM AMBIENTE SAUDÁVEL E SECURIZANTE

3.1. Segurança

- A segurança da casa deve ser inviolável;
- A casa deve assegurar que crianças/jovens, visitas e técnicos não corram qualquer tipo de risco para a sua saúde e segurança pessoal;
- O acesso deve ser vedado a pessoas desconhecidas, não comprometidas institucionalmente ou que possam provocar consequências adversas nas crianças/jovens;
- Os jardins e as áreas exteriores de jogos e brincadeiras devem ter equipamento fixo e seguro;
- Deve haver uma distinção entre espaços privados e espaços comuns.

IT01.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CUIDADOS DE HIGIENE E SEGURANÇA

3.2. Avaliação de riscos

A avaliação do risco deve contemplar:

- Casa, veículos, equipamentos, recintos exteriores, etc.;
- O equipamento (fixo e seguro) dos jardins e áreas exteriores de jogos e brincadeiras;
- O conhecimento que as crianças/jovens têm acerca das actividades permitidas e ilícitas;
- Potenciais situações de agressão;
- O impacto para a casa da admissão de crianças e jovens em situação de emergência;
- O planeamento de respostas para situações possíveis de crise (surtos epidémicos, fogos, queixas e acusações, acidentes significativos, carência de pessoal, e controlo de problemas internos e externos);
- O comprometimento com a revisão anual das instalações eléctricas, de gás e de água;
- A preparação para a evacuação de crianças/jovens e equipa técnica em caso de emergência;
- A protecção dos medicamentos e a sua inacessibilidade às crianças/jovens.

3.3. Higiene e limpeza dos espaços

Deve ser estabelecido um Plano de Limpeza e Higiene das infra-estruturas que preveja a periodicidade de limpeza dos espaços, equipamentos e utensílios.

Sempre que os serviços de higiene das instalações e equipamento sejam subcontratados, a instituição deve assegurar que a entidade prestadora do serviço respeite os procedimentos e a legislação em vigor.

Condições a observar:

- A casa deve estar sempre em óptimas condições de higiene;
- A desinfestação das instalações é efectuada, no mínimo, anualmente, de acordo com o Plano de Desinfestação;
- Os espaços onde são realizadas as actividades com as crianças/jovens são limpos e arrumados diariamente e, sempre que necessário, mais do que uma vez ao dia;
- Os quartos devem ser arejados diariamente;
- A roupa da cama deve ser mudada semanalmente;
- A desinfecção semanal, ou sempre que necessário, das camas;
- A limpeza semanal, ou sempre que necessário, do material lúdico-pedagógico. A instituição deve garantir que este material se encontre nas condições de higiene e de segurança estipuladas na legislação em vigor e seja avaliado, pelo menos, uma vez por ano, para verificação da manutenção das condições iniciais.

IT01.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CUIDADOS DE HIGIENE E SEGURANÇA

3.4. Manutenção dos espaços

O interior e o exterior da casa deve manter-se em bom estado, quer do ponto de vista da estrutura, quer da decoração. Deve haver um programa definido para a manutenção e reparação pronta e eficaz do edifício, do mobiliário e da decoração.

3.5. Condições a observar nos alojamentos das crianças/jovens**Quarto de cama**

- Não deve haver mais do que três crianças/jovens por quarto;
- Cada quarto deve ter um tamanho confortável e permitir a livre movimentação e a privacidade. No caso de crianças/jovens portadoras de deficiência devem ser salvaguardadas as condições físicas necessárias, como por exemplo o espaço necessário para a movimentação no interior do quarto de uma cadeira de rodas;
- As crianças/jovens devem ser encorajadas a personalizar os seus quartos.

Cada quarto deve estar equipado com:

- Uma cama e roupa de cama adequada para cada criança/jovem;
- Uma mesa e uma cadeira para escrever e desenhar;
- Um número de roupeiros e cómodas suficientes para que cada criança/jovem tenha as suas roupas devidamente arrumadas e organizadas;
- Um espaço fechado para que cada criança/jovem guarde os seus objectos pessoais;
- Luz natural, cortinas que possam escurecer e luz artificial suficiente para permitir a leitura;
- Tapete ou qualquer cobertura de chão;
- Aquecimento;
- Uma campainha acessível para que as crianças/jovens possam aceder em situações de emergência.

Outros requisitos da casa

- Um ou mais telefones devem estar acessíveis às crianças/jovens para a realização de chamadas privadas, a não ser, que para sua defesa e segurança estas não sejam aconselhadas;
- Deve haver condições adequadas para o estudo das crianças/jovens: mesas, cadeiras, estante de livros e materiais de estudo;
- Devem ser criadas condições que permitam às crianças/jovens desenvolver actividades pessoais em lugares seguros e com espaço suficiente;
- Deve haver espaços nos quais as crianças/jovens possam receber visitas pessoais, realizar actividades privadas, brincar e jogar sem afectar as actividades de rotina das outras crianças/jovens.

Casa de banho

- As casas de banho, chuveiros e sanitários devem estar situados de forma a respeitar as necessidades de privacidade, dignidade, segurança e suficientemente acessíveis aos espaços de vida das crianças/jovens;
- Os objectos individuais para os cuidados de higiene das crianças/jovens devem ser devidamente identificados e mantidos em perfeitas condições de limpeza, conservação e arrumação (p.e. bacias, copos, escovas de dentes são lavados depois de cada utilização);
- O pessoal da casa deve estar habilitado para abrir as portas das casas de banho, em situação de emergência;
- A água quente não deve estar acessível a crianças/jovens com menos de 8 anos de idade ou que tenham dificuldades funcionais de qualquer natureza;
- Os urinóis devem ser substituídos por retretes para que todos os rapazes e as raparigas os possam usar.

IT02.PC05 Instrução de Trabalho — Cuidados de Saúde

1. ACIDENTES E DOENÇAS

Deverá existir um técnico responsável pelos procedimentos necessários em situação de acidentes ou de doença. Estes procedimentos deverão estar sempre acessíveis a todos os técnicos.

Todos os contactos necessários para resolução de situações de emergência de uma criança/jovem (por exemplo, contactos da família, do médico assistente, do número de emergência nacional, do serviço de bombeiros, do hospital) devem estar em local acessível aos diferentes técnicos.

As crianças/jovens devem ser prontamente levadas para o Hospital, para observação médica, em caso de:

- Feridas profundas;
- Dor de ouvidos ou de dentes;
- Forte pancada na cabeça (com ou sem presença de tonturas e vômitos);
- Hemorragia;
- Queimaduras;
- Reacções alérgicas;
- Mordidas de animais;
- Envenenamento;
- Intoxicação alimentar;
- Estado de choque;
- Fracturas e luxações (ver IT02.PC02– Avaliação diagnóstica do estado de saúde).

IT02.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CUIDADOS DE SAÚDE

As famílias devem ter o conhecimento das regras de actuação do Lar em situações de emergência médica ou de doença da criança/jovem.

A prestação dos cuidados de saúde será assegurada pelo médico de família ou enfermeiro.

A instituição terá de dispor de pelo menos um técnico com formação na área de primeiros-socorros. Na sua ausência deve estar nomeado um substituto.

Toda a equipa técnica e de apoio deve possuir formação geral que lhes permita identificar doenças contagiosas, sobretudo as mais frequentes nesta faixa etária (ver IT02.PC02 – Avaliação diagnóstica do estado de saúde).

Para prevenir situações de contágio, a criança/jovem doente deve permanecer isolado num espaço destinado para o efeito.

No caso de se confirmar a presença de doença contagiosa deve ser avaliada a situação de possível contágio e serem tomadas as medidas necessárias, nomeadamente, alertar as entidades responsáveis.

Existe uma caixa de primeiros-socorros acessível aos técnicos e pessoal de apoio e fora do alcance das crianças/jovens. O seu conteúdo é verificado regularmente (por exemplo, prazos de validade e respectivo conteúdo) e reconhecido pelas autoridades nacionais de saúde.

No impresso IMP06.IT05.PC02 – Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares, são registados todos os problemas de saúde da criança/jovem (por exemplo, alergias, perda de audição, medicação e outras necessidades educativas especiais).

Todos estes registos devem ser incluídos no Processo Individual de cada criança/jovem.

2. ASSISTÊNCIA MEDICAMENTOSA

A instituição só deverá administrar medicamentos mediante a apresentação de prescrição ou declaração médica.

Os medicamentos são guardados em local seguro, nas embalagens originais, salvaguardando-se as suas condições de preservação e de validade (por exemplo, na sala de pessoal, onde não é permitida a entrada de crianças/jovens sem a presença de um adulto).

IT02.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — CUIDADOS DE SAÚDE

O elemento responsável pela administração dos medicamentos procede ao registo dessa mesma administração no impresso IMP01.IT02.PC05 – Plano Individual de Administração de Medicamentos, assim como pela verificação das validades dos medicamentos.

Quando a administração de medicamentos envolve conhecimentos técnicos específicos ou a execução de determinados procedimentos, os técnicos, directamente envolvidos, devem ter formação adequada (por exemplo, na administração de insulina, reacção a ter face a uma crise de epilepsia).

Existe também a necessidade de se controlar através de um registo escrito as temperaturas das crianças/jovens que se encontrem em estados febris para que melhor se controle o desenvolvimento da situação de saúde dos mesmos (IMP02.IT02.PC05 – Mapa de temperaturas das crianças/jovens).

3. PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE NEGLIGÊNCIA, ABUSOS E MAUS-TRATOS

O técnico com formação na área de enquadramento jurídico-legal de protecção de crianças e jovens procede, em articulação com os restantes técnicos responsáveis pelas crianças e jovens, à identificação de eventuais situações de maus-tratos (p.e. negligência, abusos).

Independentemente das mesmas situações terem origem interna ou externa à instituição, deverá efectuar todos os procedimentos necessários para afastar a(s) criança(s)/jovem(ns) do(s) elemento(s) ou factor(es) de risco. Para tal, será, igualmente, necessário notificar o Tribunal do sucedido, assim como das medidas de protecção tomadas pelo Lar.

IT03.PC05 Instrução de Trabalho — Apoio na Alimentação

1. PREPARAÇÃO PARA AS REFEIÇÕES

De acordo com a informação disponibilizada pelas famílias ou substituto no processo de acolhimento da criança ou jovem (IMP06.IT05.PC02 – Questionário de caracterização da criança/jovem pela mãe/pai ou por outros familiares), o gestor de caso dá as informações pertinentes (como os alimentos a que a criança/jovem é alérgica), para a realização do planeamento alimentar adequado.

De acordo com o nível de desenvolvimento de cada criança/jovem, as actividades de apoio na alimentação são aproveitadas para estabelecer uma relação individualizada e promover, na criança/jovem, a aquisição de competências por parte desta, nomeadamente na realização de pequenas tarefas de preparação do espaço da refeição (por exemplo, ajudar a colocar os pratos, guardanapos e talheres na mesa), no período de refeições (por exemplo, usar a colher sozinha para comer, segurar o copo para beber, utilizar convenientemente os talheres, limpar a boca antes de beber água, etc.) e no período pós-refeições (por exemplo, lavar as mãos depois de comer).

As crianças/jovens lavam as mãos antes depois de comer.

IT03.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — APOIO NA ALIMENTAÇÃO**2. PERÍODO DAS REFEIÇÕES**

Os períodos das refeições devem ser ocasiões agradáveis para todos os envolvidos. Os técnicos terão de saber lidar tanto com as crianças/jovens que se alimentam com facilidade como com as crianças/jovens que colocam maior resistência aos alimentos.

A distribuição das refeições deve ter em conta o apoio ao desenvolvimento da autonomia da criança/jovem na alimentação, promovendo a oportunidade de aprendizagens básicas. Sempre que necessário, os técnicos auxiliam aquelas que apresentam maiores dificuldades, tendo, para isso, que respeitar os ritmos de aprendizagem de cada uma (por exemplo, as crianças/jovens podem comer sózinhas sem preocupação pela sujidade ou pelo tempo que demoram a comer).

Durante a refeição, os adultos sentam-se à mesa e usam este período de tempo para encorajar crianças/jovens a:

- Desenvolver competências motoras, psicomotoras e autonómicas (por exemplo, as crianças/jovens são encorajadas a comer sozinhas);
- Apreciar diferentes tipos de comidas e utilizar os diferentes utensílios (colher, garfo, faca, copo, etc.);
- Falar de variados temas ou tratar de assuntos trazidos pelas crianças/jovens;
- Conversar umas com as outras enquanto comem;
- Comer algo que outra criança/jovem lhe dê, excepto quando não estão salvaguardadas as condições de higiene no seu manuseamento;
- Não comer alimentos ou usar utensílios que tenham caído no chão.

As crianças/jovens não devem ser forçadas a comer.

A comida ou bebida nunca poderá ser utilizada como estratégia de recompensa ou de punição de um comportamento da criança/jovem.

3. PERÍODO PÓS-REFEIÇÕES

Terminada a refeição, a criança/jovem pode pedir permissão para sair da mesa, caso necessite ou deseje ausentar-se.

Cada criança/jovem, de acordo com a sua idade e capacidade, deverá levantar e arrumar o seu lugar de refeição (levantar prato, talheres, copo, guardanapo e arrumar o assento por si utilizado).

Depois da refeição, a criança/jovem procede à sua higiene pessoal (por exemplo, lavar as mãos e os dentes).

IT04.PC05

Instrução de Trabalho — Momentos de Descanso e de Isolamento Voluntário

1. MOMENTOS DE DESCANSO

Os momentos de descanso têm lugar nos quartos da criança/jovem.

A distribuição das crianças/jovens pelos quartos deve respeitar dois importantes factores:

- Idade das crianças/jovens;
- Sexo das crianças/jovens.

No caso das crianças/jovens acolhidos, já estarem suficientemente conscientes das suas responsabilidades, enquanto membros de uma comunidade, poderá integrar-se em cada quarto, um jovem exercendo este o estatuto de “irmão mais velho”. Caso esta situação seja viável, a distribuição das crianças/jovens poderá ser feita da seguinte forma:

- Quartos para meninas com idades heterogéneas;
- Quartos para meninos com idades heterogéneas.

Caso o desenvolvimento moral e a consciência de cidadania dos jovens não garantam a segurança física e/ou psicológica das crianças/jovens, para que se possam juntar, no mesmo espaço, crianças e jovens, dever-se-á nomear semanalmente, por cada quarto, um adolescente que auxilie e supervisione a higiene e arrumo dos quartos. Neste caso, dever-se-á realizar a seguinte organização:

- Quartos para meninas dos 5 aos 12 anos;
- Quartos para meninos dos 5 aos 12 anos;
- Quartos para raparigas adolescentes;
- Quartos para rapazes adolescentes.

IT04.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — MOMENTOS DE DESCANSO E DE ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

1.1. Sestas e isolamento voluntário

Devem ser promovidos momentos de descanso confortáveis e relaxantes para as crianças/jovens. O repouso deve ser realizado em função das necessidades e ritmos de desenvolvimento de cada criança/jovem e não em consequência de rotinas pré-estabelecidas.

O descanso tem sempre lugar nos quartos, cujo ambiente e decoração devem ser adequados ao fim a que se destinam (i.e. com os berços/camas individuais, brinquedos e peluches suaves ao toque, pouca luminosidade e pouco ruído ambiente).

As sestras deverão decorrer no período da manhã e/ou no da tarde (consoante a idade e a necessidade de cada criança/jovem).

Para as crianças/jovens que não manifestam vontade de descansar, deverá existir um espaço com brinquedos e/ou actividades pré-estabelecidas para a ocupação desses tempos. Os quartos deverão estar abertos/acessíveis durante todo o dia, de forma a que as crianças/jovens lhes possam aceder, quando assim o entenderem.

As sestras são períodos de descanso que são normalmente destinados às crianças até aos 3 anos de idade. Porém, existem situações em que se justifique que crianças com idade superior efectuem igualmente sestras. Contemplam-se, neste caso, situações de doença, estados febris, fraqueza, fadiga excessiva ou por recomendação médica.

1.2. Recolher nocturno

A hora de recolha nocturna para as crianças varia consoante a idade das mesmas. Pelo que, as primeiras crianças a serem colocadas a dormir, são, naturalmente, as mais novas e, as últimas, as crianças mais velhas.

O recolher nocturno nos dias de semana e ao domingo deve ser feito entre as 19h30 (para as crianças mais pequenas) e as 21 horas (para os adolescentes) à sexta-feira e ao sábado, entre as 20 horas (para as crianças mais pequenas) e as 24 horas (para os adolescentes). No entanto, cabe ao gestor de caso, definir as situações de excepção.

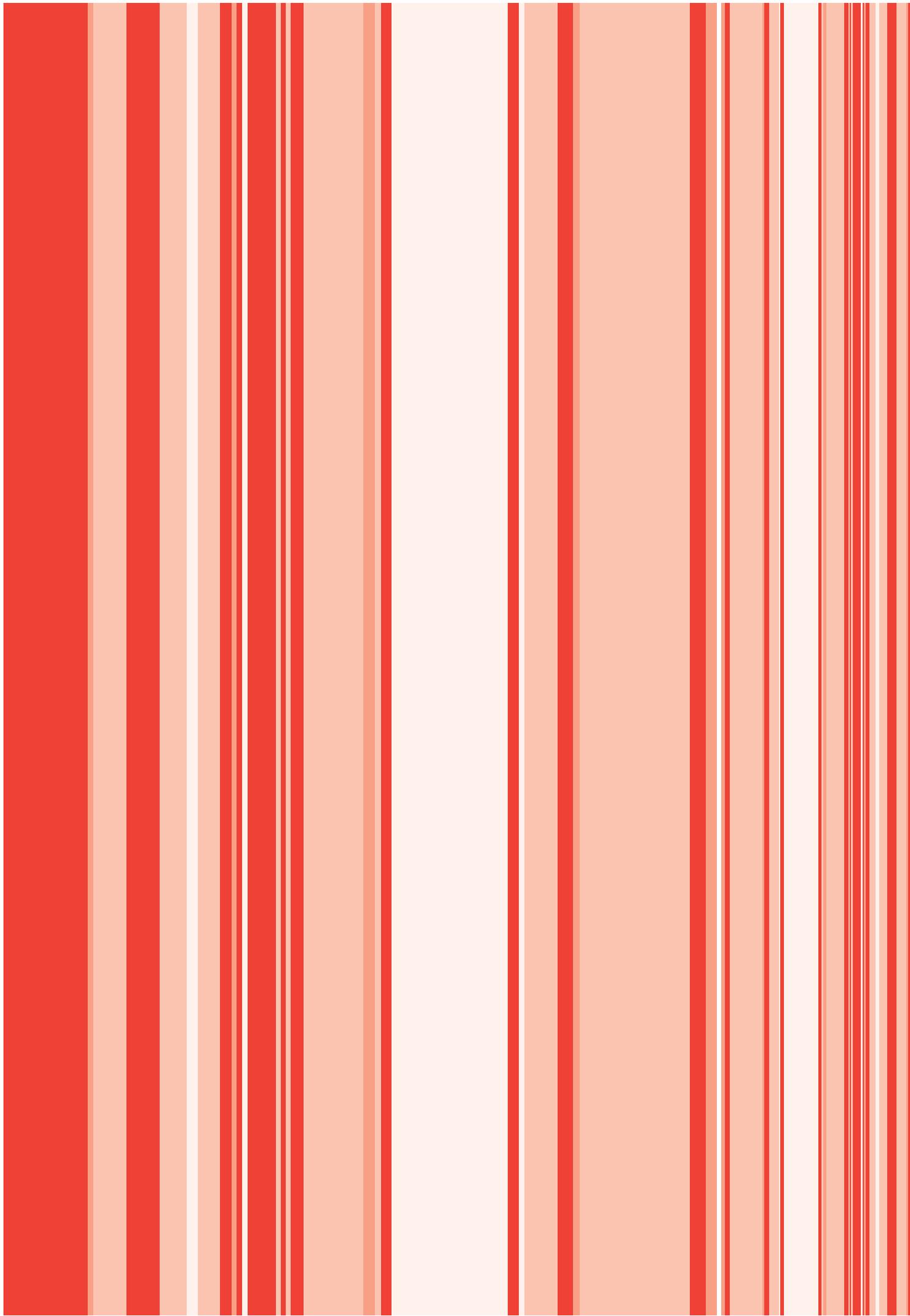
Todas as crianças e jovens terão de fazer a sua higiene pessoal antes de se deitar. As que se encontrem em véspera de dia de aulas poderão, ainda, escolher a roupa para o dia seguinte.

**IT04.PC05 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — MOMENTOS DE DESCANSO
E DE ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO**

2. MOMENTOS DE ISOLAMENTO VOLUNTÁRIO

São sobretudo destinados aos jovens, pela maior necessidade que têm em experienciar a sua privacidade. Dizem respeito aos momentos em que os jovens procuram o sossego para ouvir música, ler, escrever, pintar, reflectir ou realizar isolado, qualquer outra actividade de lazer que aprecie.

É, então, necessário oferecer um espaço confortável e disponível que garanta a satisfação desta “frequente” necessidade dos jovens.



PC06
Nutrição e Alimentação

PC06 Nutrição e Alimentação

1. OBJECTIVO

Estabelecer as regras gerais para a elaboração de ementas, preparação, confecção e distribuição das refeições de acordo com as necessidades do cliente e garantir uma alimentação equilibrada, seguindo as boas práticas de higiene e segurança alimentar no Lar.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

Aplica-se a todos os colaboradores que desenvolvem actividades no âmbito da elaboração de ementas, preparação, confecção e distribuição das refeições e na identificação e análise de perigos/ocorrência de falhas expectáveis neste processo da cadeia alimentar. No caso do serviço de restauração ser executado em regime de subcontratação, a instituição deve assegurar os mecanismos de controlo e garantia de conformidade da prestação desses serviços com os requisitos identificados neste processo

3. INDICADORES DO PROCESSO

São ferramentas essenciais para medir o desempenho dos Processos. A monitorização do processo será realizada através do controlo dos indicadores que devem ser definidos pela organização, em função do modelo organizacional e dos objectivos estratégicos da instituição. Os indicadores apresentados na matriz do processo são exemplos possíveis.

4. MODO OPERATÓRIO

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO	
			R	P	I		
<p>Plano Sócio-Educativo Individual (PSEI)</p> <p>IMP01.PC06 - Lista das Necessidades Alimentares</p> <p>Recursos da Organização</p>	<pre> graph TD INICIO([INÍCIO]) --> IDENT[IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES ALIMENTARES] IDENT --> SERV{SERVIÇO INTERNO?} SERV -- NÃO --> 1((1)) SERV -- SIM --> EMENT[ELABORAÇÃO DAS EMENTAS] EMENT --> HACCP[ELABORAÇÃO DO PLANO HACCP] HACCP --> AQUIS[AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES/REFEIÇÕES] AQUIS --> RECEPTION[RECEPÇÃO, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTARES] RECEPTION --> PREP[PREPARAÇÃO E CONFECÇÃO DOS ALIMENTOS] PREP --> TRANSP[TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO E APOIO] TRANSP --> FIM([FIM]) </pre>	<p>Lista das Necessidades Alimentares Preenchida</p> <p>Subcontratação de serviços de nutrição e alimentação</p> <p>Recursos internos de nutrição e alimentação</p>	DT	ET + EE	C/J	<p>A identificação das necessidades alimentares da criança/jovem decorre do PSEI.</p> <p>A instituição define um plano de refeições de acordo com as necessidades, hábitos e preferências individuais da criança/jovem.</p> <p>Se a instituição assegurar internamente a execução do processo de nutrição e alimentação, deve executá-lo de acordo com o previsto nas instruções de trabalho definidas.</p> <p>Se a instituição recorrer à subcontratação destes serviços, deverá proceder em conformidade com o fluxograma a seguir apresentado.</p>	
<p>Avaliação Nutricional dos clientes; regimes específicos</p> <p>Regras de alimentação equilibrada</p> <p>Lista das Necessidades Alimentares</p>		<p>Ementas elaboradas</p>	DT	ET	C/J	Ver IT01.PC06 - Elaboração de Emendas	
<p>Princípios e normativos legais</p>		<p>ELABORAÇÃO DO PLANO HACCP</p>	Plano HACCP elaborado	DT	ET + EA + EE	C/J	Ver IT02.PC06 - Sistema HACCP
<p>Lista das Necessidades Alimentares</p> <p>Processos e procedimentos internos</p> <p>Encomenda</p>		<p>AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES/REFEIÇÕES</p>	Produtos adquiridos		EA + EE	C/J	A aquisição de produtos alimentares é efectuada de acordo com os processo e procedimentos vigentes na instituição ao nível do aprovisionamento (Gestão de compras)
<p>IMP02.IT03.PC06 Controlo de Recepção de Matérias-Primas</p> <p>IMP03.IT03.PC06 Controlo da validade dos Produtos</p>		<p>RECEPÇÃO, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTARES</p>	<p>Controlo de Recepção de Matérias-Primas preenchido</p> <p>Controlo da Validade dos Produtos preenchido</p>	DT	EA + EE	C/J	Ver IT03.PC06 - Recepção, Armazenamento e Conservação dos Produtos Alimentares
<p>Ementas</p> <p>IMP04.IT04.PC06 Registo de Equipamento Entregue/Recebido</p> <p>IMP05.IT04.PC06 Controlo dos Óleos de Fritura</p>		<p>PREPARAÇÃO E CONFECÇÃO DOS ALIMENTOS</p>	<p>Registo de Equipamento Entregue/Recebido preenchido</p> <p>Controlo dos Óleos de Fritura preenchidos</p> <p>Alimentos confeccionados</p>	DT	EA	C/J	A preparação e confecção dos alimentos para além de cumprirem a legislação em vigor, devem ser efectuadas de acordo com: Ver IT04.PC06 - Preparação e Confecção de Alimentos
<p>IMP06.IT05.PC06 Recolha de Amostra de Testemunho</p>		<p>TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO E APOIO</p>	Recolha de Amostras de Testemunho preenchida	DT	EA + EE	C/J	O transporte, distribuição e apoio na refeição para além de cumprirem a legislação em vigor, devem ser efectuadas de acordo com: Ver IT05.PC06 - Transporte, Distribuição e Apoio nas Refeições
		<p>FIM</p>					

INPUT	FLUXOGRAMA	OUTPUT	RESP			DESCRIÇÃO
			R	P	I	
Requisitos exigidos pela instituição Lista de Necessidades Alimentares	<pre> graph TD Start((1)) --> A[CONTRATUALIZAR SERVIÇOS] A --> B[MONITORIZAR E AVALIAR] B --> C{CUMPRE REQUISITOS?} C -- SIM --> D{SERVIÇO TERMINADO?} D -- NÃO --> B D -- SIM --> E[RECLAMAÇÃO] E --> F{RECLAMAÇÃO RESOLVIDA?} F -- SIM --> B F -- NÃO --> G[RESCISÃO DO CONTRATO] G --> H([FIM]) </pre>	Contratualização, monitorização e avaliação dos serviços subcontractados efectuada	DT		O	Ver IT06.PC06 - Subcontratação de Serviços de Fornecimento de Refeições.

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO

Entrada	Origem
<ul style="list-style-type: none"> Necessidades, hábitos e expectativas dos clientes Clientes com necessidades alimentares específicas e/ou regimes específicos 	<ul style="list-style-type: none"> Cliente e/ou Significativos
<ul style="list-style-type: none"> N.º de refeições a servir N.º de refeições com apoio de 3ª pessoa Plano Sócio-Educativo Individual 	<ul style="list-style-type: none"> Director Técnico
<ul style="list-style-type: none"> Regras de nutrição e alimentação equilibradas Regras e boas práticas de higiene e segurança alimentar Sistema HACCP implementado/certificado 	<ul style="list-style-type: none"> Direcção da Instituição Fornecedor Subcontratado
Saída	Destino
<ul style="list-style-type: none"> Instalações em bom estado de higiene e limpeza Refeições servidas, cumprindo com as regras de higiene e saúde alimentar Refeições servidas com apoio de 3ª pessoa Ocorrências no fornecimento de refeições Cumprimento das regras de higiene e saúde alimentar Sistema HACCP implementado/certificado 	<ul style="list-style-type: none"> Cliente e/ou Significativos Equipa Técnica Equipa Pessoal Auxiliar Equipa Educativa Direcção da Instituição Fornecedor Subcontratado
Documentos de Referência	
Instruções de trabalho	Impressos
	IMP01.PC06 – Lista de Necessidades Alimentares Especiais
IT01.PC06 – Elaboração de ementas	
IT02.PC06 – Sistema HACCP	
IT03. PC06 – Recepção, Armazenamento e Conservação de Produtos Alimentares	IMP02.IT03.PC06 – Controlo de Recepção de Matérias-Primas IMP03.IT03.PC06 – Controlo da Validade dos Produtos
IT04. PC06 – Preparação e Confeccção de Alimentos	IMP04.IT04.PC06 – Registo de Equipamento Entregue / Recebido IMP05.IT04.PC06 – Controlo dos Óleos de Fritura
IT05. PC06 – Transporte, Distribuição e Apoio nas Refeições	IMP06.IT05.PC06 – Recolha de Amostras de Testemunho
IT06. PC06 – Sub-contratação de serviços de fornecimento de refeições	
Indicadores	
<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução de refeições servidas 	<ul style="list-style-type: none"> Número de refeições servidas/n.º de refeições planeadas X 100
<ul style="list-style-type: none"> Taxa de execução de refeições apoiadas por 3ª pessoa 	<ul style="list-style-type: none"> Número de refeições apoiadas/ número de refeições previstas a serem apoiadas X 100
<ul style="list-style-type: none"> % de reclamações relativas ao processo de nutrição e alimentação 	<ul style="list-style-type: none"> Número de reclamações relativas ao processo de nutrição e alimentação/número total de reclamações X 100

5. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO (CONT.)

Indicadores

- Grau de cumprimento do Plano de Inspeção às Instalações
 - Grau de cumprimento do Plano de HACCP
 - Grau de satisfação das crianças/jovens com a alimentação e nutrição
-

Gestor do processo

Director(a) Técnico(a)

IT01.PC06 Instrução de Trabalho — Elaboração de Ementas

1. ELABORAÇÃO DE EMENTAS

Uma alimentação saudável e equilibrada é uma das condições necessárias para que se viva uma vida com qualidade.

Na elaboração das ementas é necessário ter em conta as especificidades alimentares de cada criança/jovem, cujo levantamento deverá ser sistematizado no impresso IMP01.PC06 – Lista de Necessidades Alimentares Especiais.

De acordo com as regras para uma alimentação saudável, a elaboração das ementas deve ser:

- Equilibrada, variada e rica nutricionalmente, respeitando o contexto sócio-cultural da criança/jovem a que se destina;
- Diversificada e deve estar de acordo com as necessidades de cada criança/jovem, nomeadamente regimes especiais;
- Atenta às preferências de cada criança/jovem;
- Elaborada com a colaboração de todos os responsáveis do estabelecimento por este processo e com base no aconselhamento de um nutricionista;
- Elaborada, no mínimo, com uma periodicidade semanal.

A ementa e respectivos regimes especiais são divulgados e as crianças/jovens são informados, em tempo útil, das eventuais alterações à mesma.

IT01.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ELABORAÇÃO DE EMENTAS

O responsável pelo fornecimento de refeições tem conhecimento, atempadamente, de:

- Ementa;
- Número de refeições a confeccionar;
- Tipo de regimes especiais e quantidade (IMP01.PC06 – Lista de Necessidades Alimentares Especiais).

A lista de necessidades alimentares deve ser actualizada sempre que se constate alterações às necessidades identificadas e revista com uma periodicidade mínima trimestral. Da sua revisão deverá ser dado conhecimento a todos os intervenientes no processo (internos e externos).

2. REGRAS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

No quadro de uma alimentação saudável, apresentam-se de seguida, de forma não exaustiva, algumas regras a ter em conta:

- Promover um consumo adequado de alimentos do grupo dos legumes e frutos, devido à sua riqueza em fibras alimentares, vitaminas e minerais;
- Restringir o consumo de calorias totais (adequar as calorias ingeridas às necessidades reais e à actividade desempenhada pela criança/jovem);
- Preferir preparados culinários mais saudáveis como cozidos, cozidos a vapor e grelhados;
- Evitar consumir fritos e refogados. Rejeitar sempre as partículas queimadas resultantes da confecção dos alimentos (nomeadamente nos fritos, assados e grelhados);
- Fazer cinco ou seis refeições diárias, distribuindo assim as calorias a ingerir de forma equilibrada;
- Promover a ingestão de líquidos, preferencialmente água;
- Promover o equilíbrio na ingestão de hidratos de carbono e proteínas (origem animal e origem vegetal);
- Gorduras – evitar gorduras animais e consumir preferencialmente gorduras do tipo vegetal;
- Alimentos a limitar – sal, condimentos fortes e bebidas alcoólicas;
- A dieta deve ser atractiva e de fácil mastigação.

Devem ser evitados os erros alimentares a seguir referidos:

- *Elevado consumo de sal*
Responsável pela elevada prevalência de doenças como a hipertensão arterial, cancro do estômago, doenças cerebro-vasculares e cardio-circulatórias.
- *Elevado consumo de gorduras*
Poderá ser causa de doenças cardiovasculares e obesidade.
- *Elevado consumo de açúcar e alimentos açucarados*
Quando consumidos em excesso, podem contribuir para o desenvolvimento de doenças como a obesidade, diabetes e a cárie dentária.

IT01.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — ELABORAÇÃO DE EMENTAS

- Reduzido consumo de alimentos ricos em fibras (hortaliças, legumes e frutos)
Excelentes fornecedores de fibras alimentares, vitaminas e minerais. O reduzido consumo destes alimentos está relacionado com o aumento da prevalência de doenças como a obstipação e alguns tipos de neoplasias.
- *Saltar refeições*
- *Pequeno-almoço*
Começar o dia sem tomar o pequeno-almoço é um erro alimentar muito frequente. As consequências mais significativas são hipoglicemias matinais, falta de atenção, diminuição do rendimento intelectual, entre outras.
- *Intercalares (merendas da manhã e da tarde)*
Contribuem para a perda de massa muscular, que é consumida para produzir a glicose essencial ao funcionamento das células, nomeadamente dos neurónios.

A alimentação deve ter em conta as recomendações da Roda dos Alimentos, bem como, ser apoiada e validada por um nutricionista.

3. PREPARAÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS

Existem algumas doenças em que a dieta tem um papel importante no tratamento médico da criança/jovem, pelo que, as alterações devem ser sempre prescritas pelo médico assistente. A título de exemplo mencionam-se alguns tipos de dieta, cuja composição é da responsabilidade do médico ou nutricionista:

- Dieta hipocalórica – indicada para excesso de peso;
- Dieta pobre em sal – dirigida a situações de hipertensão arterial, insuficiência cardíaca, edema, insuficiência renal, etc.;
- Dieta depressora de colesterol – destinada ao controlo do colesterol;
- Dieta para diabéticos – indicada para pessoas diabéticas;
- Dieta protectora gástrica – dirigida a doentes com gastrite, úlceras gástricas ou duodenais;
- Dieta branda – destinada a doentes com incapacidade de tolerar a dieta sólida.

IT02.PC06

Instrução de Trabalho — Sistema HACCP

1. CONCEITOS E PRINCÍPIOS

O Sistema HACCP (*Análise de Perigos e Controlo dos Pontos Críticos*) é um processo sistemático aplicado na confecção de alimentos, para garantir a inocuidade dos alimentos, baseado em sete princípios:

- Princípio 1: Análise dos Perigos;
- Princípio 2: Identificação dos Pontos Críticos de Controlo (PCC) no processo;
- Princípio 3: Estabelecimento dos Limites Críticos;
- Princípio 4: Estabelecimento de um Sistema de Vigilância para o controlo dos PCC;
- Princípio 5: Estabelecimento das Acções Correctivas a serem tomadas quando os PCC estão fora de controlo;
- Princípio 6: Estabelecimento da documentação relativa aos princípios e sua aplicação;
- Princípio 7: Estabelecimento dos procedimentos de verificação para confirmar que o Sistema funciona eficazmente.

Os princípios do HACCP são aplicáveis a todas as fases de confecção de alimentos, sendo a prevenção o pilar fundamental da sua actuação.

O Plano HACCP é o documento escrito baseado nos princípios do HACCP, que estabelece os procedimentos a seguir para assegurar o controlo do processo de confecção de alimentos.

IT02.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — SISTEMA HACCP

2. PLANEAMENTO (PRÉ-REQUISITOS)

- Comprometimento da Direcção da Instituição.
- Respeitar as Normas de Higiene e a Legislação sobre segurança alimentar.
- Respeitar as Boas Práticas de Fabrico.
- Utilização exclusivamente de óleo vegetal.
- Ter em conta a qualidade das matérias-primas, ingredientes, o papel do processo no controlo de perigos, provável utilização final do produto e categorias de consumidores.
- Deve ser aplicado a cada operação, separadamente.
- Deve ser revisto quando existam alterações em produtos ou processos.
- Recolher informação relevante sobre:
 - reclamações;
 - resultados de ensaios;
 - especificações do produto;
 - especificações sobre intoxicações alimentares.
- Identificar os perigos:
 - perigos microbiológicos;
 - perigos químicos;
 - perigos físicos.

3. APLICAÇÃO DO SISTEMA HACCP**Constituição da equipa HACCP**

A equipa HACCP é a estrutura operacional indispensável ao desenvolvimento da acção, devendo ser multidisciplinar, incluindo as pessoas directamente envolvidas nas operações diárias. Duma forma prática, após uma formação prévia dos elementos da equipa em HACCP, esta:

- define os objectivos e o campo de aplicação;
- aprecia as dificuldades e os limites do seu trabalho;
- assegura a existência dos meios necessários para o estudo;
- procede ao inventário e à recolha de informações.

Descrição do produto/processo

Trata-se aqui de proceder ao estudo e à descrição completa das matérias-primas, dos ingredientes, dos produtos em laboração e dos produtos acabados. Deve incluir informação relevante sobre segurança, como:

- composição (matérias primas, ingredientes, etc);
- relacionar com a possibilidade de crescimento de diferentes organismos patogénicos;
- estrutura físico-química (sólido, líquido, gel, pH, ...);
- tratamentos (cozedura, congelação, fumagem, ...);
- acondicionamento e embalagem (hermético, vácuo, atmosférico, ...);

IT02.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — SISTEMA HACCP

- durabilidade (data de limite de consumo, ...);
- condições de armazenamento e de distribuição.

Deve elaborar-se uma *Check-List* Receita:

- Que matérias-primas ou ingredientes são utilizados?
- É provável estarem presentes organismos patogénicos nestes materiais? Quais?
- Algum dos ingredientes tem propriedades tóxicas ou contém substâncias tóxicas?
- Caso sejam conservantes, a sua concentração previne o crescimento de micróbios patogénicos?

Deve elaborar-se a *Check-List* Processamento:

- O produto pode ser atingido por um contaminante durante a preparação, processamento ou armazenamento?
- Podem ser inactivos microorganismos ou substâncias tóxicas durante o reaquecimento de outros processos?
- Pode algum microorganismo ou toxina contaminar o alimento após este ter sido aquecido?
- Quais as condições de distribuição?

Identificar o Uso Pretendido

Baseado na utilização esperada do produto pelo utilizador final ou consumidor. Em casos específicos, poderão ter que ser considerados grupos vulneráveis (alimentação institucional, etc.).

Deve elaborar-se a *Check-List* Uso Esperado:

- Espera-se que o alimento seja mantido quente, arrefecido, congelado ou à temperatura ambiente após ser produzido?
- O tempo/temperatura de exposição durante o reaquecimento inactiva microorganismos ou toxinas de preocupação?
- Se o alimento é guardado após reaquecimento, é mantido quente ou à temperatura ambiente?
- O alimento é manuseado ou exposto a potencial contaminação por outro meio?

Construir o Fluxograma

O fluxograma é elaborado pela equipa HACCP e deve cobrir todas as fases, desde a recepção das matérias-primas até à distribuição no local de utilização pelo cliente. Este deve incluir informações técnicas relevantes como:

- planos dos locais de trabalho e anexos;
- disposição e características dos equipamentos;

IT02.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — SISTEMA HACCP

- sequência das operações;
- parâmetros técnicos das operações;
- circulação dos produtos;
- condições de higiene e circulação do pessoal.

Listar os perigos relativos a cada fase, analisar os perigos e considerar medidas para os controlar

A equipa deve listar os perigos em cada fase do fluxograma, desde a recepção até ao ponto de consumo. A análise consiste, então, para cada perigo considerado ou para cada etapa elementar identificada no fluxograma, em:

- identificar toda a situação (matéria prima, ingrediente, prática, procedimento, etc.) susceptível de introduzir o perigo considerado ou permitir a multiplicação até um nível inaceitável;
- elaborar a lista das causas identificadas;
- avaliar o risco correspondente (probabilidade do aparecimento/ocorrência do perigo).

Na elaboração da lista, a equipa HACCP deve considerar ainda que:

- mais do que uma medida preventiva, pode ser necessária para controlar um dado perigo e que vários perigos podem ser controlados por uma mesma medida preventiva;
- se pode escolher entre várias medidas e que nesse caso há que determinar cuidadosamente a pertinência das medidas identificadas a fim de escolher as medidas melhor adaptadas a cada situação.

Determinar os Pontos Críticos de Controlo (PCC)

Os PCC correspondem a pontos, etapas operacionais, procedimentos que podem e devem ser controlados a fim de se eliminar um perigo ou minimizar a probabilidade do seu aparecimento.

Serão considerados PCC, os pontos, etapas operacionais ou procedimentos onde a ausência (ou perda) do controlo arraste um risco inaceitável para o consumidor em termos de segurança.

Dum modo geral, os PCC correspondem, consoante os casos, a:

- uma matéria-prima ou ingrediente vector de um perigo inaceitável quando nenhum tratamento (compreendendo a utilização doméstica) permite eliminar ou reduzir a sua ocorrência a um nível aceitável;
- qualquer etapa, intencional ou especificamente, é destinada a eliminar um perigo ou reduzir a sua ocorrência a um nível aceitável;
- qualquer etapa onde o perigo considerado pode ser introduzido (contaminação) ou desenvolvido até um nível inaceitável quando nenhuma etapa posterior pode eliminar o perigo ou reduzir a sua ocorrência a um nível aceitável.

IT02.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — SISTEMA HACCP**Estabelecer limites críticos para cada PCC**

Para cada PCC identificado a equipa HACCP deve especificar valores alvo (limites críticos) ou tolerâncias cujo respeito é imperativo para assegurar o controlo efectivo do PCC. Valores alvos ou tolerâncias podem ser relativos a uma (ou várias) característica(s) física(s), química(s), microbiológica(s) ou sensorial(is) do processo e/ou do produto. O estabelecimento de limites críticos podem basear-se em textos regulamentares, Códigos de Boas Práticas ou suporte técnico-científico. Os limites mais usuais incluem:

- medições de temperatura, tempo, humidade, pH, ...;
- análise químicas – quantidade de cloro, ...;
- aparência visual;
- textura.

Estabelecer um Sistema de Monitorização

Trata-se aqui de estabelecer, com precisão, os planos, métodos e dispositivos necessários para efectuar as observações, testes ou medições, permitindo assegurar que cada exigência formulada para cada PCC (procedimentos operacionais, valores alvo ou tolerâncias) é efectivamente respeitada. Assim, será necessário:

- formalizar o sistema de monitorização estabelecendo os procedimentos operacionais correspondentes;
- definir as responsabilidades de execução e interpretação dos resultados;
- estabelecer um sistema apropriado de registo dos resultados.

Estabelecer um Plano de Acções Correctivas

O *Plano de Acções Correctivas* compreende o conjunto de acções que devem ser imediatamente empreendidas quando o sistema de monitorização revela ausência ou perda de controlo dum PCC. Elas devem ser previstas para cada PCC, devem permitir uma reacção imediata, a eliminação do perigo e assegurar o retorno do controlo de cada PCC. As acções correctivas identificadas devem ser objecto de procedimentos operacionais específicos. A sua execução e os resultados correspondentes devem ser objecto de registos apropriados.

Estabelecer documentação e manter registos

Os procedimentos do HACCP devem ser documentados. Os registos devem ser mantidos. A documentação e os registos devem ser organizados de forma a permitir:

- O fácil acesso pela equipa HACCP;
- A rastreabilidade de um lote confeccionado.

IT02.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — SISTEMA HACCP

Estabelecer procedimentos de verificação e revisão

Devem ser estabelecidos métodos de verificação e auditoria, procedimentos e testes, incluindo amostragem aleatória, de forma a determinar se o sistema HACCP funciona correctamente.

Exemplos de actividades de verificação:

- Revisão do sistema de HACCP e seus registos;
- Revisão de desvios e disposições dos produtos;
- Confirmação de que os PCC são mantidos sob controlo.

Quando possível, as actividades de validação deve incluir acções para confirmar a eficácia dos elementos do Plano.

O plano HACCP deve ser revisto, para se determinar, se este ainda é apropriado, e é adicional ao processo de verificação. Deve ser definida uma periodicidade e quando ocorram modificações ao nível de:

- matérias-primas;
- processos;
- equipamentos produtivos;
- *lay-out*;
- nova informação sobre perigos ou riscos.

Para a Certificação de um Sistema de HACCP devem ser consultadas a normas **DS3027: 2002 / ISO 13485 HACCP, Segurança Alimentar, Sistemas de Gestão de Riscos.**

IT03.PC06

Instrução de Trabalho — Recepção, Armazenamento e Conservação de Produtos Alimentares

1. RECEPÇÃO DE PRODUTOS

A zona de recepção de géneros alimentícios deverá dispor das condições adequadas, nomeadamente:

- uma mesa de apoio;
- balança calibrada (100g a 50.000g);
- estrados em plástico ou prateleiras;
- termómetro de contacto.

Na recepção dos géneros alimentícios devem controlar-se os seguintes aspectos:

- condições de transporte e descarga;
- conferência da mercadoria de acordo com a nota de encomenda (prazo de entrega, hora de entrega, quantidades entregues).

Condições a serem verificadas na entrega do produto:

Rotulagem dos produtos

O rótulo deve estar completo, não rasurado, não apagado, escrito em português, conter o nome, prazo de validade, quantidade, condições de conservação (se aplicável), número de lote, lista de ingredientes (ordem decrescente de quantidade), nome e morada do produtor/fabricante. O rótulo deve ser mantido no último produto até consumo integral do mesmo.

Embalagem dos produtos

A embalagem primária (exterior) deve estar intacta, limpa e sem quaisquer resíduos. Deve ser feita a desembalagem verificando a integridade dos produtos – se estão intactos, sem defeitos, se não existem pragas nas embalagens interiores.

IT03.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — RECEPÇÃO, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES**Temperatura dos produtos**

Alimentos congelados: devem estar abaixo dos -18°C .

Alimentos frios: devem estar entre 0°C e 6°C .

Validade

Data de durabilidade mínima – “Consumir de preferência antes de ...”

Data limite de consumo – “Consumir até...”

Estado de conservação

Produtos frescos: controlar as características organolépticas, cor, cheiro, viscosidade, brilho, textura, aspecto e frescura;

Produtos congelados: controlar a existência de gelo no interior da embalagem (não pode conter), pressionar com o dedo (não pode ceder nada);

Mercearia: controlo visual de todos os produtos e da existência de pragas.

2. DEVOLUÇÃO DE PRODUTOS**São devolvidos os produtos:**

- diferentes dos requisitados;
- com prazo de validade expirado;
- com alterações das características organolépticas;
- molhados ou com manchas de humidade;
- com manchas de óleos ou outra substância estranha;
- com indício de infestação (roído ou com dejectos);
- em embalagens conspurcadas, violadas ou danificadas;
- em latas ou pacotes amolgados, enferrujados ou violados;
- em frascos com bolhas de ar no interior;
- congelados que se apresentem semi-descongelados ou com sinais de cristais de gelo;
- com rótulo pouco perceptível ou incompleto;
- cárneos sem selo de salubridade.

3. ARMAZENAGEM À TEMPERATURA AMBIENTE**Regras de armazenagem:**

- o armazém deve ser em local seco e fresco;
- o armazém deve estar fechado e o seu acesso deve ser restrito e controlado;
- o armazém permite uma higienização fácil e eficaz;
- todos os produtos alimentares estão protegidos do sol/calor, chuva e pragas;
- as zonas de armazenamento devem estar arejadas e em boas condições de conservação (sem fendas ou outros possíveis abrigos de roedores) e limpeza;
- as embalagens primárias não chegam a entrar na zona de armazenamento, sendo deitadas ao lixo logo na recepção;

IT03.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — RECEPÇÃO, ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES

- todos os produtos alimentares devem ser aprovisionados em material adequado à natureza do produto;
- os produtos alimentares não podem estar em contacto directo com o chão ou paredes;
- os produtos alimentares são aprovisionados de forma separada e identificados;
- o prazo de validade dos produtos alimentares deve estar visível;
- os produtos alimentares com data de validade mais antiga são os primeiros a serem consumidos e arrumados de forma acessível;
- a validade dos produtos alimentares deve ser controlada com regularidade, tendo em conta a natureza dos produtos e a origem de fornecimento.

4. REFRIGERAÇÃO

Na arrumação dos produtos deve ter-se em conta que:

- o ar frio deve circular entre os produtos;
- nunca se devem colocar alimentos quentes no interior das câmaras;
- as portas das câmaras devem ser abertas o mínimo de vezes possível;
- todos os alimentos devem estar tapados, identificados, em recipientes adequados e organizados por tipo de alimentos de acordo com a disposição de temperatura dos equipamentos;
- todos os alimentos perecíveis devem encontrar-se à temperatura de 0° a 6°C no caso de refrigeração e no caso de congelados -18°C.

5. CONGELAÇÃO

A câmara de congelação deve estar sempre limpa, sem gelo e sem excesso de alimentos no interior (1/4 livre).

Na arrumação dos produtos deve ter-se em conta que:

- a câmara deve estar organizada por tipos/grupos de alimentos;
- nunca se devem colocar alimentos não congelados nas câmaras de congelação;
- os alimentos devem estar protegidos e identificados com o rótulo;
- os alimentos congelados encontram-se à temperatura -18°C.

O controlo da recepção de matérias-primas é realizado no impresso IMP02.IT03.PC6 – Controlo de Recepção de Matérias-Primas.

O controlo da validade dos produtos é realizado no impresso IMP03.IT03.PC06 – Controlo da Validade dos Produtos.

IT04.PC06

Instrução de Trabalho — Preparação e Confeccção de Alimentos

Durante a preparação e a confeccção dos alimentos, é necessário garantir determinados princípios de higiene, para que se possam prevenir os riscos de transmissão de infecções ou outras doenças de transmissão alimentar. Estes princípios, ou regras, dizem respeito à higiene pessoal dos manipuladores de alimentos, ao modo como os alimentos são manipulados, servidos ou conservados e à higiene das instalações onde os alimentos são armazenados, conservados, preparados ou servidos.

1. HIGIENE E SAÚDE DOS COLABORADORES

Todas as pessoas que trabalham na preparação e confeccção de alimentos fazem exame médico completo ao iniciar a sua actividade e regularmente, de acordo com a legislação em vigor, e devem respeitar sempre as regras básicas de higiene. A responsabilidade pela sua realização é extensível às entidades empregadoras.

De acordo com a legislação em vigor, devem:

- utilizar vestuário e calçado (antiderrapante e perfurado) exclusivos do local de trabalho;
- usar farda branca não contendo bolsos nem botões à frente;
- usar touca branca, que cubra a totalidade do cabelo;
- não usar adornos (brincos, relógios, anéis, pulseiras);
- evitar maquilhagem excessiva e perfumes fortes;
- as unhas devem estar sempre curtas, limpas e sem verniz.

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECÇÃO DE ALIMENTOS

No impresso IMP04.IT04.PC06 – Registo de Equipamento Entregue/Recebido, deve ser registado o equipamento entregue e recebido aos/pelos colaboradores.

Qualquer colaborador que esteja constipado, com gripe, febre, diarreia ou vómitos, não deve estar em contacto com os alimentos, devendo realizar outras tarefas durante o período em que se mantenha os sintomas.

Lavagem das mãos

Quando se devem lavar as mãos:

- antes de iniciar o serviço;
- após a utilização dos sanitários;
- depois de manipular alimentos crus;
- após manipular produtos químicos ou produtos de limpeza;
- depois de comer ou fumar;
- depois de mexer no cabelo, olhos, boca, nariz ou ouvidos;
- depois de proteger um espirro, tosse ou se assoar;
- após tocar em objectos sujos (lixo, dinheiro, embalagens usadas, etc.).

Regras a observar na lavagem das mãos:

- deve estar disponível água quente e fria e lavatório específico de pedal, para lavar as mãos;
- utilizar água corrente potável;
- utilizar sabão líquido bactericida;
- lavar mãos, antebraços, espaços interdigitais, costas das mãos e por baixo da aliança (caso a tenha);
- escovar bem as unhas;
- secar as mãos com toalhetes de papel descartáveis (nunca com pano da loiça ou toalha);
- se a torneira for manual, fechar com um toalhete de papel (o ideal é que a torneira seja de fecho automático);
- passar as mãos por desinfectante alcoólico;
- todo o pessoal deve manter as mãos bem cuidadas e hidratadas.

Protecção de feridas

Sempre que se tenha um corte, ferida ou queimadura deve-se proteger com um penso rápido, dedeira ou luva.

O Lar deve possuir uma mala/caixa de primeiros-socorros completa (desinfectantes, cicatrizantes, pomada para queimaduras, tesoura, pensos, gaze, etc.), devidamente assinalada e acessível a todos os colaboradores, nomeadamente os afectos à preparação e confecção de alimentos.

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECÇÃO DE ALIMENTOS**2. HIGIENE DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

Regras gerais a observar:

- nunca usar as mesmas facas e utensílios em alimentos não cozinhados ou não lavados, e em alimentos já cozinhados ou preparados, pelo risco de contaminação;
- quando se provam alimentos com uma colher, esta deve ser imediatamente lavada;
- pegar nos talheres sempre pelos cabos;
- nunca colocar os dedos nos bordos ou no interior de copos, taças ou pratos;
- usar luvas descartáveis no empratamento manual, ou executá-lo sempre com um utensílio limpo e adequado;
- manter todos os recipientes convenientemente tapados;
- manter as superfícies de trabalho adequadamente limpas. Nos intervalos do trabalho não deixar superfícies e utensílios sujos;
- deve existir um frigorífico para alimentos já cozinhados, lavados ou preparados para consumo directo, e outro frigorífico para alimentos crus ainda não preparados. Se não for possível, os alimentos cozinhados ou já lavados e preparados devem arrumar-se nas prateleiras acima dos alimentos crus ou ainda não preparados, devidamente embalados ou dentro de recipientes adequados e higiénicos, a fim de se evitar a conspurcação dos primeiros;
- no armazenamento e acondicionamento não deve existir contacto entre alimentos de origem vegetal e alimentos de origem animal, pelo risco de conspurcação e contaminação;
- manter o balde do lixo/resíduos sempre tapado.

Instalações sanitárias

Estão assinaladas e equipadas com:

- lavatório;
- papel higiénico;
- papel para secagem das mãos;
- sabão líquido (de preferência bactericida), com doseador;
- torneiras de accionamento não manual;
- balde de lixo;
- escova piaçaba.

Vestiários

- Possuir chuveiro;
- Estarem limpos e arrumados;
- Os objectos pessoais devem estar guardados dentro dos respectivos cacifos pessoais.

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECCÃO DE ALIMENTOS**Armazenamento**

Na zona de armazenagem e manipulação de alimentos é proibido:

- efectuar a entrada de pessoas estranhas à cozinha sem bata e touca. Por conseguinte, devem existir batas e toucas suplementares, descartáveis para uma eventual situação;
- tomar ou guardar medicamentos;
- comer;
- mascar pastilha elástica;
- fumar.

3. HIGIENE NA PREPARAÇÃO E CONFECCÃO DE ALIMENTOS

Normas básicas de higiene a serem observadas na manipulação de alimentos:

- Lavar e desinfetar todos os produtos hortícolas e legumes a consumir em cru;
- Os agriões só devem ser consumidos cozidos na sopa; nunca devendo ser utilizados em salada. Este vegetal pode alojar pequenos microrganismos causadores de doenças e são resistentes a esta desinfecção;
- Não misturar alimentos crus com alimentos já confeccionados, nem juntar alimentos de origem vegetal com alimentos de origem animal, durante e após a fase de preparação, de forma a evitar contaminações cruzadas;
- Nunca deixar à temperatura ambiente cremes, maioneses e outros molhos/produtos em cuja confecção sejam utilizados ovos, pelo risco de multiplicação de salmonelas (que existem frequentemente nos ovos). No caso de não serem consumidos logo após a sua preparação, estes produtos devem ser imediatamente refrigerados;
- Os alimentos devem ser servidos e consumidos logo após a sua preparação, nunca devendo ser deixados à temperatura ambiente, sobretudo na Primavera, Verão ou Outono. No caso de não serem logo consumidos, os alimentos devem ser mantidos abaixo de 10°C ou acima de 60°C, ou então congelados, a fim de se evitar o crescimento e multiplicação de agentes causadores de doenças (microrganismos e produtos resultantes da decomposição dos alimentos);
- Nunca se devem conservar, refrigerar ou congelar alimentos preparados ou cozinhados junto de alimentos crus, para evitar os riscos de contaminação;
- Nunca se devem descongelar e voltar a congelar os alimentos;
- Quando for necessário reaquecer os alimentos, deve-se garantir um aquecimento adequado de modo a destruir eventuais microrganismos que se tenham produzido;
- Deve respeitar-se sempre os prazos de validade e as condições adequadas de conservação dos diferentes alimentos. Latas de conserva com a tampa abaulada ou que libertem gás no momento da sua abertura, nunca devem ser consumidas pelo risco de botulismo, que é uma doença muito grave e, por vezes, mortal. Nunca se deve guardar latas de conserva depois de abertas (o seu conteúdo deve ser transferido para recipientes apropriados).

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECÇÃO DE ALIMENTOS**Materiais, utensílios e equipamentos**

Todos os materiais, utensílios e equipamentos que entram em contacto com os alimentos são mantidos limpos e:

- São fabricados com materiais adequados (plástico resistente e inox) e mantidos em boas condições de arrumação e em bom estado de conservação, limpeza perfeita e desinfecção, sempre que necessário;
- Estão instalados de modo a permitir a limpeza adequada da área circundante.

Resíduos alimentares

- Os resíduos, alimentares ou outros, não devem ser acumulados em locais onde são manipulados alimentos, excepto na medida em que tal seja inevitável para a execução adequada do trabalho;
- Os resíduos alimentares devem ser depositados em contentores fechados e mantidos em condições que permitam fácil limpeza e desinfecção;
- Os colaboradores efectuem a remoção dos resíduos após terem sido servidas as refeições;
- Os resíduos são armazenados em locais que permita boas condições de limpeza e em local próprio no exterior das instalações do estabelecimento. A recolha dos resíduos é efectuada pelas entidades competentes.

Abastecimento de água

- A água utilizada no abastecimento corresponde às características de qualidade da água para consumo humano indicadas na legislação em vigor;
- Sempre que é necessário gelo, o mesmo é fabricado a partir de água potável. O gelo é fabricado, manipulado e armazenado em condições que o protejam de qualquer tipo de contaminação;
- Toda a água utilizada nas instalações alimentares do estabelecimento é própria para consumo humano.

Descongelação

A descongelação é realizada em câmara frigorífica, entre 0° e 6°C. Assim, os alimentos são retirados no dia anterior à sua confecção, da câmara de descongelação para a câmara de refrigeração. Os alimentos a descongelar são colocados em grelhas ou placas perfuradas, de tal modo que não toquem no líquido de exsudação que se vai formando aquando da descongelação.

Os alimentos devem ser descongelados em microondas ou sob água corrente fria (nunca quente) ou à temperatura ambiente, isolados por saco de plástico, mesmo nas situações de emergência. Alguns alimentos são confeccionados sem descongelar, p.e. os legumes.

Os produtos descongelados são utilizados durante as 24h seguintes à sua descongelação. Estes nunca são recongelados, nem arremessados para serem separados.

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECCÃO DE ALIMENTOS

Preparação de alimentos crus

Existem quatro zonas de trabalho diferentes: carnes cruas, peixe cru, vegetais crus e produtos confeccionados.

Quando forem utilizadas estas zonas, é realizada a limpeza e desinfeccão entre as operações.

Existem quatro cores diferentes dos materiais a utilizar, de acordo com as diferentes zonas de trabalho.

Lavagem e desinfeccão de frutas e legumes crus

Existem dispositivos adequados para a lavagem dos alimentos, designadamente tinas, cubas ou outros equipamentos desse tipo, devidamente limpos, feitos com materiais anti-corrosivos e abastecidos de água potável quente e fria.

Etapas:

- eliminar sujidade e partes não comestíveis;
- lavar com água abundante
- desinfectar utilizando:
 - pastilhas de desinfeccão de legumes e frutos. Ter em conta o rótulo – tempo de reacção e dosagem correctos;
 - lixívia neutra (sem detergente e a 3% de Cl activo) na proporção de 1 dl de lixívia, para 10 l de água. Submergir os alimentos durante 15 min. Ver tabela abaixo, para conversões:

Água	Lixívia
5 litro (l)	0,5 decilitro (dl) ou 5 centilitro (cl) ou 50 mililitros
10 l	0,1 l ou 1 dl ou 10 cl ou 100 ml
20 l	0,2 l ou 2 dl ou 20 cl ou 200 ml
30 l	0,3 l ou 3 dl ou 30 cl ou 300 ml

- enxaguar abundantemente com água corrente;
- escorrer bem os produtos;
- no final, limpar e desinfectar, com água e lixívia, os recipientes, facas e tábuas utilizadas.

Se não forem logo consumidos os produtos depois de lavados e desinfectados, são guardados em frio positivo e colocados em recipientes próprios e protegidos.

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECÇÃO DE ALIMENTOS

Confecção de refeições

Evitar contaminação cruzada:

- segue-se o princípio “Marcha em frente”;
- não se misturam alimentos de origem animal com os de origem vegetal;
- não se misturam alimentos crus com alimentos cozinhados;
- todos os colaboradores que manipulam alimentos lavam e desinfectam as mãos a cada etapa;
- os utensílios, tábuas de corte e zonas de preparação, são lavadas e desinfectadas a cada etapa;
- os alimentos são protegidos quando armazenados.

Temperatura

Os alimentos não permanecem inutilmente à temperatura ambiente:

- a fervura dos alimentos é efectuada a uma temperatura superior a 100°C;
- os pratos frios são mantidos a uma temperatura entre 0° e 6°C;
- os pratos quentes são mantidos a uma temperatura superior a 65°C.

Controlo dos óleos de fritura

São seguidos os seguintes princípios:

- os termóstatos são regulados para 160° a 170°C (nunca superior a 180°C);
- o óleo é filtrado após cada fritura e são retiradas as sobras ou depósitos calcinados;
- as fritadeiras são lavadas regularmente e sempre que se mude o óleo;
- é efectuado teste do óleo regularmente (teste colorimétrico);
- utiliza-se exclusivamente óleo vegetal;
- são controladas as características organolépticas do óleo (cor, viscosidade, cheiro, formação de fumos e espumas);
- nunca se junta óleo novo ao óleo usado;
- aquece-se o óleo no início da fritura;
- o óleo usado pode ser reciclado por uma entidade externa, sendo por isso depositado em recipiente próprio devidamente identificado.
- deve ser efectuado o registo no impresso IMP05.IT04.PC06 – Controlo dos Óleos de Fritura.

Sobras e alimentos de alto risco

Consideram-se sobras os alimentos que foram confeccionados em excesso e não chegaram a ser servidos.

IT04.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — PREPARAÇÃO E CONFECCÃO DE ALIMENTOS

As sobras que podem ser reaproveitadas são:

- conservadas abaixo de 6°C;
- separadas de molhos ou sucos;
- protegidas, isoladas e identificadas;
- reaquecidas a uma temperatura superior a 75° C antes de consumidas;
- são consumidas em 24 horas.

Não se podem reaproveitar as seguintes sobras:

- as que quebraram a cadeia de frio ou quente;
- com molho, recheio, temperos, salsa picada;
- de sobras;
- de alimentos de alto risco – p.e., carne picada, marisco, molho, leite e outros produtos lácteos, ovos e produtos à base de ovos, produtos transformados.

IT05.PC06

Instrução de Trabalho — Transporte, Distribuição e Apoio nas Refeições

1. TRANSPORTE DE REFEIÇÕES

No caso da instituição efectuar o transporte de alimentos entre estabelecimentos fisicamente separados, deverá observar o constante no presente ponto.

A circulação de mercadorias e a protecção da saúde dos consumidores são princípios fundamentais e indissociáveis a que o transporte dos géneros alimentícios deve estar sujeito. Estes princípios impõem um elevado grau de segurança relativamente à higiene dos produtos.

A preparação, transformação, fabrico, embalagem, armazenagem, transporte, distribuição, manuseamento e colocação à disposição do público consumidor de géneros alimentícios devem realizar-se em condições de higiene, de acordo com a legislação em vigor relativa à Higiene dos Géneros Alimentícios.

Autocontrolo

No transporte de produtos alimentares devem estar identificadas todas as fases da actividade do transporte, de forma a garantir a segurança dos alimentos e velar pela criação, aplicação, actualização e cumprimento de procedimentos de segurança adequados. Nas actividades de autocontrolo deverão ter-se em conta os seguintes princípios:

- a) Análise dos potenciais riscos alimentares nas diversas operações;
- b) Identificação das fases das operações em que se podem verificar riscos alimentares;
- c) Determinação dos pontos críticos para a segurança dos alimentos;

IT05.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO E APOIO NAS REFEIÇÕES

- d) Definição e aplicação de um controlo eficaz e de processos de acompanhamento dos pontos críticos;
- e) Revisão periódica, e sempre que haja alterações dos processos da instituição, da análise de riscos alimentares, dos pontos críticos de controlo e dos processos de controlo e acompanhamento.

Meios de transporte

As caixas de carga dos veículos de transporte e os contentores utilizados para o transporte de géneros alimentícios devem ser mantidos limpos e em boas condições, com vista a proteger os géneros alimentícios da contaminação. Com o objectivo de assegurar a segurança e salubridade dos alimentos, estes devem, sempre que possível, ser concebidos e construídos de forma a permitir uma limpeza e desinfeção adequadas.

As caixas de carga e os contentores não devem ser utilizados para o transporte de quaisquer outras substâncias que não sejam géneros alimentícios, sempre que disso possa resultar a sua contaminação.

A colocação e protecção dos géneros alimentícios dentro das caixas de carga e dos contentores devem reduzir, ao mínimo, o risco de contaminação.

Os géneros alimentícios a granel no estado líquido, na forma de grânulos ou em pó, devem ser transportados em caixas de carga ou contentores cisternas reservados ao transporte de géneros alimentícios.

Os contentores devem ostentar uma referência claramente visível e indelével, em língua portuguesa, indicativa de que se destinam ao transporte de géneros alimentícios ou a menção «destinado exclusivamente a géneros alimentícios».

Sempre que as caixas de carga e os contentores forem utilizados para o transporte de quaisquer outras substâncias que não sejam géneros alimentícios, ou para o transporte simultâneo de géneros alimentícios diferentes, e para evitar o risco de contaminação:

- separar devidamente os produtos, sempre que necessário;
- proceder a uma limpeza adequada entre os carregamentos.

Temperaturas nos transportes

Sempre que necessário, para assegurar a segurança e salubridade dos géneros alimentícios, as caixas de carga e os contentores utilizados para o transporte devem estar equipados de forma a manter os géneros alimentícios a temperaturas adequadas e possuírem mecanismos de controlo da temperatura.

IT05.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO E APOIO NAS REFEIÇÕES**2. DISTRIBUIÇÃO DAS REFEIÇÕES**

Regras a observar na distribuição das refeições:

- os colaboradores não tocam directamente nos alimentos;
- o seu fardamento encontra-se sempre limpo;
- utilizam-se utensílios e recipientes apropriados para géneros alimentícios e devidamente higienizados;
- nunca provar com colher e colocá-la novamente dentro da panela, nunca espirrar para cima dos alimentos, nunca pegar em alimentos confeccionados com as mãos, nunca limpar as mãos ao avental;
- para cada prato e travessa existem utensílios para retirar os alimentos;
- os pratos frios são conservados no frio (temp. 6°C);
- os pratos quentes são mantidos em banho-maria (temp. 65°C).

Amostras de testemunho

Em cada refeição (de todos os pratos confeccionados) são efectuadas recolhas de amostras de testemunho, que se guardam durante 72h (3 dias), seguindo os seguintes passos:

- é realizada antes de servir;
- recolhe-se no mínimo 100 g de alimentos no total, que devem incluir todos os que constituem a refeição;
- fecham-se os recipientes hermeticamente (sacos descartáveis ou frascos próprios);
- colocam-se etiquetas com a descrição de todos os ingredientes no interior, data e hora.

No caso de intoxicação alimentar, procede-se ao pedido de análise por laboratório reconhecido. Depois de conhecidos os resultados, tomam-se as acções correctivas necessárias, que devem ser registadas e acompanhadas relativamente à sua implementação e eficácia.

O IMP06.IT05.PC06 – Recolha de Amostras de Testemunho deve ser utilizado para registar essa recolha.

3. APOIO NA REFEIÇÃO

As refeições devem constituir-se como momentos de prazer e de convívio da criança/jovem.

O responsável pelo processo deve definir as regras para o apoio na alimentação, segurança e promoção da autonomia das crianças/jovens. As regras definidas deverão considerar as diversas necessidades e tipos de criança/jovem.

Os colaboradores do Lar deverão promover sempre a autonomia da criança/jovem, entre outras formas, estimulando-o a decidir o que quer comer, de acordo com a ementa, e a tomar a refeição sozinho.

IT05.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO E APOIO NAS REFEIÇÕES

Sempre que a criança/jovem necessitar de ajuda de 3ª pessoa para tomar uma refeição, os colaboradores do Lar devem estar qualificados para o exercício desta função, devendo:

- preparar cuidadosamente o espaço da refeição;
- promover a autonomia da criança/jovem e respeitar as suas preferências e necessidades individuais;
- aquecer os alimentos que não se encontrem à temperatura indicada ou que não satisfaçam a criança/jovem;
- o colaborador deve possuir uma atitude calma e pausada, não apressar a refeição e colocar pouca comida no garfo ou colher para salvaguardar uma boa mastigação e deglutição dos alimentos. O colaborador deverá limpar a boca da criança/jovem, sempre que necessário e posicionar-se de frente para a criança/jovem.
- aumentar a consistência dos líquidos (por exemplo, chá, café, sumos, sopas, etc.), sempre que a criança/jovem tenha dificuldades em engolir, através de espessantes, ou seja de produtos de preparação fácil e instantânea, sem paladar e que mantenham constante a espessura dos líquidos ao longo do tempo, não lhe retirando o seu aspecto atractivo;
- apoiar a criança/jovem após a refeição na higiene básica (por exemplo, limpar mãos e cara) e na higiene oral.

O gestor do processo deve também definir a forma de actuação dos colaboradores em situações de emergência relativas à ingestão de alimentos, como por exemplo intoxicações alimentares, mau estar, indigestão, engasgamento, entre outros.

As actividades desenvolvidas no apoio nas refeições e promoção da autonomia das crianças/jovens devem ser monitorizadas de acordo com o estabelecido no PSEI da criança/jovem.

O(s) responsável(is) pela monitorização e avaliação definem, com os colaboradores que exercem a função de apoio de 3ª pessoa, os indicadores respectivos, assim como os instrumentos metodológicos para desenvolver a monitorização e avaliação, tais como:

- entrevistas/ questionário de satisfação das crianças/jovens e significativos;
- registos da monitorização semanal.

IT06.PC06

Instrução de Trabalho — Sub-contratação de Serviços de Fornecimento de Refeições

1. REGRAS RELATIVAS À CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

A instituição, quando procede à sub-contratação do fornecimento do serviço de refeições, para além dos procedimentos aplicáveis na instituição para a gestão de compras, deve ter em conta os seguintes elementos fundamentais, que a empresa a subcontratar deve observar, nomeadamente:

- possuir um Sistema de Gestão da Qualidade implementado e certificado;
- possuir um Sistema de HACCP implementado e certificado;
- evidenciar o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares em termos de legislação na área de segurança e higiene alimentar;
- evidenciar que possui, ou segue, Códigos Nacionais ou Internacionais de Boas Práticas Alimentares (p.e., Codex alimentarius);
- evidenciar que possui colaboradores devidamente qualificados e preparados para actuar na área, bem como, que proporciona a estes a respectiva actualização de conhecimentos, sempre que necessária;
- evidenciar que possui todos os meios materiais e técnicos, devidamente homologados e certificados para o efeito, incluindo garantia ao nível do transporte dos alimentos, confeccionados ou não, e que respeita, na íntegra, a legislação aplicável para esta área;
- fornecer refeições equilibradas, através da elaboração de ementas supervisionadas por técnicos qualificados (p.e., nutricionista);
- capacidade e competência técnica para a confecção de um número diversificado de regimes alimentares especiais.

IT05.PC06 — INSTRUÇÃO DE TRABALHO — TRANSPORTE, DISTRIBUIÇÃO E APOIO NAS REFEIÇÕES

Se os serviços a prestar pela empresa subcontratada forem executados nas instalações desta deve assegurar o integral cumprimento da legislação e normativos em vigor em matéria de segurança alimentar, no que diz respeito às instalações e equipamentos a afectar à preparação e confecção de refeições.

2. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS SUBCONTRATADOS

O Lar deve implementar mecanismos de monitorização e controlo interno periódicos, que garantam que os serviços prestados se encontram em conformidade com os requisitos contratualizados. Os resultados devem ser registados e anexados ao processo do fornecedor, de acordo com os procedimentos vigentes na área de aprovisionamento.

A instituição deve transmitir à entidade subcontratada a Lista de Necessidades Alimentares Especiais (IMP01.PC06), contendo a informação relativa ao número e às necessidades alimentares específicas de cada criança/jovem, para que a empresa subcontratada possa elaborar as respectivas ementas, de acordo com as especificações identificadas. Caso as crianças/jovens não possuam necessidades especiais de alimentação, as ementas a elaborar devem respeitar as recomendações da Roda dos Alimentos, bem como, as Regras de Boas Práticas para uma Alimentação Saudável.

Caso se verifiquem situações anómalas nos serviços prestados, quer identificadas por reclamação das crianças/jovens, quer identificadas nos processos de monitorização, a instituição deve encetar um processo de averiguação, e analisar com a empresa subcontratada as acções a implementar para colmatar a não conformidade.

Em situações de risco ou maior gravidade poderão ser realizadas auditorias internas ou a requisição de uma nova auditoria de certificação à empresa prestadora do serviço de refeições, junto das entidades competentes para o efeito. Caso se constate pela existência de matéria de facto, que coloque em causa a relação contratual estabelecida, a instituição procede à rescisão contratual de acordo com os procedimentos vigentes na instituição, ao nível do aprovisionamento.

Controlo de Recepção de Matérias-Primas

Identificação do Estabelecimento

IMP02.IT03.PC06 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Característica a controlar	Conforme	Não Conforme/Motivo
Produtos de acordo com o requisitado		
Quantidade de acordo com o requisitado		
Prazo de entrega		
Hora de entrega		
Condições de transporte		
Condições de descarga		
Rotulagem		
Embalagem primária		
Embalagem		
Temperatura		
Validade		
Características organolépticas		

Fornecedor

Devolvidos

Data

Organização

Registo de Equipamento Entregue / Recebido

Identificação do Estabelecimento

IMP04.IT04.PC06 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Foi entregue a _____,

colaborador nº _____, o seguinte equipamento para uso pessoal:

- Duas batas brancas adequadas à preparação e confecção de alimentos;
- Duas toucas brancas adequadas à preparação e confecção de alimentos;
- Um par de sapatos brancos adequadas à preparação e confecção de alimentos;
- Uns óculos de protecção, uma máscara nasobucal, umas luvas grossas, umas luvas finas.

Mais se declara, que foram dadas instruções ao funcionário sobre o seu uso e manutenção.

Anualmente será revisto o material que agora se entrega, no sentido de assegurar que o mesmo se mantém adequado ao uso.

Data

Colaborador

Confirmo a recepção do equipamento listado e assumo o compromisso de utilizá-lo correctamente e conservá-lo nas devidas condições de manutenção, higiene e limpeza.

Data

Colaborador

Recolha de Amostras de Testemunho

Identificação do Estabelecimento

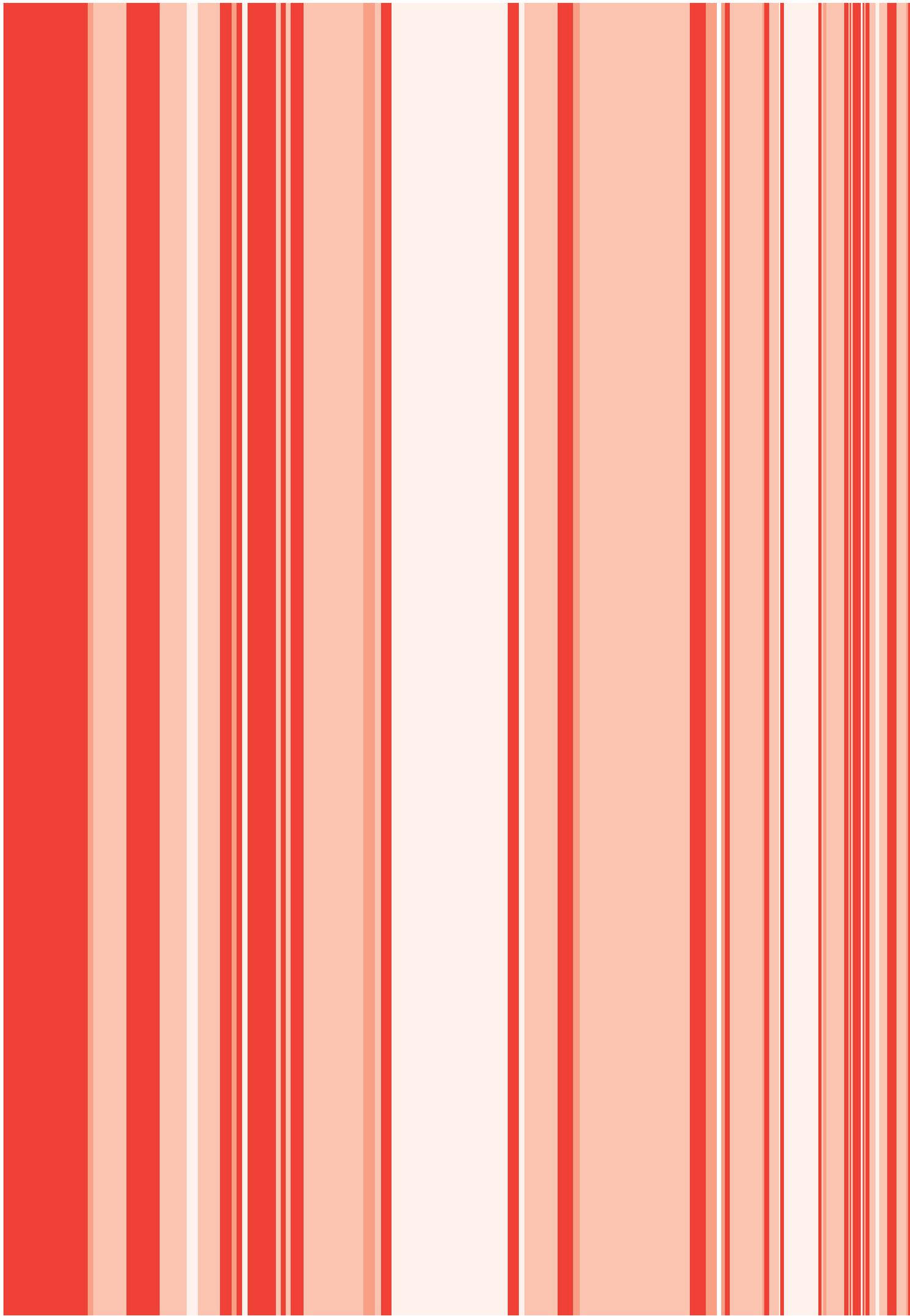
IMP06.IT05.PC06 — LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

página 1 de 1

Amostra nº	Data de recolha	Hora de recolha	Alimentos constantes da amostra	Data de eliminação
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				

Data

Organização



Anexos

Anexo 1

FACTORES DE RISCO

Consideram-se factores de risco todas as condições pessoais ou contextuais que aumentam a probabilidade para a ocorrência de maus-tratos. Referem-se, frequentemente, a algumas características dos pais, características da criança, características do contexto familiar (situações de crise geradoras de tensão) e a características do contexto sócio-cultural (Canha, 2002; Magalhães, 2003).

De entre os factores de risco mais importantes salientam-se os seguintes:

Factores de risco associadas às características dos pais:

- Baixo nível sócio-económico e cultural;
- Antecedentes de maus-tratos na sua própria infância;
- Idade inferior a vinte anos (mães adolescentes sem apoio ou suporte familiar);
- Inexperiência e falta de conhecimentos básicos sobre o processo de desenvolvimento da criança;
- Perturbações o processo de vinculação com o filho;
- Gravidezes muito próximas;
- Excesso de vida social ou profissional que dificulte o estabelecimento de relações próximas e positivas com os filhos;
- Perturbação da saúde mental ou física (handicaps);
- Personalidade imatura e impulsiva;
- Personalidade com fraca tolerância às frustrações e ao stress;
- Baixa auto-estima;
- Intolerância, indiferença ou excessiva ansiedade face às responsabilidades relativas; à educação dos filhos, conduzindo à falência do sistema comunicacional de retroacção;
- Ausência de hábitos de trabalho e/ou dependência económica de outrem;
- Mudanças frequentes de parceiros e de residência;
- Antecedentes de comportamento desviante;
- Hábitos de alcoolismo ou de consumo de drogas.

Factores de risco associado às características das crianças/jovens:

- Idade inferior a 3 anos (vulnerabilidade em termos de idade e de necessidades);
- Prematuridade ou baixo peso ao nascimento (mais frágeis, menos alerta e mais difíceis de serem compreendidos);
- Fruto de gravidez de mãe muito jovem, solteira ou só;
- Fruto de gravidez não desejada;
- Separação da mãe no período pós-parto;
- Gémeos;
- Crianças/jovens que não correspondem às expectativas dos pais;
- Crianças/jovens deficientes ou portadores de doença crónica;
- Crianças/jovens com atraso mental;
- Crianças/jovens com alterações de comportamento;
- Crianças/jovens com insucesso escolar.

Factores de risco associados ao contexto familiar:

- Família monoparental;
- Família reconstruída (com filhos de outras ligações);
- Família com muitos filhos;
- Família desembruxada (relação disfuncional entre o casal, crises na vida familiar);
- Famílias com problemas sócio-económicos.

Factores de risco associados ao contexto sócio-cultural:

- Atitude social para com as crianças/jovens;
- Atitude social para com as famílias;
- Atitude social em relação à conduta de violência.

CONCEITO DE MAU-TRATO

Considera-se **mau-trato** toda e qualquer acção ou omissão, por parte dos pais (ou substitutos), familiares ou outros que provoquem, de forma não acidental, danos físicos ou psicológicos, ou que lesionem os direitos e a satisfação das necessidades da criança ao nível do seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo (Alarcão, 2002; Coimbra, Montano & Faria, 1990, cit. Alberto, 2004).

Na tipologia dos maus-tratos surgem, com frequência, a seguinte classificação: negligência e abandono, abuso físico, abuso sexual e abuso psicológico/emocional. Para cada uma delas referiremos as suas características, os indicadores de diagnóstico e as consequências para o desenvolvimento da criança ou jovem.

Negligência e abandono

Negligência é entendido como comportamento regular de omissão de cuidados em relação ao menor. Refere-se ao “conjunto de carências de ordem material e/ou afectiva que lesionem (...) os direitos e as necessidades psico-afectivas e físicas da criança” (Coimbra, Montano & Faria, 1990, cit. Alberto, 2004, p. 26). Diz respeito à incapacidade de proteger a criança/jovem dos perigos e da satisfação das necessidades básicas (Erickson & Egeland, 1996, cit. Martins, 2002), como por exemplo ao nível da higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação e apoio, no contexto de recursos que a família possui (Magalhães, 2003). É de realçar que a negligência pode ser de índole involuntária, proveniente de possíveis incompetência parentais, ou voluntária, quando existe a intenção de causar dano, isto é uma rejeição total (Alberto, 2004; Martins, 2003). Existem vários tipos de negligência: intra-uterina, física, emocional, escolar, mendicidade e abandono.

O abandono refere-se a uma forma de negligência persistente, duradoura, sem causa aparente e que não se prevê ser ultrapassada. Neste caso, o ou os adultos responsáveis pela criança/jovem, apresentam distanciamento ou ausência completa na vida desta (Martins, 2002).

Verificam-se frequentes abandonos em maternidades, hospitais, outras instituições e famílias ou ainda fechadas em casa e deixadas na rua (Machado & Gonçalves, 2002).

Indicadores:

- Necessidades básicas não atendidas (com falta de higiene, fome, sonolência, vestuário inadequado ao clima);
- Atraso ou baixo crescimento, cabelo fino, abdômen proeminente, arrefecimento persistente, mãos e pés avermelhados (sinais físicos de negligência prolongada);
- Vitaminopatias;
- Cárie dentária;
- Falta de supervisão durante longos períodos (por exemplo, ao ser deixada sozinha em casa);
- Ocorrência de acidentes;
- Lesões consecutivas;
- Hábitos e horários inadequados;
- Absentismo escolar;
- Falta persistente dos pais no acompanhamento dos menores na escola e nos cuidados de saúde (por exemplo, o incumprimento do calendário de vacinas);
- Abandono físico.

Consequências:

- Atraso nas aquisições nas aquisições sociais e em todas as áreas de maturidade (linguagem, motricidade e socialização);
- Pobre relacionamento com as outras crianças/jovens;
- Comportamentos anti-sociais;
- Problemas de aprendizagem e absentismo escolar;
- Perturbações do apetite e na alimentação (roubo de alimentos);
- Condutas para chamar à atenção;
- Perturbação do sono, sonolência, apatia, depressão, hiperactividade, agressividade.

Abuso físico

Tipo de mau-trato que mais facilmente se identifica (Daro, 1988, cit. Martins, 2002). Relaciona-se com toda acção ou comportamento, não acidental, isolada ou repetitivamente, por parte de um adulto e que possa provocar danos ou marcas físicas evidentes na criança (Magalhães, 2002). O facto de não deixar vestígios físicos não deixa de ser considerado um mau-trato porém, mais grave que os próprios prejuízos físicos, são as consequências que se verificam, a médio e a longo prazo, ao nível emocional da criança (Ochotorena, 1996, cit. Martins, 2002).

O abuso físico pode tanto ser praticado por motivos de insanidade mental como por motivos de educação disciplinar, fazendo parte do dia-a-dia de muitas crianças/jovens. Dependendo da severidade, a violência física praticada pode levar a hospitalizações ou mesmo à morte imediata da criança (Alberto, 2004).

Indicadores:

- Lesões físicas em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo acidental para a faixa etária da criança;
- Lesões em diferentes localizações;
- Lesões com marcas de objectos;
- Queimaduras e cicatrizes;
- Marcas de mordidelas;
- Alpaca (perda de cabelo) traumática;
- Sequelas de traumatismos anteriores de que não é conhecida a história;
- Intoxicação;
- Asfixia e afogamento;
- Doenças recorrentes inexplicáveis (síndrome de Munchausen: invenção de uma história de doença simplificada pela simulação de sinais ou sintomas).

Consequências:

- Criança medrosa e apreensiva;
- Têm medo dos pais e choram frequentemente, por exemplo, quando o vão buscar ao jardim-de-infância ou à escola;
- Dificuldades na interacção social (apresenta condutas extremas: ou de agressividade ou de afastamento);

Abuso sexual

Sempre que um adulto utiliza um menor (criança ou adolescente) para algum tipo de satisfação sexual, encontramos-nos perante casos de abuso sexual. Normalmente as crianças/jovens são subjugadas pela força e pela ameaça (Machado & Gonçalves, 2002).

O abuso sexual pode ser concretizado de três formas diferentes (Cunha, 2002; Magalhães, 2003; Ochotorena, 1996, cit. Martins, 2002):

- Sem contacto físico, envolvendo apenas situações de conversas ou escritos obscenos, de exposição, fotografia, filmagens;
- Opressão sexual, pelo envolvimento de toque e carícias;
- Contacto ou coito oral e/ou genital (com ou sem penetração vaginal ou anal).

Convém ainda ter em conta que é uma situação de total assimetria, tanto ao nível de poder, de força, de conhecimentos e de gratificação (Martins, 2002).

Refere-se a um tipo de mau-trato infantil que dificilmente é detectado pelo seguinte conjunto de razões (Magalhães, 2003):

- São raros os casos em que se registam lesões físicas ou existem vestígios de outro tipo;
- Na maior parte das vezes as crianças são muito pequenas, não chegando a existir penetração;
- Em caso de penetração, a ejaculação dá-se habitualmente fora das cavidades;

- Normalmente a criança e as roupas são posteriormente lavadas;
- O período entre a ocorrência e o exame médico-legal é superior a 48 horas, o que dificulta ou mesmo impossibilita o estudo de esperma;
- Tabu social implícito dificulta o pedido de ajuda;
- Os menores, sobretudo os mais novos, podem confundir a relação como uma manifestação afectiva “normal” ou podem estar submetidos à pressão do segredo imposto pelo abusador.

Indicadores:

- Leucorreia (corrimento) vaginal persistente ou recorrente;
- Ruborização e/ou inflamação dos órgãos genitais;
- Lacerações ou fissuras genitais ou anais, sagrantes ou cicatrizadas;
- Rotura do hímen;
- Hemorragia vaginal ou anal;
- Lápide anormal do esfíncter anal ou do hímen;
- Infecções urinárias de repetição;
- Doença sexualmente transmissível (gonorreia, sífilis, SIDA, etc.);
- Presença de esperma no corpo ou na roupa do menor;
- Presença de sangue de outra pessoa ou substâncias estranhas, como lubrificantes, no corpo ou na roupa do menor.

Consequências:

Nas crianças:

- Perturbações funcionais;
- Apetite: anorexia, bulimia;
- Sono: terrores nocturnos;
- Regulação de esfíncteres: incontinência de urina e/ou fezes;
- Dores abdominais inexplicadas e recorrentes;
- Obediência exagerada aos adultos e preocupação em agradar;
- Pobre relacionamento com outras crianças/jovens;
- Condutas sexualizadas:
- Interesse e conhecimentos desadequados sobre questões sexuais (por exemplo, uso de linguagem específica e desapropriada à idade)
- Masturbação compulsiva;
- Desenhos ou brincadeiras sexuais explícitas;
- Comportamentos agressivos.

Nos jovens:

Comportamentos bizarros:

- Dormir com as roupas de dia;
- Destruição ou ocultação de sinais de feminilidade que possam ser atractivos;
- Recusa de tomar banho em ou se despirem em vestiários;
- Recusa em ir à escola ou em voltar da escola para casa;

- Perturbações do foro sexual;
- Comportamentos auto-eróticos (masturbação em frente dos outros, interacção sexual com os companheiros, abuso sexual de crianças mais novas, condutas sedutoras com adultos);
- Repulsa em relação à sexualidade;
- Comportamentos desviantes;
- Abuso de álcool e drogas;
- Delinquência;
- Prostituição;
- Depressão;
- Auto-mutilação;
- Comportamento suicida;
- Fuga.

Abuso psicológico/emocional

Este tipo de mau-trato encontra-se presente em todos os tipos de maus-tratos, podendo, contudo, ser praticada de forma isolada. Diz respeito a actos intencionais com o intuito de criar ausência ou inadequação, persistente ou significativa, activa ou passiva, do suporte afectivo e do reconhecimento das necessidades emocionais das crianças/jovens, por meio de “insultos verbais, humilhação, ridicularização, desvalorização, hostilização, ameaças, indiferença, discriminação, rejeição, abandono temporário, culpabilização, críticas, envolvimento em situações de violência doméstica extrema e/ou repetida, etc.” (Magalhães, 2003, p. 35).

O abuso afectivo ou psicológico é aquele que é mais dificilmente detectado e que menos importância se lhe atribui, sendo frequentemente ignorado tanto em contexto familiar como institucional, como assumido como uma interacção adequada e educativa ou, quanto muito, maléfica para a criança (Alberto, 2004).

Os contextos em que se praticam este tipo de mau-trato são incapazes de proporcionar um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afectivo, mas antes sentimentos de terror e medo (Machado & Gonçalves, 2002).

Indicadores:

- Deficiências não orgânicas de crescimento com baixa estrutura;
- Infecções, asma, doenças cutâneas, alergias;
- Auto-mutilação.

Consequências:

- Perturbações funcionais (como as de apetite, de sono, controlo dos esfíncteres, gaguez, tonturas, dores de cabeça, musculares e abdominais sem causa orgânica aparente, interrupção da menstruação na adolescência);
- Perturbações cognitivas (atraso da linguagem, perturbações da memória para as experiências de abuso, baixa auto-estima, alterações da concentração, atenção e memória, dificuldades de aprendizagem);

- Perturbações afectivas (choro incontrolado, sentimentos de vergonha e culpa, medos, timidez, inadequação na maturidade, dificuldade em lidar com situações de conflito);
- Perturbações de comportamento (desinteresse total por si, falta de curiosidade e iniciativa de exploração, défice na capacidade para brincar, excessiva ansiedade e dificuldade em estabelecer relações afectivas, relações pessoais passivas, escassas ou conflituosas, fugas de casa, comportamentos negativistas e violentos, comportamentos bizarros, acidentes frequentes, problemas escolares e comportamentos desviantes);
- Alterações do foro psiquiátrico (hiperactividade, ansiedade, depressão, mudanças súbitas de humor, comportamentos obsessivo-compulsivos, auto-mutilação, neuroses nervosas, alterações da personalidade, psicoses, regressões nos comportamentos e falta de integração entre o pensamento e a linguagem).

